



2012

RELATÓRIO E CONTAS

Consolidado

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO	5
I. PERFIL DO GRUPO FINANCEIRO CRÉDITO AGRÍCOLA	11
1. Órgãos Sociais da Caixa Central	12
2. Organograma do Grupo	15
3. Principais Indicadores do SICAM	16
II. ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	17
1. Economia Internacional	18
2. Economia Portuguesa	24
3. Mercados Financeiros	29
4. Mercado Bancário	36
III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA	43
1. Actividade Comercial	44
1.1. Depósitos e Outros Recursos	45
1.2. Evolução do Crédito	48
a) Empresas	52
b) Particulares	52
c) Locação Financeira	53
1.3. Meios Electrónicos de Pagamento	55
1.4. Canais Directos e Digitais	60
1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores	69

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais	74
2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria	74
2.2. Caixas, Empresas Associadas e <i>Corporate Desk</i>	75
2.3. Intermediação no Mercado de Capitais	76
3. Bancasseguros	79
3.1. Seguros – Ramos Reais	79
3.2. Seguros – Ramo Vida	83
4. Banca de Investimento	86
4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento	86
4.2. Consultoria Financeira	98
IV. ANÁLISE FINANCEIRA	103
1. Demonstração de Resultados	104
2. Evolução do Balanço	114
3. Grupo Crédito Agrícola	123
V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO	129
1. Balanço e Demonstração de Resultados	130
2. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas	138
3. Certificação Legal de Contas	304
4. Parecer do Conselho Consultivo	308

Mensagem do Presidente do Conselho Geral e de Supervisão

Exmos. Senhores

Presidentes e Representantes das Caixas de Crédito Agrícola,

Tendo em conta as circunstâncias em que decorreu o exercício findo, e também as análises e elucidações apresentadas no Relatório e Contas quer da Caixa Central quer do Grupo Crédito Agrícola em termos consolidados, como Presidente do Conselho Geral e de Supervisão, entendo serem de transmitir a V. Exas. as seguintes considerações:

No último exercício, apesar do marcado aprofundamento do ambiente recessivo na economia portuguesa, e das condições adversas do mercado bancário, e dos mercados financeiros, a Caixa Central realizou um resultado positivo de cerca de 1,3 milhões de euros, ao mesmo tempo que manteve uma significativa reserva de provisões, continuando por outro lado a assegurar a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas com taxas que lhes permitiram manter-se competitivas na captação de recursos, face à pressão das taxas oferecidas por outras instituições.

Ao nível do SICAM no seu todo são de registar os lucros de cerca 41 milhões de euros conseguidos no exercício, contra 47,3 milhões em 2011, que, apesar da redução de cerca de 12%, mais uma vez colocaram o Crédito Agrícola entre os poucos grupos em Portugal com resultados positivos na actividade bancária, e o único em que tais resultados derivaram exclusivamente da actividade corrente doméstica, não estando influenciados por factores pontuais como: a realização de mais valias em obrigações do tesouro do Estado português; ganhos financeiros na recompra de dívida própria; ou lucros na actividade fora de Portugal.

No que se refere ao Grupo Crédito Agrícola, cujas contas consolidadas integram, para além do SICAM, também as seguradoras, as outras empresas de negócio, as sociedades instrumentais e os Fundos de Investimento, os resultados atingiram 44,7 milhões de euros, representando também um decréscimo sobre 2011, em que os resultados apurados haviam sido de 55 milhões (-18,7%).

Os efeitos da degradação da situação económica e financeira do país e seu impacto no mercado imobiliário, levaram a que algumas entidades ligadas ao sector que entram na consolidação do Grupo tivessem resultados negativos, dada a necessidade de provisionamento de imparidades relacionadas com menos valias potenciais em imóveis. Tal acabou por absorver parcialmente o resultado positivo de cerca de 8 milhões de euros realizado noutras áreas do Grupo, sobretudo na área seguradora mas também na gestão de activos.

A reavaliação em baixa de imóveis pertencentes ao FII CA Imobiliário tem vindo a afectar o valor das unidades de participação desse Fundo detidas pela Caixa Central, e levou no exercício ao reconhecimento de uma imparidade ao nível das contas da Caixa Central em base individual, o que, por razões de comparabilidade, determinou a necessidade de reexpressão das contas da Instituição em 2010 e 2011, como se dá conta no respectivo Relatório e Contas e se explica detalhadamente nos anexos a estas. Essa reexpressão implicou que o resultado quer de 2010 quer de 2011 se tivesse tornado negativo, embora sem impacto nos capitais próprios, dado que as menos valias já estavam reflectidas em reservas, de acordo com as regras contabilísticas aplicáveis.

Noutro plano, é de referir que 10 Caixas Agrícolas registaram resultados negativos no passado exercício, face a 4 em 2011, o que decorre da deterioração das condições de exploração, nas quais à compressão da margem financeira se somou o crescimento do esforço de provisionamento.

Para o decréscimo da margem financeira, que no conjunto do SICAM foi de 7,2%, além da descida das taxas *euribor* para quase 0%, contribuiu a manutenção do custo dos recursos em nível elevado, espelhando o ambiente fortemente concorrencial na área da captação, a que já se aludiu, tendo sido também factor de peso a estagnação, e até retracção, observada no crédito, que no nosso caso se explica exclusivamente pela fraca procura de crédito viável, dado que, quer em termos de rácio de transformação quer de solvabilidade, o Crédito Agrícola dispõe de ampla margem para a expansão da carteira. O ambiente macroeconómico muito desfavorável, de recessão, impede o Grupo, porém, de tirar adequado partido desta sua importante vantagem estratégica.

Ao nível da Caixa Central em base individual, a margem financeira ainda cresceu 5,4% sobre o exercício anterior, mas tal ficou a dever-se, em larga medida, à subida excepcional que a margem financeira registou, em termos homólogos, no 3º trimestre. Com efeito, tendo a Caixa Central mantido, no quadro de uma estratégia de Grupo, níveis de remuneração dos depósitos das CCAM comparativamente elevados de modo a permitir-lhes, como se assinalou, enfrentar a concorrência de outras instituições na captação, a margem financeira da CCCAM caiu acentuadamente na parte final do ano, tanto mais que as condições prevaletentes nos mercados financeiros conduziram a uma descida generalizada dos níveis de remuneração das aplicações, que estão nesta altura em níveis mínimos sem precedentes.

Ao nível do produto bancário no seu todo, o SICAM registou igualmente uma diminuição, mas ligeira, de apenas 1,4%, uma vez que no conjunto das restantes rubricas que concorrem para este agregado se conseguiu, globalmente, uma expansão que permitiu compensar parcialmente o decréscimo na margem financeira. É de destacar, em especial, o crescimento no saldo de comissões em 11,3% para o qual contribuiu a racionalização, automatização e maior eficácia na aplicação do preçário de serviços bancários, bem como as comissões relacionadas com o *cross-selling* (seguros e fundos de investimento).

Apesar deste ligeiro decréscimo do produto bancário no SICAM no seu todo, no tocante à Caixa Central verificou-se um crescimento deste agregado, comparativamente a 2011, de 11,7%, que assentou no incremento da margem financeira, mas traduz também algum crescimento nas comissões e, sobretudo, melhorias significativas na rubrica residual de outros resultados de exploração, que em 2011 fora afectada por perdas excepcionais na alienação de activos.

Devemos preservar a nossa aposta no crescimento das comissões e da margem complementar, (nomeadamente através da venda cruzada) porque, como é já manifestamente evidente, não é possível, nas actuais condições em que se desenvolve a actividade bancária, sustentar a rentabilidade das instituições apenas com base na intermediação.

Deste modo, temos que continuar a gestão criteriosa do preço dos nossos serviços, dando continuidade às melhorias que temos vindo a conseguir, assegurando a eficácia da cobrança e racionalizando a política de isenções e reduções, as quais deverão apenas ser concedidas em casos especiais, a clientes que tenham grande importância para as Caixas, ou que se mostrem particularmente rentáveis mesmo com ajustamentos especiais no preço das operações. Mas na gestão da nossa política de comissões, não podemos deixar de atender às dificuldades que a presente conjuntura coloca aos nossos associados e clientes.

Do mesmo modo, temos, igualmente, de fazer crescer os proveitos do *cross-selling* e *up-selling*, nomeadamente de seguros e fundos de investimento, áreas em que o Grupo vem registando sucessos, como a recente distinção (mais uma) conferida à CA Vida como a melhor grande seguradora vida e as distinções que alguns Fundos da CA Gest têm recebido na imprensa especializada atestam.

Mas temos igualmente que impulsionar as áreas de negócio bancário com grande potencial para a geração de comissões. Mesmo nos cartões de crédito, apesar do risco mais elevado que este negócio envolve na actual conjuntura, há um potencial de geração de comissões que o Grupo pode aproveitar, pressupondo, naturalmente, que se conseguem melhorias no tratamento e gestão da informação de suporte ao negócio e no controlo do risco.

É também da máxima importância, neste período em que as condições de exploração das instituições financeiras se apresentam bastante pressionadas, que realizemos um esforço decisivo para a redução dos custos de funcionamento do Grupo. No último exercício, conseguimos um decréscimo de 0,5% nestes encargos, mas temos de conseguir muito mais. As reduções de maior significado no exercício ocorreram, aliás, em gastos gerais administrativos que se reduziram em 11% na Caixa Central e em 1,7% no SICAM no seu todo. Mas, naturalmente, o crescimento excepcional deste tipo de despesas em 2011, devido quer à celebração do Centenário do Grupo quer ao custo do Programa Especial de Inspeções, explica grandemente a redução em 2012.

Como era inevitável, a crise económica e financeira que atravessamos tem conduzido a uma subida expressiva do crédito vencido em todo o sistema bancário nacional, o que também ocorre no SICAM, quer na Caixa Central quer nas Caixas Associadas, embora, até ao momento, em termos muito menos acentuados no Crédito Agrícola face ao conjunto da banca. Com efeito, no sector bancário no seu todo o crédito vencido aumentou, desde 2008, em 186%, contra 70% no nosso caso no mesmo período. Ao nível da Caixa Central o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias elevou-se neste contexto de 4,8% no final de 2011 para 5,9% em Dezembro último, e no SICAM de 5,8% para 6,8%. Esta evolução fez-se naturalmente acompanhar de um aumento das provisões líquidas constituídas no exercício, as quais, no conjunto do SICAM, perfizeram 121 milhões de euros em 2012, que constitui o valor máximo até hoje registado nesta componente da conta de exploração. Refira-se que o SICAM mantém uma cobertura do crédito vencido (a mais de 90 dias) por provisões de 115,3%, nível confortável e que excede até o que se verificava antes do início da crise financeira, já que em 2007 esse rácio era de 108,9%. E no início da década de 2000 era de apenas 73,6%.

Em paralelo com o aumento do crédito vencido, as dificuldades da conjuntura têm-se traduzido numa importante expansão dos imóveis em posse quer da Caixa Central quer das Caixas Associadas, na sequência de dações em cumprimento e outras acções de recuperação de crédito. No final do exercício, o valor desse património atingia 367 milhões de euros, mais cerca de 120 milhões que em 2011, sendo de referir que as provisões do exercício incluem também o reconhecimento de imparidades nestes activos imobiliários.

Face às perspectivas negativas para o exercício em curso, o crédito vencido vai continuar a avolumar-se no sistema bancário nacional, obrigando a maior nível de provisões, o que, conjugado com o baixo nível de remuneração do crédito e o custo ainda alto dos recursos, vai pesar bastante nos resultados das instituições, como no nosso Grupo a evolução das contas no período decorrido até Abril já confirma.

O Crédito Agrícola, com a situação de liquidez e de solvabilidade de que desfruta, dispõe de margem para resistir às excepcionais dificuldades da actual conjuntura, que temos de saber enfrentar com determinação, firmeza e serenidade, mas também com inteligência e visão, para continuarmos a fazer progredir o Grupo, fortalecendo a sua solidez e granjeando confiança acrescida junto dos nossos associados e clientes.

Como tem sido sublinhado pelo Conselho Geral e de Supervisão, trata-se de um desafio que tem de ser assumido por todos, dirigentes e colaboradores, ao nível das Caixas Associadas, da Caixa Central e das Empresas do Grupo, colocando sempre os interesses do Crédito Agrícola no primeiro plano e trabalhando num espírito de grande coesão, que é a chave do nosso sucesso.

Ao Crédito Agrícola depara-se a oportunidade histórica de se impor como uma das grandes instituições financeiras de Portugal e como mais uma referência de qualidade no panorama de excelência da banca cooperativa europeia, oportunidade que não podemos desperdiçar.

Neste contexto, os membros do Conselho Geral e de Supervisão registam com satisfação o arranque da implementação do projecto de reestruturação/reorganização da Caixa Central e de transformação do Grupo pelo Conselho de Administração Executivo e que fora sufragado na última Assembleia Geral. Processo de grande abrangência, que toca em todas as vertentes chave do negócio, estruturas de apoio e unidades de coordenação estratégica, e que se encontra já em execução.

A conclusão bem sucedida deste projecto, que o Conselho Geral e de Supervisão vai seguir com grande interesse e exigência, vai ter um impacto determinante no desempenho geral do Grupo, quer na dinâmica comercial quer na eficiência operacional, e permitirá ao Crédito Agrícola realizar, com plenitude, o seu enorme potencial.

Lisboa, 9 de Maio de 2013

O Presidente do Conselho Geral e de Supervisão



I. PERFIL DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Órgãos Sociais da Caixa Central

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Terras de Viriato

Presidente

Nuno Carlos Ferreira Carrilho

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Cantanhede e Mira

Vice-Presidente

Carlos Alberto Pereira Martins

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Ferreira do Alentejo

Secretário

Josué Cândido Ferreira dos Santos

CONSELHO GERAL E DE SUPERVISÃO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Pombal

Presidente

Carlos Alberto Courelas

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Açores

Francisco Amâncio Oliveira Macedo

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Baixo Mondego

António João Mota Cachulo da Trindade

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha

Afonso de Sousa Marto

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Noroeste

José Gonçalves Correia da Silva

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Porto de Mós

Jorge Manuel da Piedade Volante

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Sotavento Algarvio

João Lázaro da Cruz Barrote

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Baixo Vouga

José Luís Sereno Gomes Quaresma

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Douro Corgo e Tamega

Alcino Pinto dos Santos Sanfins

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

Presidente

Licínio Manuel Prata Pina

Vogal

Renato Manuel Ferreira Feitor

Vogal

José Fernando Maia Alexandre

Vogal

Ana Paula Ramos

Vogal

Sérgio Raposo Frade

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Ernst&Young Audit & Associados – S.R.O.C., S.A.

Representada por Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto

CONSELHO CONSULTIVO

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Albufeira

Presidente

João Manuel Correia da Saúde

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Estremoz Monforte e Arronches

Normando António Gil Xarepe

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Paredes

António Francisco Coelho Pinheiro

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Silves

José Manuel Guerreiro Estiveira Gonçalves

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Vale do Távora e Douro

Francisco Eduardo das Neves Rebelo

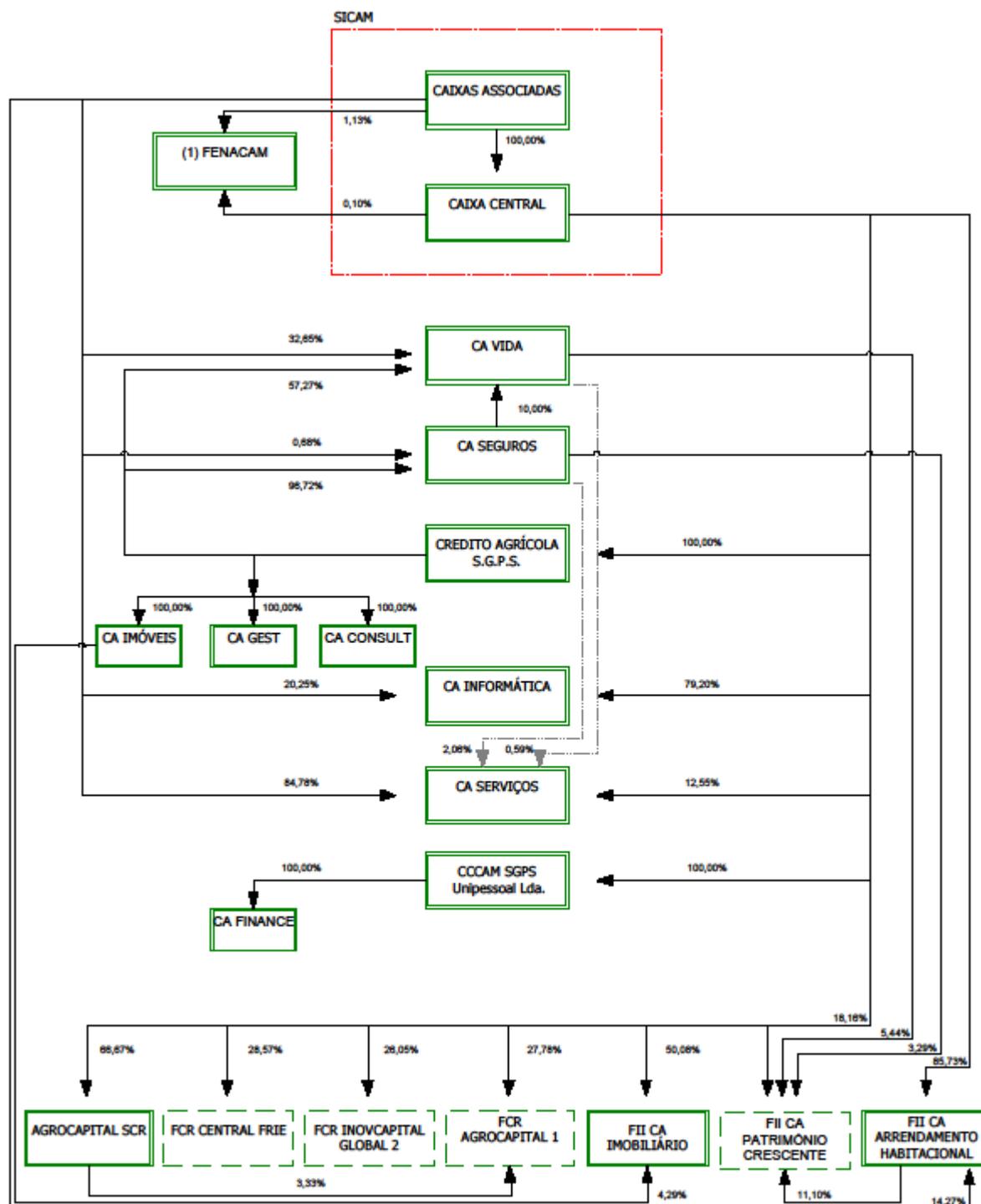
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes

Por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos estatutos da Caixa Central

Adriano Augusto Diegues

2. Organograma do Grupo



(1) A FENACAM detém 99,74% do seu próprio capital = total GCA = 99,98%

 CONSOLIDAÇÃO INTEGRAL CONSOLIDAÇÃO POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A data: 31/12/2012

3. Principais Indicadores do SICAM

EVOLUÇÃO DO SICAM

		2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
		Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.
<i>Valores em milhões de Euros</i>												
Depósitos de clientes		6.863	7.181	7.599	8.174	8.671	9.158	9.613	10.070	9.989	9.884	10.178
Créditos sobre Clientes		6.387	6.690	6.942	7.290	7.464	7.467	8.373	8.859	8.606	8.587	8.365
Activo Líquido		7.946	8.251	8.696	9.319	10.044	10.566	11.447	12.097	13.213	13.027	13.747
Situação Líquida		520	570	657	738	828	874	979	1.000	1.026	1.054	1.098
Margem Financeira		307	306	316	326	352	387	403	315	306	342	318
Margem Complementar (comissionamento líquido)		47	53	58	63	74	76	87	91	110	116	130
Produto Bancário		370	376	396	404	424	486	513	424	445	472	465
Resultado Líquido		33	81	90	87	96	113	121	42	36	47	41
<i>Rácios em %</i>												
Core Tier 1 - GCA (%)	a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,6%	12,2%	12,1%	12,7%	12,5%	11,6%
Tier 1 - GCA (%)	a)	8,1%	9,1%	10,4%	10,5%	11,6%	11,5%	12,0%	11,8%	12,5%	12,3%	11,1%
Rácio de Solvabilidade - GCA (%)	a)	10,5%	11,3%	12,9%	14,0%	14,4%	14,4%	13,3%	12,7%	13,4%	12,7%	10,9%
Rácio de Transformação (%)		93,1%	93,2%	91,4%	89,2%	86,1%	81,5%	87,1%	88,0%	86,2%	86,9%	82,2%
Rácio de Eficiência do SICAM (%)		52,5%	52,1%	52,5%	55,2%	58,4%	54,1%	55,5%	69,4%	67,1%	64,7%	65,3%
Rendibilidade dos Capitais Próprios (ROE) (%)		6,4%	14,1%	13,7%	11,8%	11,5%	13,0%	12,4%	4,2%	3,5%	4,5%	3,8%
Rendibilidade dos Activos (ROA) (%)		0,4%	1,0%	1,0%	0,9%	1,0%	1,1%	1,1%	0,3%	0,3%	0,4%	0,3%
Grau de Alavancagem (Leverage)		15,3	14,5	13,2	12,6	12,1	12,1	11,7	12,1	12,9	12,4	12,5
Rácio CV>90 dias		5,3%	5,5%	5,7%	5,9%	4,0%	3,4%	3,8%	4,1%	4,9%	5,8%	6,8%
Rácio de cobertura do crédito vencido (%)		73,6%	94,7%	98,4%	105,4%	113,6%	108,9%	136,0%	127,4%	127,8%	119,8%	114,2%
Número de CCAM		126	120	118	111	105	100	92	88	85	84	84
Número de Balcões (Total do SICAM)	b)	584	598	616	628	632	647	670	680	689	686	686
Activo Líquido Médio por CCAM	c)	61.543	67.026	71.754	81.993	91.648	102.500	116.924	127.626	132.375	133.162	140.695
Número médio de balcões/CCAM	d)	4,6	5,0	5,2	5,6	6,0	6,4	7,2	7,6	8,0	8,0	8,0

Nota: valores de 2011 foram reexpressos para efeitos comparabilidade

a) valores dos Rácios para 2002 a 2006 calculados de acordo com as regras de PCSB, 2007 em NCAs e a partir de 2008 NICs. A partir de Março 2008, com os critérios de Basileia II

b) Inclui os balcões da Caixa Central

c) em milhares de Euros

d) apenas balcões das CCAM

II ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. ECONOMIA INTERNACIONAL

Conforme é assinalado na análise do FMI sobre a economia mundial (revisão de Janeiro/2013), esta evidenciou, em 2012, fraco dinamismo, acentuando significativamente a quebra no ritmo de crescimento que já se observara em 2011. O crescimento estimado para o ano findo a nível global é, assim, de apenas 3,2%, contra 3,9% em 2011.

O crescimento em 2012 foi particularmente débil nas economias mais prósperas, nas quais o PIB, em média, se expandiu apenas 1,3%, depois de um crescimento já fraco, de 1,6%, em 2011.

No caso dos EUA, no entanto, o crescimento em 2012 (2,3%) superou o de 2011, que ficara por 1,8%, beneficiando de estímulos substanciais das políticas públicas, e designadamente da política monetária ultra-expansionista da Reserva Federal americana (o banco central), mas tal crescimento tem sido insuficiente para sustentar a evolução do emprego. É de assinalar, quanto a este país, um esboço de recuperação, embora ainda incerto, no mercado habitacional.

Evolução económica internacional

	Variação anual do PIB, %			
	2010	2011	2012e	2013p
Economia Mundial	5,3	3,9	3,2	3,5
Economias Desenvolvidas	3,2	1,6	1,3	1,9
Estados Unidos	3,0	1,8	2,3	2,0
Zona Euro	1,9	1,4	-0,4	-0,2
Japão	4,4	-0,6	2,0	1,2
Economias Emergentes	7,5	6,3	5,1	5,5
Rússia	4,3	4,3	3,6	3,7
China	10,4	9,3	7,8	8,2
Índia	10,8	7,9	4,5	5,9
Brasil	7,5	2,7	1,0	3,5
Comércio Mundial (Bens e Serviços)	12,8	5,9	2,8	3,8

Fonte: FMI, World Economic Outlook update (Janeiro 2013)

No Japão, o crescimento de 2012 (+2,0%), segue-se a uma marcada regressão no ano anterior, reflectindo portanto um efeito de base. Aliás, a retoma que se estava a desenhar na economia japonesa foi sendo afectada, ao longo do ano, pela perturbação nas trocas comerciais com a China devido à disputa, entre os dois países, pela posse de algumas

pequenas ilhas do Pacífico. De notar que o Japão continua a debater-se com a persistente situação de deflação – descida continuada e geral de preços – que, desde há muitos anos, tem sido um factor de arrefecimento da economia. Para tentar debelar esta situação, o Banco do Japão passou a assumir formalmente o objectivo de uma inflação anual de 2%.

Evolução económica da Zona Euro principais economias

Variação anual do PIB, %

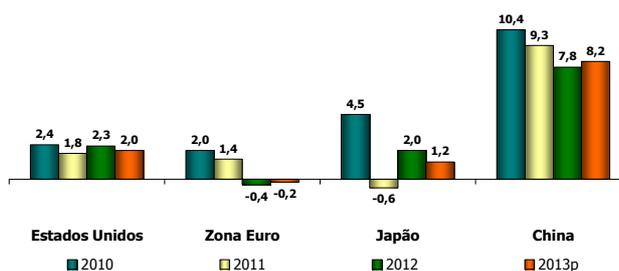
	2010	2011	2012e	2013p
Alemanha	3,6	3,1	0,9	0,6
França	1,7	1,7	0,2	0,3
Itália	1,8	0,4	-2,1	-1,0
Espanha	-0,1	0,4	-1,4	-1,5

Fonte: FMI, World Economic Outlook update (Janeiro 2013)

No caso da Zona Euro não houve em termos globais crescimento em 2012, verificando-se mesmo uma variação negativa do produto, de - 0,4%. A retracção do ritmo de crescimento ocorreu em todas as principais economias, com a Alemanha a crescer apenas 0,9% (depois de +3,1% em 2011), a França 0,2% (descendo de +1,7% no ano anterior), e registando-se, à semelhança de Portugal, um mercado declínio do nível de actividade, em larga medida como reflexo das medidas de austeridade, na Itália (quebra do PIB em - 2,1%) e na Espanha (-1,4%). Ainda na União Europeia, mas fora da Zona Euro, há que referir a redução do PIB em 0,2% no Reino Unido.

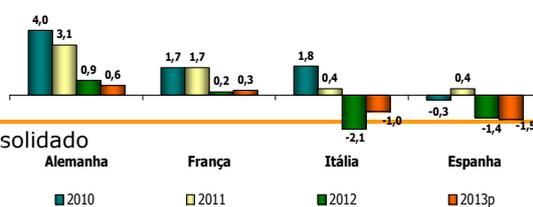
Evolução das principais economias

Taxas de crescimento Δ % PIB



Evolução da Economia Europeia

Taxas de crescimento Δ % PIB



Mas nas próprias economias emergentes, em que sobressaem, pela sua dimensão, a China, a Índia, a Rússia e o Brasil, assistiu-se em 2012 a uma fase de crescimento bastante mais moderado que no passado recente, ficando, no caso da China, a expansão do PIB em menos de 8% - face aos níveis de 10% e superiores que esse país vinha apresentando - e no Brasil em apenas 1,0%, aprofundando a quebra do ritmo de crescimento que já se observara neste país em 2011. O FMI não prevê, no entanto, uma travagem brusca da economia chinesa, antecipando mesmo, para o próximo ano, uma ligeira reanimação (+8,2%), assim como admite maior crescimento (+3,5%) para a economia brasileira em 2013. Na Índia o crescimento do produto caiu para 4,5% em 2012 (face a 7,9% no ano anterior) e na Rússia desceu para 3,6% (de 4,3% em 2011).

Os bancos centrais dos principais blocos económicos – EUA, Zona Euro, Japão, China e o próprio Reino Unido – têm procurado fazer face ao ambiente recessivo com políticas monetárias abertamente expansionistas, reduzindo as suas taxas de intervenção, ou mantendo-as em níveis mínimos históricos, e recorrendo ainda a injeções massivas e extraordinárias de liquidez no sistema bancário - que nos EUA incluem medidas dirigidas expressamente à reanimação do mercado imobiliário - tentando por essa via a reactivação da economia. Nos EUA, no Japão e no Reino Unido as taxas directoras dos respectivos bancos centrais estão em praticamente 0%, e no caso da Zona Euro em 0,75% – nível estabelecido em meados de 2012. Nos Estados Unidos a Reserva Federal anunciou a decisão (inérita) de manter o cariz fortemente expansionista da política monetária enquanto a taxa de desemprego se mantiver acima de 6,5%.

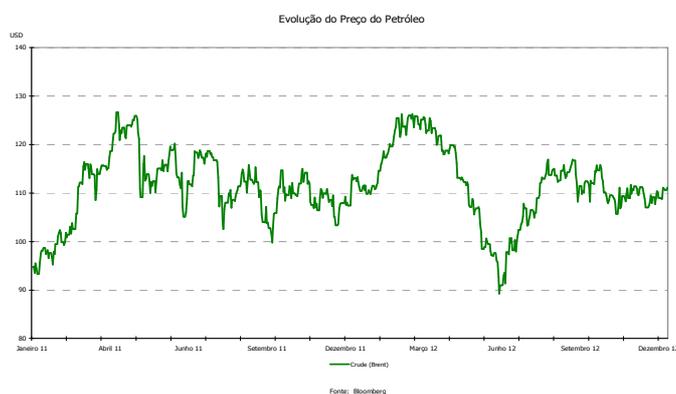
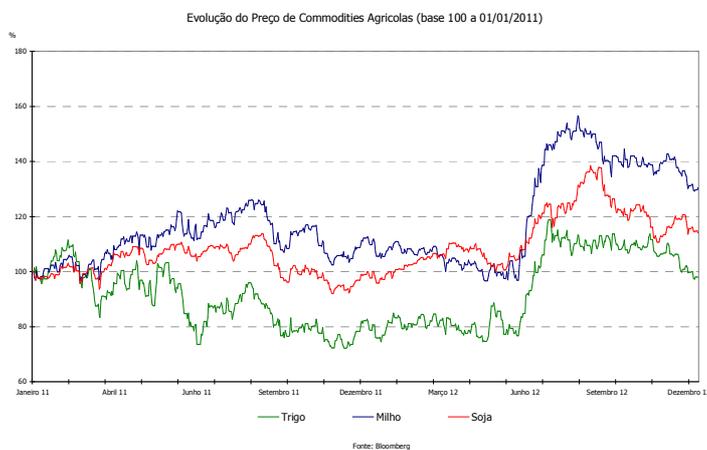
No caso da Zona Euro é também de assinalar o recurso a medidas *não-standard* de política monetária, como a cedência de fundos às instituições financeiras em operações a três anos, e o anúncio da possibilidade de intervenções especiais e ilimitadas do BCE no mercado da dívida pública para corrigir *yields* excessivos na dívida de certos países causadores de perturbações no mecanismo de transmissão dos efeitos da política monetária, operações que foram designadas por OMT (*Outright monetary transactions*), medidas que contribuíram em muito, sobretudo a última, para estabilizar a situação na Zona Euro e fazer descer os *yields* da dívida pública de diversos países, entre os quais Portugal.

Estas políticas deverão ter contribuído para evitar que a queda do ritmo de actividade tenha sido mais profunda, mas ao coexistirem, em vários países, com medidas de carácter

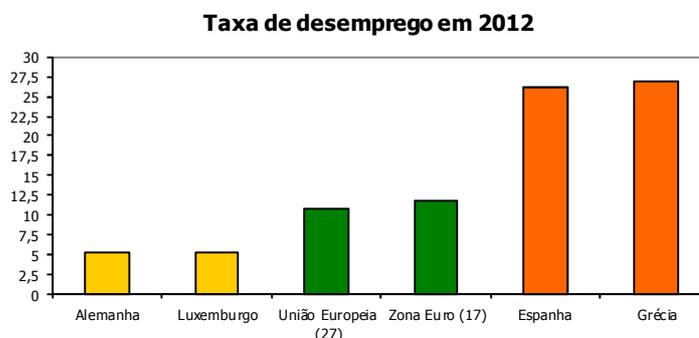
bastante restritivo a nível fiscal e orçamental, e com a necessidade de saneamento e desalavancagem do sistema bancário, não conseguiram induzir ainda uma verdadeira retoma, face às expectativas negativas que prevalecem entre os agentes económicos, do mesmo modo que o almejado objectivo de esbatimento da fragmentação monetária da Zona Euro através das operações de OMT não foi ainda alcançado.

As perspectivas para 2013 são também pouco favoráveis, prevendo-se apenas uma ligeira melhoria, mas sendo grandes as incertezas e factores de risco, encontrando-se entre estes as próprias opções que venham a ser assumidas em matéria de política económica e fiscal pelas autoridades dos principais países, em alguns dos quais vão decorrer proximamente eleições, bem como a evolução do preço de matérias primas básicas, como o petróleo, os minérios e os produtos agrícolas de base. Concretamente, uma evolução em alta dos preços destes produtos, sobretudo do petróleo - que de momento não se prevê -, poderia ter um efeito inflacionista e limitar a margem de manobra das autoridades monetárias para prosseguirem as suas políticas expansionistas.

No entanto, no que diz respeito especificamente à Zona Euro, o que importa são os preços de base destes produtos expressos em euros, pelo que a evolução cambial do euro em relação ao dólar também será relevante.



Face à situação descrita, o desemprego mantém-se em níveis elevados em muitos países, atingindo proporções socialmente preocupantes nos que estão sujeitos aos programas de austeridade mais exigentes.



Já a inflação continua em níveis relativamente moderados, devido à fraca procura de bens e serviços.

No tocante aos activos imobiliários, os seus preços, de relevância crítica na actual conjuntura, embora com um esboço de recuperação, como se referiu, nos EUA, onde a crise imobiliária se iniciou, mantêm-se deprimidos. No entanto, em alguns países, para além dos EUA, o processo de correcção de preços poderá ter conduzido já a uma situação de reequilíbrio (Irlanda, onde os preços já caíram 50%, e Itália, nomeadamente, enquanto noutros - Espanha, Holanda e França - se considera que o preço das habitações continua sobreavaliado). No caso português podemos admitir que subsiste uma sobreavaliação.

Evolução dos preços das habitações em alguns países

$\Delta\%$

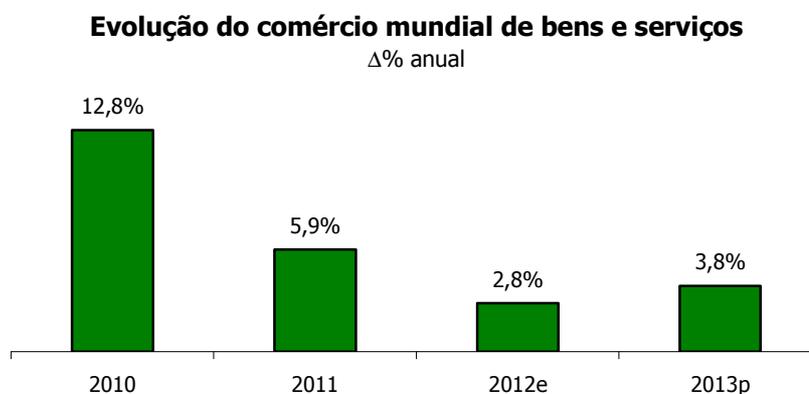
	Sobre 4º trim/2007	sobre ano anterior	Situação
E.U. América	-20,5	+4,3	Subavaliado
Alemanha	+8,8	+2,7	Subavaliado
França	+2,7	-1,3	Sobreavaliado
Itália	-11,3	-4,0	Equilíbrio
Portugal	-18,0	-5,0	Sobreavaliado
Irlanda	-49,4	-5,7	Equilíbrio
Holanda	-13,5	-6,8	Sobreavaliado
Espanha	-24,3	-9,3	Sobreavaliado

■ Subavaliado ■ Equilíbrio ■ Sobreavaliado

Fonte: The Economist. Para Portugal: INE

No tocante aos valores mobiliários, e particularmente no mercado accionista, registou-se uma subida dos principais índices durante o 1º trimestre do ano, a que se seguiu uma descida no 2º trimestre, que se inflectiu, porém, nos últimos meses. Na parte inicial de 2013, os mercados evidenciaram uma marcada animação, assente na convicção dos investidores de que a crise da Zona Euro estará contida, o que também conduziu a uma generalizada descida dos *yields* da dívida pública de diversos países e a um certo fortalecimento do euro. Para este sentimento foi determinante a postura assumida pelo BCE, e ainda as medidas duras de carácter estrutural e de saneamento das finanças públicas adoptadas em vários países, que se têm reflectido na melhoria das suas contas face ao exterior. Contribuíram igualmente para o desanuviamento dos mercados, as iniciativas políticas visando reformas institucionais a nível bancário no espaço europeu e o reforço da disciplina orçamental dos estados membros, bem como o acordo entre a Administração Obama e os líderes republicanos do Congresso que permitiu afastar, para já, o risco de um severo aperto fiscal nos EUA, que teria um marcado efeito recessivo na economia.

A fraca dinâmica das principais economias, desenvolvidas ou emergentes, é por sua vez causa e efeito da retracção no crescimento do comércio mundial de bens e serviços, que em 2012 voltou a afrouxar (crescimento de apenas 2,8%). Esta situação cria dificuldades acrescidas às economias em que o sector exportador tem um papel central nos seus aparelhos produtivos - como é, por exemplo, o caso da Alemanha e da China -, mas também àquelas, como Portugal, Espanha e Itália, em que o crescimento das exportações é vital para amortecer o impacto da queda da procura interna induzida pelas políticas de austeridade.



Fonte : FMI - WEO Janeiro 2013

2. Economia Portuguesa

Neste enquadramento internacional manifestamente desfavorável, a economia portuguesa, por sua vez sujeita a um rigoroso programa de austeridade na sequência do Acordo de Assistência Financeira assinado com a chamada *troika* (União Europeia, FMI e Banco Central Europeu), tem vindo a registar uma quebra significativa do nível de actividade, com variação negativa do PIB. Apenas as exportações têm mostrado algum dinamismo, apesar da conjuntura internacional desfavorável que se descreveu, particularmente na Zona Euro e noutros países da União Europeia, onde se situam os nossos principais mercados. Tal tem levado um número crescente de empresas nacionais a procurar novos mercados, verificando-se que as exportações portuguesas de bens para fora da União Europeia têm crescido em termos significativos e promissores – cerca de 20% em 2012 -, embora a partir de valores baixos. No final de 2012, o montante das exportações para fora da União Europeia já reapercentava 29% do valor total das nossas vendas ao exterior.

Economia Portuguesa Indicadores do Produto e Despesa $\Delta\%$ anual

	2010	2011	2012 ^e	2013 ^p
PIB	1,4	-1,7	-3,0	-1,0
Consumo Privado	2,1	-4,0	-5,9	-2,2
Consumo Público	0,9	-3,8	-3,3	-3,5
Investimento (FBCF)	-4,1	-11,3	-14,1	-4,2
Exportações bens e serviços	8,8	7,5	4,3	3,6
Importações bens e serviços	5,4	-5,3	-6,6	-1,4

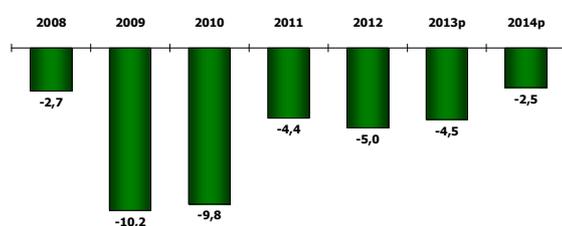
Fonte: OE-2013. O Boletim de Inverno do Banco de Portugal projecta uma variação negativa do PIB em 2013 de 1,9%.

Assim, a projecção do OE-2013 para as exportações nacionais de bens e serviços para 2012 aponta para um crescimento de 4,3% (em termos reais), inferior à expansão de 7,5% conseguida em 2011, mas sendo ainda assim as exportações a única componente do PIB com crescimento. (Dados estatísticos mais recentes colocam, aliás, o crescimento de 2012 em 5%).

Na verdade a incidência das medidas de austeridade em conjugação com as maiores dificuldades a nível do crédito, tiveram ao longo de 2012 um marcado efeito recessivo que afectou a evolução da procura interna, com o consumo privado a decair 5,9% - depois de já ter descido 4,0% em 2011 – e o investimento – que desde há vários anos tem tido uma evolução muito insatisfatória – a baixar ainda mais profundamente (-14,1%), com evolução negativa em todas as suas componentes, acentuando a queda que já apresentara em 2011 (-11,3%).

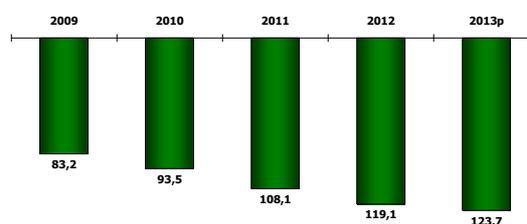
O consumo público, como era de esperar, tal decorrendo da lógica do programa de ajustamento, apresentou em 2012 uma significativa contracção (-3,3%), que se segue à redução, ligeiramente mais expressiva (-3,8%) que já se verificara em 2011.

Défice público
Em percentagem do PIB



Fonte: Ministério das Finanças, OE 2013

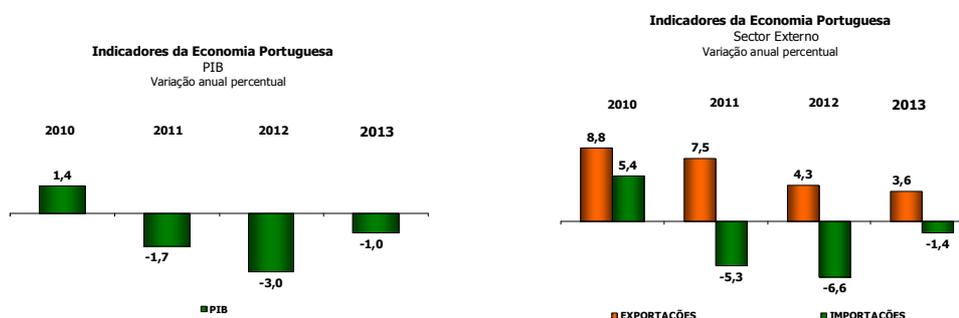
Dívida pública
Em percentagem do PIB



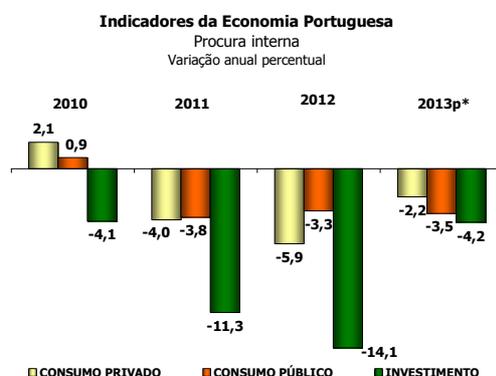
Fonte: Ministério das Finanças, OE 2013

No entanto, apesar desta contracção no consumo público, o reequilíbrio nas contas do Estado ficou aquém do projectado, e em particular a redução do défice face ao PIB, não se enquadrando nas metas estabelecidas no Programa de Assistência Financeira. Para tal contribuiu, naturalmente, o facto de as medidas de austeridade, ao levarem a uma retracção do nível de actividade económica, impactarem adversamente nas receitas fiscais, afectando a colecta de vários impostos, para além de agravarem os encargos da segurança social (mormente, as despesas com o subsídio de desemprego). O défice do sector público em relação ao PIB, para o qual no Programa de Assistência Financeira se tinha fixado, para 2012, um nível de 4,5%, acabou assim por se situar em nível superior, embora o concurso de receitas extraordinárias tenha permitido confiná-lo em 5% do PIB. O objectivo para 2013 é o de um limite para o défice de 4,5% do PIB, descendo em 2014, adicionalmente, para 2,5%, limites que correspondem aos actuais compromissos estabelecidos no seio do Eurogrupo e do ECOFIN.

O peso da dívida pública no PIB continuou em ascensão, reflectindo o impacto dos défices orçamentais, tendo atingido no ano findo 120% do PIB.



Fonte: Ministério das Finanças, OE 2013
(* Para 2013 o Banco de Portugal (Boletim Inverno 2012) projecta -1,9% para a variação do PIB)



Fonte: Ministério das Finanças, OE 2013
(* Para 2013 o Banco de Portugal (Boletim Inverno 2012) projecta -3,6% para o consumo privado, -2,4% para o consumo público e -10% para o investimento.)

Em termos globais, a economia portuguesa registou uma contracção do PIB de 3% em 2012, que se seguiu a uma queda de 1,7% em 2011, prevendo-se no Orçamento de Estado um esbatimento desta evolução negativa em 2013, com o PIB porém ainda a descer 1,0%. No entanto, a projecção contida no Boletim Económico do Banco de Portugal, aponta ainda para uma regressão do PIB em 2013 de 1,9%, com a procura interna privada a cair 4%, colocando em 17% a quebra acumulada da procura interna no período 2009-2013¹. Apenas em 2014 se teria um crescimento positivo, já com a procura interna em recuperação, e prosseguindo a boa dinâmica das exportações, mas estas projecções pressupõem que não haja reforço de medidas de austeridade para além das contidas no Orçamento de 2013.

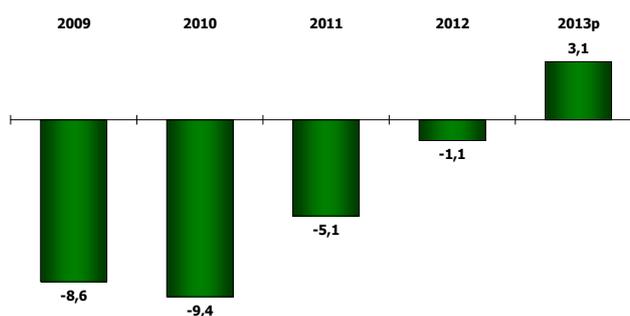
¹ Já depois da elaboração deste texto, o Senhor Ministro das Finanças anunciou na Assembleia da República (20 de Fevereiro) a previsão de uma quebra mais cavada do produto em 2013 (-2%, o que se aproxima da projecção do BdP)

A situação recessiva da economia tem conduzido também a uma forte redução nas importações, que em 2012 caíram, em termos reais, 6,6%, como consequência da quebra quer do consumo quer do investimento – componentes da procura em que a participação de importações é elevada - prevendo-se que voltem a cair em 2013 (-1,4%).

O crescimento das exportações, conjugado com este decréscimo das importações, conduziu ao quase reequilíbrio da balança de bens e serviços, para a qual se projecta, aliás, um *superavit* de 3,1% do PIB em 2013. Ainda em 2010, o défice fora de 7,2%, sendo que Portugal não regista saldo positivo nesta balança desde há muito tempo.

Sobretudo em resultado da evolução de balança de bens e serviços, a balança corrente e de capital apresenta igualmente uma evolução positiva notável, passando de um défice de 9,4% do PIB em 2010, para um valor também próximo do equilíbrio em 2012, e perspectivando-se um excedente da ordem de 3,1% em 2013. A evolução desta balança espelha a variação do endividamento nacional (sector público e privado) face ao exterior, pelo que, uma situação de *superavit* traduz uma diminuição do endividamento externo global da economia portuguesa.

Balança corrente e de capital
Em percentagem do PIB



Fonte: Banco de Portugal, Boletim Económico Inverno 2012

A inversão da posição da nossa balança corrente e de capital é assim, naturalmente, um dos factores que contribuiu para o recente desanuviamento da percepção de risco por parte dos investidores internacionais em relação ao nosso país, que induziu a descida dos *yields* da dívida pública nacional e está a permitir o regresso aos mercados de financiamento externo, embora ainda limitadamente, de bancos nacionais.

Naturalmente, também contribuiu para essa evolução a afirmação forte de postura intransigente de defesa do euro por parte do BCE – que anunciou novas medidas específicas de intervenção no mercado de dívida, as já referidas OMT – e de vários líderes europeus no mesmo sentido, o que foi instrumental para cercear actividades especulativas contra as dívidas soberanas de alguns países da Zona e para tranquilizar os investidores.

A evolução muito positiva, que se descreveu, na balança corrente e de capital foi porém conseguida à custa de um programa de ajustamento e de austeridade muito severo, que tem conduzido a uma acentuada retracção no nível de actividade económica, colocando questões quanto à sua sustentabilidade, embora seja de assinalar o comportamento animador das exportações para fora da Zona Euro e da União Europeia, que se espera não venha a ser prejudicado com uma excessiva apreciação do euro. É de registar o facto de, em três anos sucessivos, e apesar da quebra sentida no crescimento do comércio mundial, as exportações portuguesas terem aumentado a taxas anuais de mais de 5%.

COMÉRCIO EXTERNO

VARIAÇÃO HOMÓLOGA EM PERCENTAGEM

	2009	2010	2011	2012*
Exportação de mercadorias	-18,7	11,3	15,0	6,5
Importação de mercadorias	-20,2	8,2	1,0	-5,2
Exportação de serviços	-8,8	10,6	9,0	0,8
Importação de serviços	-8,5	5,2	5,0	-8,5

* Serviços - Dados até Outubro ; Mercadorias - dados até Novembro

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Janeiro 2013

O declínio do nível de actividade levou a uma forte subida na taxa de desemprego, a qual, segundo os números do INE, se situava em Dezembro de 2012 em 16,9%, correspondendo a cerca de 920 mil desempregados, com elevada expressão do desemprego de longa duração e do desemprego de jovens, o qual atingia 38,3% em Dezembro/2012. A projecção para 2013 é a de que a taxa de desemprego venha ainda a subir. No seio da Zona Euro só a Grécia e a Espanha apresentam taxas de desemprego mais elevadas, em ambos os casos já amplamente superiores a 20%.

No tocante à inflação e apesar do ambiente recessivo, registou-se em 2012 uma subida do nível geral de preços no consumidor de 2,8%, reflectindo o aumento dos preços de determinados bens e serviços, na sequência de agravamentos fiscais e do ajustamento em alta de preços administrados. No entanto, para 2013 admite-se uma descida da inflação para cerca de 0,9%, provocada pela queda da procura interna.

3. Mercados Financeiros

O ano de 2012 continuou marcado pela crise na Zona Euro, tendo o seu arrastamento, e mesmo escalada, afectado marcadamente a confiança e as perspectivas de recuperação económica, não apenas na Europa mas em todo o mundo.

A injeção maciça de liquidez pelo Banco Central Europeu (BCE) através de dois financiamentos por prazo de três anos que ascenderam cumulativamente a cerca de um milhão de milhões de euros (489 mil milhões no LTRO² de Dezembro e cerca de 530 mil milhões no LTRO de Fevereiro) garantiram o refinanciamento de um importante volume de emissões de dívida bancária que iriam começar a vencer-se, ao mesmo tempo que minoraram a dimensão do *credit crunch* (aperto do crédito) induzido pelo fecho dos mercados aos países da periferia.

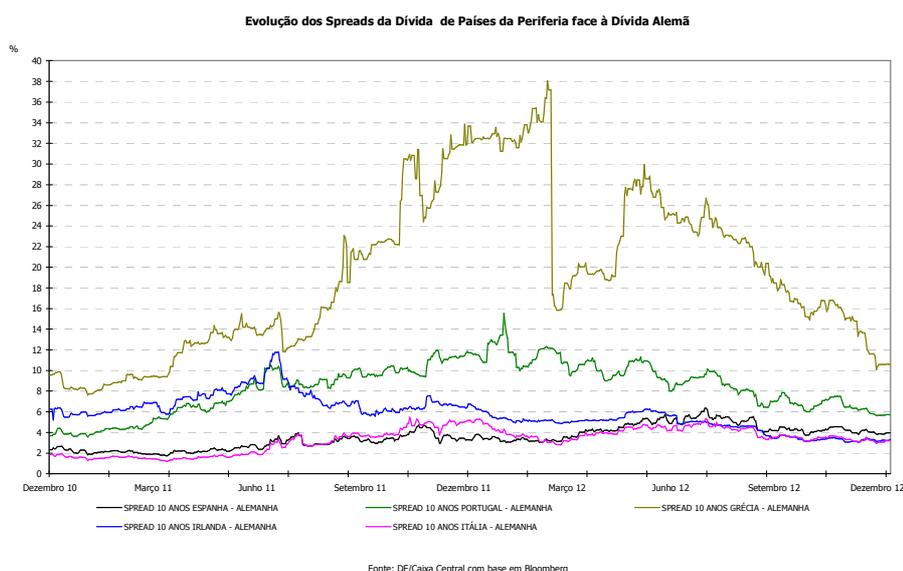
Tais operações, no entanto, de certo modo inevitavelmente, reforçaram a interdependência entre a dívida bancária e a dívida soberana, na medida em que tais financiamentos foram aplicados na compra de dívida pública, o único tipo de activos, nas actuais circunstâncias, que não é consumidor de capital.

A segunda metade do ano apresentou, no entanto, um cenário de gradual correcção em baixa dos *yields* da dívida pública portuguesa, sugerindo alguma confiança por parte dos investidores nas medidas de ajustamento fiscal levadas a cabo sob a vigência do Plano de Ajustamento acordado com a *troika*, mas reflectindo sobretudo o efeito da declaração forte do Presidente do BCE "*Dentro do nosso mandato, o BCE está pronto para fazer o que for preciso para preservar o euro. E acredite em mim, será suficiente*", a que se seguiu o lançamento do programa de compra de obrigações referido no parágrafo seguinte, que acabaria, como se descreveu, por levar ao início de um processo de descida generalizada e pronunciada dos *yields* das dívidas soberanas de diversos países, de que Portugal beneficiou.

Na parte final do ano de 2012, e não obstante a degradação generalizada dos indicadores macroeconómicos (desemprego, crescimento do PIB, produção industrial, indicador de sentimento económico, etc.) os progressos alcançados com vista à constituição de uma União

² *Long Term Refinancing Operations*

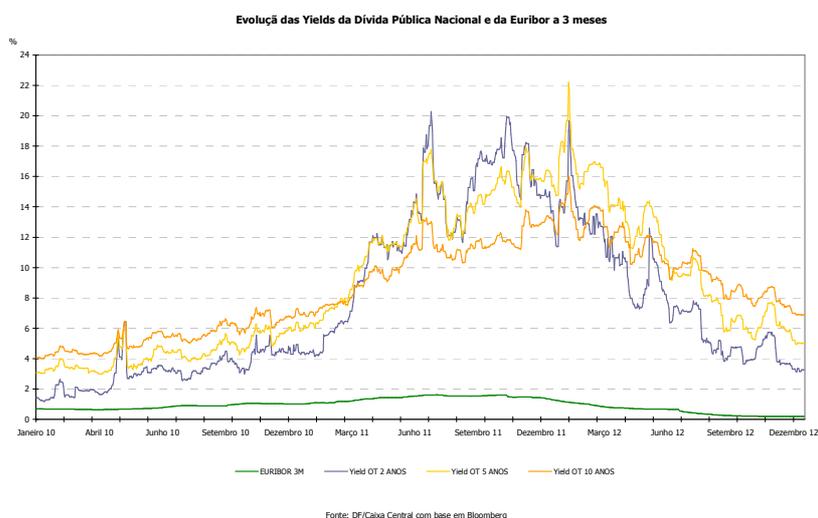
Bancária Europeia, a redução das tensões financeiras decorrentes do anúncio do programa OMT de compra de obrigações de dívida pública por parte do BCE, assim como o arranque da reestruturação do sector bancário de Espanha e o acordo alcançado relativamente à dívida grega, permitiram reduzir a incerteza e o risco implícito na dívida soberana dos países da periferia. Atendendo ao forte contributo que a declaração do Presidente do BCE e o anúncio das OMT tiveram na estabilização dos mercados, o impacto destas acções em conjunto tem vindo a ser designado por "efeito *Draghi*".



Em Portugal, ao nível do mercado da dívida soberana, o sucesso do *switch* de OT's/ Setembro 2013 por OT's/Octubre 2015 deu um sinal positivo em relação ao objectivo de regresso aos mercados até final de 2013.

Na verdade, como se sabe, Portugal acabou mesmo por testar, com sucesso, a reabertura dos mercados já no início do corrente ano, através da realização de uma emissão de obrigações do tesouro a 5 anos, num montante global de 2,5 mil milhões de euros, e cujo *yield* médio se situou em 4,891%.

Não obstante, os indicadores orçamentais continuam a apontar para a necessidade de reforço de medidas estruturais que incidam decisivamente sobre a despesa estrutural do sector Estado, e não sobre a receita, dado o nível particularmente elevado já atingido pela carga fiscal.



Na Grécia, apesar da finalização das negociações relativas ao segundo plano de ajuda ao país, concluídas *in extremis* e prevendo a participação, com perdas muito significativas (53,5%), dos credores privados, manteve-se presente o espectro de uma possível saída da Zona Euro, situação que continuou a afectar os mercados internacionais e que se prolongou até Novembro de 2012, quando o Parlamento Grego aprovou importantes reformas estruturais e medidas de correcção das contas públicas. Nesse contexto, a *troika* aceitou alargar o prazo do plano de ajustamento em 2 anos e disponibilizar adicionalmente 32,6 mil milhões de euros (15 mil milhões em 2013-14 e 17,6 mil milhões em 2015-16), ao mesmo tempo que considerou a avaliação de um novo programa de recompra de dívida soberana grega, eventualmente com descontos também por parte de credores públicos.

Na Espanha, ao contrário do que se havia verificado na Grécia e em Portugal, a ajuda solicitada ao Eurogrupo ficou circunscrita à recuperação e saneamento do seu sistema bancário. O valor global da ajuda situou-se em cerca de 100 mil milhões de euros, e foi direccionada maioritariamente para instituições de média dimensão e com forte exposição ao sector imobiliário, entre os quais *Cajas de Ahorro*³ e bancos que resultaram de fusões entre estas.

No entanto, e apesar das medidas de apoio à banca e dos anúncios de novas medidas de austeridade por parte do Governo Espanhol no sentido de impedir o contágio à dívida soberana, tal veio efectivamente a verificar-se com os *yields* da dívida a 10 anos a ultrapassarem a barreira da sustentabilidade da dívida pública, convencionalmente situada em 7%.

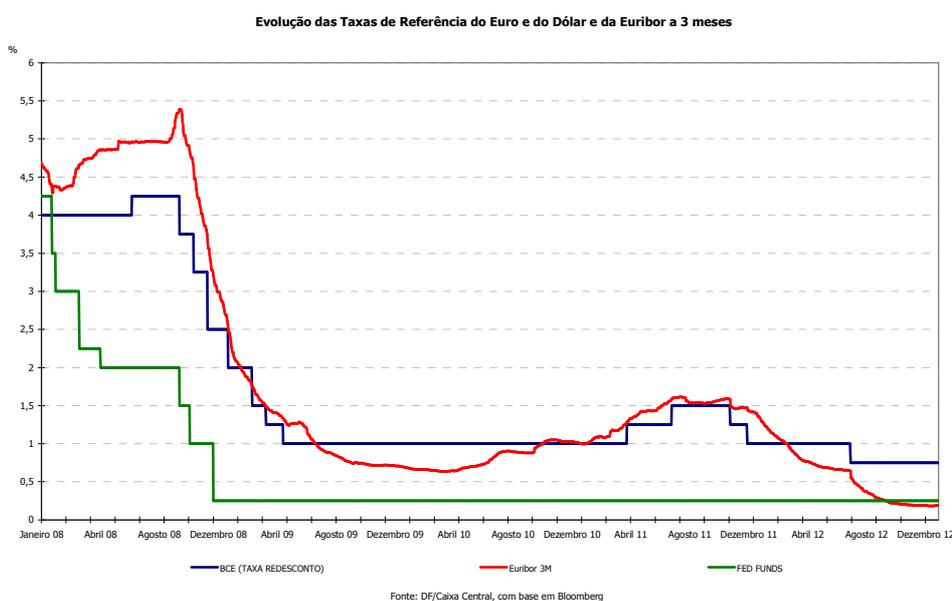
³ Não confundir com as *Cajas Rurales*, que são as instituições de base cooperativa e não enfrentam os mesmos problemas.

A redução gradual dos *yields* viria no entanto a iniciar-se com o impacto do “efeito Draghi” acima referido (total disponibilidade do BCE em salvar o Euro e posterior anúncio do programa de compra de obrigações de dívida pública, as OMT).

A manutenção do cenário recessivo forçou o BCE a um novo corte da taxa directora na reunião de 5 de Julho, conduzindo-a ao novo mínimo histórico de 0,75% já referido, iniciativa que o mercado incorporara nos níveis das *euribor* desde há várias semanas. No final do ano, o BCE sinalizara, no entanto, que os próximos movimentos na taxa directora poderiam já ser no sentido de um aumento, procurando reforçar a confiança na saída da actual situação recessiva. Todavia, o consenso do mercado continua a apontar para uma nova descida da taxa directora, embora acompanhada de uma ligeira recuperação nas taxas *euribor*.

Evolução de taxas de juro referenciais Consenso do mercado

	Actual	2013			
		1º trim	2º trim	3º trim	4º trim
Taxa directora do BCE	0,75%	0,75%	0,63%	0,63%	0,63%
Euribor a 3 meses	0,22%	0,24%	0,23%	0,27%	0,30%
Taxa dos fundos federais (EUA)	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%	0,25%

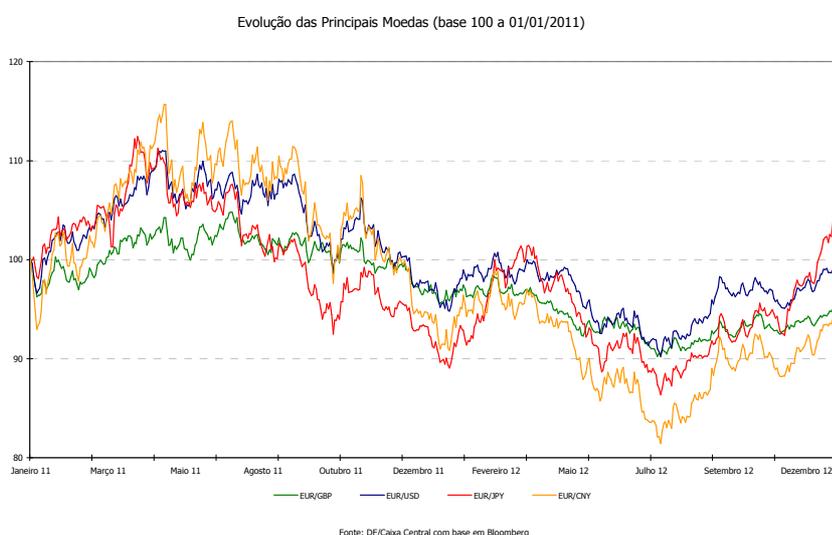


No caso dos E.U.A, por sua vez, apesar de uma certa melhoria no andamento da economia (talvez prejudicada na parte final do ano pelos receios do “aperto fiscal” a que se fez referência), a evolução do emprego mantém-se bastante insatisfatória, o que implica, por conseguinte, que o crescimento do produto se encontre abaixo do potencial. Em virtude desta situação, a Reserva Federal (banco central) mantém o carácter fortemente expansionista da política monetária, com injeções massivas de liquidez no sistema bancário e continuando com a sua taxa directora em praticamente 0% (situando-a numa banda de variação entre 0% e 0,25%).

No mesmo sentido, e reconhecendo-se a importância estratégica do mercado imobiliário para a retoma económica, a Reserva Federal complementa a injeção massiva de dinheiro no sistema bancário com apoios específicos ao sector imobiliário, através da adopção de esquemas de refinanciamento exclusivamente direccionados às hipotecas residenciais. Adicionalmente, como já se referiu, a Reserva Federal anunciou, de modo inédito, que irá manter estas medidas, que fogem à ortodoxia da política monetária, enquanto a taxa de desemprego no país se mantiver acima dos 6,5%.

Quanto ao Japão, a terceira maior economia mundial, que continua enredada numa situação de deflação persistente, com perniciosas implicações no normal desenvolvimento da actividade económica, o novo chefe do Governo (após as eleições de Dezembro) solicitou formalmente ao Banco Central que tomasse medidas para acabar de vez com a deflação que dura há duas décadas. Foi assim estabelecido, como igualmente já se referiu, um objectivo de 2% para a inflação anual, devendo ser adoptadas políticas monetárias tão expansionistas quanto necessário para conseguir tal resultado. Na sequência destas declarações, implicando uma nova postura a assumir pelo Banco do Japão, o valor do iene caiu para um mínimo de 7 anos face ao euro e ao dólar americano, situação que criou alguma tensão nos mercados, e também ao nível político e diplomático, por se recear que pudesse dar azo, como resposta, a políticas cambiais agressivas por parte de outros países. Aparentemente, a recente reunião do G20 permitiu esbater estas tensões.

Como resultado dos sinais de fragilidade da Zona Euro, o ano de 2012 foi marcado por uma tendência de desvalorização da moeda única face às principais moedas de referência. No entanto, o final do ano trouxe consigo uma recuperação do valor do euro e uma aproximação aos valores que se verificavam no início do ano. O franco suíço manteve-se, neste contexto, ao longo do ano como uma moeda de refúgio, situando-se em patamares próximos de 1,20 Eur, em virtude das intervenções por parte do Banco Nacional da Suíça (Banco Central) no sentido de travar a valorização da moeda induzida por uma procura persistente, valorização que a prosseguir seria prejudicial para a economia suíça.



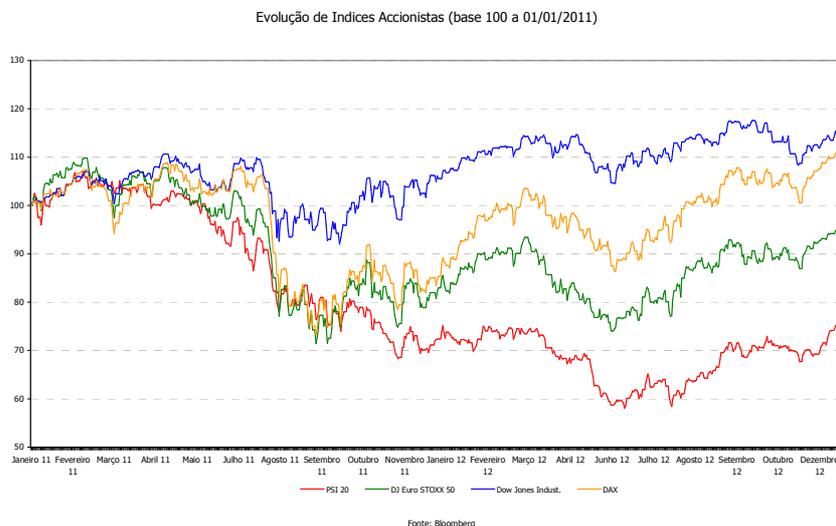
Nota: A subida da curva denota apreciação do euro (e vice-versa)

Nesta conjuntura de elevada incerteza e fracas perspectivas de recuperação do crescimento, mantiveram-se os comportamentos de aversão indiferenciada a activos de risco, afectando em especial os mercados accionistas, que no entanto, como se referiu, registaram alguma recuperação na parte final do ano, que prosseguiu no início de 2013.

Índices bolsistas			
VARIAÇÃO em 2012			
	02-Jan-12	31-Dez-12	Δ %
PSI 20	5.234,52	5,655.2	6,2
Euro STO	2.3157,5	2,635.9	13,8
DJI	12.221,19	13,104.1	7,2
DAX	5.900,18	7,612.4	29,0
IBEX	8,558.0	8,167.5	-4,6

Fonte: Reuters

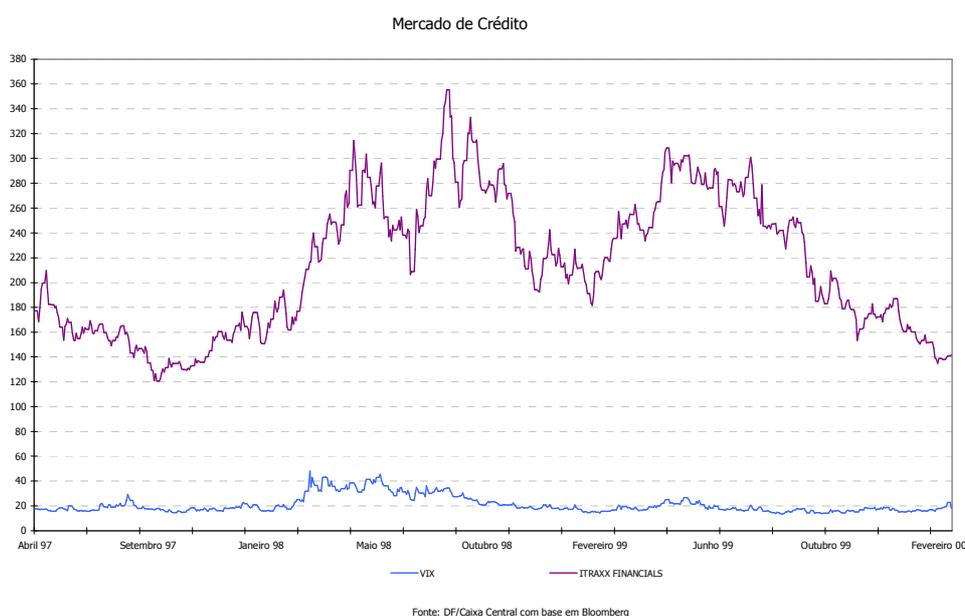
Deste modo, em confronto com os níveis do início do ano, os índices dos principais mercados acabaram por registar, no fim do ano, uma evolução positiva com destaque para o DAX (Alemanha), com +29,0%, e o *Eurostoxx* com +13,8%. O PSI-20 subiu 6,2%, tendo no caso do IBEX (Madrid) ocorrido, porém, uma ligeira queda (-4,6%).



Face às fracas perspectivas de crescimento económico global, os preços no mercado de *commodities* (produtos de base) apresentaram uma tendência global de queda. Este movimento é particularmente sentido nos metais, energia e em algumas *commodities* agrícolas, se bem que com menor expressão dada a menor elasticidade da procura nestes bens e a sua maior volatilidade natural devido à dependência de condições meteorológicas. No entanto, e considerando um horizonte temporal mais alargado, os preços das *commodities* continuam a situar-se em valores historicamente altos.

No mercado petrolífero, após as valorizações ocorridas no primeiro trimestre de 2012, o Brent voltou a ver o seu preço descer, sendo que face à manutenção das fracas perspectivas de crescimento económico, a sua variação de preço encontra-se cada vez mais associada à perpetuação das tensões na Síria e no Irão, com tendência, presentemente, algo indefinida. Para a Zona Euro, no entanto, o que é relevante é o preço do petróleo expresso em euros, pelo que a evolução do valor de câmbio da moeda única é também factor a considerar.

Os indicadores de volatilidade permaneceram em níveis elevados, com o índice VIX a manter-se próximo da barreira dos 20 pontos e o *Itraxx Financials* em níveis historicamente elevados, tendo, no entanto, estes índices denotado uma tendência de queda gradual, mas sustentada, indiciando uma redução das preocupações dos investidores acerca da solidez do sistema financeiro europeu e da estabilidade do euro. A consolidação desta evolução exige porém que o reequilíbrio das finanças públicas e o saneamento e desalavancagem do sector bancário, em curso em diferentes países, sejam levados a bom termo.



4. Mercado Bancário

As condições de exploração do mercado bancário, durante 2012, foram marcadamente influenciadas pelos seguintes factores:

- ✓ Continuação da dificuldade de refinanciamento dos bancos portugueses nos mercados de capitais, como consequência da percepção agravada dos factores de risco ligados à dívida pública e ao sector financeiro, condicionante que, no entanto, se tem esbatido um pouco ultimamente;
- ✓ nível extremamente baixo das taxas *euribor*, às quais se encontram indexadas as taxas praticadas na maior parte dos contratos de crédito, situação que se verificou durante todo o ano, com descida persistente das taxas, e que se acentuou no segundo semestre;

- ✓ forte crescimento do crédito vencido, implicando um grande aumento do esforço de provisionamento por parte da generalidade das instituições e perda de remuneração no crédito pela anulação de juros não pagos;
- ✓ correlativamente, acumulação no balanço dos bancos de um vasto património imobiliário, que constitui uma rubrica financeiramente improdutiva, sujeita potencialmente a futuras imparidades, e implicando, a prazo, deduções prudenciais ao valor dos fundos próprios.

As dificuldades de refinanciamento dos bancos nacionais criaram, como é sabido, uma enorme pressão concorrencial na área da captação, dado que, para além das necessidades correntes de fundos, os bancos precisam ainda de melhorar a sua posição estrutural de liquidez, o que os obriga a reduzirem os rácios de transformação – redução que alguns já conseguiram fazer, inscrevendo-se no limite máximo previsto para esse rácio no Memorando relativo ao Programa de Assistência Financeira ao nosso país (120%).

Esta pressão sobre os recursos levou a que as taxas de juro médias dos depósitos (até 2 anos) registassem uma subida acentuada, atingindo um pico na parte final de 2011 e início de 2012, descendo, porém, nos meses subsequentes, em parte como resultado das medidas disciplinadoras adoptadas pelo Banco de Portugal. Poderão ter contribuído também para essa descida, no entanto, o desanuiamento dos constrangimentos de liquidez das instituições através de maior recurso ao refinanciamento junto do BCE, bem como a progressiva desalavancagem dos seus balanços via contenção de crédito, alienação de activos e conversão de recursos fora de balanço em depósitos convencionais. Entretanto, e como se referiu, algumas instituições de crédito, embora de forma limitada, já conseguiram voltar a refinar-se no mercado de capitais.

Mantém-se porém a situação anómala, que contrasta totalmente com o que se verificava antes da crise financeira, de o custo dos depósitos exceder, e de maneira significativa, as taxas de juro de referência do mercado interbancário (as taxas *euribor*).

A subida do custo dos depósitos levou as instituições financeiras a ajustarem também o preço do crédito, subindo os *spreads* em relação às taxas *euribor*, mas a descida incessante destas últimas, e a sua manutenção, durante a maior parte de 2012, em níveis

muito baixos, conduziu a que, mesmo com os referidos ajustamentos em alta, o preço médio do crédito tenha entrado num ciclo de descida desde Dezembro de 2011, que ainda não se inverteu. Assim, no crédito a empresas a respectiva taxa média desceu de 5,11% nesse mês para apenas 4,86% em Junho de 2012, descendo novamente para 4,60% em Novembro, no crédito à habitação passou-se de uma taxa média de 2,73% no final de 2011 para 2,16% em Junho de 2012 e 1,66% em Novembro de 2012, e no crédito pessoal para consumo e outros fins, de 8,68% para 8,51% e 8,38% nos mesmos meses.

O crédito à habitação é a componente do crédito mais penalizada pela descida das taxas *euribor* – neste caso sobretudo a *euribor* a 6 meses -, devido à maturidade média muito longa das respectivas operações. Na carteira de crédito a empresas, e sobretudo no crédito ao consumo, a sua maior rotação tem permitido às instituições, através do ajustamento do *spread* nas novas operações e renovações, amortecerem o impacto da descida da *euribor* nas respectivas taxas médias de remuneração, sem conseguirem, no entanto, travar a sua queda.

Taxas de Juro

	Dez-09	Dez-10	Jun-11	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Nov-12	Nov12/Dez11 Δ p.p.
Depósitos até 2 anos	2,10	2,15	2,95	3,67	3,54	3,30	2,81	-0,86
Crédito a Empresas	3,34	3,77	4,49	5,11	5,04	4,86	4,60	-0,51
Crédito à habitação	2,00	2,12	2,44	2,73	2,53	2,16	1,66	-1,07
Outro crédito a particulares	7,32	7,97	8,25	8,68	8,58	8,51	8,38	-0,30

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de conjuntura, Janeiro 2013

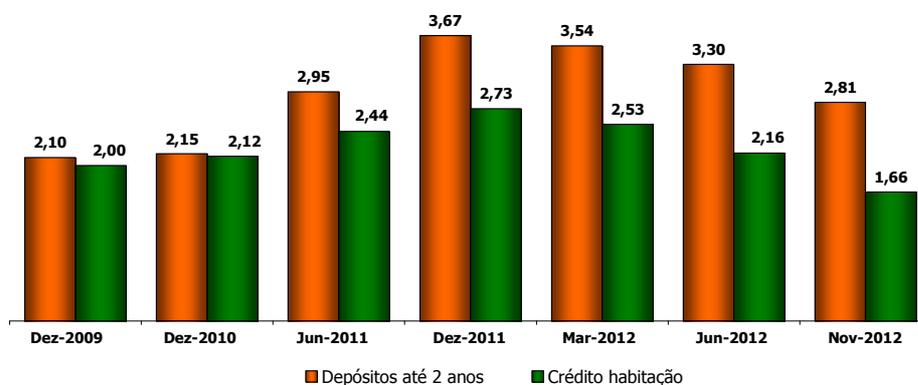
Assim, atendendo à referida inflexão no custo dos depósitos, ao longo de 2012, o sector bancário no seu conjunto conseguiu recuperar em alguma medida a “margem comercial” (diferença entre a taxa média do crédito e a dos depósitos) nas operações de crédito a empresas e crédito ao consumo, em relação ao nível muito baixo de Dezembro de 2011 (subindo essa margem respectivamente +0,35 p.p. e +0,56 p.p.), continuando porém a “margem comercial” a degradar-se no crédito à habitação. É de realçar o facto, gravoso para o conjunto das instituições financeiras, de que a “margem comercial” no crédito à habitação é nesta altura de -1,15%, e já era negativa (-0,94%) em Dezembro de 2011.

Evolução da "margem comercial" do crédito *

	Dez-10	Jun-11	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Nov-12	Nov12/Dez11 Δ p.p.
Crédito a Empresas	Relatório e Conjuntura 2012, 54	1,62	1,54	1,50	1,56	1,79	0,25
Crédito à habitação		-0,03	-0,51	-0,94	-1,01	-1,15	-0,21
Crédito a particulares - consumo e outros fins		5,82	5,30	5,01	5,04	5,57	0,56

* Taxa média do crédito menos taxa dos depósitos até 2 anos, usado como *proxy* da margem comercial

**Evolução das taxas médias
Crédito à Habitação v.s. Depósitos**



Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de Conjuntura, Janeiro 2013

Constata-se, por outro lado, ao considerar a evolução dos agregados de crédito, que o volume do crédito concedido à economia tem estado em regressão acentuada, agravando o impacto sobre a margem financeira da situação adversa da margem comercial: ao “efeito taxa” negativo soma-se um “efeito volume” igualmente negativo.

Com efeito, o crédito a empresas, em Novembro 2012, apresentava uma redução de 4,7% em termos homólogos, o crédito à habitação de 3,5% e o crédito a particulares para outros fins uma retracção mais pronunciada, de 8,0%. Estas variações referem-se ao saldo das carteiras de crédito, e denotam, por consequência, uma redução substancial em novas operações. A contracção nos volumes do crédito concedido à economia reflecte factores ligados à oferta – gestão da liquidez, gestão do risco e constrangimentos de balanço das instituições -, mas também se explica por uma menor procura, motivada pelo baixo nível de actividade económica e pela incerteza e apreensões dos agentes económicos perante o actual ambiente recessivo.

Agregados de crédito

Valores em %

	Dez-09	Dez-10	Jun-11	Dez-11	Mar-12	Jun-12	Nov-12
Total	2,2	1,5	0,0	-2,1	-2,9	-3,6	-4,6
Empresas	1,8	0,7	0,0	-1,7	-2,5	-3,1	-4,7
Particulares	2,3	2,0	0,0	-2,2	-3,0	-3,7	-4,3
Habitação	2,6	2,4	0,4	-1,6	-2,4	-3,0	-3,5
Outros fins	0,9	0,0	-1,8	-4,9	-5,7	-7,2	-8,0

Fonte: Banco de Portugal, Indicadores de conjuntura, Janeiro 2013

Um outro aspecto marcante da evolução do mercado bancário é o substancial crescimento do crédito vencido, o qual, para além de provocar um enorme esforço de provisionamento nas diferentes instituições, também afecta a margem financeira, pelo aumento do peso do crédito e de outros activos improdutivos, e pela anulação de juros vencidos não pagos.

CRÉDITO VENCIDO

SISTEMA BANCÁRIO NACIONAL

	2008		2009		2010		2011		2012	
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Nov	Dez	Jun	Nov
I. Em valor (milhões de euros)										
Particulares	2877	3503	3661	3989	3989	4317	4777	4674	4834	5084
Habitação	1570	1780	1870	1937	1932	1992	2145	2099	2123	2260
Consumo	759	957	1032	1149	1237	1356	1487	1477	1520	1562
Empresas	2514	4136	4594	5174	4706	5780	7592	6879	9539	10837
Agricultura *	24	44	46	57	47	60	75	72	96	101
Indústrias Transformadoras	425	731	806	843	712	799	992	920	1124	1244
Construção	864	1491	1432	1673	1695	2062	2793	2538	3758	4051
Comércio **	482	676	878	936	877	1016	1193	1138	1360	1578
Alojamento e restauração	80	145	192	208	218	298	323	306	471	573
Actividades Imobiliárias	353	535	566	735	638	855	1212	1112	1609	1943
Total	5391	7639	8255	9163	8695	10097	12369	11533	14373	15921
II. Em % da carteira										
Particulares	2,2	2,6	2,7	2,8	2,8	3,0	3,4	3,3	3,5	3,8
Habitação	1,5	1,7	1,7	1,7	1,7	1,7	1,9	1,8	1,9	2,1
Consumo	4,9	6,2	6,6	7,4	8,0	8,9	10,0	9,9	10,9	11,6
Empresas	2,2	3,5	3,9	4,4	4,1	4,9	6,5	6,0	8,7	10,2
Agricultura *	1,3	2,3	2,4	2,8	2,3	2,8	3,6	3,5	4,8	5,2
Indústrias Transformadoras	2,9	4,8	5,3	5,6	4,8	5,2	6,7	6,2	7,9	9,1
Construção	3,3	5,5	5,5	6,7	7,1	8,5	11,8	11,0	17,0	19,3
Comércio **	3,1	4,3	5,8	6,0	5,8	6,5	7,9	7,7	10,0	12,2
Alojamento e restauração	1,8	3,1	3,8	3,9	3,8	4,9	5,5	5,3	8,0	10,0
Actividades Imobiliárias	2,1	3,1	3,3	4,3	4,0	5,4	7,6	7,2	10,7	10,2
Total	2,2	3,1	3,3	3,7	3,5	4,1	5,3	4,5	5,8	6,6

* inclui agricultura, produção animal, silvicultura, caça e pesca

** Comércio por grosso e retalho e algumas outras actividades

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Janeiro 2013

Considerando os valores do crédito vencido no sistema bancário relativos a Novembro de 2012, constata-se um incremento em termos homólogos de cerca de 6,4% no caso dos particulares, mas de 42,7% no caso das empresas, originando um aumento global do crédito vencido no sistema bancário de 28,7%. O crédito vencido de empresas já perfazia nesse mês 10,2% da carteira, face a 6,5% no mês homólogo. Em Dezembro de 2008, este rácio era de apenas 2,2%.

Embora o crédito vencido empresarial esteja em crescimento em todos os sectores, é particularmente elevado o aumento de 45,0% registado na construção e de 62,3% nas actividades imobiliárias, que em conjunto perfazem 55,3% do crédito vencido das empresas. No crédito a empresas, refira-se, a agricultura é o sector com menor rácio de crédito vencido, de 5,2% em Novembro último, contra 3,6% no mês homólogo de 2011,

mas também apresentou um crescimento significativo, já que em Dezembro de 2008 era de apenas 1,3%.

No caso dos particulares, o rácio de crédito vencido era de 3,8% em Novembro de 2012, sendo de 2,1% no crédito à habitação e de 11,6% nos créditos para consumo e outros fins, rácios que no mês homólogo de 2011 eram de 3,4%, 1,9% e 10,0% respectivamente. Em Dezembro de 2008 o rácio de crédito vencido nos particulares era de 2,2%, sendo 1,5% no crédito à habitação e 4,9% no crédito para outros fins.

A análise dos rácios de crédito vencido em empresas por escalões dimensionais dos níveis de responsabilidade é também elucidativa, revelando que em todos os escalões o crédito vencido tem apresentado recentemente um crescimento muito rápido. Com efeito, constata-se que até no escalão de níveis de responsabilidade acima de 5 milhões de euros, em que no final de 2008 o crédito vencido era de apenas 1% da carteira, se tem actualmente (Novembro 2012) um nível de 7,8%. Os rácios de crédito vencido são no entanto muito mais elevados nos escalões inferiores, que mais correspondem à dimensão típica das exposições das Caixas, verificando-se porém que os rácios de crédito vencido do SICAM são em geral significativamente inferiores aos que se verificam nesses escalões no conjunto do sistema bancário.

RÁCIO DE CRÉDITO VENCIDO

POR ESCALÕES DE CRÉDITO CONCEDIDO A EMPRESAS

Em percentagem excepto escalões em euros

	2008		2009		2010		2011		2012	
	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Set
< 20.000	11,0	11,1	12,6	14,0	14,7	15,4	15,9	16,7	18,2	19,2
20.000 – 50.000	7,7	8,0	9,3	9,9	10,7	11,1	12,2	13,6	15,8	16,8
50.000 – 100.000	6,6	6,9	8,5	9,0	9,7	9,9	11,1	12,6	14,7	15,8
100.000 – 200.000	5,5	6,0	7,2	7,9	8,6	8,4	9,7	11,3	13,3	14,6
200.000 – 400.000	4,4	4,7	6,1	6,5	7,5	7,5	8,7	9,7	11,8	13,2
400.000 – 1.000.000	4,0	4,6	6,3	6,7	7,4	7,3	8,7	10,4	12,7	14,2
1.000.000 – 5.000.000	3,2	3,5	5,0	5,6	6,6	6,7	8,1	9,9	12,4	14,1
> 5.000.000	0,7	1,0	2,7	2,6	2,8	2,5	3,3	4,5	7,1	7,8

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Janeiro 2013

A análise do crédito vencido empresarial por regiões evidencia igualmente uma tendência crescente em praticamente todas as regiões, com a única excepção do Alentejo em que o rácio vencido desceu de 8,3% em Junho/2012 para 8,1% em Setembro. No entanto, face ao nível que se observou em Dezembro/2011 (que era de 6,8%), também nesta região se teve um agravamento. É particularmente elevado o rácio de crédito vencido no Algarve (19,5%), região na qual este indicador, em Dezembro de 2008, se situava em apenas

1,2%, sendo na altura o mais baixo a nível nacional. Actualmente, a região dos Açores é a que apresenta o rácio de crédito vencido mais baixo, com 7,4%. Em Dezembro de 2008 este rácio era de 1,5%.

RÁCIO DE CRÉDITO VENCIDO

POR REGIÕES EM % DE CRÉDITO CONCEDIDO A EMPRESAS

	2008		2009		2010		2011		2012
	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Dez	Jun	Set
Norte	3,1	4,3	4,3	4,7	4,7	5,6	6,7	8,8	9,8
Centro	2,9	4,1	4,3	4,8	5,0	5,8	7,2	8,8	9,4
Lisboa	1,9	3,8	3,9	4,4	4,0	4,8	6,0	8,5	9,8
Alentejo	2,9	5,0	5,5	5,9	5,5	5,7	6,8	8,3	8,1
Algarve	1,2	3,0	3,9	4,3	6,1	7,4	11,4	18,9	19,5
Açores	1,5	3,2	2,3	2,4	3,2	4,7	5,3	7,0	7,4

Fonte: Banco de Portugal, Boletim Estatístico, Janeiro/2013

Face à situação descrita de esmagamento ou redução da margem financeira e de aumento das imparidades de crédito e de menos valias em activos imobiliários, a par das reduzidas oportunidades de negócio e da necessária desalavancagem, a rentabilidade das diferentes instituições encontra-se pressionada, apresentando algumas, entre as de maior peso no sistema, resultados negativos substanciais, e outras resultados positivos, mas pouco expressivos face à dimensão dos seus balanços. Aliás, os resultados apresentados reflectem proveitos não recorrentes – como ganhos financeiros na recompra a desconto de dívida própria e mais-valias na venda de obrigações do tesouro – e ainda, nalguns casos, os resultados de filiais ou sucursais fora de Portugal, que compensam resultados mais modestos na actividade doméstica.

III. EVOLUÇÃO GERAL DA ACTIVIDADE DO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

1. Actividade Comercial

Na actividade comercial do SICAM em 2012 destaca-se a expansão dos depósitos de clientes, e igualmente dos recursos fora de balanço, a par de uma ligeira retracção do valor total do crédito.

Valores em milhões de euros

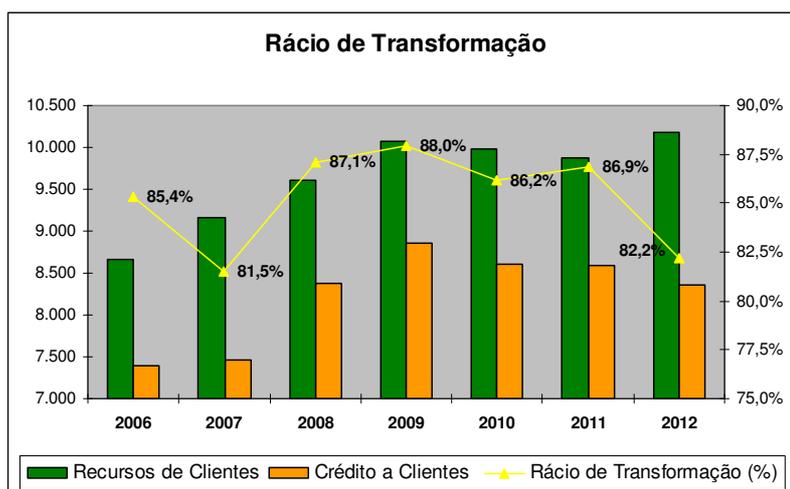
BALANÇO DO SICAM	2010	2011	2012	Δ	
				Abs.	%
ACTIVO (LÍQUIDO)	13.212,8	13.030,2	13.748,3	718,1	5,5%
Crédito a Clientes (bruto)	8.606,2	8.587,0	8.365,4	-221,6	-2,6%
Aplicações em ICs	76,7	275,0	107,0	-168,0	-61,1%
do qual Investimentos detidos até à maturidade	3.465,1	2.973,3	2.234,4	-738,9	-24,9%
PASSIVO	12.186,4	11.972,6	12.649,3	676,8	5,7%
do qual Recursos de Clientes	9.988,7	9.889,9	10.177,7	293,8	3,0%
do qual Recursos de ICs	1.878,3	1.785,1	2.148,0	362,9	20,3%
do qual Bancos Centrais	1.650,9	1.600,4	1.907,8	307,4	19,2%
SITUAÇÃO LÍQUIDA	1.026,4	1.057,6	1.099,0	41,3	3,9%
Rácio de Transformação (%)	86,2%	86,9%	82,2%	- 0,7 p.p.	- 4,7 p.p.

Com efeito, em 2012 a rubrica Crédito a Clientes registou em termos líquidos um decréscimo de 3,4% e em termos brutos de 2,6%. O seu peso no valor total do activo líquido era no final de 2012 de 56,1%, contra 61,3% em 2011.

No entanto, os Depósitos de Clientes, que são a componente dominante do passivo do SICAM em que perfazem 80,5% do total, registaram um crescimento de 3% em relação ao ano anterior, atingindo assim um valor total de cerca de 10,2 mil milhões de euros em Dezembro de 2012 (incluindo os encargos a pagar, de valor residual).

O decréscimo verificado no crédito a clientes (-2,6%), conjugado com o aumento nos recursos de clientes (+3%), conduziu a uma redução no rácio de transformação, de 86,9% em 2011 para 82,2% em 2012, aumentando consideravelmente a margem de segurança de que o Crédito Agrícola dispõe em relação ao nível de referência decorrente do Acordo com a *troika* de 120%.

Refira-se que o rácio de transformação do SICAM nos últimos seis anos oscilou entre os 81,5% e os 88%, sempre muito aquém do referido limite prudencial de referência estabelecido no âmbito do programa de assistência financeira a Portugal.



Com efeito, o valor dos depósitos continua a exceder largamente o crédito concedido, conservando o SICAM uma forte posição de liquidez no seu balanço. No entanto, tal coloca pressão sobre a rentabilidade do Grupo, dado que as condições de remuneração dos excedentes de liquidez nos mercados financeiros se apresentam muito desfavoráveis.

O SICAM e o Grupo Crédito Agrícola mantiveram igualmente no exercício findo uma actividade dinâmica, em termos comerciais, noutras áreas de negócio, designadamente seguros – ramo vida e ramos reais - , fundos de investimento e gestão de activos. A evolução nos seguros de capitalização e fundos de investimento contribuiu para um crescimento bastante significativo, a que já se aludiu, nos recursos de clientes fora do balanço.

1.1 Depósitos e Outros Recursos

O ambiente económico de 2012 foi manifestamente desfavorável à retenção e à captação de depósitos de clientes, ao mesmo tempo que prosseguiu, embora atenuada, a postura comercial fortemente concorrencial das demais instituições, visando melhorar a sua liquidez e reduzir os respectivos rácios de transformação.

A confortável liquidez do Grupo Crédito Agrícola permitiu-lhe porém, neste contexto, manter uma política essencialmente reactiva e conservadora na sua actividade de captação de recursos.

Ainda assim, mesmo neste ambiente macroeconómico marcadamente recessivo e com uma intensa concorrência interbancária na área da captação de recursos - que levou inclusive a entidade de Supervisão a impor medidas disciplinadoras - , os depósitos de clientes do SICAM registaram um significativo acréscimo de 3%.

Recorde-se que a Instrução 28/2011 do Banco de Portugal determinou a penalização em Fundos próprios de base da contratação, renovação e reforço de depósitos com remunerações superiores a determinados limiares de taxas, o que introduziu condicionalismos nas taxas máximas de depósitos oferecidas, tendo contribuído para travar a tendência de subida, mantendo-se no entanto as taxas médias praticadas em níveis comparativamente elevados face aos que se verificavam há alguns anos atrás, em períodos em que as taxas *euribor* eram até superiores às que actualmente se observam.

Valores em milhões de euros, excepto %

Depósitos de Clientes	2010	2011	2012	Δ Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem	2.642,4	2.476,2	2.586,5	110,3	4,5%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.316,8	7.349,9	7.517,8	167,9	2,3%
Encargos a pagar líquidos	29,4	57,8	73,4	15,6	26,9%
Total	9.988,7	9.883,9	10.177,7	293,8	3,0%

A profunda ligação que as Caixas mantêm com as populações locais, e a confiança cimentada numa longa relação de proximidade, foram factores que muito contribuíram para a sustentação da base de depósitos do SICAM, que se traduziu num aumento de 4,5% nos Depósitos à Ordem e de 2,3% nos Depósitos a Prazo e de Poupanças, tendo estes últimos atingido mais de 7.500 milhões de euros no final 2012.

Os recursos de clientes sob gestão do Crédito Agrícola incluem ainda os de fora de balanço que continuaram a registar, como já se notou, um crescimento significativo, em contraciclo com o observado no conjunto do sector.

Valores em milhões de euros, excepto %

Recursos fora do Balanço	2010	2011	2012	Δ Abs.	Δ%
Fundos de Investimento	192,3	222,2	282,9	60,7	27,3%
Mobiliários	111,8	128,2	166,4	38,2	29,8%
Imobiliários	80,5	94,0	116,5	22,5	24,0%
Seguros de Capitalização	795,8	874,6	966,0	91,4	10,4%
Total	988,1	1.096,7	1.248,8	152,1	13,9%

O crescimento dos produtos fora de balanço, permitiu às Caixas e à Caixa Central evitar o impacto adverso na margem financeira da remuneração de recursos a taxas comparativamente mais elevadas, mantendo-se no entanto os recursos na órbita do Crédito Agrícola, para além de ter contribuído para a geração de comissões na colocação desses produtos, favorecendo o incremento da margem complementar.

Relativamente à comercialização de fundos de investimento, verificaram-se aumentos consideráveis, quer no que respeita aos fundos de investimento mobiliário quer no que respeita aos fundos de investimento imobiliário, de 29,8% e 24%, respectivamente.

Nos seguros de capitalização, por sua vez, é de assinalar o crescimento de 10,4%, tendo atingido a respectiva carteira um valor de quase 1.000 milhões de euros em 2012.

Este crescimento em boa parte é explicado pelas soluções apresentadas pela CA Gest e pela CA Vida, que se têm mostrado atractivas para os clientes, satisfazendo os níveis de remuneração por eles pretendidos - sem impacto, como referido, na margem financeira.

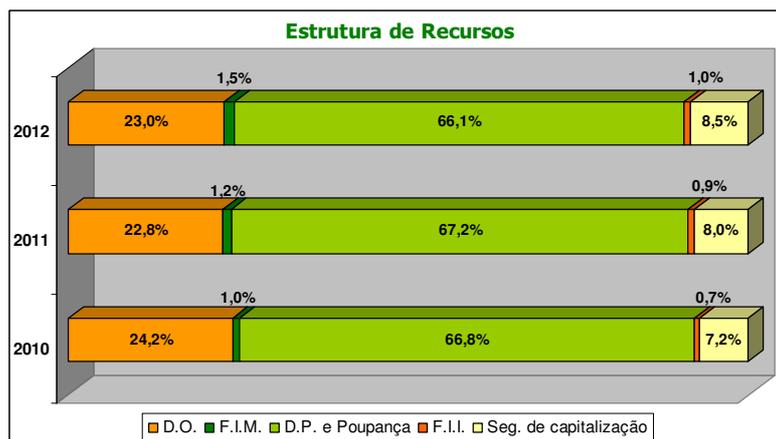
Na estrutura de recursos de clientes manteve-se, porém, o peso dominante dos depósitos tradicionais, os quais representavam 89,1% dos recursos totais confiados ao Grupo no final de 2012, contra 91% em 2010. Observou-se, de qualquer modo, um peso crescente de todas as rubricas que integram os recursos fora do balanço os quais, no total, perfizeram no ano findo 10,9% dos recursos de clientes sob gestão do Crédito Agrícola, contra 9% em 2010 e 10% em 2011.

Recursos de clientes sob gestão do Crédito Agrícola

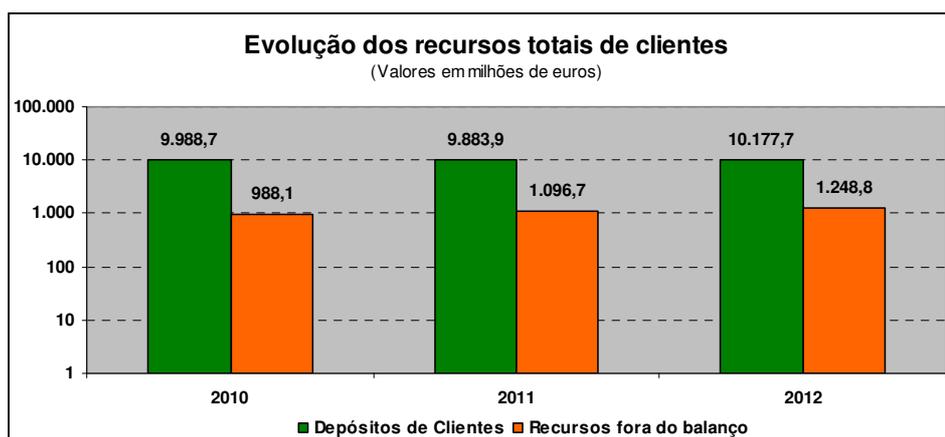
Valores em milhões de euros, excepto %

	2010	2011	2012	Estrutura (% do total)			Δ 2012/2011	
				2010	2011	2012	Abs.	Δ%
Depósitos à Ordem*	2.671,9	2.534,0	2.659,9	24,3%	23,1%	23,3%	125,9	5,0%
Depósitos a Prazo e Poupanças	7.316,8	7.349,9	7.517,8	66,7%	66,9%	65,8%	167,9	2,3%
Total Depósitos	9.988,7	9.883,9	10.177,7	91,0%	90,0%	89,1%	293,8	3,0%
Seguros de Capitalização	795,8	874,6	966,0	7,2%	8,0%	8,5%	91,4	10,4%
Fundos de Investimento	192,3	222,2	282,9	1,8%	2,0%	2,5%	60,7	27,3%
Total Recursos fora Balanço	988,1	1.096,7	1.248,8	9,0%	10,0%	10,9%	152,1	13,9%
Total	10.976,8	10.980,6	11.426,5	100,0%	100,0%	100,0%	445,9	4,1%

* Incluindo encargos a pagar



Dada a evolução positiva quer nos produtos fora do balanço, quer nos depósitos tradicionais, o valor total dos recursos de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registou um acréscimo de 4,1%, tendo atingido os quase 11,5 mil milhões de euros em Dezembro de 2012.



1.2. Evolução do Crédito

Em 2012, como já se referiu, a carteira de crédito do SICAM registou um decréscimo de -2,6% face ao ano anterior, tendo passado de 8.587,0 milhões de euros em 2011 para 8.365,4 milhões em 2012.

O crédito concedido pela Caixa Central registou uma diminuição de 51 milhões de euros e o das Caixas Agrícolas de 171 milhões de euros.

Considerando o SICAM no seu conjunto, o crédito concedido a empresas sofreu porém uma contracção de apenas 1,7%, tendo sido nos particulares que a diminuição foi mais expressiva (-3,4%).

Valores em milhões de euros, excepto %

CRÉDITO a CLIENTES	2010	2011	2012	Variação	
				absoluta	relativa
Crédito a Clientes (1)	8.606,2	8.587,0	8.965,4	-221,6	-2,6%
Empresas	4.118,6	4.179,8	4.108,0	-71,7	-1,7%
Particulares	4.487,6	4.407,1	4.257,4	-149,7	-3,4%
do qual crédito vencido a mais de 90 dias (2)	420,7	499,6	567,9	68,3	13,7%
Rácio de crédito Vencido (2/1)	4,9%	5,8%	6,8%	-	-
Compromissos perante terceiros	1.306,3	1.080,5	1.085,4	4,9	0,5%
linhas de crédito irrevogáveis	854,9	597,2	553,1	-44,2	-7,4%
linhas de crédito revogáveis	301,3	322,3	308,4	-13,9	-4,3%
Garantias Prestadas ^{1, 2}	301,5	273,9	256,8	-17,0	-6,2%

¹ Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação

² Exclui activos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, junto do euro-sistema.

O crédito vencido no SICAM a mais de 90 dias no final de 2012 apresentou um crescimento de 13,7% comparativamente a 2011, atingindo cerca de 568 milhões de euros no termo de 2012. Como consequência, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias registou um agravamento em 2012 atingindo um valor de 6,8%, contra 5,8% em Dezembro de 2011 e 4,9% em 2010.

O crescimento do crédito vencido foi inferior ao verificado em 2011, ano em que se verificara um acréscimo de 18,7%.

É também de salientar que este acréscimo do crédito vencido, que espelha as dificuldades da actual conjuntura, se tem mostrado, no decurso da actual crise, menos acentuado no SICAM do que no conjunto do sistema financeiro, no qual o aumento do crédito vencido desde 2008 foi de 186%, contra 70% no SICAM.

Como aspecto positivo é de referir ainda que em 2012 se registou uma redução significativa (-27,8%) no crédito vencido a menos de 90 dias (-0,8 milhões de euros na Caixa Central e -14,5 milhões de euros nas Caixas Associadas).

Impõe-se, no actual contexto de crise, o reforço dos processos de acompanhamento do crédito e a intensificação dos esforços de recuperação, para além, naturalmente, de cuidados acrescidos logo na fase de concessão, e nas próprias renovações, atendendo ao agravamento e maior imprevisibilidade dos factores de risco.

Face à evolução do crédito vencido, o rácio da respectiva cobertura por provisões diminuiu em relação ao final de 2011 de 119,8% para 115,3%, nível que no entanto se apresenta confortável e excede amplamente o que se verificava há alguns anos atrás (em 2007, antes do início da crise financeira, este rácio era de 108,9%, e no início da década, em 2002, era de 73,6%).

Relativamente aos Compromissos perante Terceiros, assistiu-se a um ligeiro acréscimo de 0,5% face a 2011, não devido à evolução das linhas de crédito irrevogáveis e revogáveis que registaram decréscimos de 7,4% e 4,3%, respectivamente, mas sim devido à tomada firme de papel comercial (44,3 milhões de euros em 2011 e 90,3 milhões de euros em 2012).

No que respeita às Garantias prestadas, relacionadas com operações com clientes, verificou-se um decréscimo no seu valor global de 6,2%, para o que será factor explicativo a quebra de actividade no sector imobiliário e de obras públicas, o qual é um dos principais geradores de procura deste tipo de garantias.

A retracção do crédito em 2012 foi extensiva a quase todas as tipologias de crédito, exceptuando-se os descobertos bancários e o papel comercial, que registaram crescimentos de 3,9 e 11,6 milhões de euros, respectivamente.

Evolução do crédito por tipo de operação					
	2010	2011	2012	Δ Abs.	Δ %
Crédito à Habitação ^{a)}	2.459,7	2.480,5	2.449,1	-31,5	-1,3%
Contas Correntes Caucionadas	643,2	649,8	568,9	-81,0	-12,5%
Descontos Comerciais	77,1	70,3	52,1	-18,2	-25,9%
Leasing	190,3	182,5	164,9	-17,6	-9,7%
Cartões de Crédito	39,7	38,7	38,6	-0,1	-0,3%
Descobertos	24,9	30,3	34,3	3,9	13,0%
Operações com o estrangeiro	10,8	12,4	11,7	-0,7	-5,0%
Papel Comercial	93,8	157,0	168,7	11,6	7,4%
Contratos de Financiamentos ^{b)}	5.046,6	4.999,3	4.853,5	-85,8	-1,7%
Fundamentos a receber (líq.)	35,5	42,6	40,8	-1,9	-4,3%
Receitas com vencimento diferido (líq.)	-15,4	-16,5	-17,0	-0,5	2,8%
Crédito a Clientes (1)	8.606,2	8.587,0	8.365,4	-221,6	-2,6%
Compromissos perante terceiros (2)	1.306,3	1.080,5	1.085,4	4,9	0,5%
dos quais linhas de crédito irrevogáveis	854,9	597,2	553,1	-44,2	-7,4%
dos quais linhas de crédito revogáveis	301,3	322,3	309,1	13,0	4,3%
Garantias Prestadas ^{c), d)} (3)	301,5	273,9	256,8	-17,0	-6,2%
Subtotal (2+3)	1.607,9	1.354,4	1.342,2	-12,2	-0,9%
Total (1+2+3)	10.214,1	9.941,4	9.707,6	-233,8	-2,4%

^{a)} A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Mutuosos" (C.H. complementar)

^{b)} Inclui empréstimos de maturidades diversas.

^{c)} Inclui garantias e avales prestados e créditos documentários de importação

^{d)} Exclui aditivos dados em garantia, nomeadamente de crédito e de títulos, em operações junto do euro-sistema.

O crédito à habitação registou um decréscimo de 31,5 milhões de euros em 2012 face a 2011. Representava no termo do ano findo 29,3% do total da carteira, denotando assim um peso relativo ligeiramente superior ao dos dois exercícios precedentes.

Continuando com reduzida dinâmica, o crédito agenciado apresentou um decréscimo de 9,4%, para 495,6 milhões de euros, verificando-se igualmente uma redução do seu peso na carteira da Caixa Central, em que representa cerca de um terço do total (35,5% em 2011 e 33,3% em 2012).

Crédito Agenciado por tipologia de crédito

Valores em milhares de euros, excepto %

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO AGENCIADO	2010	2011	2012	Variação	
				Absoluta	%
Crédito à habitação	199.103	191.620	181.406	-10.215	-5,3%
Cartões de crédito	20.469	18.785	17.463	-1.322	-7,0%
Descontos comerciais	1.204	1.182	537	-645	-54,6%
Contas correntes caucionadas	24.504	21.378	24.340	2.962	13,9%
Financiamentos	180.185	191.499	167.261	-24.238	-12,7%
Leasing	129.091	121.411	103.449	-17.962	-14,8%
Operações com o estrangeiro	2.094	975	1.098	123	12,7%
TOTAL	556.650	546.851	495.554	-51.296	-9,4%

A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (CH complementar)

Para além dos efeitos induzidos pela retracção da procura de crédito a nível local como reflexo da situação recessiva da economia, a diminuição verificada no crédito agenciado na maioria das tipologias é sobretudo justificada pelo aumento da capacidade de concessão de crédito por parte das Caixas Associadas - fruto da política de fusões levadas a cabo e do consequente aumento dos seus fundos próprios -, a que se junta a confortável liquidez de que praticamente todas desfrutam. Além disso, a esmagadora maioria das Caixas dispõe de autorização para ampliar o âmbito da sua actividade, para fora dos sectores a que tradicionalmente estavam confinadas (agricultura e sector primário em geral).

Outro factor explicativo para a redução do crédito agenciado foi o elevado número de pedidos de liquidações antecipadas, mormente nos financiamentos às actividades agrícolas e conexas, para o qual terá contribuído o bom ano agrícola.

Em sentido contrário ao verificado no conjunto do crédito agenciado, registe-se o aumento significativo nas rubricas "Contas Correntes Caucionadas" (+13,9%) e operações com o estrangeiro (+12,7%), mas esta última rubrica detém ainda um peso diminuto no crédito agenciado.

a) Empresas

No segmento de empresas, como se referiu, verificou-se, em termos globais, um decréscimo de 1,7% extensivo a quase todas as tipologias de crédito, reflectindo a actual conjuntura, que tem conduzido à retracção da procura de crédito viável, bem como a uma atitude de maior contenção por parte das Caixas, dado o agravamento dos factores de risco com que actualmente se deparam.

No entanto, o crédito sob a forma de papel comercial, que se inscreve na actividade da Caixa Central, registou um acréscimo de 11,6 milhões de euros, sendo a única componente do crédito ao segmento empresarial que apresenta crescimento, mas algumas das operações incluídas nesta rubrica são na verdade aplicações de tesouraria junto de empresas nacionais de referência.

Valores em milhões de euros, excepto %

EMPRESAS	2010	2011	2012	Variação	
				absoluta	relativa
Crédito a Empresas	4.118,6	4.179,8	4.108,0	-71,7	-1,7%
- Contas Correntes Caucionadas	551,7	566,7	497,3	-69,4	-12,3%
- Descontos Comerciais	69,9	69,1	53,0	-16,1	-23,3%
- Locação Financeira (Leasing)	158,2	152,8	141,6	-11,1	-7,3%
- Financiamentos ¹	3.338,8	3.391,2	3.416,1	25,0	0,7%
do qual Papel Comercial	93,8	157,0	168,7	11,6	7,4%

¹ Inclui descobertos e empréstimos de maturidades diversas, quer em moeda nacional quer estrangeira.

b) Particulares

O impacto do ambiente recessivo da economia, com o aumento do desemprego, a diminuição do poder de compra e o aumento dos factores de incerteza, cria dificuldades acrescidas às famílias e pequenos negócios, e condicionou, no exercício findo, a actividade creditícia também neste segmento.

Assim verificou-se um decréscimo da carteira de crédito a particulares na ordem dos 150 milhões de euros (-3,4%), para um valor total de 4.257,4 milhões de euros, sendo o decréscimo mais acentuado no crédito ao consumo e na locação financeira.

PARTICULARES e MICRO-NEGÓCIOS	2010	2011	2012	Variação	
				absoluta	relativa
Crédito a Particulares	4.487,6	4.407,1	4.257,4	-149,7	-3,4%
- Crédito à Habitação ¹	2.459,7	2.480,5	2.449,1	-31,5	-1,3%
- Crédito ao Consumo ²	388,0	359,8	331,1	-28,7	-8,0%
do qual Cartões de Crédito	38,8	37,8	37,6	-0,1	-0,4%
- Locação Financeira (Leasing)	31,1	28,8	22,5	-6,3	-22,0%
- Outro Crédito por Desembolso de Fundos ³	1.608,9	1.538,0	1.454,7	-83,3	-5,4%

¹ A rubrica Crédito à Habitação inclui o "Crédito Multiusos" (C.H. complementar)

² Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

³ Inclui descobertos, efeitos descontados, contas correntes e empréstimos de maturidades diversas.

O Crédito à Habitação, apesar de se manter como a rubrica com maior peso neste segmento, registou, como já se apontou, uma redução de 31,5 milhões de euros. No entanto aumentou o seu peso relativo, representando no final do exercício 57,5% do total do crédito concedido a particulares (56,3% em 2011 e 54,8% em 2010), o que está em linha com o que se verifica no conjunto do sistema bancário, em que, como se viu noutra parte deste relatório, se observou um redução marcada no crédito a particulares para consumo e outros fins.

Esta componente do crédito a particulares registou no SICAM um decréscimo de 8%, reflexo do maior rigor na sua concessão, em resultado da alteração dos factores de risco que lhe são inerentes, mas também devido a uma manifesta retracção da procura. No total, porém, o crédito concedido a particulares para consumo e outros fins representa uma pequena parcela do crédito a este segmento (7,8% em 2012 e 8,2% em 2011).

O crédito na modalidade de locação financeira, à semelhança do que ocorreu no segmento empresas, registou nos particulares um decréscimo de 22%, conforme se explicita no ponto seguinte.

c) Locação Financeira

Sendo a locação financeira especialmente destinada ao financiamento do investimento, - de equipamentos, viaturas e imóveis - e tendo a procura destes bens sofrido uma forte retracção durante o ano de 2012, tal não podia deixar de afectar negativamente a evolução da actividade.

Assim, de acordo com os dados disponíveis para o sector a nível nacional, a quebra global na celebração de novos contratos foi de aproximadamente 38%, tendo incidido em todos os três produtos (equipamentos, imóveis e viaturas).

A locação financeira no Crédito Agrícola acompanhou esta conjuntura desfavorável, embora com uma quebra nos novos contratos que se ficou por - 28%, bastante inferior à do sector no seu todo.

Reflexo desta evolução, o valor da carteira de crédito em locação financeira do Crédito Agrícola teve uma redução de aproximadamente 10%, ascendendo a um valor global de 165 milhões de euros.

Se valor, em milhares de euros

Activo das operações leasing	2010	2011	2012	Variação		Estrutura carteira	
				Absoluta	%	2011	2012
Caixa Central	179.299	167.014	150.221	-16.793	-10,1%	91,5%	91,1%
Caixas Associadas	11.035	15.510	14.674	-836	-5,4%	8,5%	8,9%
Total	190.334	182.524	164.895	-17.629	-9,7%	100,0%	100,0%

O sector empresarial não financeiro representa cerca de 85% do valor da carteira de crédito nesta área, enquanto os particulares e pequenos negócios representam cerca de 14%. Por sua vez, o sector público estatal e o sector financeiro têm um peso residual na carteira de leasing do Crédito Agrícola.

Se valor, em milhares de euros

Tipo de locatário	2010	2011	2012	Variação		Estrutura carteira	
				Absoluta	%	2011	2012
Particulares e peq. negócios	31.080	28.820	22.479	-6.341	-22,0%	15,8%	13,6%
Sector público estatal	1.941	1.463	870	-593	-40,5%	0,8%	0,5%
Sector financeiro	1.084	942	785	-157	-16,7%	0,5%	0,5%
Sector não financeiro	156.235	151.299	140.761	-10.538	-7,0%	82,9%	85,4%
Total	190.340	182.524	164.895	-17.629	-9,7%	100,0%	100,0%

Numa análise ao tipo de bem locado, constata-se que a referida redução da carteira foi quase uniforme nos três segmentos.

Se valor, em milhares de euros

Tipo de bem locado	2010	2011	2012	Variação		Estrutura carteira	
				Absoluta	%	2011	2012
Viaturas	57.099	57.293	51.731	-5.562	-9,7%	31,4%	31,4%
Equipamentos	67.042	59.034	52.598	-6.436	-10,9%	32,3%	31,9%
Imóveis	66.199	66.197	60.566	-5.631	-8,5%	36,3%	36,7%
Total	190.340	182.524	164.895	-17.629	-9,7%	100,0%	100,0%

De realçar ainda o facto de não existirem diferenças muito significativas do peso de cada um dos grupos de bens na estrutura de crédito, representando cada um deles cerca de um terço do valor total da carteira, embora com um peso ligeiramente superior da carteira de leasing imobiliário.

1.3. Meios Electrónicos de Pagamento

A actividade nesta área continua a ser fortemente influenciada pela alteração do Modelo de Negócio para os Meios de Pagamento a nível Europeu, com implicações estruturais a nível do mercado nacional e impacto na oferta comercial e sua rentabilidade. Outro factor relevante prende-se com o acentuado agravamento do cenário actual da economia portuguesa, colocando fortes desafios ao crescimento de produtos de Crédito, bem como, do controlo dos riscos que lhe estão associados.

A nível do Grupo Crédito Agrícola, identificam-se algumas oportunidades para esta área de actividade, a saber:

- Alteração do Regime Jurídico do SICAM, permitindo às CCAM o registo da sua própria carteira do Crédito concedido por Cartão;
- A Rede de Proximidade das CCAM, potencia o desenvolvimento do negócio com Comerciantes, a nível de Terminais de Pagamento Automático e Cartões;
- A base de Associados do GCA, potencia a oferta de novos produtos, tendo em vista a sua Fidelização, maior envolvimento Comercial e o aumento do Capital próprio das CCAM.

Linhas de Negócio

a) Acquiring de TPAs

No ano de 2012 foi efectuada a consolidação e desenvolvimento de actividades de Acquiring, nomeadamente com o apoio à Rede Comercial na captação de novos comerciantes, com a Migração de Terminais MBOOnly para a Rede CA&companhia; e pela captação de comerciantes a nível nacional com o objectivo de contratação do Serviço de Acquiring.

No segundo Trimestre de 2012 foi efectuada uma Campanha de adesão à Rede CA&companhia, com ofertas especiais dirigidas a Clientes aderentes e incentivos aos melhores desempenhos a nível comercial, sendo que de momento 36% do parque de TPAs são CA&companhia.

Ainda neste âmbito, durante o primeiro Semestre foi efectuada a consulta e selecção dos Fornecedores de TPAs, a nível da oferta de equipamentos contactless, em conjunto com a CA Informática.

b) Plano de Negócio

A nível da dinamização da oferta de cartões, a actividade durante o ano de 2012 foi influenciada pelas acções previstas no Plano de Actividades, conjugada pela definição conjunta (DMEP e CCAM) de objectivos para o incremento de carteira.

Neste enquadramento, foram realizadas visitas a CCAMs para apresentação dos resultados da actividade e identificação de oportunidades de crescimento comercial e dos próprios resultados, quer nos cartões de crédito, cartões de débito ou na rede CA&companhia.

Foram alcançados os objectivos definidos para a Rede CA&companhia previstos no Plano de Negócio, bem como do produto cartão de crédito.

Dando continuidade ao Plano de Negócios foram efectuadas visitas a CCAMs com o intuito de potenciar o incremento da carteira e resultados nos produtos cartões e serviço acquiring.

Produtos

a) Clube A

No segundo trimestre de 2012 foi efectuado o relançamento do Clube A, nomeadamente através do contacto com os Associados detentores de menos de 100 títulos e oferta do Cartão Clube A na Vertente Débito.

Os produtos Clube A permitem o desenvolvimento da Oferta diferenciada para Associados do Crédito Agrícola, promovendo o aumento dos Capitais próprios das CCAM, a fidelização dos actuais Associados, bem como a penetração na Base de Dados de Clientes.

b) Produtos Picture Card

Foi efectuado o lançamento do produto Picture Card, que permite através de um verso transversal, a obtenção de economias de escala pela emissão de cartões que têm a mesma

imagem no verso, e uma imagem personalizada na frente. Neste momento já se migraram todas as parcerias CoBranded para este produto.

c) Cartão CA Mulher

Foi efectuado o lançamento do produto Cartão CA Mulher, um Cartão de Crédito específico para Clientes Particulares do sexo feminino a partir dos 18 anos.

No âmbito do seu lançamento, disponibilizou-se um Programa de Fidelização que consistiu em: atribuição de descontos em Parceiros CA Mulher, atribuição de um Vale de Desconto na Halcon Viagens, e Aquisição de Produtos não Financeiros em Condições Especiais.

Esta solução é uma oferta exclusiva para as mulheres do Crédito Agrícola, com produtos e condições preferenciais para este segmento que inclui, o Seguro CA Mulher da CA Vida, entre outros produtos de Marketing.

D) Migração Contactless

No ano de 2012 foi efectuado o desenvolvimento da oferta de produtos Contactless, com o apoio da VISA Europe, acompanhando os principais Bancos do Mercado, bem como o desenvolvimento da Rede CA&companhia para aceitação de Cartões Contactless.

Para o Grupo CA, esta tecnologia oferece as seguintes vantagens: Emissão de produtos inovadores, com uma comunicação centrada na comodidade de utilização, Aumento da utilização de cartões em transacções de pequeno montante, Aumento da Margem Complementar, e Penetração na Base de Dados de Clientes.

O Grupo CA foi a 1ª instituição a iniciar o roll-out de Cartões e Terminais Contactless junto dos seus clientes.

Projectos Estruturais para Desenvolvimento de Negócio

a) Gestão Rede ATM's

Decorreu em 2012 o Piloto de Cash Management com a SIBS, com o objectivo de avaliar o interesse deste serviço na gestão das ATMs instaladas fora da rede de Balcões, geridos por ETVs.

As conclusões resultantes deste piloto darão origem à construção de um modelo de gestão alargado às restantes CCAMs.

b) Data Mart de Meios Electrónicos de Pagamento

Está em curso um Projecto com vista ao desenvolvimento do Data Mart de Meios Electrónicos de Pagamento, tendo sido concluídas as Fases I e II, que consistiram em efectuar a análise da situação actual e na definição do Modelo de Data Mart, e Modelos Comportamentais de Risco. Está em curso a Fase de Implementação.

Compliance

a) Norma PCI

Foi assegurado que, a partir de 1 de Julho de 2012, todos os TPAs instalados eram compatíveis com a Norma PCI. Esta Norma imposta pelas Marcas Internacionais, consiste em alterações de segurança a nível do hardware, fundamentais para proteger a confidencialidade e integridade dos dados nas transacções.

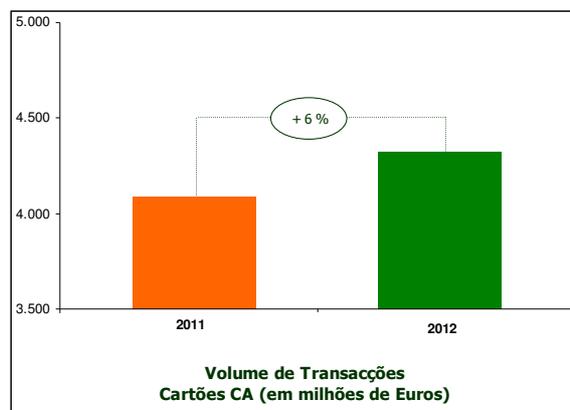
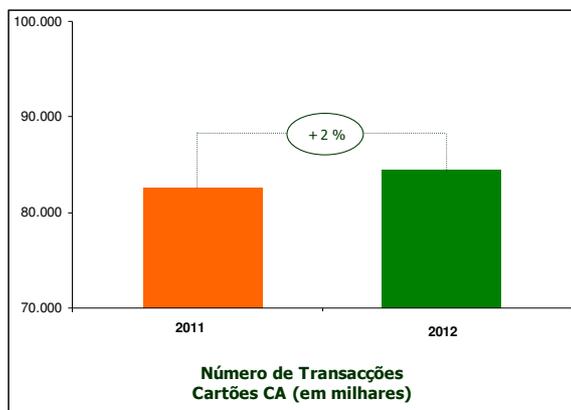
b) Regulamento CE 260/2012

No âmbito da SEPA, durante o ano de 2012, o Crédito Agrícola efectuou as actividades preparatórias para cumprir os requisitos do Regulamento 260/2012, com vista à migração das Transferências e Débitos Directos nacionais para os Schemes SEPA CT e SEPA DD até 2014.

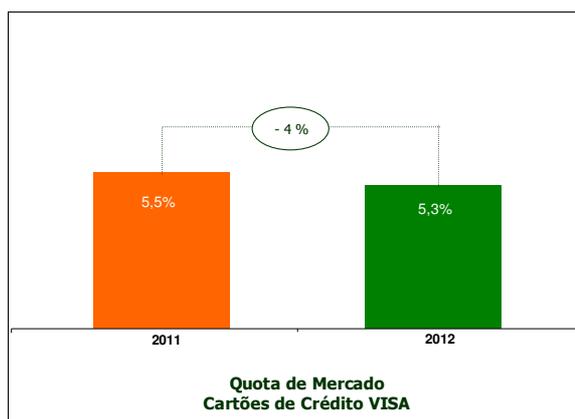
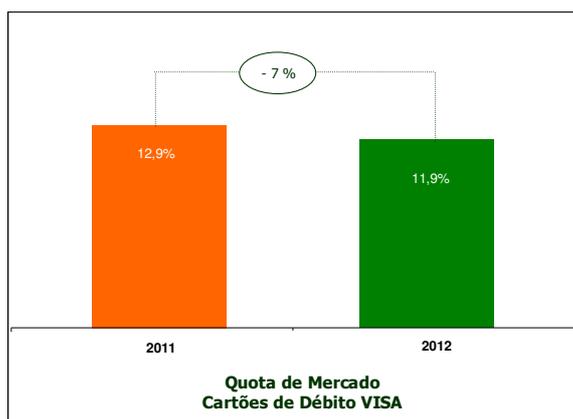
Resumo dos Principais Indicadores 2012

A actividade do Departamento de Meios Electrónicos de Pagamento em 2012 teve uma evolução positiva, com crescimento em diversos indicadores, dos quais se destacam:

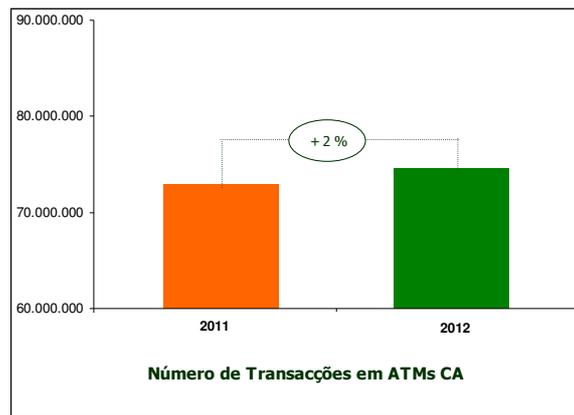
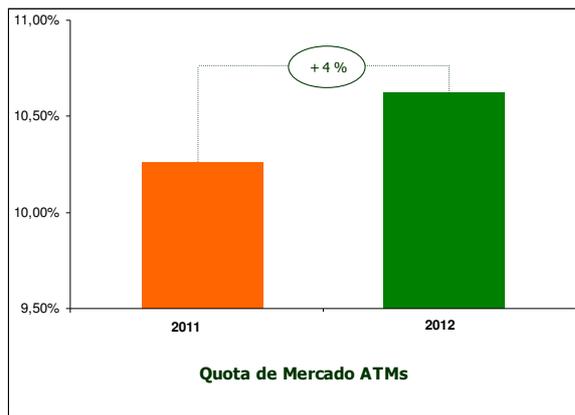
- Aumento do Número e Volume de Transacções efectuadas com os Cartões de 2% e 6%, respectivamente;



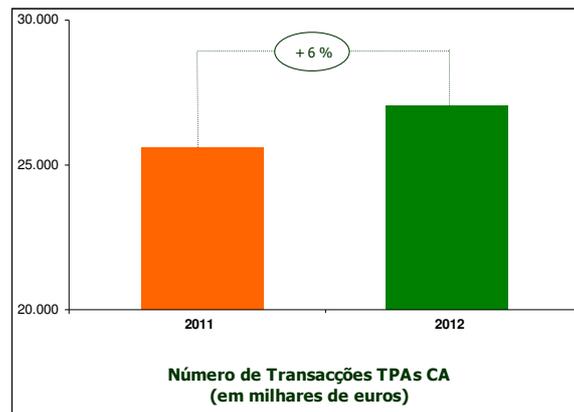
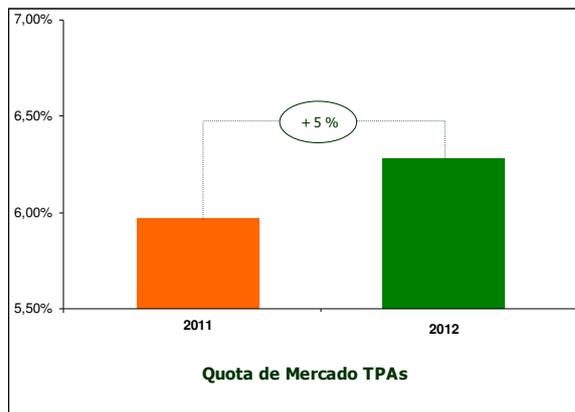
Embora tenha ocorrido uma diminuição da Quota de Mercado em Número de Cartões:



- O parque de ATM's da rede Multibanco registou um crescimento relativamente ao ano anterior de 4% na quota de mercado, e de 2% no número de transacções;



- A instalação de Terminais de Pagamento Automático continuou a registar uma evolução positiva, o que permitiu aumentar a quota de Mercado em 5%, bem como um aumento do número de transacções em TPAs do Crédito Agrícola em 6%.



1.4. Canais Directos e Digitais

Os canais directos e digitais têm vindo a registar desde o seu lançamento uma adesão crescente, quer em termos de número de transacções, quer de novos utilizadores. A aposta nas novas plataformas permite dinamizar e rentabilizar a actividade comercial, reforçando a relação com os clientes, fortalecendo a imagem de modernização e inovação do Grupo Crédito Agrícola, simultaneamente reduzindo custos da instituição e optimizando processos.

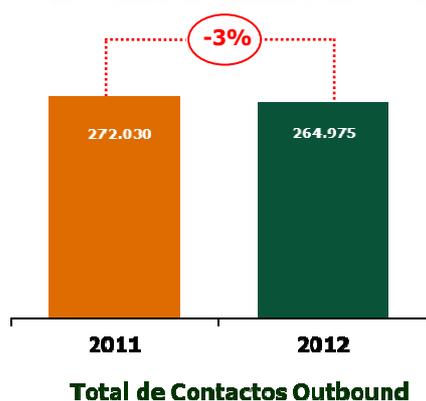
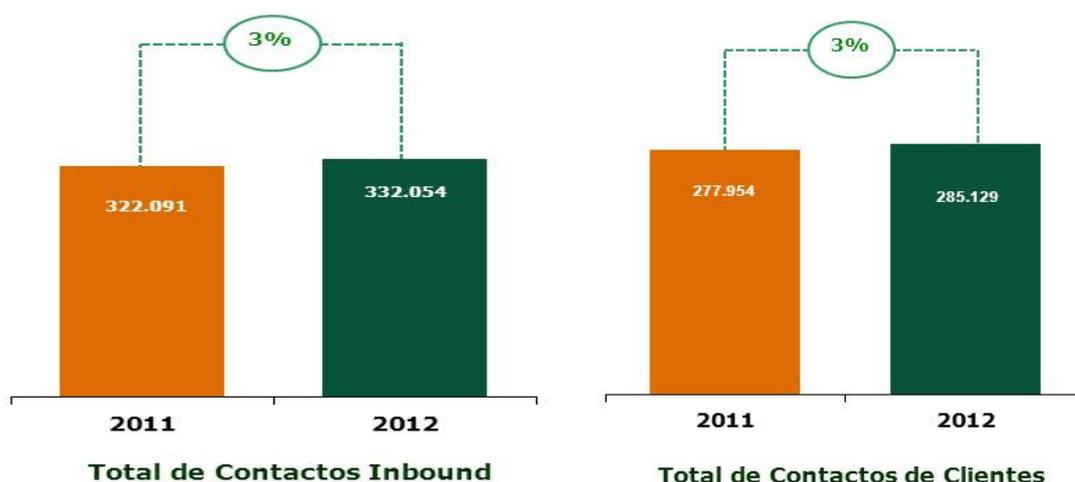
As acções realizadas em 2012 tiveram por objectivo alargar a oferta de soluções financeiras e disponibilizar à rede comercial as condições necessárias à sua divulgação e comercialização, tendo-se registado durante o ano em análise um incremento significativo na evolução do negócio:

- ✓ Crescimento superior a 20% da carteira de clientes activos aos serviços On-Line – particulares e empresas, o que reforça a necessidade de continuar a investir nos canais electrónicos/digitais para reforçar a relação comercial com os actuais clientes, promovendo a sua fidelização ao Crédito Agrícola e apoiando a captação de novos segmentos através da utilização destas plataformas tecnológicas;
- ✓ O lançamento da Documentação Digital que vai permitir ao Grupo Crédito Agrícola prestar um serviço mais flexível aos clientes na gestão das suas comunicações com a instituição, bem como reduzir custos operacionais:

Os principais indicadores registados em cada um dos serviços, ao longo do ano, apresentam-se nos pontos seguintes.

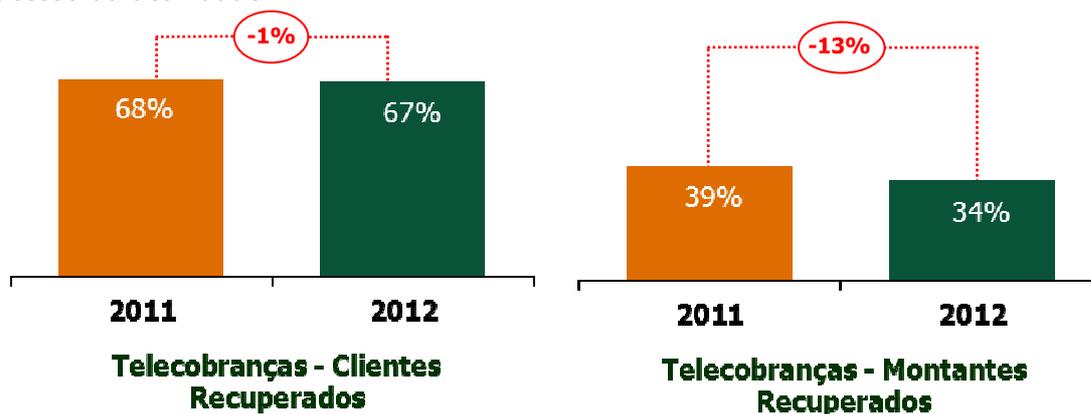
A) Linha Directa (Contact Centre)

O serviço **Linha Directa transaccional** registou em **2012** um crescimento de **3%** no total de contactos recebidos (contactos *inbound*). Registou-se igualmente um crescimento de **3%** face ao ano anterior nos contactos de clientes. Durante o ano de 2012 a Linha Directa recebeu em média 1.000 contactos por dia.



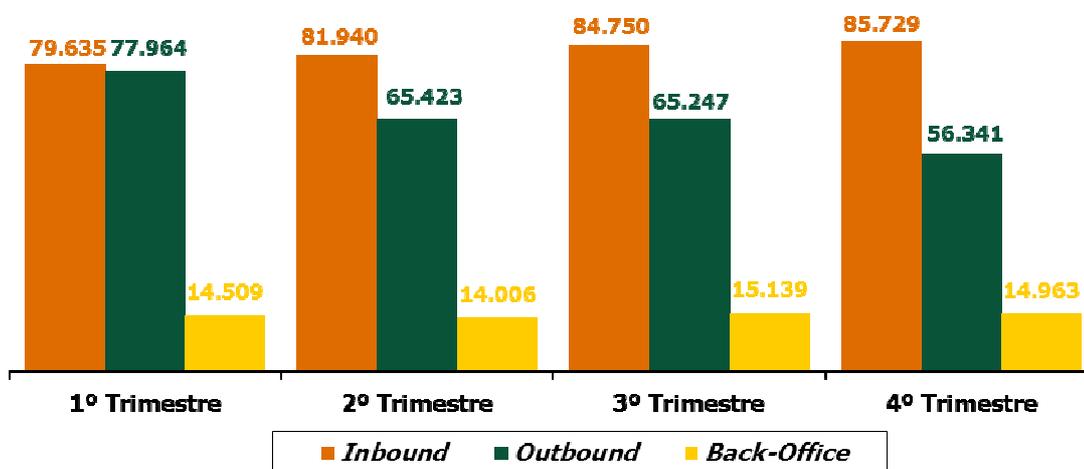
Relativamente às acções de *Outbound* realizadas (chamadas efectuadas – Telemarketing e Telecobranças), destacam-se as acções de Telecobranças para crédito próprio (16 Caixas de Crédito Agrícola até final de 2012), de crédito agenciado e cartões de crédito.

Os resultados desta acção registaram 67% de clientes recuperados e 34% de montante recuperado. Estes valores traduzem, no ano 2012, uma diminuição na recuperação de **1%** em clientes e de **13%** em montantes, face ao período homólogo, situação que resulta do actual contexto financeiro, que dificulta o sucesso da actividade.



Os gráficos a seguir apresentados reflectem os principais indicadores do serviço em 2012:

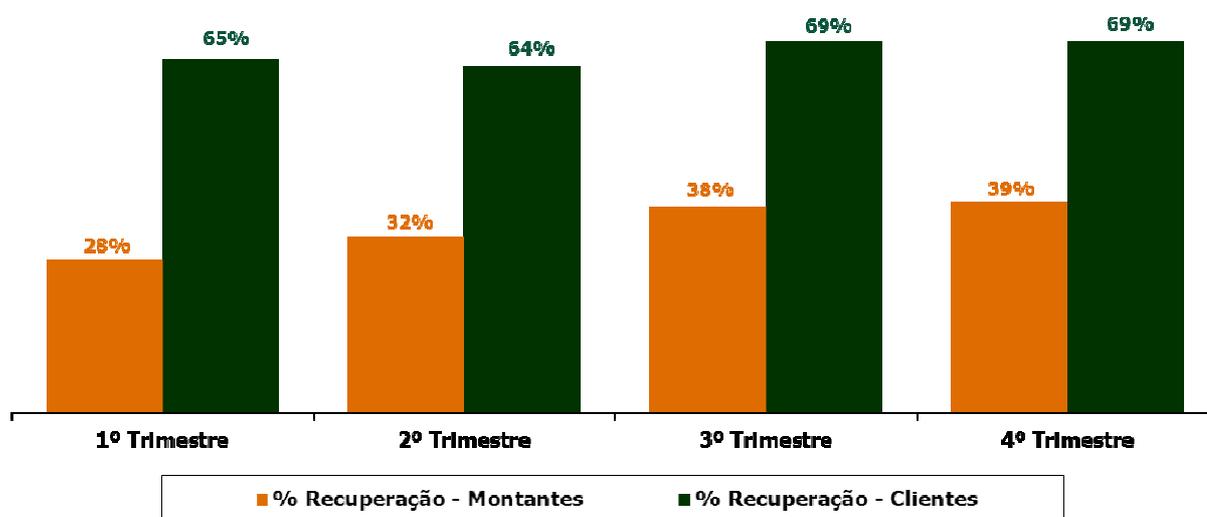
Linha Directa - Distribuição de Chamadas por Trimestre



Notas:

- **Inbound** – Atendimento telefónico dos Clientes e Caixas (Chamadas recebidas).
- **Outbound** – Acção de Recuperação de Crédito Vencido, Telemarketing e *Call-Back* (Chamadas efectuadas).
- **BackOffice** – Faxes/E-mails recebidos e enviados e trabalho administrativo.

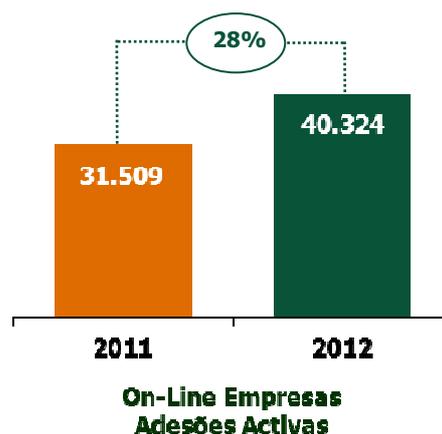
Telecobranças - Taxa de Sucesso



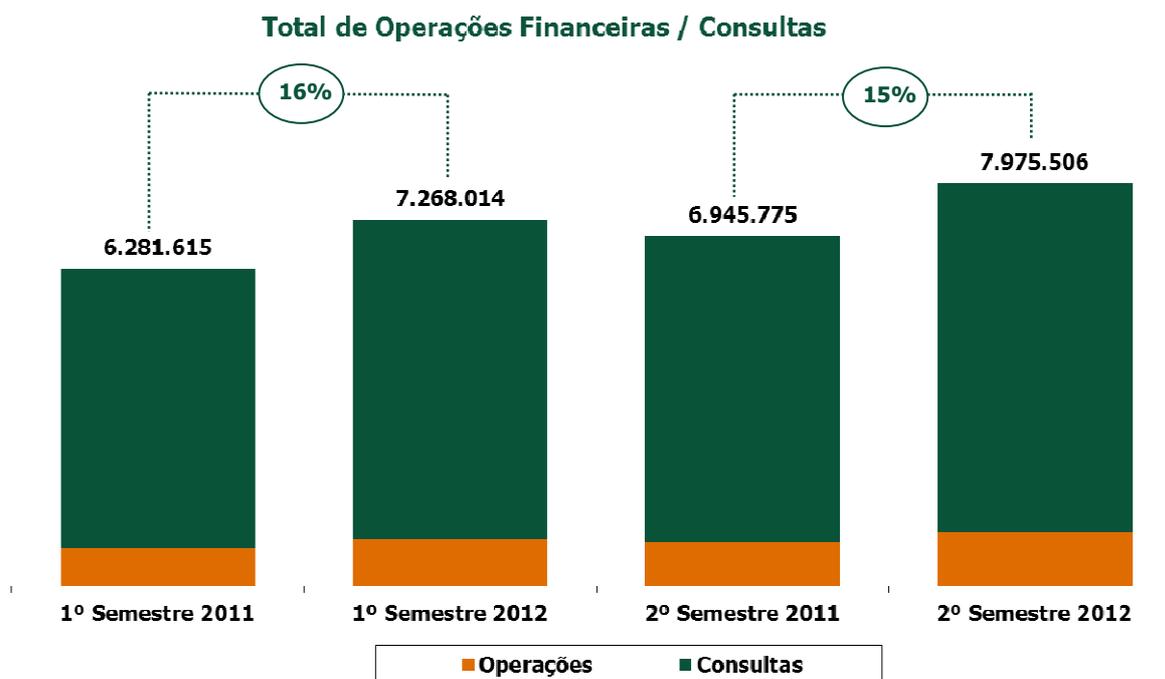
B) Evolução do Serviço de Internet Banking – CA On-Line

B1) CA On-Line Empresas

No Serviço CA On-Line Empresas registou-se um crescimento de cerca de 28% nas adesões activas, em relação ao ano de 2011.

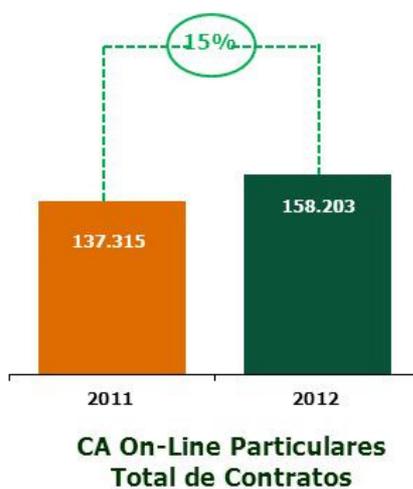


A análise semestral do 1º e 2º semestre de 2012, reflecte o crescimento do volume de transacções realizadas no Serviço CA On-Line, face aos períodos homólogos de 2011, de 16% e 15%, respectivamente.

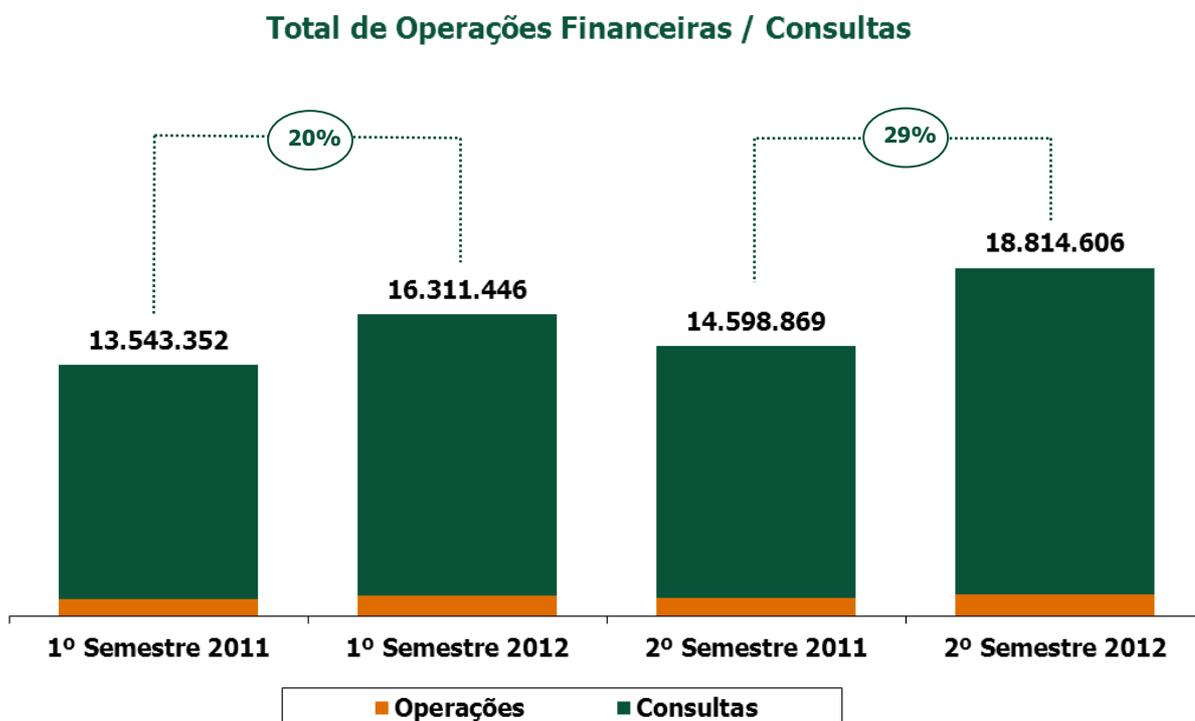


B2) CA On-Line Particulares

O Serviço CA On-Line Particulares registou um crescimento de cerca de 15% nas Adesões Activas ao Sistema MultiCanal, face ao ano 2011.

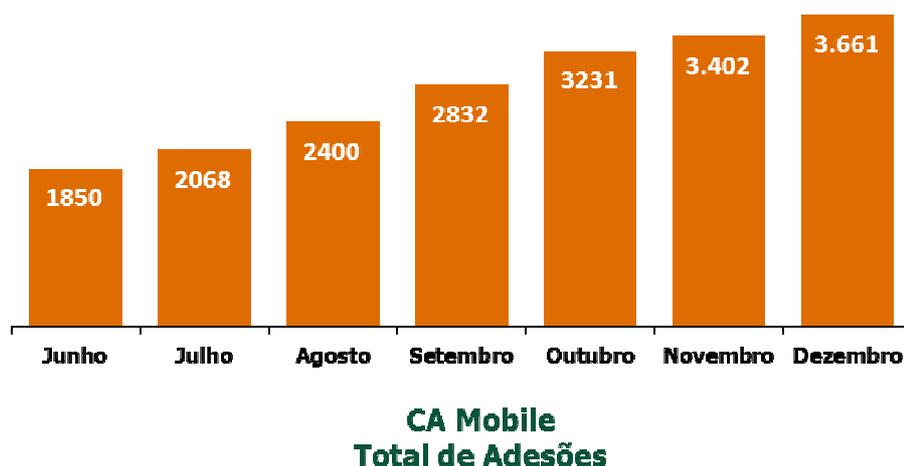


A evolução semestral do volume de transacções do Serviço CA On-Line Particulares registou em 2012 um crescimento de 20% e 29% respectivamente, face ao ano anterior.

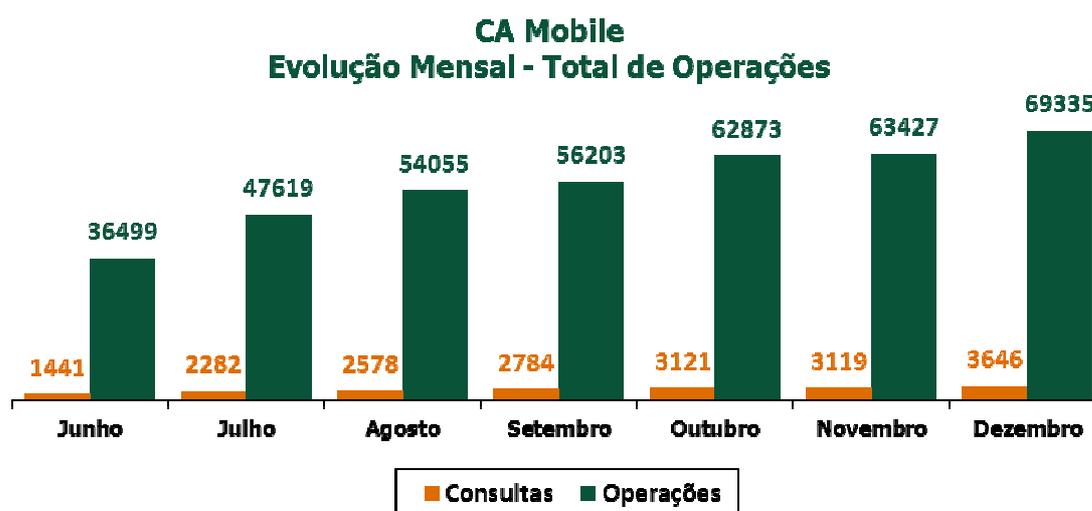


C) Evolução do Serviço CA Mobile

O Serviço **CA Mobile** – canal bancário sobre plataformas de *smartphones* - foi lançado em Junho de 2012 e até final do ano alcançou 3.661 Adesões, o que representa uma média de 406 novas adesões/mês.

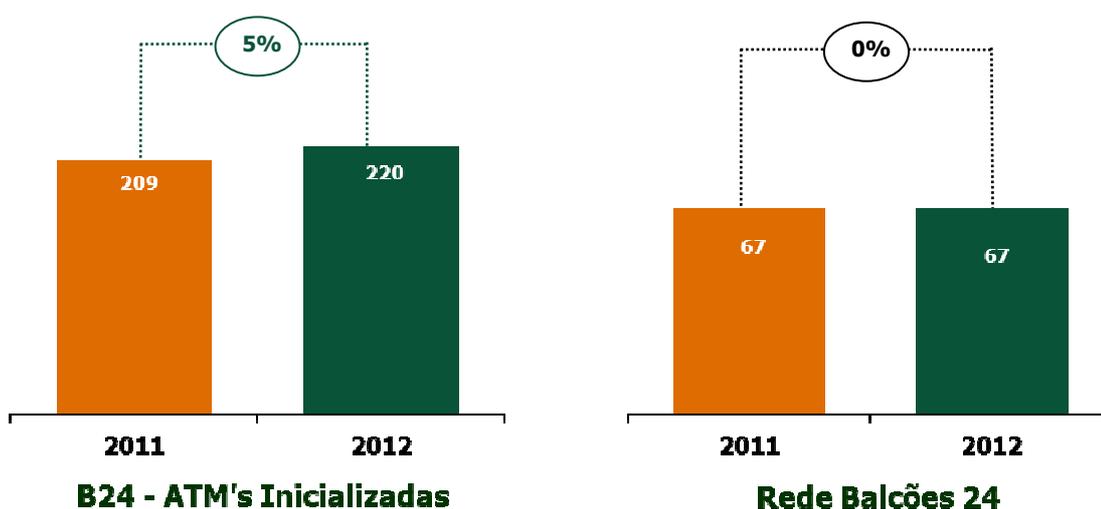


Até ao final de 2012 foram realizadas 417.074 transacções (19.328 Consultas e 397.746 Operações), o que corresponde a uma média de 59.582 transacções/mês desde o lançamento do serviço. O número de transacções realizadas cresceu 46% (de Julho a Dezembro de 2012). É na verdade de realçar que este canal tem sido utilizado predominantemente para transacções financeiras, muito mais do que para consultas.

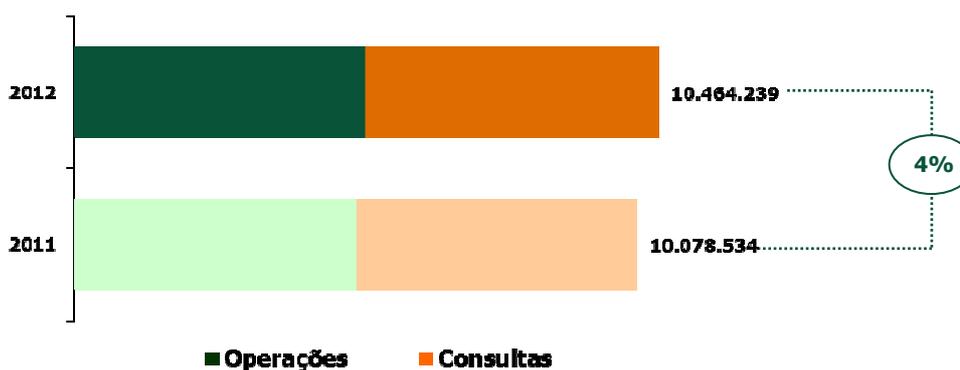


D) Evolução do Serviço Balcão 24

O Serviço Balcão 24, que conta já com sete anos de existência, terminou o ano de 2012 com 220 Balcões em funcionamento, representando um crescimento de 5% nos serviços inicializados, face a 2011.

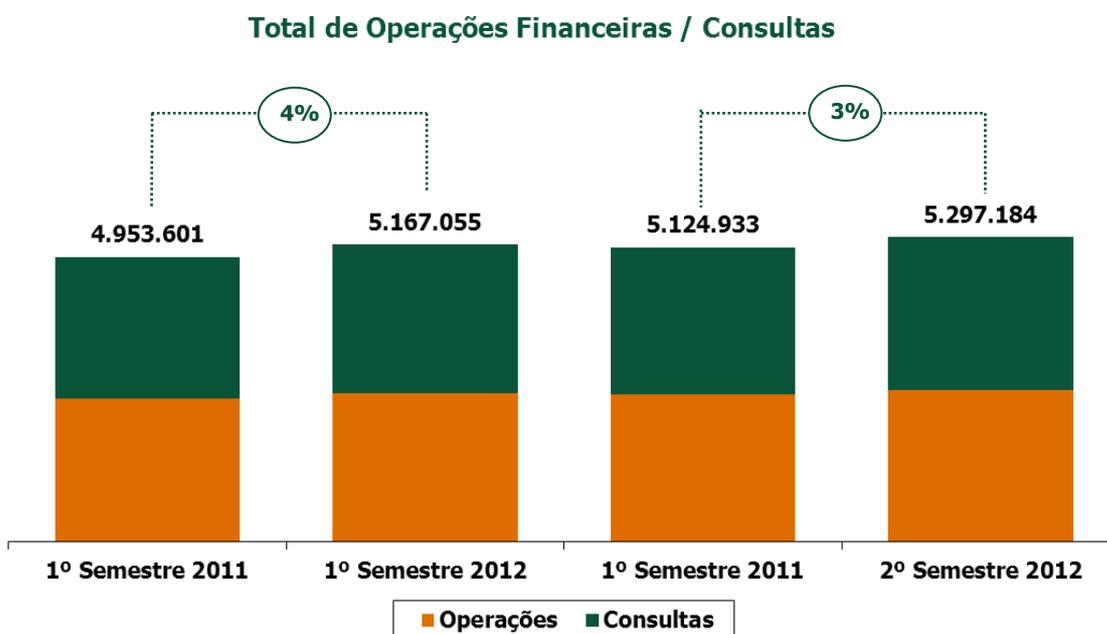


O número total de transacções registou um crescimento de 4%, face ao ano 2011. O número médio de transacções/mês por equipamento situa-se, por sua vez nos 4.317.



A taxa média de transferência das transacções do balcão presencial para o balcão 24 encontra-se acima dos 27%.

Da análise semestral realizada, verifica-se um crescimento de 4% e 3% respectivamente, em relação ao ano anterior.

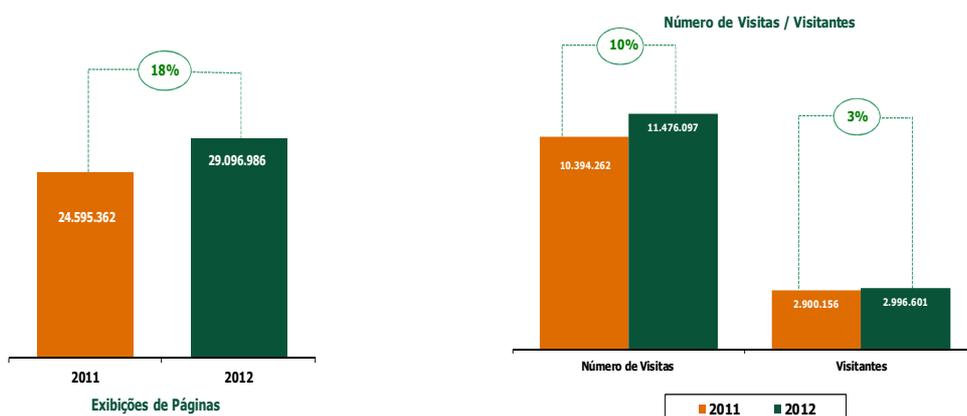


De acordo com o gráfico anterior salienta-se a evolução semestral do volume de transacções – Operações e Consultas - realizadas no Serviço Balcão 24, que registou, em 2011, um crescimento de 7% e 6% respectivamente, face a igual período de 2010.

E) Site Institucional Grupo Crédito Agrícola (www.creditoagricola.pt)

Em 2012 registaram-se 11.476.097 visitas (+10% face a 2011), ao Site Institucional do Grupo Crédito Agrícola, representando uma média de 956.341 visitas/mês, as quais foram efectuadas por 2.996.601 visitantes únicos.

Estas visitas resultaram em 29.096.986 páginas vistas o que reflecte um crescimento de 18% face ao número de páginas vistas em 2011 (24.595.361).



1.5. Área Internacional, Emigração e Representações Exteriores

1.5.1. Área Internacional

O contexto recessivo, que se manteve em 2012, conduziu as empresas portuguesas a procurar na exportação o veículo de crescimento que o mercado interno não lhes proporcionou.

A crise mundial, as crises políticas em diversas regiões do mundo, o aumento do risco país e do risco bancário criou condições para as empresas se interessarem por produtos e serviços que aumentem a segurança e reduzam o risco do comércio internacional.

Contudo, a dificuldade de acesso ao crédito condicionou a conquista de novos mercados de exportação, embora o reforço de muitas empresas portuguesas, incluindo grande número de PME's, tenha permitido crescimentos significativos em novos mercados, embora a partir de valores iniciais baixos.

O Grupo Crédito Agrícola caracterizado pelo seu posicionamento de banca de proximidade e de permanente orientação para responder às necessidades de cada Cliente, preocupou-se em desenvolver uma oferta adaptada às empresas exportadoras.

O Grupo Crédito Agrícola possui características que lhe proporcionam uma posição privilegiada no apoio às empresas em fase de internacionalização: por um lado dispõe de uma equipa especializada em *trade finance*, com excelente nível de conhecimento técnico, que permite adequados níveis de serviço, mesmo em operações de maior complexidade. Por outro lado, detém uma estrutura de balanço – rácio de transformação e liquidez - que permite disponibilizar apoio financeiro às empresas num contexto de contracção da oferta de crédito.

O apoio à internacionalização das empresas é um aspecto essencial na estratégia actual do Grupo Crédito Agrícola, e enquadra-se nas grandes linhas de orientação definidas - menor dependência da margem financeira e maior contributo da margem complementar para a formação do produto bancário.

No conjunto da oferta específica para empresas exportadoras, destaca-se em 2012 a Linha CA Apoio à Exportação, que conjuga uma linha de financiamento de 250 milhões de Euros com a oferta de produtos e serviços em condições muito competitivas.

No âmbito do apoio à promoção do negócio internacional, é de referir também a produção de informação de gestão para desenvolvimento do negócio internacional e o apoio às áreas comerciais na captação de clientes e operações.

O volume de operações de comércio internacional, intermediado pelo Grupo Crédito Agrícola, conheceu um aumento de cerca de 15% em valor e cerca de 27% em número de operações em relação ao ano anterior.

No entanto, para o crescimento sustentável do negócio internacional é essencial uma maior dinâmica das áreas comerciais na captação e fidelização dos Clientes e a adequação do nível de oferta, através da implementação de novos produtos e serviços que respondam às especificidades das empresas e reforço das funcionalidades disponíveis no *internet banking* do Grupo (CA On-Line).

A descida do *rating* da República e dos bancos nacionais traduziu-se em dificuldades acrescidas na negociação de linhas com bancos estrangeiros, inclusivamente para operações de *trade finance*.

A relação duradoura com os nossos bancos correspondentes, no entanto pautada por princípios de transparência e de prestação de informação e comunicação eficiente, tornou possível concretizar as operações necessárias às empresas em fase de internacionalização.

Ao longo do ano, procedeu-se à atribuição de limites para instituições financeiras sempre subordinada a elevados níveis de prudência e por uma preocupação permanente de minimização do risco, o que implicou o estreito acompanhamento da evolução do risco de contraparte e risco soberano.

Evolução das operações de comércio internacional

Valores em milhares de €

Tipo de Operações	Dez-11				Dez-12				
	Nº Oper	Volume	Estrutura %		Nº Oper	Volume	Estrutura %		Δ%
			NºOpr	Volume			NºOpr	Volume	
Operações Documentárias (*)	2.781	78.202	0,65%	3,59%	2.913	75.792	0,54%	3,02%	-3,08%
Operações Não-Documentárias	424.742	2.101.276	99,35%	96,41%	539.412	2.435.147	99,46%	96,98%	15,89%
Total Geral	427.523	2.179.478	100,00%	100,00%	542.325	2.510.939	100,00%	100,00%	15,21%

(*) Inclui saldos a Dezembro/2011 e 2012 das operações que envolvem crédito

Notas:

Manteve-se a tendência de **decréscimo do volume** de operações documentárias e do **aumento do número** de operações correspondentes.

Atendendo à estrutura por tipo de operações - quase 100% de operações não documentárias - o crescimento total de cerca de 15% - deve-se a este tipo de operações.

Comércio Internacional - Quota do Crédito Agrícola

milhões €

	Nacional	CA(*)	Quota de Mercado
Dez-11	102.113	2.116	2,07%
Dez-12	101.362	2.446	2,41%

(*) Exclui Emigração

1.5.2. Emigração e Representações Exteriores

A Área da Emigração e Representações Exteriores – AERE – é uma unidade orgânica que tem como principal função o apoio à posição do Crédito Agrícola junto da diáspora e a detecção de oportunidades de negócio no exterior, direccionando-as para todo o Grupo Crédito Agrícola.

A actividade desenvolvida nas áreas que abrange foi a seguinte:

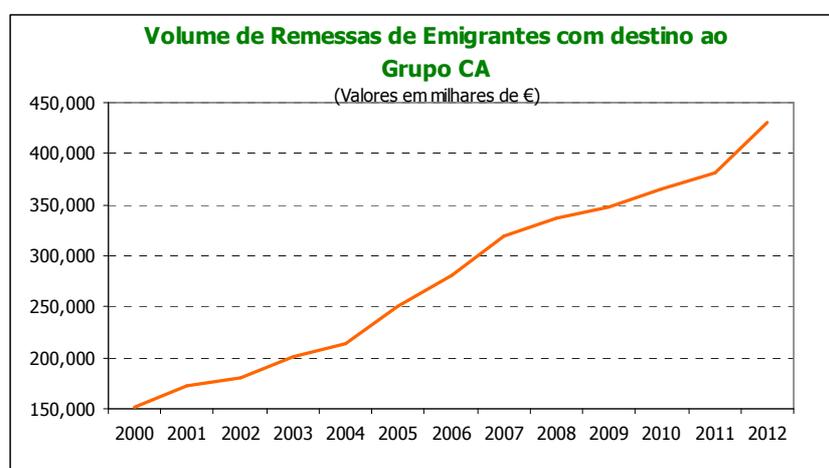
Emigração

Este segmento de clientes, com elevada expressividade no Grupo Crédito Agrícola, tem constituído a base de dedicação e dinamismo comercial nas diversas representações exteriores, procurando potenciar-se a forte ligação que estes clientes têm com as Caixas inseridas nas comunidades de que são originários.

Esta estratégia comercial tem como corolário uma subida constante e sustentada do volume de remessas provenientes da diáspora com destino ao Grupo Crédito Agrícola, que registaram, no final de 2012, uma subida de cerca de 13%, face ao período homólogo.

Este crescimento acompanhou os resultados a nível nacional e dessa forma o Grupo Crédito Agrícola manteve a sua quota de mercado nos 16%.

Já os depósitos associados ao segmento, apesar de também registarem um crescimento de cerca de 5%, em contraciclo com o total nacional, sofrem um efeito de canibalização de outros produtos de poupança, dada a ausência de benefícios fiscais nos depósitos titulados por emigrantes.



REMESSAS DE EMIGRAÇÃO

Volume em milhares de €, excepto %

	Nº Oper.	Volume	Q.M
2007	427,652	319,701	12%
2008	473,741	336,393	14%
2009	515,502	347,337	15%
2010	547,154	365,270	15%
2011	583,568	382,031	16%
2012	638,723	431,234	16%
Δ 11/12	9%	13%	

DEPOSITOS DE EMIGRAÇÃO

Valores em milhares de €, excepto %

	Nacional	Grupo CA	Q.M
2007	7,240,000	255,312	3.5%
2008	7,837,000	261,077	3.3%
2009	7,670,000	265,288	3.5%
2010	7,482,000	285,846	3.8%
2011	7,120,000	247,871	3.5%
2012	6,550,000	259,359	4.0%
Δ 11/12	-8%	5%	

Não inclui os DP's de Emigrantes na SFE

Imigração

A AERE gere e coordena o desenvolvimento comercial do serviço de transferências Western Union, em toda a rede do Grupo Crédito Agrícola, fruto do estatuto da Caixa Central de Agente daquela empresa internacional.

Trata-se efectivamente de um negócio, que não fazendo parte do “*core business*”, pode proporcionar um acréscimo de receitas, estando disponível em aproximadamente 600 localizações do CA, embora o nível actual dos proveitos seja ainda limitado.

Em 2012 registou-se um razoável crescimento, de cerca de 11% nos valores transaccionados (movimentando-se mais de 11,5 milhões de Euros) e que teve reflexos no aumento de 9% nas comissões recebidas por via deste serviço.

Sucursais Financeiras Exteriores

A Sucursal em Cabo Verde (SFE) do Grupo Crédito Agrícola, representa uma ferramenta de competitividade do negócio direccionado para os não residentes em Portugal.

A SFE tem desempenhado um papel importante não só na captação de recursos, mas sobretudo oferecendo condições competitivas destinadas à manutenção de depósitos de não residentes no seio do Grupo. Num segmento extremamente competitivo, a gestão do binómio competitividade/rentabilidade é complexa e potenciada pelas estratégias agressivas da concorrência, que tem praticado taxas passivas muito elevadas.

No entanto, apesar da conjuntura adversa, os recursos de clientes na SFE aumentaram 7% e a margem financeira cresceu consideravelmente (mais de 70%), mercê de uma correcta política de gestão de activos e passivos.

Foi mantido um elevado rácio de solvabilidade (superior a 21%) e registaram-se resultados líquidos positivos de 255 mil euros.

2. Actividade Financeira e Mercado de Capitais

2.1. Estratégia de Actuação na Área de Tesouraria

Nos últimos anos, a política de aplicações da Tesouraria foi em larga medida associada a objectivos de gestão do balanço e da conta de demonstração de resultados do SICAM, no seu conjunto.

O fulcro dessa política de aplicações deslocou-se assim, em crescendo, de uma gestão, quase exclusiva, de liquidez, com o inevitável custo de oportunidade associado, para uma gestão de carteira de investimentos, financiada também por significativos recursos externos e estrategicamente subordinada ao apoio à margem financeira das Caixas de Crédito Agrícola com vista à retenção da sua base de depósitos. Isto, sempre, sem prejuízo da liquidez do balanço da Caixa Central e do SICAM.

Valores em milhares de €

	Montante		Variação		% do Total	
	31.12.11	31.12.12	Absoluta	Relativa	2011	2012
M. Monetário, P. Comercial e Depósitos BdP	408,709	365,675	-43,034	-10.5%	12.3%	8.8%
Obrigações	2,921,193	3,795,367	874,174	29.9%	87.7%	91.2%
Total	3,329,902	4,161,042	831,141	25.0%	100.0%	100.0%

Em 2012, o financiamento por recursos externos, designadamente do BCE e de operações com garantia com contrapartes, ascendeu em média a €1,9 mil milhões.

Ao longo de 2012, a política de aplicações da Tesouraria continuou assim a ser especialmente condicionada pelo apoio à margem financeira das Caixas de Crédito Agrícola, para retenção da sua base de depósitos, pela gestão do consumo de capital das aplicações e pela conservação de uma sólida posição de liquidez.

O apoio à margem das Caixas de Crédito Agrícola foi operacionalizado através da estabilidade da tabela de remuneração dos seus excedentes aplicados na Caixa Central, não obstante o afundamento das taxas de reaplicação da liquidez verificado em 2012, do plafond para constituição do Depósito a Prazo Especial de Cobertura (DPEC) e, mais recentemente, através do financiamento no BCE de Direitos Adicionais de Crédito (DAC), instituídos pelo Banco de Portugal no decurso do ano, cuja margem é directamente transferida para as Caixas de Crédito Agrícola via remuneração de depósito constituído na Caixa Central (DPADAC).

No final de 2012, os juros dos depósitos na Caixa Central representavam 26% do total dos juros recebidos pelas Caixas de Crédito Agrícola (no final de 2010 este valor era de 17%)

Como resultado da degradação do *rating* da República Portuguesa e do concomitante aumento do ponderador de requisitos de fundos próprios dos activos financeiros, por opção estratégica concentrados em Portugal, a gestão do consumo dos fundos próprios impôs em larga medida a circunscrição da renovação das aplicações a dívida pública (bilhetes do tesouro), induzindo assim um aumento da concentração da carteira em dívida pública nacional de curto prazo, dado que a única alternativa com reduzido consumo de capital são as obrigações hipotecárias de bancos nacionais em que se tem feito também aplicações, mas de montantes ainda pouco expressivos.

Finalmente, reflectindo em especial a revalorização do preço da carteira de activos financeiros, num período em que se assistiu a uma diminuição significativa do rendimento da dívida, bem como a redução do prazo médio das aplicações, num contexto de elevada incerteza e de menor visibilidade do risco de crédito, da redução do seu desconto (*haircut*) para refinanciamento no BCE e da constituição dos DAC, assistiu-se a um reforço da já sólida situação de liquidez da Caixa Central.

Medida pelo *cash-flow* projectado a um mês de vista, acrescido da carteira de activos de liquidez imediata, a posição líquida da Caixa Central representava com efeito em 31 de Dezembro de 2012, mais de 15 % da carteira de depósitos do SICAM.

2.2. Caixas, Empresas Associadas e *Corporate Desk* (CEACD)

Em 2012, o grupo de trabalho relativo aos produtos de passivo destinados às Caixas de Crédito Agrícola dedicou-se principalmente ao melhoramento das regras de acesso à informação e ao sistema informático, assim como à alteração das regras de alguns produtos e procedimentos associados aos mesmos, pretendendo dar resposta às necessidades previamente identificadas com as Caixas de Crédito Agrícola. Das alterações levadas a cabo, destacam-se a adaptação de perfis de acesso à evolução das necessidades funcionais, incluindo a reclassificação de índices de taxas de juro e a deslocalização de menus de consulta. Relativamente aos produtos, foram feitas alterações aos prazos dos produtos *standard* indo ao encontro de necessidades de gestão detectadas, permitida a constituição com data-valor dos depósitos especiais de cobertura e disponibilizado o respectivo montante de *plafond* para consulta, substituindo procedimentos semi-automáticos em vigor, aumentando a eficiência e mitigando o risco operacional.

Foram ainda reavaliados os documentos de contratação e a informação necessária ao acompanhamento e gestão destes produtos. Na sequência desse trabalho, foi actualizado o catálogo de documentos necessários, assim como o seu conteúdo, e as características dos relatórios de informação sobre produtos de passivo destinados às Caixas de Crédito Agrícola.

Partindo da base existente de produtos, documentação associada, procedimentos e relatórios de sistema, os trabalhos deste grupo visam assegurar o seu aperfeiçoamento contínuo em harmonia com a evolução das necessidades funcionais, informação completa e as condições para uma gestão mais flexível dos produtos de passivo destinados às Caixas de Crédito Agrícola.

2.3 Intermediação no Mercado de Capitais

A actividade da intermediação financeira em 2012 continuou a ser afectada pela evolução da economia portuguesa, sujeita às medidas de austeridade associadas ao programa de assistência financeira da União Europeia e do FMI a Portugal.

No entanto, começou a verificar-se uma recuperação dos mercados financeiros da União Monetária Europeia que influenciaram também o mercado nacional, principalmente no segundo semestre, tendo designadamente o índice PSI – 20, após atingir níveis mínimos em redor dos 4.500 em Junho/Julho de 2012, encetando uma subida consistente, para atingir 5.655,15 no final de 2012, que comparam com 5.494,27 no final do ano anterior.

A recuperação referida não foi suficiente para evitar uma redução nos proveitos de comissões de corretagem da Caixa Central, nos mercados à vista e a prazo, de 15,1% face ao ano anterior, tendo a actividade no mercado de futuros sido particularmente afectada. No entanto, o último trimestre de 2012 já evidenciou uma inversão daquela tendência, registando-se o crescimento dos volumes processados na actividade de recepção e transmissão de ordens e das comissões geradas.

Em contrapartida, os proveitos com a actividade de registo e depósito de valores mobiliários, incluindo a transferência de títulos e o processamento de eventos, cresceram substancialmente (cerca de 40%), principalmente por via do aumento do valor patrimonial dos Fundos de Investimento, para os quais a Caixa Central desempenha funções de depositário.

Correspondentemente, o valor dos instrumentos financeiros à guarda da Caixa Central, no âmbito da prestação de serviços de custódia ou de depositário, registou um crescimento assinalável, de 16,7%.

Na vertente da actividade de organização e participação em Programas de Emissões de Papel Comercial observou-se um crescimento do montante total dos Programas, com o consequente incremento dos proveitos associados, que se cifrou em cerca de 4%.

Aquela actividade é realizada em colaboração com o Gabinete Comercial de Empresas, tendo sido originados 4 novos Programas, com um montante total de cerca de 19,5 milhões de euros. Ao abrigo dos Programas existentes, foram realizadas 309 emissões de Papel Comercial.

No conjunto, verificou-se o aumento dos proveitos globais associados à actividade de intermediação no mercado de capitais, de cerca de 25%, conforme quadros abaixo:

Un : milhares de euros

Actividade	Valor		Comissões Brutas	
	2012	2011	2012	2011
Mercado à Vista	768,007	783,945	101	119
Custódia/Depositário *	1,612,593	1,382,395	2,948	2,107
Programas de Papel Comercial *	209,333	191,333	1,026	987

(*) Saldo a 31 de Dezembro

Un : milhares de euros

Actividade	Nº de Contratos transaccionados		Comissões Brutas	
	2012	2011	2012	2011
Mercado Futuros	6,296	21,162	31	69

Ao longo do ano de 2012, foram abertas 1.031 novas contas de títulos, das quais 366 de pessoas colectivas.

Um dos factores que contribuiu para a abertura de novas contas foi o desenvolvimento de operações de concessão de crédito com a intervenção das Sociedades de Garantia Mútua, envolvendo o depósito de acções daquelas sociedades. O número total de contas com os referidos títulos em depósito é de 1.328.

A utilização da plataforma de negociação em Bolsa, no Internet Banking do Grupo Crédito Agrícola - CA Online, continuou a progredir, tendo a percentagem de ordens transmitidas por aquela via, passado de 64%, em 2011, para 71%, em 2012, denotando a adesão dos Clientes do Grupo Crédito Agrícola ao canal da internet.

Em 2012 não foram realizadas novas emissões de Títulos de Investimento da Caixa Central, situando-se o montante total das seis emissões vivas, no final de 2012, em 84 milhões de euros.

O Departamento de Títulos continuou a participar na preparação e realização de acções de formação presenciais aos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola, no âmbito dos Programas FORBASIC e SABERES+, bem como de acções pontuais sobre o Mercado de Capitais, a pedido de Caixas de Crédito Agrícola.

3. Bancasseguros

3.1. Seguros – Ramos Reais

A CA Seguros reafirmou, em 2012, a consolidação da sua estratégia de Bancasseguros no âmbito dos seguros não vida numa relação directa com a actividade das Caixas Agrícolas na prestação de um serviço financeiro completo aos seus Associados e Clientes, tendo registado um crescimento no montante de prémios brutos emitidos de 1,8%, para 80,8 milhões de euros. A esta evolução correspondeu, também, um crescimento no número de Clientes e de apólices em carteira, em ambos os casos de 9%, relativamente ao ano anterior.

A prossecução de uma estratégia de Bancasseguros e o respectivo acompanhamento permanente da actividade resultaram no cumprimento da generalidade dos objectivos, definidos e orçamentados, quer em termos comerciais quer técnicos e financeiros. A eficiente selecção e gestão de riscos, conjugada com um rigoroso provisionamento e uma gestão financeira conservadora, contribuíram decisivamente para mais um ano de resultados positivos. De salientar, a significativa recuperação, em 2012, dos créditos sobre o IFAP.

Simultaneamente, no plano da qualidade da prestação de serviço, confirmou-se o comprovado excelente tempo de regularização de sinistros e um dos mais reduzidos índices de reclamações no mercado.

Em termos gerais, o ano de 2012 concluiu-se pelo cumprimento do plano e das iniciativas estratégicas definidas, que se traduziu num nível ponderado de concretização de 93,8%, contribuindo desta forma para a afirmação dos seus valores, o reforço da qualidade de serviço aos seus Clientes e o prestígio do Grupo Crédito Agrícola.

Em 2012 foi lançado um novo projecto, concluído no 1º trimestre de 2013, no âmbito da responsabilidade social e, designadamente, quanto à certificação ambiental que, conjuntamente com o sistema de gestão da qualidade, certificado pela APCER, formará o sistema integrado de gestão da CA Seguros constituindo, assim, um dos pilares para o desenvolvimento do projecto e regime de Solvência II.

No desenvolvimento da sua estratégia, a CA Seguros continua a assumir a actividade de Bancasseguros em ligação exclusiva ao Crédito Agrícola no âmbito de um quadro institucional de cooperação e de partilha de resultados e com o objectivo de prestar um serviço de elevada qualidade assegurando elevados níveis de protecção a todos os Clientes na área dos seguros não vida.

O reforço desta estratégia passa por um constante incentivo a um envolvimento crescente de todos os Colaboradores do Crédito Agrícola, cuja eficácia se revela no facto de o número de Balcões e de Colaboradores que comercializam seguros activamente terem novamente aumentado em 2012. A consistência nos resultados comerciais alcançados acompanhou a performance atingida em anos anteriores.

A contínua reestruturação de carteira contribuiu para a capacidade de introdução de um novo sistema de remuneração às Caixas Agrícolas pela intermediação de seguros não vida de forma mais participativa e alinhada com a natureza dos produtos e das respectivas margens técnicas. As remunerações de mediação de 9,7 milhões de euros representaram um crescimento de 8,1%, relativamente a 2011, não obstante uma redução de 1,7% nos prémios comerciais emitidos pelo Canal.

A VII Convenção Anual da CA Seguros contou com a presença dos Colaboradores das Caixas Agrícolas que atingiram os objectivos definidos para essa qualificação. Outros incentivos distinguiram igualmente os Colaboradores das Caixas Agrícolas com melhor performance na venda de seguros. Unanimemente, os Colaboradores das Caixas Agrícolas participantes têm elogiado estas iniciativas e referem-nas como um dos factores mais motivantes para a contínua melhoria da sua performance comercial.

Com o Departamento de Marketing da Caixa Central capitalizaram-se sinergias ao nível da venda cruzada de produtos bancários e de seguros merecendo especial destaque a acção de marketing CA Habitação, tendo-se alcançado uma realização de objectivos de 145%. Destaque, igualmente, para a Campanha CA Vinculação, destinada a todos os actuais Clientes no sentido de os fidelizar ao Crédito Agrícola e que se traduziu num enorme sucesso. De salientar ainda o elevado empenho de 1.498 Colaboradores de 86 Caixas Agrícolas e 624 Balcões que participaram nesta acção. Reforçou-se ainda a promoção do produto CA CliniCard com um elevado envolvimento dos Colaboradores do Crédito Agrícola e a adesão dos Clientes.

A avaliação da satisfação dos Clientes representa uma oportunidade para assegurar a melhoria contínua da qualidade, permitindo, também, reunir as sugestões dos Clientes e, simultaneamente, conhecê-los melhor. Em 2012, no âmbito do processo de medição da satisfação de Clientes, deu-se continuidade aos inquéritos a Clientes CA Seguros. Realizou-se um inquérito de satisfação geral por forma a conhecer o grau de satisfação/percepção dos Clientes relativamente às seguintes dimensões: produtos, atendimento, serviços prestados e critérios de qualidade. Os resultados deste inquérito foram bastante positivos, sendo que 82% dos Clientes inquiridos revelaram estar satisfeitos.

Realizou-se, igualmente, o inquérito de satisfação a sinistrados que incluiu exclusivamente Clientes que tenham tido sinistro, nos produtos mais representativos da carteira, tendo-se obtido um resultado de 80% de satisfação destes Clientes. A percentagem destes Clientes que afirmaram que recomendariam a CA Seguros a familiares e amigos situou-se nuns elucidativos 86%.

A comunicação teve presença regular nos meios de informação do Grupo e a nível interno lançou-se a *newsletter* que periodicamente informa todos os Colaboradores da CA Seguros das actividades mais relevantes relacionadas com a CA Seguros.

Os prémios brutos emitidos ascenderam a 80,8 milhões de euros, um crescimento de 1,1%, face ao ano anterior, o que contrasta favoravelmente com a evolução do mercado não vida, que apresentou uma quebra de 3% em 2012.

A maior parte dos produtos que a CA Seguros tem vindo a destacar no contexto da sua estratégia continuaram a crescer a bom ritmo, com variações positivas nos prémios brutos emitidos, nomeadamente, CliniCard +40,7%, CA Saúde +11,1%, Habitação +9,0% e Comércio e serviços +9,9%.

O número de apólices renováveis, em vigor a 31 de Dezembro, atingiu 439 mil, um aumento de 9% em relação ao final de 2011. Da mesma forma, o número de Clientes com apólices em vigor aumentou 9%, de 226 mil para 248 mil.

A taxa de sinistralidade global situou-se em 51% - antes de imputação de custos por funções -, o que representa níveis inferiores aos do mercado, não obstante a manutenção de uma política de provisionamento conservadora.

O resultado líquido apurado em 2012 foi de 3.203 mil euros, o que representa um crescimento relativamente ao ano anterior.

Pelo sexto ano consecutivo, a Assembleia-Geral da CA Seguros deliberou efectuar o pagamento de dividendos aos Accionistas, desta vez pelo montante de 936 mil euros, o que corresponde a cerca de 29,2% do resultado líquido do exercício.

A situação patrimonial da CA Seguros registou uma evolução favorável em 2012, mantendo-se um elevado nível de cobertura das garantias financeiras exigidas pelo Instituto de Seguros de Portugal. A CA Seguros fechou o exercício com um montante de capitais próprios de 31,1 milhões de euros.

No activo, os investimentos financeiros aumentaram 15 milhões de euros, o que corresponde a um aumento percentual de 12,3%. O peso desta rubrica no total do activo aumentou de 77,4% para 79,1% em 2012. No passivo, a CA Seguros manteve uma política prudente ao nível do provisionamento, tal como em anos anteriores. Globalmente, as provisões técnicas aumentaram 6,3 milhões de euros situando-se, em 31 de Dezembro de 2012, no valor total de 118,4 milhões de euros.

As responsabilidades relativas aos segurados encontram-se devidamente asseguradas em 31 de Dezembro de 2012 quer ao nível da representação das provisões técnicas quer ao nível da margem de solvência, em que a taxa de cobertura se situa em 239%. Refira-se ainda que os activos elegíveis para a representação das provisões técnicas asseguravam um grau de cobertura de 128%.

Rubrica	2010	2011	2012
Prémios Brutos Emitidos	77.289	79.917	80.778
Activo	154.840	159.553	175.509
Capitais Próprios	22.655	25.195	31.134
Resultado Líquido	3.097	3.197	3.203
Nº Colaboradores no final do ano	142	140	145

3.2. Seguros – Ramo Vida

Em contraciclo com o restante mercado segurador, 2011 e 2012 foram anos de excelência para a CA Vida, representando a eleição da Companhia como a Melhor Grande Seguradora Vida, pela Revista Exame em 2012, o reconhecimento do mérito e desempenho da Companhia, bem como de todo o Grupo Crédito Agrícola. Este é também um reconhecimento da dedicação e do trabalho de todos aqueles que contribuem diariamente, directa ou indirectamente para o desenvolvimento e crescimento da Companhia.

Apesar de todas as dificuldades, 2012 revelou-se um ano acima do expectável, registando a CA Vida um aumento da quota de mercado, de 4% em 2011 para 4,3% em 2012, o que permitiu à Companhia a consolidação na 5ª posição do ranking das Seguradoras Vida.

A dinâmica das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, associada ao nível de competitividade das soluções disponibilizadas pela CA Vida permitiu o aproveitamento de oportunidades de mercado consubstanciadas num volume de prémios na ordem dos 294 milhões de euros e de 7,6 milhões de euros de contribuições em fundos de pensões. Apesar da quebra marginal no volume de prémios da Companhia, na ordem de 3%, muito inferior à verificada no mercado segurador em Portugal de 8,9%, o resultado líquido foi superior ao do ano transacto, situando-se em 4,2 milhões de euros.

Não obstante o volume de produção e a dinâmica que tem caracterizado a actuação da CA Vida nos últimos anos, o número de colaboradores da Companhia tem-se mantido estável, na ordem de 40 efectivos, sendo a relação volume de produção/número de Colaboradores, uma das mais competitivas do mercado.

A CA Vida fechou 2012 com o capital próprio a totalizar 56.706.158 euros, um incremento de 6.044.625 euros face a 2011, na sequência, não só da variação positiva da reserva de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros, mas também do resultado líquido alcançado em 2012; e com a margem de solvência em 125%, idêntica à do ano anterior.

Tendo em consideração os resultados alcançados e mantendo a prática dos anos anteriores, a CA Vida propôs a distribuição de dividendos pelos accionistas no montante de 750 mil euros, proposta que foi aprovada em Assembleia Geral.

Um dos maiores objectivos estratégicos da Companhia tem sido impulsionar o crescimento das Soluções Vida e contribuir para a dinamização da actividade de bancaseguros no Grupo. Esta estratégia tem conduzido ao aumento das apólices em carteira, sendo que no final de 2012 existiam 236.247 apólices em vigor e 4.245 contratos de fundos de pensões, o que representa um crescimento, face ao ano anterior, de 4,5% e 74%, respectivamente.

No que aos produtos de risco e fundos de pensões respeita, foi efectuado um esforço no sentido de dinamizar seguros com coberturas inovadoras que fossem ao encontro das necessidades dos Clientes e de todo o Grupo Crédito Agrícola, atribuindo-se uma especial atenção ao Cliente empresa e ao empresário, uma vez que o ambiente económico em Portugal se afigura significativamente adverso para as empresas.

No que respeita a produtos de capitalização e à semelhança do ano anterior, continuando a verificar-se a permanência de um panorama macroeconómico adverso, a CA Vida, assegurando sempre um modelo de gestão eficiente, apostou numa estratégia de produto assente em soluções de capitalização com capital e rendimento garantido, comercializadas em períodos limitados.

Reflectindo o crescimento da produção de seguros de capitalização e de uma gestão baseada na preservação das carteiras de investimento por oposição à exposição ao risco, os activos sob gestão, aumentaram 16% em 2012, comparativamente a 2011, atingindo 1.145 milhões de Euros.

A preocupação da CA Vida em satisfazer as necessidades dos Clientes transcende o desenvolvimento de produtos, tendo a Companhia realizado um conjunto de iniciativas que visaram o reforço da sua missão de intervenção social junto da comunidade e dos Clientes do Grupo Crédito Agrícola, relacionadas com a necessidade de prevenção precoce do cancro da mama. O empreendedorismo de diversas Caixas Agrícolas que a nível local desenvolveram acções neste âmbito, são reveladoras do papel social desempenhado pelo Grupo Crédito Agrícola junto da comunidade em que se insere.

No ano de 2012, potenciou-se e optimizou-se a importância das campanhas e acções comerciais previstas no plano de marketing do Grupo, que constituem os principais momentos da actividade comercial, destacando-se a colaboração dos diversos intervenientes.

De salientar também a colaboração da CA Vida no desenvolvimento e implementação do plano de formação do Grupo Crédito Agrícola. O diagnóstico das necessidades de formação, apresentado anualmente pela CA Vida junto do Departamento de Recursos Humanos do Grupo, compreende a reflexão e a visão do quão importante é o investimento que as Caixas Agrícolas efectuam nos seus recursos humanos ao nível da formação. Neste sentido, em 2012, iniciou-se no Grupo Crédito Agrícola o processo de preparação de formação por *e-learning*, projecto este recebido pela CA Vida com grande expectativa, disponibilizando-se de imediato a Companhia para que, com o seu contributo, se desenvolvesse uma plataforma actual e útil para os formandos nas diferentes matérias.

Como complemento ao plano de formação do Grupo, e como prática habitual, a Companhia colaborou activamente com as Caixas Associadas, desenvolvendo por sua iniciativa acções de refrescamento de diferentes âmbitos, disponibilizando-se para responder às necessidades específicas destas.

A CA Vida aposta numa comunicação directa com o canal bancário, como um meio de reforçar a proximidade com os Colaboradores das Caixas Agrícolas e, em simultâneo, com os Clientes. Continuou-se a privilegiar a utilização das novas tecnologias como forma de estar cada vez mais próximo e de uma forma mais rápida junto dos Colaboradores do Grupo Crédito Agrícola.

Os sucessos alcançados nestes últimos anos revelam que a coesão e solidez de um Grupo Financeiro em consonância com a capacidade de inovação, adaptação de uma Companhia e do esforço e dedicação de toda uma rede comercial, constituem factores chave para o sucesso, tornando ainda mais desafiante as metas a atingir em anos futuros.

	2010	2011	2012
Prémios Brutos Emitidos e Entregas em Contratos de Investimento	254.442	302.795	294.022
Contribuições para Fundos de Pensões	3.788	3.506	7.607
Activo Líquido	872.793	990.553	1.149.802
Capital Próprio	45.290	50.662	56.706
Resultado Líquido	6.107	4.134	4.151
Número de Colaboradores no Final do Ano	41	40	41

Valores em milhares de euros

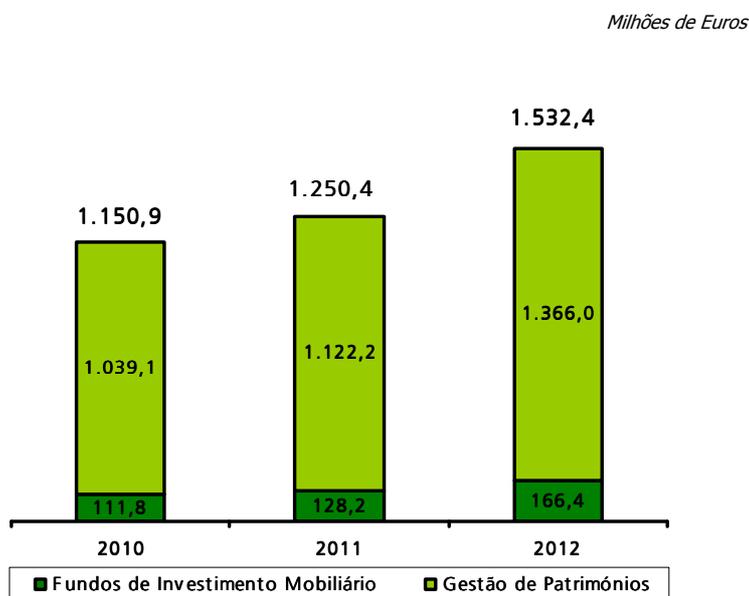
4. Banca de Investimento

4.1. Gestão de Activos e Fundos de Investimento

A CA Gest, sempre com a imprescindível colaboração das entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola, conseguiu novamente ultrapassar os desafios acrescidos impostos pela conjuntura de mercado e contrariar a evolução do sector, alcançando em 2012 um crescimento de 22,5% (8,6 % em 2011) do montante sob sua gestão, que ultrapassou os 1,532 mil milhões de Euros.

Esta evolução positiva estendeu-se, quer à actividade dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela CA Gest, quer à gestão de carteiras por conta de outrem, que no conjunto alcançaram um aumento do montante global sob gestão de 282 milhões de Euros.

CA Gest – Valor Sob Gestão



Fundos de Investimento Mobiliário

O sector dos Fundos de Investimento Mobiliário nacional, cujo valor global líquido sofreu uma redução de 17,3% em 2010 e de 23,9% em 2011, evoluiu favoravelmente em 2012, tendo apresentado um crescimento relativamente ao ano anterior de 13,3% (1,46 mil milhões de Euros) dos activos líquidos.

Em 31 de Dezembro de 2012, a CA Gest era responsável pela gestão dos seguintes fundos de investimento mobiliário:

- CA Monetário – Fundo do Mercado Monetário
- Raiz Tesouraria – Fundo de Tesouraria Euro
- Raiz Rendimento – Fundo de Obrigações de Taxa Indexada Euro
- Raiz Conservador – Fundo de Fundos Predominantemente de Obrigações
- Raiz Global – Fundo Misto Predominantemente de Acções
- Raiz Europa – Fundo de Acções da União Europeia, Suíça e Noruega
- Raiz Poupança Acções – Fundo de Poupança em Acções
- CA Saúde Valorização – Fundo Especial de Investimento Aberto
- CA Rendimento Crescente – Fundo Especial de Investimento Aberto
- CA Rendimento Fixo – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Rendimento Fixo II – Fundo Especial de Investimento Aberto de Capital Garantido
- CA Rendimento Fixo III – F. Especial de Investimento Fechado de Capital Garantido
- CA Rendimento Fixo IV – F. Especial de Investimento Fechado de Capital Garantido
- CA Renda Semestral – Fundo Especial de Investimento Fechado
- CA Rendimento Mais – Fundo Especial de Investimento Fechado
- CA Rendimento Mais II – Fundo Especial de Investimento Fechado

O valor global líquido dos Fundos de Investimento Mobiliário geridos pela CA Gest e comercializados pelo SICAM aumentou 38,2 milhões de Euros, totalizando 166,4 milhões de Euros em Dezembro de 2012, o que corresponde a um aumento de 29,8% face ao final do ano anterior, significativamente superior ao verificado no conjunto do sector (13,3%).

CA Gest - Fundos de Investimento Mobiliário

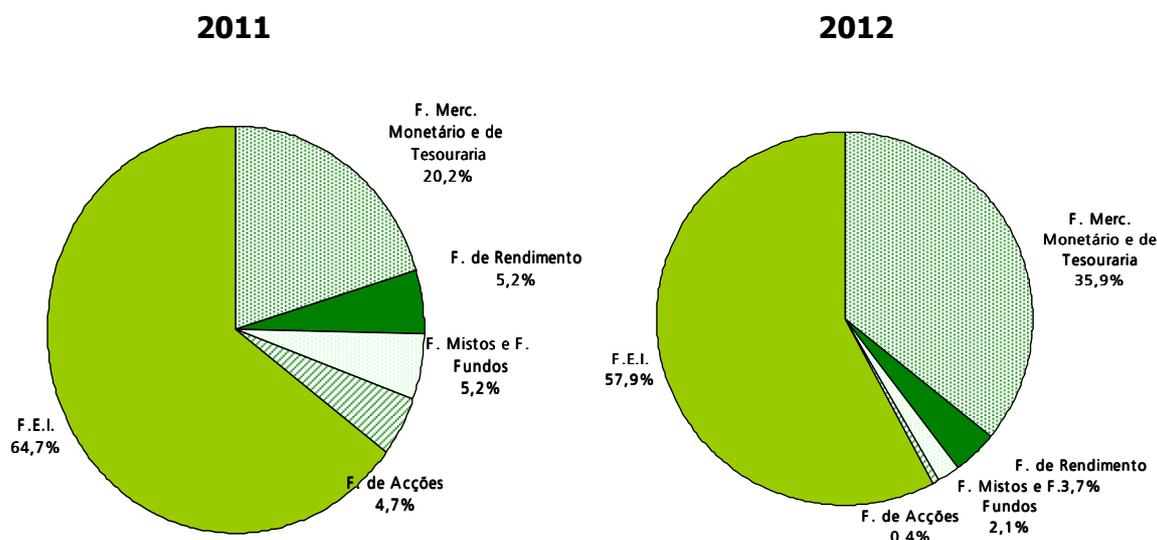
Valor Global Líquido



O crescimento resultou do sucesso comercial do lançamento de três novos fundos, numa oferta ajustada às condições de mercado e ao perfil dominante dos investidores a que se dirigem os F.I.M. da CA Gest, bem como do crescimento do Fundo de Investimento "CA Monetário" que quase triplicou o valor líquido global dos seus activos.

O conjunto dos Fundos Especiais de Investimento registou um crescimento de 12,3%, atingindo-se um valor de 93,1 milhões de Euros, apesar da liquidação, num montante total de 21,2 milhões de Euros, dos FEI Raiz Valor Acumulado e CA Euribor II, por terem atingido os prazos pelos quais haviam sido constituídos.

REPARTIÇÃO DOS ACTIVOS SOB GESTÃO POR TIPO DE FUNDO



O Fundo CA Monetário, o fundo mais rentável em 2012 da sua classe no mercado português, viu o seu activo líquido aumentar de 16,2 milhões de Euros para 49,4 milhões de Euros, constituindo um pilar fundamental da oferta disponibilizada pela CA Gest.

O Fundo "Raiz Tesouraria" manteve, embora de forma mais reduzida, a tendência decrescente do valor global sob gestão. O Fundo "Raiz Rendimento" apresentou uma rentabilidade positiva em 2012 de 6,58%, mas manteve um nível de resgates superior às subscrições, pelo que o seu valor global líquido se reduziu em 9,3% relativamente ao final do ano anterior.

O volume dos Fundos "Raiz Conservador" e "Raiz Global" ressentiu-se novamente do desinvestimento de investidores institucionais com um peso importante no seu montante global. O fundo de acções europeias –"Raiz Europa"– aumentou ligeiramente em 2,9% os seus activos.

O crescimento dos montantes aplicados nos Fundos geridos pela CA Gest situou-se acima da média do sector, originando um ganho de quota de mercado que passou de 1,2% em Dezembro de 2011 para 1,4% em 31/12/2012 (em 2010 era de 0,8%).

Gestão de Carteiras

Em 2012, o montante sob gestão de carteiras de clientes ultrapassou os 1.366 milhões de Euros, um acréscimo de 243,8 milhões de Euros face ao ano anterior, que representou um crescimento de 21,7% (8% em 2011). Esta evolução ultrapassa significativamente o crescimento de 3.1% verificado no sector e coloca a CA Gest como a sociedade gestora que mais cresceu em 2012 de entre as maiores sociedades nacionais. O crescimento das carteiras de clientes institucionais determinou o desempenho registado devendo também assinalar-se o reforço muito considerável no n.º de carteiras de particulares sob gestão da CA Gest.

Tal como se registou no sector dos Fundos de Investimento Mobiliário, a evolução francamente positiva do montante gerido pela Sociedade deu origem a um ganho de quota de mercado de 0,4% para 2,6%, consolidando a posição da CA Gest entre as seis maiores sociedades gestoras em Portugal.

Desenvolvimento da Oferta

O desenvolvimento da oferta da CA Gest confrontou-se com condições de mercado exigentes resultantes de um ambiente generalizado de baixas taxas de juro nominais, da intensificação da crise soberana europeia até Junho, e, no 2º semestre após a intervenção do Sr. Mário Draghi, de um contexto que evoluiu para a busca por “*yield*” por parte dos investidores, com redução drástica dos níveis de volatilidade no mercado obrigacionista.

A política de desenvolvimento de novas soluções de investimento, em articulação com a estratégia de diversificação e diferenciação dos instrumentos de captação e aplicação de disponibilidades e poupanças dos clientes do Crédito Agrícola, tem vindo a ser prosseguida com o objectivo de conferir competitividade à oferta global disponibilizada pelas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo aos seus Clientes, contribuindo para a capacidade de fidelização e ampliação da base de negócio das mesmas.

Neste enquadramento e em virtude da introdução de incentivos pelo Banco de Portugal à contenção da remuneração oferecida pelas Instituições de Crédito em Portugal nos depósitos dos seus Clientes, a CA Gest na oferta de fundos abertos, privilegiou a comunicação do CA Monetário, procurando oferecer aos Clientes do Crédito Agrícola taxas de remuneração competitivas para reduzidos prazos de aplicação.

Face a um contexto de declínio da poupança das famílias em Portugal, agravado pela contracção do rendimento disponível imposta pela política fiscal e resultante das dificuldades de financiamento externo e de alteração do modelo de “*funding*” do sistema bancário nacional, a CA Gest aprofundou o desenvolvimento de soluções financeiras orientadas para a preservação de capital, concentrando-se no lançamento de novos fundos de investimento mobiliário de capital protegido e rendimento esperado, significativamente acima das taxas de juro praticadas pela generalidade das Instituições de Crédito em Portugal, nos Depósitos Bancários.

Assim, foram lançados os seguintes novos Fundos Especiais de Investimento:

- **Fundo Especial de Investimento Fechado CA Renda Semestral**, constituído em 13 de Fevereiro de 2012, com o capital de 6.915.820 de Euros e com a duração aproximadamente de 3 anos;

- **Fundo Especial de Investimento Fechado CA Rendimento Mais**, constituído em 09 de Julho de 2012 com um capital inicial de 6.702.510 de Euros e com a duração aproximadamente de 2 anos;
- **Fundo Especial de Investimento Fechado CA Rendimento Mais II**, constituído em 13 de Agosto de 2012 com um capital inicial de 5.152.080 de Euros pelo prazo de 2 anos.

Os três Fundos constituídos em 2012 partilharam objectivos semelhantes, designadamente:

- a) Procurar proteger, na data de liquidação do Fundo, o reembolso do valor de capital por unidade de participação;
- b) Procurar proporcionar rendimentos líquidos significativamente acima das taxas de juro praticadas no mercado de depósitos bancários em Portugal, sem o incremento proporcional do risco das aplicações efectuadas pelos Fundos.

Para garantir estes objectivos, os Fundos investiram num conjunto predeterminado de títulos de dívida privada, identificados no respectivo Prospecto.

Fundos de Investimento Liquidados

Em conformidade com o determinado nos respectivos Prospectos e por terem atingido o termo do prazo pelo qual haviam sido constituídos foram liquidados os seguintes Fundos de Investimento:

- **CA Euribor II - Fundo Especial de Investimento Aberto.** O Fundo constituiu-se em 20 de Julho de 2009, por um prazo aproximadamente de 3 anos, ficando a sua liquidação prevista para o dia 20 de Julho de 2012. O "CA Euribor II" F.E.I. Aberto tinha como objectivos:
 - a) Obter, na data final de reembolso, 100% do capital inicialmente subscrito na data de constituição do Fundo;
 - b) Proporcionar rendimentos periódicos líquidos correspondentes a 80% da taxa Euribor a 6 meses, acrescida de um "spread" em função das condições de

mercado na data de subscrição.

O Fundo atingiu plenamente os objectivos a que se tinha proposto, tendo reembolsado a totalidade do capital investido, correspondente às Unidades de Participação em circulação à data da Liquidação, tendo distribuído um rendimento semestral correspondente a 80% da soma da Taxa Euribor a 6 meses com um "spread" de 0,85%.

- Raiz Valor Acumulado - Fundo Especial de Investimento Fechado. O Fundo iniciou a sua actividade em 1 de Agosto de 2007, com um capital inicial de 14.450.000 Euros, tendo sido constituído por um período de 5 anos, ficando a sua dissolução estabelecida para o dia 1 de Agosto de 2012. O F.E.I. adoptou uma política de investimentos que tinha por objectivos:
 - a) Obter, na data final de reembolso 100% do capital inicialmente subscrito na data de constituição do Fundo, independentemente da evolução dos mercados accionistas, mas sujeita à capacidade financeira das entidades emitentes dos instrumentos de dívida que integram a carteira do Fundo;
 - b) Obter, na data final de reembolso, uma remuneração total líquida correspondente ao maior dos seguintes valores:
 - 60% da valorização acumulada de um cabaz composto em partes iguais pelo Fundo de Investimento Mobiliário Raiz Tesouraria – Fundo de Tesouraria, Fundo de Investimento Mobiliário Raiz Rendimento e pelos índices PSI20 e Dow Jones Eurostoxx Select Dividend 30 acrescida de uma remuneração adicional líquida de 4,5% sobre o capital investido,

Ou,

- 4,5% do valor inicialmente subscrito, correspondente a uma taxa de rentabilidade anual líquida de 0,9%.

No decorrer da vida do Fundo ocorreram as seguintes alterações fiscais com implicações no cálculo do valor de liquidação do Fundo:

- a) A Lei do Orçamento de Estado de 2012 – Lei 64-B, de 30 de Dezembro de 2011- agravou a taxa de tributação de mais-valias aplicável a fundos de investimento mobiliário de 10% para 21,5% a partir de 1 de Janeiro de 2012. A tributação autónoma sobre mais-valias decorrente desta evolução adversa da

fiscalidade traduziu-se no agravamento em 11,5 pontos percentuais, na taxa aplicável à mais-valia obtida com a alienação dos certificados adquiridos pelo Fundo;

b) A taxa de retenção liberatória aplicável a juros de Depósitos a Prazo, foi agravada por força Lei do Orçamento de Estado de 2012 de 20% para 25%, pelo que, a taxa ponderada de 80% conforme o disposto no Artº 25º do Estatuto dos Benefícios Fiscais passou de 16% em 2007 para 20% em 2012. O juro do depósito a prazo, constituído pelo Fundo sofreu desta forma um agravamento na taxa de retenção liberatória de 4 pontos percentuais.

Atendendo às alterações fiscais indicadas o rendimento líquido final, correspondente ao rendimento adicional ou mínimo, foi diminuído para 4,08%, face aos 4,5% perspectivados na constituição do Fundo, o que significa uma diminuição de 0,42%.

Serviço Personalizado de Gestão de Carteiras

Clientes Institucionais

Face aos desafios e aos riscos acrescidos emergentes da crise das dívidas soberanas e da deterioração dos níveis de rendibilidade dos títulos de dívida/crédito, bem como dos impactos dessa crise sobre os mercados financeiros, a política de investimentos adoptada pela CA Gest em concertação com os seus clientes institucionais foi claramente orientada para a diversificação e preservação do capital.

A gestão, apesar de orientada por critérios conservadores e tipicamente abaixo dos níveis de volatilidade dos *benchmarks*, resultou em rendibilidades positivas, avaliadas a preços de mercado, em todas as carteiras afectas a seguros do ramo vida, bem como, nas principais carteiras de fundos de pensões.

O serviço prestado a clientes institucionais continuou a aprofundar-se, designadamente:

- Através do desenvolvimento contínuo de novos produtos de investimento com o Cliente, designadamente soluções de capitalização da CA Vida – Companhia de Seguros Vida, S.A., especialmente no que se refere à concepção das políticas investimento e de gestão risco das carteiras associadas aos novos produtos;

- Na implementação de critérios valorimétricos adicionais das carteiras em função das políticas de investimento dos clientes, para além da valorização a preços de mercado;
- Na produção de informação adicional para validação e integração nos registos autónomos dos clientes.

Cientes Particulares

A CA Gest, em 2012, apresentou ao SICAM o seu Serviço de Gestão Personalizada de Patrimónios e procurou celebrar Protocolos com todas as CCAMs associadas com vista à apresentação deste serviço do Grupo Crédito Agrícola à sua base de Clientes elegíveis.

Dado o enquadramento de baixas taxas de juro, da introdução de incentivos à limitação na remuneração de depósitos por parte de Instituições de Crédito e, essencialmente, da forte adesão do SICAM ao Protocolo de Apresentação do Serviço de Gestão Personalizada de Patrimónios, a CA Gest veio a observar um aumento significativo do nº de carteiras sob gestão.

Os novos mandatos foram preferencialmente centrados em políticas de investimento orientadas para o investimento em títulos de dívida privada.

PRINCIPAIS INDICADORES FINANCEIROS

	2011	2012	Euros	
			Varição Valor	%
Margem Financeira	104.630	99.611	-5.020	-4,8%
Produto Bancário	2.246.633	2.443.045	196.412	8,7%
Custos Funcionamento	1.920.126	2.107.523	187.397	9,8%
Resultados Líquidos	174.760	225.297	50.537	28,9%
Activo (Líquido)	4.514.524	4.864.108	349.584	7,7%
Passivo	760.625	884.913	124.287	16,3%
Capital	3.753.898	3.979.195	225.297	6,0%

A margem financeira reduziu-se em 4,8% como resultado da quebra nos níveis das taxas de juros das aplicações em depósitos a prazo dos excedentes da Sociedade.

A variação negativa da margem seguiu a tendência de descida das taxas dos depósitos bancários. Na actividade, propriamente dita da Sociedade, as variações entre rendimentos

de serviços e comissões recebidas líquidas de encargos associados permitiu um crescimento do produto bancário em 8,7%, idêntico ao obtido no ano anterior, e sustentou o acréscimo dos resultados líquidos em 28,9%.

As comissões de comercialização pagas às Caixas de Crédito Agrícola Mútuo e à Caixa Central atingiram o valor de 517 mil euros.

Da actividade de gestão de activos desenvolvida pela Sociedade resultou um total de rendimentos para o Grupo Crédito Agrícola de 3,1 milhões de Euros.

No total, os custos de funcionamento da Sociedade aumentaram 9,8% em 2012 decorrentes fundamentalmente do aumento dos custos com sistemas de informação e comunicação e da realização do 1º Encontro do Crédito Agrícola sobre Gestão de Activos, promovido pela CA Gest. Relativamente a este Evento, atribui-se-lhe especial relevância na dinâmica da actividade conforme se demonstra no relato supra quer na parte da gestão de Fundos de Investimento Mobiliário quer na Gestão de Carteiras.

Como corolário do exposto os resultados líquidos de impostos subiram para 225,3 mil Euros, traduzindo um aumento de 28,9% face ao ano anterior.

Finalmente, os capitais próprios da sociedade tiveram um incremento de 6% atingindo quase 4 milhões de Euros obtendo-se um "Return On Equity" (ROE) de 5,7% (4,9% em 2011) e um "Return On Assets" (ROA) de 4,6% (3,9% em 2011).

4.1.1. Fundos de Investimento Imobiliário

Fundo CA Património Crescente

O Fundo CA Património Crescente concluiu o seu sétimo exercício completo de actividade com cerca de 189,5 milhões de euros sob gestão (2011: 156,8 milhões), correspondentes a 14.040.926 unidades de participação (2011: 12.063.967). A variação corresponde a 2.928.663 unidades subscritas e 951.704 unidades resgatadas.

No final do seu sétimo exercício completo, o Fundo CA Património Crescente tinha já 5.842 participantes (2011: 4.538 participantes) que subscreveram o Fundo em 423 balcões (2011: 404) da rede do Crédito Agrícola, correspondentes a 77 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo (2010: 76).

As necessidades de liquidez dos Bancos estabilizaram durante o ano de 2012, originando uma diminuição da remuneração dos depósitos a prazo, tendo como consequência, uma estabilização do saldo entre subscrições e resgates nos Fundos de Investimento Imobiliários Abertos (FIIA). Apesar disso, a generalidade dos FIIA foi penalizada pelas necessidades de liquidez decorrentes de anos anteriores, o que levou a que o Índice APFIPP dos FIIA tivesse, pela primeira vez em 25 anos de existência, rendibilidade negativa.

No entanto, o CA Património Crescente voltou, tal como nos anos anteriores, a apresentar rendibilidades competitivas em relação às aplicações tradicionais (3,83% líquida para o participante, uma diferença superior em 0,6% ao 2º Fundo do mercado e 1,6% relativamente ao 3º Fundo), o que, aliado às Campanhas promovidas pelo Departamento de Marketing da Caixa Central decorridas em 2012, o levou a obter um crescimento do volume sob gestão de cerca de 20,9%.

O Fundo recebeu, pelo 2º ano consecutivo, em 2012, a distinção do melhor Portfólio Ibérico dos últimos três anos do ponto de vista da rentabilidade para o participante, distinção esta atribuída pelo IPD (Investment Property Databank).

Fundo CA Arrendamento Habitacional

O Fundo iniciou a respectiva actividade em 23 de Outubro de 2009, com um capital de 50 milhões de euros, tendo concluído o seu primeiro exercício completo de actividade com cerca de 49,3 milhões de euros sob gestão, correspondentes a 500.000 unidades de participação.

Durante o ano de 2011, ocorreu um aumento de capital do Fundo, concretizado no dia 06 de Setembro, com a subscrição de um montante aproximado de 50 milhões de euros, correspondentes a 509.728 unidades de participação, tendo o Fundo terminado esse ano com um Activo Líquido de cerca de 98,84 milhões de Euros, correspondentes a 1.009.728 unidades de participação.

O ano de 2012 foi concluído com o mesmo número de unidades de participação em circulação, e um Activo Líquido de cerca de 98,71 milhões de Euros.

Fundo CA Imobiliário

O Fundo, tendo iniciado a sua actividade em 1 de Setembro de 2005 com um capital de 12 milhões de Euros, atingiu em 31 de Dezembro passado o seu sétimo exercício completo de actividade com cerca de 468,3 milhões de euros sob gestão (322,9 milhões em 2011) correspondentes a 54.615.268 unidades de participação (36.418.084 em 2011).

4.2. Consultoria Financeira

4.2.1 Banca de Investimento

4.2.1.1 Consultoria Financeira

Enquanto unidade de Assessoria Financeira Especializada no âmbito da Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola, a CA Consult tem por objecto a promoção e o desenvolvimento de negócios no sector empresarial, privado ou público, o apoio à internacionalização de empresas, o apoio à estruturação e montagem do financiamento de projectos / angariação de capitais alheios e próprios e a processos de aquisição ou alienação de partes de capital de empresas, e caracteriza-se por ser dotada de competências técnicas, conhecimento sectorial e de veículos de investimento que, articulados com a oferta de Banca Comercial do Grupo Crédito Agrícola, constituem factores críticos de sucesso dos projectos, empresas, seus accionistas ou investidores apoiados.

A CA Consult, desde 2006, tem vindo a desenvolver a sua oferta, nomeadamente a prestação de serviços nas áreas de assessoria de gestão estratégica, de acompanhamento a Fundos / veículos de investimento e de assessoria financeira (*M&A, Corporate Finance e Project Finance*), robustecida em 2010, na sequência de operações internacionais por parte de Clientes, com a internacionalização focada no mercado do Brasil.

Numa perspectiva sectorial, o desenvolvimento focou-se em sectores considerados estratégicos para o Grupo Crédito Agrícola, contribuindo também para a notoriedade da marca naqueles sectores, nomeadamente, *Agribusiness*, Florestas, Energias Renováveis e no Desenvolvimento Regional e Rural, seja em Portugal, seja em mercados externos.

Em simultâneo, foi desenvolvida actividade nos sectores de Saúde, *Facility Services e Construção*, em Portugal e no Brasil, nomeadamente a nível comercial, sendo prospectadas oportunidades de projectos e transacções noutros sectores, nomeadamente os que denotam comportamento anticíclico.

Neste contexto, o *portfolio* de produtos e serviços de Banca de Negócios do Grupo Crédito Agrícola, desenvolvido pela CA Consult, no ano de 2012, contemplou as seguintes áreas:

- Assessoria Financeira e de Gestão Internacional;
- Assessoria Financeira e de Gestão Nacional;
- Assessoria em Capital de Risco;
- Assessoria Financeira e de Gestão ao Grupo Crédito Agrícola;
- Apoio administrativo, gestão de pessoal e prestação de serviços de contabilidade a empresas participadas do Grupo Crédito Agrícola.

Assessoria Financeira e de Gestão Internacional

A CA Consult deu continuidade ao desenvolvimento de negócio no Brasil, acumulando conhecimento e relacionamentos institucionais estrategicamente alavancáveis numa perspectiva de Grupo Crédito Agrícola. Durante 2012 foram originados 4 projectos no Brasil, encontrando-se 3 em curso: Sector da Construção / Pré-Moldados, Sector *Real Estate* / *Shopping Centers*, e *Facility Services*

No âmbito da actividade de *M&A Cross-Border*, a CA Consult continuou a sua articulação com entidades parceiras internacionais que integram a *Pandion Partners* e que permitem à CA Consult o acesso a oportunidades de negócio num número crescente de países da Europa, América e Ásia.

Assessoria Financeira e de Gestão Nacional

No âmbito do mercado nacional, a CA Consult continuou a desenvolver a sua actividade de assessoria financeira, com elevado enfoque no sector da Saúde, alavancando no momento de mudança estrutural deste sector.

Neste enquadramento, a CA Consult desenvolveu, ao longo de 2012, 6 mandatos nos segmentos de Gestão Hospitalar, crio-preservação de células estaminais, Saúde e Bem-Estar (Ginásios), Meios Complementares de Diagnóstico, Distribuição de Medicamentos e Consumíveis para Medicina Dentária e, finalmente, formação de profissionais de saúde com tecnologia de realidade virtual.

Ao nível dos sectores do agronegócio a actividade estendeu-se por diversos domínios do sector alimentar nomeadamente nos segmentos de Produção de Snacks, Fileira Vitivinícola e Embalagem (*packaging*).

Assessoria em Capital de Risco

No que respeita ao FCR AGROCAPITAL 1, e em consequência do retomar da actividade promocional do Fundo realizada ao longo do 2º semestre de 2011, foram recolhidas 18 intenções de investimento, das quais 9 originaram propostas de participação por parte dos respectivos promotores, e 6 dessas propostas apresentavam, após a análise técnica, condições de envolvimento por parte do Fundo, no montante de € 3,6 milhões (entre capital e suprimentos).

Tais propostas não chegaram porém a ser apreciadas pelos órgãos do Fundo na medida em que a actividade de tomada de novas participações por este Fundo foi suspensa no passado mês de Maio já que o Conselho de Administração da AGROCAPITAL aguarda, desde então, que os Participantes do Fundo se pronunciem sobre a alteração do Regulamento de Gestão por forma a ver prorrogada a sua maturidade e flexibilizados alguns aspectos da sua Política de Investimentos.

No que respeita ao FCR CENTRAL FRIE foi prioritário, em 2012, captar oportunidades de investimento para a liquidez disponível, tendo sido angariadas 5 intenções de investimento, das quais 2 originaram propostas de participação por parte dos respectivos promotores (empresas de transformação florestal e agro-indústria), juntando-se estas a uma proposta que transitou de 2011 (extrusão de plásticos). Em resultado da desistência dos promotores ou de vicissitudes na montagem das operações não foi concluído nenhum desses processos

Assessoria Financeira e de Gestão ao Grupo Crédito Agrícola

Retomando alguns dos princípios norteadores do modelo de negócio da CA Consult, foi prestada ao Grupo Crédito Agrícola assessoria:

- na avaliação preliminar e proposta de soluções organizacionais alternativas que permitam a constituição de central de compras do Grupo Crédito Agrícola;
- na elaboração de candidatura ao Fundo Europeu de Investimento para o

lançamento de uma linha de micro crédito garantida por aquela instituição;

- na selecção da entidade gestora e no processo de constituição de fundo de investimento imobiliário para gestão de activos decorrentes da actividade de recuperação de crédito;
- no acompanhamento de participações institucionais e associativas.

Encontram-se ainda em desenvolvimento dois projectos de carácter estratégico para o Grupo Crédito Agrícola: o modelo e o *Roadmap* para a implementação da Central de Compras do Grupo Crédito Agrícola e a constituição de novo Fundo de Investimento Imobiliário.

Não obstante estes projectos, a CA Consult manteve um apoio activo ao Grupo nomeadamente no *research* e o acompanhamento do sector financeiro em Portugal e na Europa, tendo sempre que apropriado, apresentado estudos e/ou *point of views* temáticos, bem como no apoio em processos de financiamento com maior complexidade (ex. *Project Finance*) ou em sectores em que a CA Consult detém efectivo *know-how* diferenciado.

Apoio Administrativo, Gestão de Pessoal e Prestação de Serviços de Contabilidade a Empresas Participadas da Caixa Central

A CA Consult continuou a providenciar:

- o apoio administrativo e o processamento contabilístico da própria Sociedade, bem como, da CA Gest, CCCAM SGPS, FCR Central Frie, Agrocapiatal SCR, FCR Agrocapiatal 1 e CA Finance;
- a preparação de dados para a consolidação das contas destas entidades no Grupo, e, onde aplicável, a elaboração de *reports* à entidade de supervisão.

Desempenho Económico-Financeiro

Do ponto de vista dos resultados, as áreas *core* anteriormente descritas e em conjunto geraram, em 2012, rendimentos para a CA Consult que excederam 1,2 milhões de euros, ainda assim significativamente abaixo dos objectivos propostos.

Apesar do clima adverso de negócios que caracterizou o ano de 2012, quer em termos nacionais quer em termos internacionais, o total de proveitos pela prestação de serviços

registou um aumento de aproximadamente 8,5% face ao registado no ano anterior.

Durante 2012 deu-se continuidade à implementação do plano de contenção de custos, o qual se traduziu numa geração de poupanças bastante acima do inicialmente previsto e orçamentado. Em termos de FSEs este plano permitiu em 2012 uma redução significativa, de 27,5%, nos respectivos custos, comparativamente ao ano anterior.

A rubrica de Gastos de Pessoal, dada estabilidade do quadro dos colaboradores, esteve em linha com o ano anterior, com uma variação inferior a 1% nos seus gastos.

O recurso ao financiamento por capital alheio, provocou um aumento de aproximadamente €2 mil nos juros e gastos similares suportados face ao ano anterior.

A rubrica de imparidades de dívidas a receber registou um aumento muito significativo face ao período anterior, traduzido num registo líquido de perdas potenciais de cerca de €65 mil, em obediência a critérios de prudência na expectativa de recebimento dos valores em dívida por parte de alguns clientes.

A rubrica Outros Gastos e Perdas sofreu um aumento de aproximadamente €100 mil, justificados pela anulação de réditos de um projecto (transacção de venda de capital de uma Empresa de Saúde no Brasil), desenvolvido ao longo de 2011 e terminado, sem sucesso, em 2012.

Em resultado de, em 2012 não se terem registado investimentos, as depreciações e amortizações mantiveram-se praticamente inalteradas relativamente ao ano anterior.

Em consequência dos factores atrás descritos o resultado líquido do exercício atingiu um valor negativo de €631.282, tendo o EBITDA sido negativo em €563.104.

Em 28 de Dezembro de 2012, em Assembleia Geral, foi deliberado o reforço dos capitais próprios da Sociedade, através de prestações acessórias não onerosas, no valor de €710 mil permitindo um aumento dos capitais próprios em 56%.

CA Consult	2008	2009	2010	2011	2012
Activo Líquido	839	654	944	660	1301
Situação Líquida	472	325	217	139	218
Resultado Líquido	51	-147	-258	-679	-631
Nº Colaboradores Efectivos	21	19	19	20	21

Valores em milhares de Euros

IV. ANÁLISE FINANCEIRA

1. Demonstração de Resultados

A actividade de exploração do SICAM em 2012 foi marcadamente condicionada pelo ambiente recessivo da economia e pelas condições prevaletentes no mercado bancário, caracterizadas essencialmente por:

- uma forte concorrência no domínio da captação de depósitos de clientes, que fez o custo médio dos recursos manter-se em níveis consideravelmente elevados, uma vez que o crescendo da concorrência pelos depósitos se verifica já desde há alguns anos, e apesar de nos últimos meses de 2012 se ter verificado uma ligeira redução nas taxas oferecidas aos clientes*;
- limitadas oportunidades para o crescimento do negócio dada a retracção da procura de crédito;
- aumento considerável do crédito vencido e das incidências de incumprimento.

Nesta envolvente claramente desfavorável, o SICAM conseguiu obter um resultado positivo ainda expressivo, que se traduziu num lucro líquido de cerca de 41,3 milhões de euros.

Este desempenho foi conseguido apesar da descida da margem financeira, a qual, no conjunto do ano, atingiu 318,3 milhões de euros, o que representou uma redução de 7,2% em relação ao ano precedente, em que atingira 343 milhões. O SICAM, que registou em dois exercícios consecutivos – 2009 e 2010 – uma redução da margem financeira de várias dezenas de milhões de euros comparativamente ao nível de 2008, conseguiu em 2011 uma recuperação nesta importante componente do produto bancário, mas voltou a registar uma diminuição, confirmando-se as pouco favoráveis perspectivas que existiam no início de 2012. Para 2013 as perspectivas quanto a esta rubrica mantêm-se desfavoráveis.

* Situação que se inflectiu no início de 2013, verificando-se de novo uma tendência de subida.

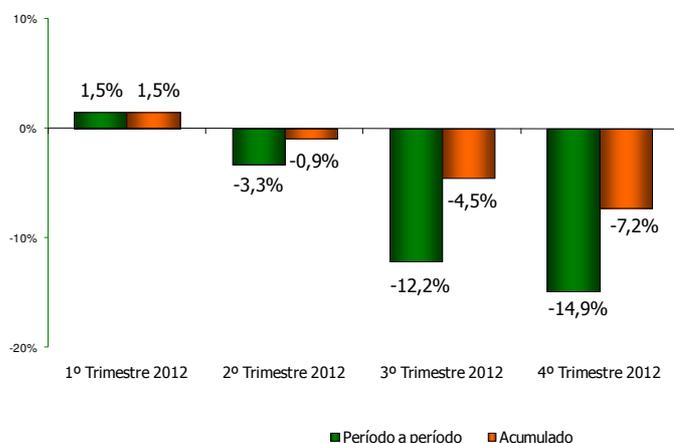
EVOLUÇÃO SEMESTRAL DA MARGEM FINANCEIRA SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

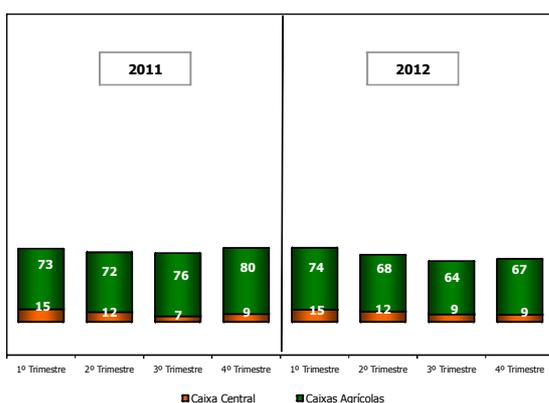
	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
1º semestre	141,0	171,3	169,8	-1,5	-0,9%
2º semestre	164,6	171,7	148,5	-23,2	-13,6%
Total	305,6	343,0	318,3	-24,7	-7,2%

Note-se aliás que a evolução das condições do mercado bancário ao longo do ano, conduziram a que o comportamento da margem financeira tivesse sido particularmente negativo no segundo semestre, em que se registou uma redução homóloga de 13,6%, comparativamente a uma variação que, embora negativa, se limitara a -0,9% na primeira metade do ano. Para tal contribuiu grandemente a contínua diminuição das taxas *euribor* ao longo do ano, que se havia começado a observar a partir do último trimestre de 2011, consequência da inflexão na política monetária do BCE, mas que se acentuou durante todo o exercício de 2012.

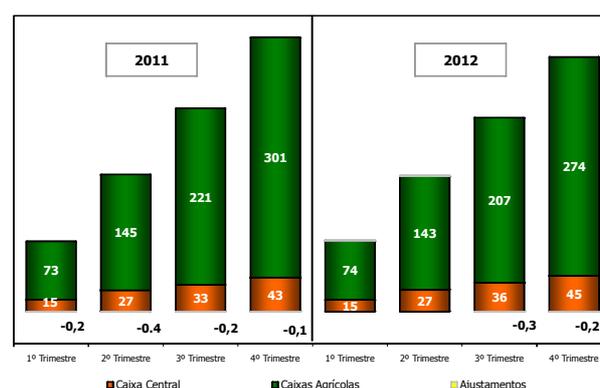
Evolução da Margem Financeira do SICAM (Δ % homóloga)



Evolução da Margem Financeira SICAM - período a período (milhões de euros)



Evolução da Margem Financeira SICAM - valores acumulados (milhões de euros)



Esta evolução foi agravada pelo facto de a diminuição da remuneração média da carteira de crédito decorrente da descida das taxas *euribor*, ter coexistido com a manutenção do custo dos recursos de clientes em nível significativamente elevado, como reflexo da forte concorrência na captação, a qual, embora ligeiramente atenuada em relação a 2011 – para o que também contribuiu a intervenção disciplinadora do Banco de Portugal – continuou intensa durante todo o exercício de 2012.

Este contexto implicou a necessidade de serem mantidas, durante todo o ano de 2012, as condições especiais adoptadas ao nível da Caixa Central, visando a remuneração dos excedentes de liquidez das Caixas em moldes que lhes proporcionassem meios de defesa da sua base de depósitos, e que subsidiariamente contribuíssem para a sustentação da sua margem financeira.

COMPONENTES DA MARGEM FINANCEIRA SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Juros recebidos	456,6	541,9	560,6	18,7	3,5%
Aplicações em Instituições de Crédito	6,6	4,2	3,5	-0,7	-17,4%
Crédito sobre Clientes	344,8	392,6	398,7	6,2	1,6%
Aplicações em Títulos	105,2	145,1	158,4	13,3	9,1%
Juros pagos	151,0	198,9	242,4	43,4	21,8%
Recursos de Instituições de Crédito	12,0	25,7	19,9	-5,8	-22,5%
Recursos de Clientes	112,4	147,6	201,9	54,3	36,8%
Outros passivos, incluindo recursos de	26,6	25,5	20,5	-5,0	-19,6%
Margem financeira	305,6	343,0	318,3	-24,7	-7,2%

Decompondo a evolução da margem financeira do SICAM nas suas principais componentes, constata-se que os juros recebidos subiram 18,7 milhões de euros, contra um aumento de 43,4 milhões de euros nos juros pagos. Em termos relativos, o aumento verificado nos juros pagos, foi também muito mais expressivo que o registado nos juros recebidos, sendo muito marcada a diferença de crescimento verificada nas duas rubricas: comparativamente a 2011, aumento de 21,8% nos juros pagos e apenas de 3,5% nos juros recebidos.

Na evolução dos juros activos destaca-se a expansão no rendimento das aplicações em títulos, de 13,3 milhões de euros, correspondente a +9,1%, atingindo no exercício um

valor total de 158,4 milhões. Esta rubrica registou o maior aumento quer em valores absolutos, quer em termos relativos.

Apesar do clima recessivo e da contracção na concessão de crédito, é de destacar positivamente o crescimento verificado nos juros recebidos de crédito sobre clientes, de cerca de 6,2 milhões de euros, correspondente a +1,6%.

Em contrapartida, os juros das aplicações directas em instituições de crédito – excluindo as aplicações em dívida titulada que estão incluídas nas aplicações em títulos – voltaram a descer, acompanhando a redução do peso desta rubrica no balanço consolidado do SICAM, e representam no exercício apenas 3,5 milhões de euros, contra 4,2 milhões em 2011. Refira-se que em 2009 estes proveitos ainda totalizaram 37,8 milhões de euros, tendo o seu valor máximo ocorrido em 2008, com 85,5 milhões.

No tocante aos juros passivos, e reflectindo a composição tradicional do *funding* do SICAM, o maior peso é o dos juros pagos pelos recursos de clientes, que se situaram no exercício em 201,9 milhões, traduzindo um aumento face a 2011 de cerca de 54,3%, em que o respectivo valor fora de 147,6 milhões. Para esta evolução contribuiu o aumento do valor global dos depósitos, somado ao reflexo da subida da respectiva taxa média, pelas razões já referidas relativas à concorrência interbancária, apesar de o SICAM ter mantido uma postura defensiva e meramente reactiva, tendo em conta a sua confortável posição de liquidez.

Saliente-se, porém, pela positiva e em face da presente conjuntura, a diminuição do peso dos juros pagos relativos ao refinanciamento de certas operações junto de outras instituições de crédito e do Euro-sistema, que tinham crescido em 2010 e 2011. Assim, os juros relativos a esses financiamentos atingiram no exercício 19,9 milhões de euros, representando uma redução de 22,6% comparativamente ao valor de 2011, em que perfizeram 25,7 milhões. Finalmente, há a referir os juros de outros passivos financeiros que atingiram no período 20,5 milhões de euros, um montante também inferior ao de 2011 (de 25,5 milhões).

Sublinhe-se que o financiamento obtido junto do Euro-sistema, bem como junto de contrapartes internacionais privadas, está inteiramente ligado a aplicações líquidas e de reduzido risco, não sendo utilizado para o suporte da actividade comercial corrente do

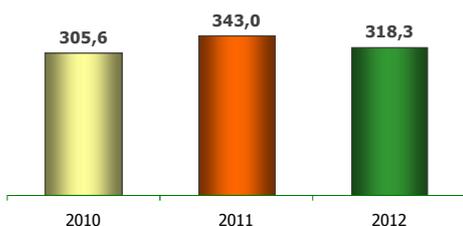
SICAM, a qual repousa inteiramente nos recursos de clientes, de acordo com a política tradicional do Crédito Agrícola.

Contrariamente à margem financeira, as restantes componentes do produto bancário tiveram globalmente um contributo positivo para a evolução deste agregado. Com efeito, as comissões líquidas e os outros resultados de exploração, ainda que não cobrindo a totalidade da quebra registada na margem financeira, ajudaram a atenuar grande parte da redução verificada nessa rubrica.

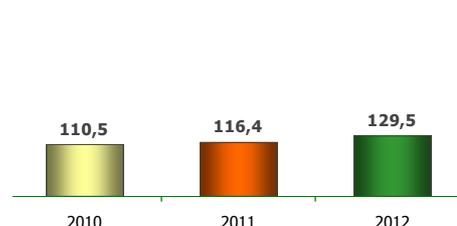
Assim, o saldo de comissões registou um crescimento de 11,3%, acelerando marcadamente o seu crescimento em relação ao exercício anterior, por força das iniciativas tomadas ao nível da racionalização do preçário e da maior eficácia da cobrança, bem como da evolução positiva nas áreas de negócio com maior potencial para a geração deste tipo de proveitos. No entanto, para a evolução do saldo de comissões também contribuiu uma redução significativa nas comissões pagas. Com efeito, os proveitos de comissões aumentaram 9,7% relativamente ao ano anterior e as comissões pagas diminuíram 5,8%.

O saldo de comissões em 2012 totalizou 129,5 milhões de euros, contra 116,4 milhões em 2011, tendo aumentado o seu peso relativo no produto bancário: 27,9% em 2012 contra 24,7% em 2011.

Evolução da Margem Financeira (Milhões de euros)



Evolução do saldo de comissões (Milhões de euros)



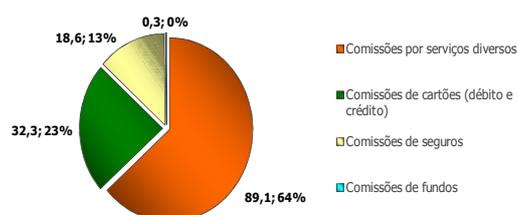
Detalhando a evolução das comissões é de salientar o aumento das comissões associadas a operações de crédito (+ 4,2 milhões de euros), comissões de mora ou contencioso (+ 2,3 milhões de euros), comissões de manutenção de conta (+ 1,3 milhões de euros) e comissões associadas a cartões (+ 0,8 milhões de euros). Verificou-se, no entanto, também um aumento expressivo nas comissões de colocação e comercialização de contratos de seguros (+1 milhão nos seguros de ramos reais e +1,3 milhões nos seguros de vida), na linha da evolução observada nos últimos anos.

Nos resultados de operações financeiras apurou-se uma diminuição significativa, sendo o valor absoluto do respectivo contributo para o produto bancário em 2012 de 5,9 milhões de euros contra 8,5 milhões em 2011 (-30,5%).

Finalmente, a rubrica residual de outros resultados de exploração registou, em termos líquidos, um acréscimo acentuado face ao valor do seu contributo em 2011, de 3,8 milhões de euros nesse exercício para 11,2 milhões no exercício findo, em grande medida porque o exercício de 2011 foi excepcionalmente afectado por menos valias de 12,1 milhões de euros, na alienação de activos adquiridos em recuperação de crédito. Contrariamente, no exercício de 2012, em termos líquidos, realizou-se apenas um ligeiro resultado negativo nesse tipo de transacções (de cerca de 801 mil euros).

COMISSÕES	Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Comissões recebidas	121,6	127,9	140,3	12,4	9,7%
Por garantias prestadas	5,2	5,2	5,1	-0,1	-2,2%
Por serviços prestados	84,9	90,6	98,4	7,8	8,6%
Outras	31,5	32,1	36,8	4,7	14,7%
Comissões pagas	11,1	11,5	10,8	-0,7	-5,8%
Por serviços bancários de terceiros	10,6	11,0	10,2	-0,7	-6,6%
Outras	0,5	0,5	0,6	0,1	12,0%
Comissões líquidas	110,5	116,4	129,5	13,1	11,3%

SICAM - COMISSÕES RECEBIDAS (Valores em milhões de euros, excepto percentagens)



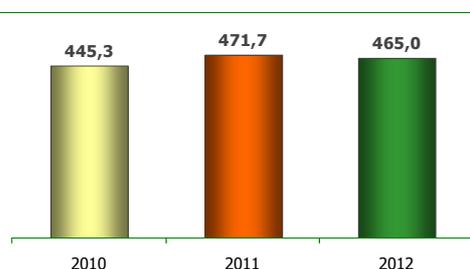
Tendo em conta a evolução descrita, o produto bancário que apresentara em 2010 e 2011 uma evolução positiva, registou em 2012 um ligeiro decréscimo de 1,4%, correspondendo a uma redução de 6,8 milhões de euros.

PRODUTO BANCÁRIO SICAM

	Valores em milhões de euros, excepto percentagens							
	2010	2011	2012	Estrutura			Variação 12/11	
				2010	2011	2012	Abs.	%
Margem Financeira	305,6	343,0	318,3	68,6%	72,7%	68,5%	-24,8	-7,2%
Comissões líquidas	110,5	116,4	129,5	24,8%	24,7%	27,9%	13,1	11,3%
Resultado de operações financeiras	7,1	8,5	5,9	1,6%	1,8%	1,3%	-2,6	-30,5%
Outros resultados de exploração	22,1	3,8	11,2	5,0%	0,8%	2,4%	7,5	198,5%
Margem complementar	139,7	128,7	146,7	31,4%	27,3%	31,5%	18,0	14,0%
Total	445,3	471,7	465,0	100,0%	100,0%	100,0%	-6,8	-1,4%

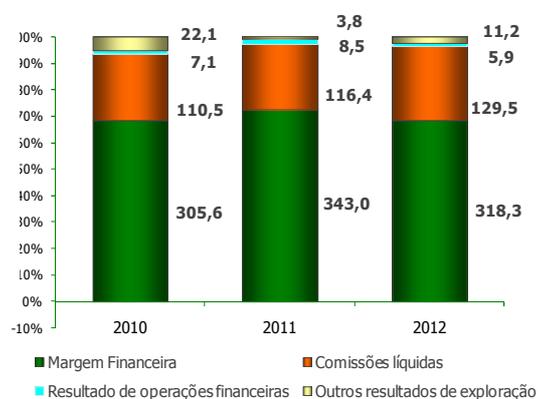
Produto Bancário

(Milhões de euros)



Composição do Produto Bancário

(Milhões de euros)



No concernente aos custos de funcionamento, estes situaram-se, em 2012, em 288,4 milhões de euros, representando um pequeno decréscimo de 0,3% sobre o dispêndio de 2011, que fora de 289,2 milhões. Pode assim considerar-se que estes custos se mantiveram contidos, apesar da taxa de inflação de 2,8%, a qual tenderia a onerar os custos de funcionamento, nomeadamente gastos gerais administrativos, nos quais, no entanto, se conseguiu uma redução de 1,7%. Para tal contribuiu, naturalmente, o facto de os gastos gerais administrativos de 2011 terem incorporado as despesas excepcionais com a comemoração do Centenário do Crédito Agrícola, e estarem igualmente afectados pelos encargos atinentes ao Programa Especial de Inspeções.

Os custos com o pessoal sofreram um acréscimo de 0,9%, que reflecte essencialmente a incidência de factores automáticos decorrentes do ACT, dado não terem ocorrido alterações ou revisões às tabelas salariais, nem ter existido variação significativa no número de efectivos.

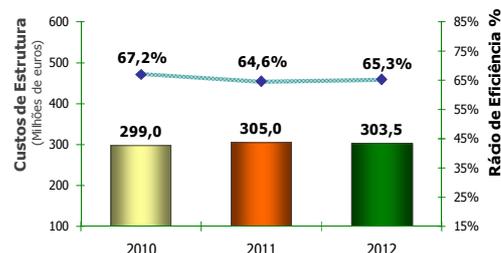
Os custos das amortizações, por sua vez, evidenciaram uma redução de 5%, situando-se no exercício em 15 milhões de euros, pelo que os custos de estrutura registaram uma diminuição de 1,5%, conjugando-se a variação negativa das amortizações com a variação também negativa nos custos de funcionamento.

Esta ligeira redução dos custos de estrutura, como não foi acompanhada de um crescimento no produto bancário, não permitiu corrigir positivamente o rácio de eficiência do SICAM (custos de estrutura/produto bancário), o qual registou um aumento de 64,6% em 2011 para 65,3% (muito por força da diminuição do produto bancário).

EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO

	Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	282,9	289,2	288,4	-0,7	-0,3%
dos quais:					
Custos de Pessoal	158,7	161,3	162,7	1,4	0,9%
Gastos Gerais Administrativos	124,2	127,9	125,7	-2,2	-1,7%
Amortizações	16,1	15,8	15,0	-0,8	-5,0%
Custos de estrutura	299,0	305,0	303,5	-1,5	-0,5%

Custos de Estrutura e Eficiência



Considerando as diferentes rubricas dos gastos gerais administrativos, o aumento mais significativo ocorreu em "rendas e alugueres" (+6,9% comparativamente a 2011), e em água, energia e combustíveis (+9%), reflectindo o impacto do aumento dos custos energéticos, seguindo-se-lhe as despesas com conservação e manutenção e os encargos judiciais, de contencioso e notariado, suscitado pelo maior número de operações de crédito objecto de intervenções de recuperação, judicial ou extra-judicial. Em contrapartida, verificaram-se reduções noutras rubricas, com especial incidência em "publicidade e publicações" (-26,9%), cujo valor em 2011 sofrera o impacto da comemoração do Centenário.

EVOLUÇÃO DOS GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS (Principais rubricas)

	Valores em milhares de euros, excepto percentagens				
	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Água, energia e combustíveis	5.499	5.987	6.525	538,3	9,0%
Impressos e mat.consumo corrente	3.268	3.029	2.743	-286,9	-9,5%
Rendas e alugueres	8.478	8.374	8.948	573,9	6,9%
Comunicação e expedição	11.523	12.437	12.239	-198,2	-1,6%
Publicidade e publicações	5.497	7.084	5.178	-1.906,1	-26,9%
Avenças e honorários	8.233	7.353	7.261	-92,3	-1,3%
Conservação e reparação	6.738	5.944	6.195	250,8	4,2%
Encargos judiciais, contencioso e notariad	2.797	3.154	3.242	87,6	2,8%
Serviços especializados de informática *	38.436	37.660	37.297	-363,1	-1,0%

* Inclui os encargos relativos ao serviço de banca telefónica (Linha Directa)

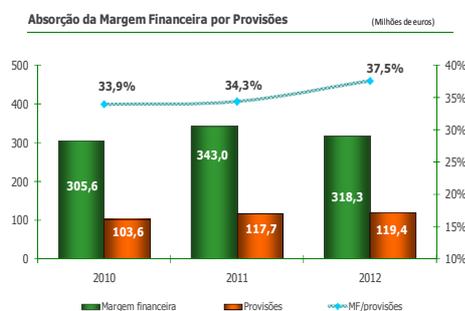
As provisões do exercício, totalizando 121 milhões de euros, excederam o montante das provisões de 2011 que haviam sido de 117,7 milhões, ocorrendo este aumento essencialmente no reforço de imparidades para imóveis adquiridos por recuperação de crédito. Todavia, é de destacar a ligeira redução verificada na constituição e/ou reforço de

provisões associadas a crédito vencido ou de cobrança duvidosa, que se explica pela utilização, em iniciativas de recuperação de crédito, de provisões pré-existentes, incluindo provisões extraordinárias constituídas em anos anteriores. Relembre-se que nos exercícios de 2010 e 2011 se registaram acréscimos expressivos nas provisões do exercício, em parte como reflexo deste factor.

PROVISÕES DO EXERCÍCIO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2011 (reexpresso)	2012	Variação 12/11	
					Abs.	%
Correcção de valor em crédito de client	104,3	107,7	107,6	99,0	-8,6	-8,0%
Imparidade de outros activos	-0,7	4,0	10,1	22,0	11,9	118,3%
Total	103,6	111,7	117,7	121,0	3,2	2,8%



Saliente-se que o ano de 2011 foi reexpresso para efeitos de comparabilidade (com impacto nas provisões do exercício), por força de alteração de política contabilística, conforme explicitado no Anexo individual da Caixa Central.

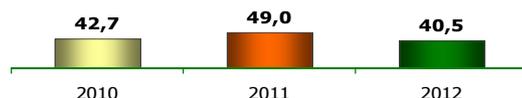
A absorção da margem financeira por provisões aumentou de forma acentuada em 2012, situando-se em 37,5%, nível que, não surpreendentemente, é significativamente superior aos verificados para este parâmetro antes da actual crise económica e financeira. Em 2011 este rácio fora de 34,3%.

O resultado antes de impostos no exercício findo perfaz 40,5 milhões de euros, inferior em 17,3% ao apurado no ano anterior. No resultado líquido, a redução de 47,3 milhões de euros em 2011 para 41,3 milhões em 2012, traduziu-se numa baixa de 12,6%. Esta menor percentagem de diminuição reflecte o efeito da menor carga fiscal relativa suportada em 2012, uma vez que a taxa de IRC efectiva dos exercícios anteriores fora alavancada pela constituição das provisões extraordinárias anteriormente mencionadas, que não constituíram custo fiscal do exercício.

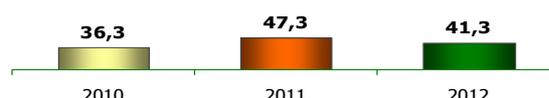
Taxa efectiva de IRC

2010	46,0%
2011	43,8%
2012	41,1%

Resultado Antes de Impostos (Milhões de euros)



Resultado Líquido (Milhões de euros)



DECOMPOSIÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2011		2012		Variação 12/11	
			(reexpresso)				Abs.	%
Produto Bancário	445,3	471,7	471,7	465,0	-6,8	-1,4%		
Custos de funcionamento	282,9	289,2	289,2	288,5	-0,6	-0,2%		
Amortizações	16,1	15,8	15,8	15,0	-0,8	-5,0%		
Provisões	103,6	111,7	117,7	121,0	3,2	2,8%		
Resultado antes de Impostos	42,7	55,1	49,0	40,5	-8,5	-17,3%		
Impostos correntes	-19,6	-21,5	-21,5	-16,6	4,8	22,5%		
Impostos deferidos	13,3	19,7	19,7	17,4	-2,3	-11,7%		
Resultado Líquido	36,3	53,3	47,3	41,3	-6,0	-12,6%		
Cash Flow	156,1	180,8	180,8	177,3	-3,5	-1,9%		

INDICADORES DE RENDIBILIDADE* E EFICIÊNCIA	2010	2011	2012
ROA (rentabilidade do Activo)	0,29%	0,36%	0,31%
ROE (rentabilidade dos Capitais Próprios)	4,37%	4,55%	3,84%
RAI / Activo Líquido	0,34%	0,38%	0,31%
Produto Bancário/Activo Líquido	3,51%	3,61%	3,52%
RAI/Capitais Próprios	5,13%	4,71%	3,77%
Leverage	15,25	12,56	12,30
Rácio de Eficiência (custos de estrutura / produto bancário)	67,15%	64,65%	65,26%

* Considerando a média do valor das rubricas do Activo Líquido e Capitais Próprios, nos extremos do intervalo e incluindo os valores registados em cada um dos trimestres intermédios de cada exercício, conforme Instrução nº 23/2011 sobre divulgação de indicadores de referência.

	ROE	=	ROA	x	Activo *	Situação Líquida *
2010	4,37%	=	0,29%	x	15,25	
2011	4,55%	=	0,36%	x	12,56	
2012	3,84%	=	0,31%	x	12,30	

* Média do valor das rubricas do Activo Líquido e Capitais Próprios, nos extremos do intervalo e incluindo os valores registados em cada um dos trimestres

2. Evolução do Balanço

O valor do activo líquido do SICAM registou um assinalável crescimento em 2012, de 5,5% comparativamente a 2011, tendo passado de 13.026,7 milhões de euros para 13.747,1 milhões.

As aplicações em títulos, que ganharam nos últimos exercícios peso crescente na composição do activo, com excepção do ano transacto de 2011, voltaram a evidenciar em 2012 um acréscimo do seu valor total de 24,6%, aumentando de 3.508 milhões de euros em 2011 para 4.371,1 milhões (+863,1 milhões).

Em sentido contrário, as aplicações directas em instituições de crédito, cujo peso na estrutura do activo se reduziu substancialmente nos últimos exercícios (também com excepção do ano de 2011, onde registaram pontualmente um acréscimo), voltaram a registar uma redução de 275 milhões em Dezembro de 2011 para 107 milhões, o que percentualmente se traduziu numa descida de 61,1%. Face a esta contínua redução ao longo dos últimos exercícios, as aplicações em instituições de crédito detêm presentemente um peso relativo na composição do activo (apenas 0,8%), muito menor do que aquele que apresentavam ainda em 2009 (7,5%, e que, aliás, já se encontrava em retracção face aos anos imediatamente precedentes).

Em contrapartida, as aplicações em títulos – que incluem, além da dívida pública, quase na totalidade portuguesa, dívida titulada de instituições financeiras – no final de 2012 representavam 31,8% do total do activo líquido, contra 26,9% em 2011, sendo a segunda rubrica de maior expressão, após o crédito a clientes, cujo peso no valor total do balanço quebrou a estabilidade que mantinha nos últimos anos, tendo-se reduzido para cerca de 56,1% (em 2011 representava 61,3%).

No que toca às disponibilidades, continuam a representar um peso diminuto na estrutura do activo (3,7% em 2012 contra 2,6% em 2011).

A estrutura do balanço consolidado do SICAM reflecte as transformações operadas nos últimos anos, com o ajustamento à crise financeira, e que foram já referidas nos relatórios relativos aos dois últimos exercícios, decorrentes, por um lado, da menor atractividade em termos de rentabilidade e acrescida percepção de risco das aplicações em instituições financeiras, e, por outro, das limitadas oportunidades de crescimento na área do crédito.

Foi igualmente determinante para a evolução observada, a necessidade de criar (com início em 2011), ao nível da Caixa Central, uma carteira de cobertura, baseada inicialmente em dívida institucional e posteriormente também em dívida pública, para assegurar níveis de remuneração nos excedentes de liquidez das Caixas Associadas que lhes permitissem fazer face à extrema concorrência pelos depósitos que enfrentavam da parte de outras instituições, empenhadas em ajustar e reforçar a sua posição estrutural de liquidez.

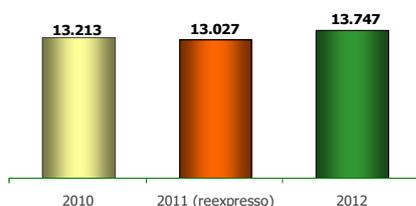
Neste sentido, e para ganhar maior margem de manobra, a Caixa Central complementou os recursos decorrentes dos excedentes das Caixas com fundos obtidos junto de instituições privadas estrangeiras, e também do Banco Central Europeu, através de operações repo com dívida pública e dívida titulada de instituições de crédito. Tal traduziu-se na expansão do seu balanço em base individual, e repercutiu-se igualmente num crescimento significativo do balanço consolidado do SICAM.

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO
SICAM**

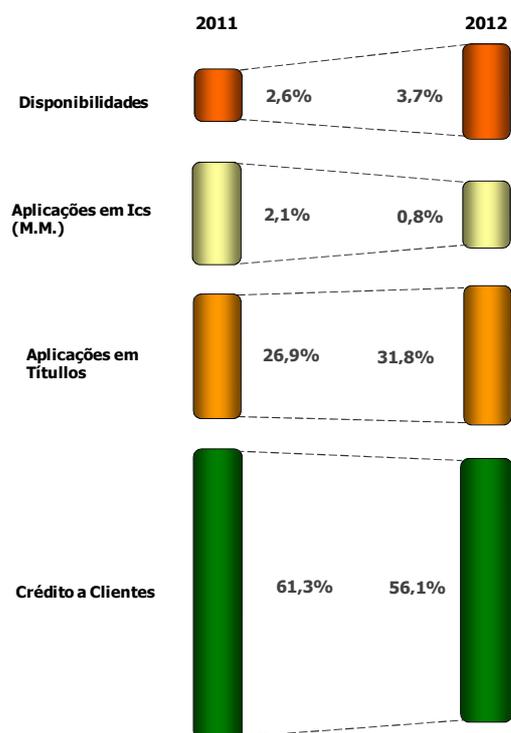
Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2011		Variação 12/11	
			(reexpresso)	2012	Abs.	%
Disponibilidades	361,1	342,9	342,9	513,2	170,3	49,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	76,7	275,0	275,0	107,0	-168,0	-61,1%
Crédito a Clientes (líquido)	8.068,5	7.988,3	7.988,3	7.716,9	-271,4	-3,4%
Aplicações em Títulos (líquido)	3.819,7	3.508,0	3.508,0	4.371,1	863,1	24,6%
Investimentos em Filiais, Propr. de Invest., tangíveis e Intang	357,5	350,8	350,8	346,5	-4,3	-1,2%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	98,0	120,5	117,0	133,1	16,0	13,7%
Outros Activos	431,3	444,6	444,6	559,4	114,7	25,8%
Total Activo	13.212,8	13.030,2	13.026,7	13.747,1	720,4	5,5%
Passivo + Capital						
Recursos de Instituições de Crédito	1.878,3	1.785,1	1.785,1	2.148,0	362,9	20,3%
Recursos de Clientes	9.988,7	9.883,9	9.883,9	10.177,7	293,8	3,0%
Provisões	9,0	7,7	7,7	7,4	-0,3	-4,5%
Instrumentos Representativos de Capital	32,2	30,7	30,7	30,4	-0,3	-0,9%
Passivos subordinados	136,4	125,0	125,0	128,8	3,8	3,1%
Outros passivos	141,8	140,2	140,2	157,0	16,8	12,0%
Total Passivo	12.186,4	11.972,6	11.972,6	12.649,3	676,8	5,7%
Capitais Próprios	1.026,4	1.057,6	1.054,1	1.097,8	43,7	4,1%
Total	13.212,8	13.030,2	13.026,7	13.747,1	720,4	5,5%

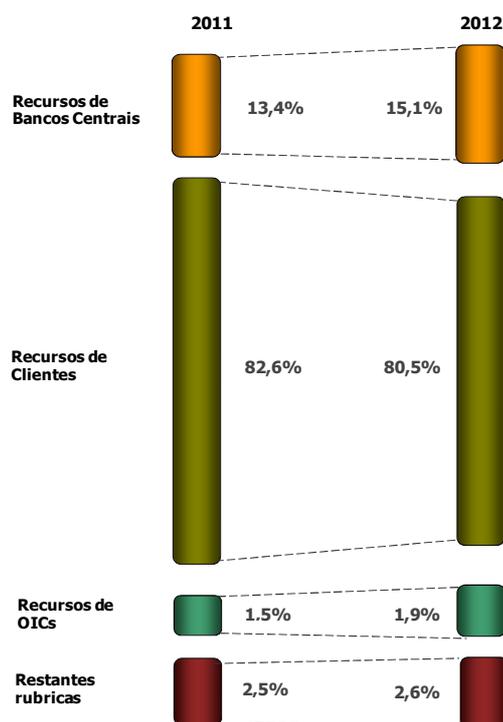
Evolução do Activo (Milhões de euros)



PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO ACTIVO (%)



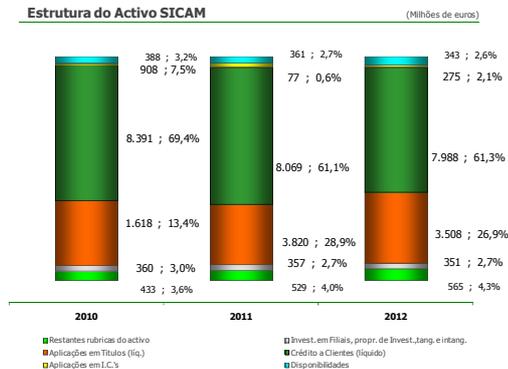
PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES NA ESTRUTURA DO PASSIVO (%)



ESTRUTURA DO ACTIVO LÍQUIDO SICAM

	(percentagem do activo total)		
	2010	2011	2012
Disponibilidades	2,7%	2,6%	3,7%
Aplicações em Instituições de Crédito	0,6%	2,1%	0,8%
Crédito a Clientes (líquido)	61,1%	61,3%	56,1%
Aplicações em Títulos (líquido)	28,9%	26,9%	31,8%
Investimentos em Filiais, Propr. de Invest. tangíveis e Intangíveis	2,7%	2,7%	2,5%
Activos por impostos (correntes e diferidos)	0,7%	0,9%	1,0%
Outros Activos	3,3%	3,4%	4,1%
	100,0%	100,0%	100,0%

Estrutura do Activo SICAM



Nos investimentos em dívida pública tem-se privilegiado, por razões de gestão do risco de liquidez e de taxa de juro, dívida de prazo relativamente curto, o que no decurso do último exercício levou a optar-se essencialmente por bilhetes do tesouro. Por outro lado, grande parte dos activos correspondentes manteve-se contabilizada em investimentos detidos até à maturidade.

Em relação às aplicações em instituições de crédito, prosseguiu em 2012 a opção por investimentos em títulos, com prazos residuais variáveis, mas em geral curtos, emitidos por instituições de bom rating e de grande relevância nos seus mercados domésticos, em detrimento da mera cedência de fundos no mercado interbancário, dado o nível esmagado das taxas *euribor*.

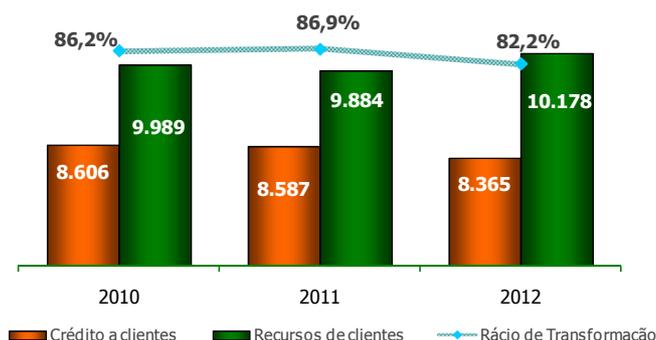
Quanto ao crédito a clientes, a evolução observada em 2012, que se traduziu num ligeiro decréscimo, de 2,6%, do valor bruto da carteira (-3,4% em termos líquidos), decorre dos constrangimentos da actual conjuntura, que conduzem a uma reduzida dinâmica da actividade creditícia, com manifesta retracção da procura, o que é agravado pela deterioração dos factores de risco. Na verdade, o SICAM em termos consolidados não enfrenta restrições de balanço à expansão do crédito, dada a confortável liquidez de que desfruta e o seu rácio Tier 1 de mais de 12%, mas escasseiam oportunidades comerciais adequadas para o fazer.

No tocante ao passivo, têm peso dominante os depósitos de clientes, que em 2012 apresentaram um aumento de 3,0% em relação ao valor do final de 2011, evidenciando a confiança dos clientes, no contexto da aguda concorrência interbancária pelos recursos, que já se referiu. Note-se que, considerando também os recursos de clientes “fora do balanço” – essencialmente seguros de capitalização e fundos de investimento – os recursos totais de clientes geridos pelo Crédito Agrícola registam um aumento ainda maior face ao valor total que se verificava no final do exercício precedente (de cerca de 445,9 milhões de euros, após se somar o aumento de cerca de 152,1 milhões euros registado nestes recursos de clientes fora de balanço).

Resultante do aumento dos depósitos de clientes e da redução do crédito, o rácio de transformação registou uma descida de 86,9%, em Dezembro 2011, para 82,2% em Dezembro 2012, cerca de 4,7 pontos percentuais, aumentando a margem de manobra de que o SICAM dispõe para a expansão do crédito, logo que se reanime a procura de

financiamento no conjunto da economia. Este rácio de transformação continua, por outro lado, a reflectir a estratégia muito prudente e marcadamente conservadora do Crédito Agrícola na gestão do seu balanço, e situa-se amplamente abaixo do nível máximo recomendado para os bancos portugueses no âmbito do Memorando com a *troika*, que é de 120%.

Evolução do crédito e recursos de clientes (Milhões de euros)



Quanto aos recursos captados junto de outras instituições de crédito e de bancos centrais, o peso dos primeiros incrementou-se de 1,5% em 2011 para 1,9% em 2012, tendo os segundos registado igualmente uma variação positiva: 15,1% em 2012 face a 13,4% no ano anterior.

Qualidade da carteira

O sistema bancário nacional tem vindo a sofrer o impacto da presente crise, com repercussões no crescimento do crédito vencido ao nível de todo o sistema – como se referiu no enquadramento macroeconómico deste relatório -, o que igualmente se verifica no SICAM.

No último exercício o aumento do crédito vencido no SICAM foi de 9,6%, com particular incidência no crédito vencido a mais de 90 dias.

O rácio de crédito vencido – crédito vencido a mais de 90 dias sobre o valor total da carteira – elevou-se de 5,8% em 2011 para 6,8% no final de 2012, agravamento para o qual também contribuiu a inexistência de crescimento no valor total da carteira. Em valor absoluto, o crédito vencido a mais de 90 dias atingiu cerca de 567,9 milhões de euros, contra 499,6 milhões no termo do exercício anterior.

chegara a apresentar valores negativos, em virtude de as provisões excederem os montantes de crédito vencido.

RÁCIOS DE INCUMPRIMENTO*			RÁCIOS CRÉDITO EM RISCO*		
	2011	2012		2011	2012
Crédito com incumprimento/Crédito total	6,5%	7,8%	Crédito em risco/Crédito total	9,6%	10,7%
Crédito com incumprimento, líquido /Crédito total, líquido	-0,4%	0,2%	Crédito risco, líquido /Crédito total, líquido	2,9%	3,3%

* Calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 23/2011

* Calculados nos termos definidos pelo Banco de Portugal na Instrução nº 23/2011

De referir finalmente que o crédito em risco, que para além do crédito vencido há mais de 90 dias inclui o valor vincendo das mesmas operações e ainda o montante dos créditos reestruturados sem reforço de garantias e/ou pagamento integral de juros e encargos, se elevou igualmente de 2011 para 2012, atingindo o rácio bruto 10,7% (contra 9,6% no ano anterior) e o rácio líquido 3,3% (para 2,9% em 2011).

Solvabilidade

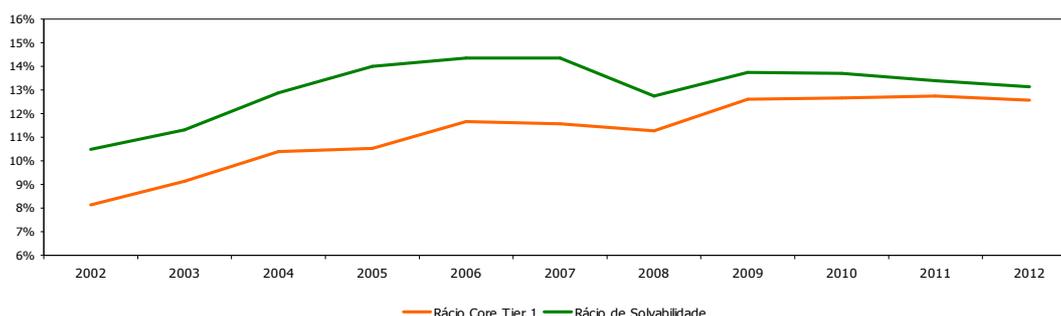
A situação líquida consolidada do SICAM era em Dezembro de 2012 de 1.097,8 milhões de euros, representando um crescimento de 43,7 milhões em relação ao final de 2011, assente na quase total retenção dos resultados do exercício, inerente ao modelo de banca cooperativa do SICAM. No período de 2002-2012 a situação líquida do SICAM, fruto essencialmente da referida incorporação de resultados, aumentou em quase 580 milhões de euros.

No final de 2012, o rácio de solvabilidade global do SICAM situou-se em 13,1%, e o rácio correspondente aos fundos próprios de base (Tier 1) em 12,53%, contra respectivamente 13,4% e 12,68% no termo do exercício precedente. O rácio Core Tier 1 era, por sua vez, em Dezembro de 2012 de 12,57%.

O Crédito Agrícola apresenta-se assim, tal como foi evidenciado no Programa Especial de Inspeções, como o grupo bancário com o mais elevado rácio Core Tier 1 entre as principais instituições financeiras portuguesas, o que lhe confere uma margem de segurança apreciável para a absorção de eventuais perdas, facto que é de registar com o devido realce no contexto da actual crise económica e financeira. O nível mínimo estabelecido para este rácio no programa para o sector financeiro acordado com a *troika* é de 10%, que deveria ser atingido até ao final do exercício de 2012. O Crédito Agrícola, por conseguinte, já cumpria à partida, com ampla margem, o nível definido para este rácio.

Acompanhando a evolução da sua situação líquida, foi também no período decorrido desde 2002 que o rácio de solvabilidade do SICAM e o rácio Tier 1 aumentaram de modo mais expressivo, subindo mais de 4 pontos percentuais em relação aos níveis que evidenciavam nesse ano. Note-se, no entanto, que já no final de 2004 o rácio Core Tier 1 do SICAM ultrapassava a fasquia dos 10% - nível agora imposto como mínimo regulamentar.

EVOLUÇÃO DO RÁCIO DE SOLVABILIDADE DO SICAM



Em 2012 as componentes dos fundos próprios elegíveis como fundos próprios de base atingiram 1.086,5 milhões, contra 1.064,4 milhões no termo do ano anterior, o que representa um crescimento de 2,1%. Os fundos próprios complementares, que são da ordem de 93 milhões de euros, reduziram-se em 8,1%, para o que contribuiu essencialmente o reembolso de empréstimos subordinados que, em virtude da regulamentação que lhes é aplicável, tinham deixado de ser elegíveis como fundos próprios.

Por sua vez, o montante dos requisitos de fundos próprios correspondentes às exposições ponderadas pelos coeficientes de risco, em activos, elementos extrapatrimoniais e instrumentos derivados (estes últimos mantendo expressão pouco significativa) aumentaram em 3,2% para 615,9 milhões de euros, a que acrescem 77,7 milhões (um aumento de 3,7% face a 2011) relativamente ao risco operacional, traduzindo-se num valor global dos requisitos de fundos próprios de 693,6 milhões (+3,3% que no final de 2011).

Para além do rácio de solvabilidade, no contexto do novo enquadramento regulamentar em preparação, o rácio de *leverage* também tenderá a ganhar relevância, sendo de notar que igualmente neste aspecto a posição do SICAM é confortável, dado que o valor total – não ponderado – dos seus activos é apenas 12,3 vezes os seus capitais próprios (12,6 vezes em 2011).

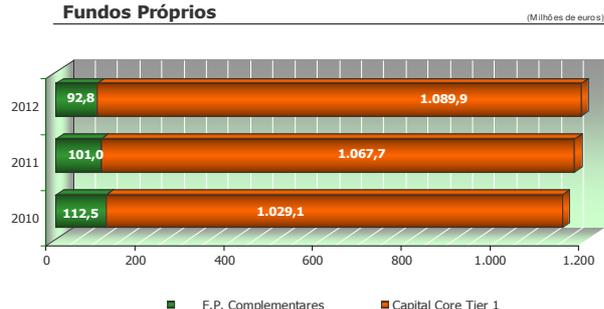
REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE SICAM

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

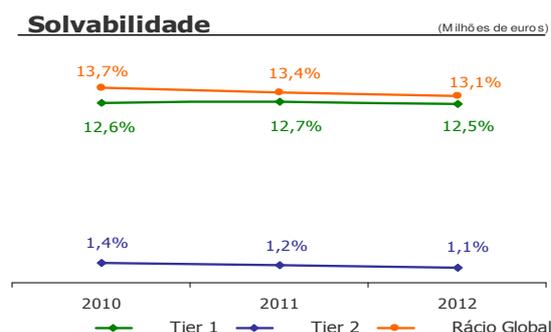
Solvabilidade	2010	2011 (reexpresso)	2012	Δ % 2012/2011
Fundos Próprios elegíveis				
Capital Core Tier 1 *	1.029,07	1.067,74	1.089,92	2,1%
Capital Tier 1 *	1.026,10	1.064,40	1.086,52	2,1%
Complementares	112,46	100,97	92,82	-8,1%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	9,43	2,48	3,08	24,2%
LOWER TIER 2	106,01	101,83	93,14	-8,5%
Deduções aos Fundos Próprios	24,64	40,83	40,35	-1,2%
Total	1.113,92	1.124,54	1.138,98	1,3%
Riscos ponderados				
Crédito	7.176,37	7.458,07	7.699,00	3,2%
Operacional	510,41	499,09	518,01	3,8%
Total	7.686,77	7.957,16	8.217,01	3,3%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	574,11	596,65	615,92	3,2%
Operacional	76,56	74,86	77,70	3,8%
Total	650,67	671,51	693,62	3,3%
Rácios de solvabilidade				
Core Tier 1	12,65%	12,72%	12,57%	-0,15 p.p.
Tier 1	12,62%	12,68%	12,53%	-0,15 p.p.
Tier 2	1,38%	1,20%	1,07%	-0,13 p.p.
Global	13,70%	13,40%	13,14%	-0,26 p.p.
Rácio de "Leverage"	12,49	12,55	12,29	

* Incluindo os resultados do exercício

Fundos Próprios



Solvabilidade



3. Grupo Crédito Agrícola

O activo consolidado do Grupo Crédito Agrícola no seu conjunto, que integra, para além do SICAM, as empresas do Grupo – instrumentais e de negócio – os fundos de investimento e a FENACAM, ao situar-se, em 2012, em 15.113,1 milhões de euros, registou um importante incremento no seu valor face ao exercício precedente, com uma variação de cerca de 6,1%.

EVOLUÇÃO DOS AGREGADOS DO BALANÇO GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

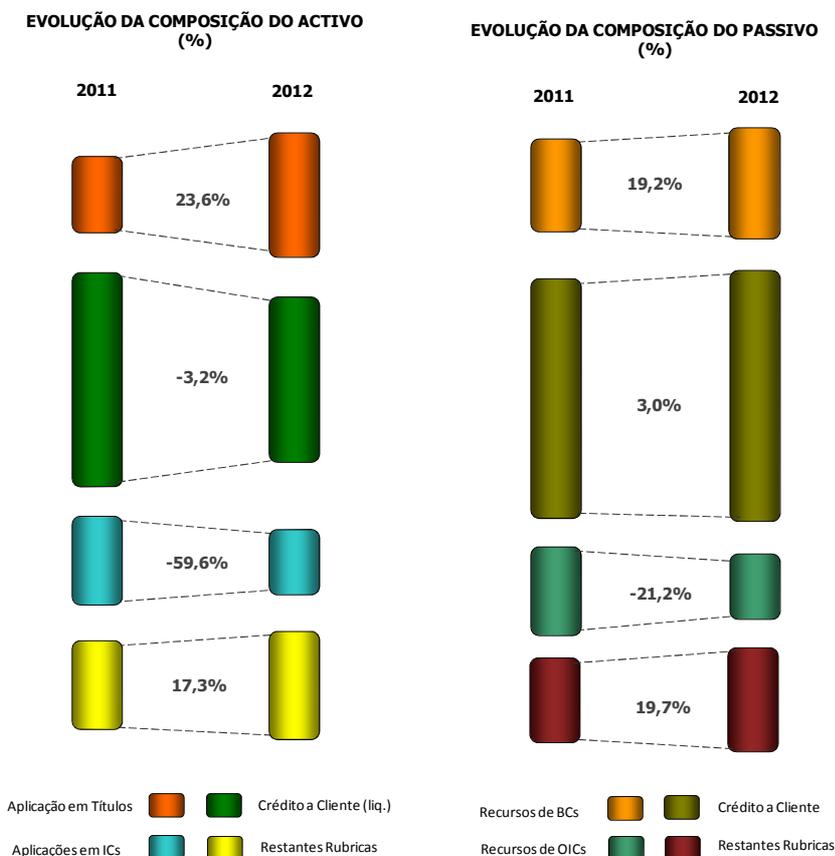
	Valores em milhões de euros, excepto percentagens				
	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Activo líquido	14.224,1	14.240,8	15.113,1	872,3	6,1%
Crédito a clientes (líquido)	8.041,1	7.913,6	7.660,2	-253,4	-3,2%
Passivo	13.102,1	13.194,1	14.018,0	823,9	6,2%
Capitais Próprios	1.122,0	1.046,7	1.095,1	48,3	4,6%

Os capitais próprios do Grupo atingiram no final do exercício 1.095,1 milhões de euros, incluindo apenas 1 milhão correspondente a interesses minoritários, o que representa um acréscimo de 4,6% face ao nível de capitais próprios no termo de 2011.

Na evolução da composição do activo consolidado do Grupo Crédito Agrícola deparam-se nos variações do peso das principais rubricas, na linha do que já se referiu relativamente ao SICAM, embora com uma diminuição um pouco mais acentuada no peso do crédito a clientes, que desceu de 55,6% do valor total do activo em 2011 para 50,7% em 2012.

De resto, e como seria de esperar, o crédito a clientes detém no activo consolidado do Grupo um peso inferior ao que se verifica no SICAM, uma vez que no balanço consolidado do Grupo os activos financeiros correspondentes aos investimentos das seguradoras do Grupo e dos fundos de investimento objecto de consolidação integral têm já expressão significativa, para além de que os créditos a empresas do Grupo são anulados no processo de consolidação. Na verdade, considerando o conjunto das diferentes carteiras em que são registadas aqueles activos financeiros – “negociação”, “ao justo valor por resultados”, “disponíveis para venda” e “detidos até à maturidade” – o seu valor em 2012, incluindo naturalmente os activos desse tipo detidos pela Caixa Central e em escala limitada das próprias Caixas, atingiu 5.194,8 milhões de euros, representando 34,4% do activo do Grupo. No final de 2011 o valor acumulado destes mesmos activos situara-se em 4.203,4 milhões de euros.

Grupo Crédito Agrícola



Comparando os valores do crédito a clientes nos balanços do SICAM e do Grupo, cuja diferença respeita, naturalmente, aos financiamentos a empresas do próprio Grupo – incluídos no valor do crédito do SICAM mas cujo montante, como referido acima, é anulado na consolidação ao nível do Grupo – pode concluir-se que o crédito interno no seio do Crédito Agrícola tem pouca relevância face ao valor total do crédito a clientes, o que constitui naturalmente um aspecto positivo, tanto mais que se conjuga com um valor que no conjunto do balanço do SICAM é igualmente reduzido, em termos relativos, das participações nessas empresas. Mesmo tendo em conta o valor dos suprimentos a empresas do Grupo, que ganhou maior expressão nos últimos exercícios, e que se encontram classificados em “outros activos” no balanço do SICAM, o peso do crédito a empresas do Grupo mantém-se bastante contido face ao valor total da carteira de crédito do SICAM.

No lado do passivo, por sua vez, a diferença mais saliente entre o balanço do Grupo Crédito Agrícola e o do SICAM reside nas provisões técnicas de contratos de seguros, as quais, espelhando a evolução crescente da actividade seguradora do Crédito Agrícola,

atingiram 1.137,4 milhões de euros no final de 2012. No final de 2011 o montante destas provisões era de 1.006,9 milhões.

No tocante à conta de exploração no exercício findo, o Grupo Crédito Agrícola, em linha com o verificado no SICAM, registou em 2012 igualmente uma redução na margem financeira, de 380,7 milhões de euros para 366,6 milhões (-3,7%). A diminuição mais significativa, deu-se na margem técnica de seguros, que se tornou negativa, sendo o seu contributo para os resultados operacionais de 2012 de -4,4 milhões de euros. Em 2011 o contributo desta componente fora positivo em cerca de 10,1 milhões. A assinalável variação na margem técnica de seguros resultou essencialmente do grande incremento das provisões técnicas de seguros em mais de 25,9 milhões de euros, sendo a sua quase totalidade respeitante aos seguros do ramo vida.

O saldo de comissões, tal como se registou no SICAM, apresentou ao nível do Grupo uma evolução positiva, embora menos expressiva, de cerca de 4,8%, atingindo no exercício 101,9 milhões de euros.

EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Margem Financeira	334,9	380,7	366,6	-14,1	-3,7%
Margem técnica de seguros	5,2	10,1	-4,4	-14,5	-143,3%
Comissões	93,2	97,3	101,9	4,7	4,8%
Outros rendimentos líquidos	44,3	17,0	29,0	12,0	70,8%
	477,6	505,1	493,2	-11,9	-2,4%
Custos de estrutura	326,0	330,3	330,6	0,4	0,1%
Provisões e imparidades	103,5	117,9	117,3	-0,7	-0,6%
Resultados antes de impostos	47,3	59,8	47,3	-12,5	-21,0%
Interesses minoritários	-2,2	-0,1	-0,1	0,0	12,2%
Resultado líquido consolidado	35,5	55,0	44,7	-10,3	-18,7%

* As diferenças para os totais resultam de arredondamentos e de itens de equivalência patrimonial quase sem expressão

O valor total dos proveitos operacionais (produto bancário e segurador) desceu em 2012 para 493,2 milhões de euros, o que representou uma redução relativamente a 2011 de 2,4% (-11,9 milhões de euros).

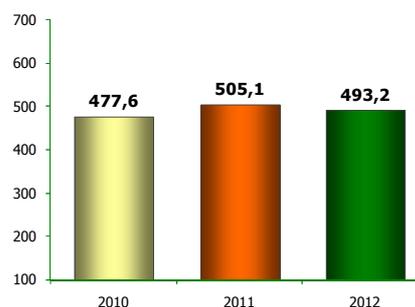
**PRODUTO BANCÁRIO
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

Valores em milhões de euros, excepto percentagem

	2010	2011	2012	Estrutura		
				2010	2011	2012
Margem Financeira	334,9	380,7	366,6	70,1%	75,4%	74,3%
Comissões líquidas	93,2	97,3	101,9	19,5%	19,3%	20,7%
Margem técnica da actividade seguradora	5,2	10,1	-4,4	1,1%	2,0%	-0,9%
Resultado de operações financeiras	17,4	9,1	16,3	3,6%	1,8%	3,3%
Outros resultados de exploração	26,9	7,9	12,7	5,6%	1,6%	2,6%
Margem complementar	142,7	124,4	126,6	29,9%	24,6%	25,7%
Total	477,6	505,1	493,2	100,0%	100,0%	100,0%

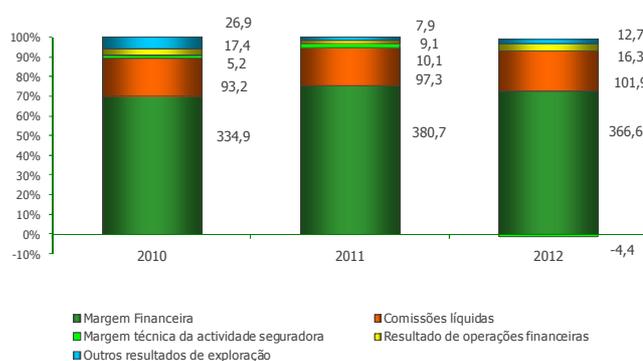
Produto Bancário

(Milhões de euros)



Composição do Produto Bancário

(Milhões de euros)



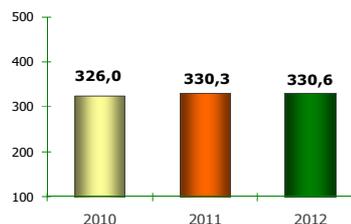
Em virtude dos encargos com a comemoração do Centenário terem ocorrido no ano anterior, os gastos gerais administrativos registaram em 2012 uma redução, ainda que ligeira, de 0,7%. No entanto, os custos de estrutura tiveram globalmente um incremento residual de cerca de 0,1%, atingindo 330,6 milhões de euros, reflectindo um crescimento dos custos de pessoal de 0,6%. Registou-se, por outro lado, uma estabilização das amortizações do exercício, em consequência quer de se terem concluído no ano anterior (2011) as amortizações de certos activos tecnológicos, quer de se ter alongado o período de amortização de outros, em termos mais consistentes com a sua vida útil.

**EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE FUNCIONAMENTO
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA**

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

	2010	2011	2012	Variação 12/11	
				Abs.	%
Custos de Funcionamento	288,6	298,6	299,0	0,4	0,1%
dos quais:					
Custos de Pessoal	185,9	189,2	190,4	1,1	0,6%
Gastos Gerais Administrativos	102,7	109,4	108,6	-0,7	-0,7%
Amortizações	37,4	31,7	31,7	0,0	0,0%
Custos de estrutura	326,0	330,3	330,6	0,4	0,1%

Custos de Estrutura (Milhões de euros)



O resultado líquido do Grupo Crédito Agrícola em termos consolidados, após reconhecimento dos interesses minoritários, atingiu 44,7 milhões de euros, o que representou um decréscimo de 18,7% relativamente a 2011.

Para além do SICAM, os principais impactos, positivos ou negativos, das diferentes entidades incluídas na consolidação foram, no exercício, os das duas seguradoras e os da área imobiliária – CA Imóveis e FII CA Imobiliário -, sendo estes últimos negativos, espelhando a situação desfavorável do mercado imobiliário, e os das primeiras positivos, como se dá conta noutra parte deste relatório.

Os fundos próprios de base do Grupo Crédito Agrícola (antes das deduções) reduziram-se de 1.053,9 milhões de euros em 2011 para 1.011,1 milhões em 2012. Os fundos complementares, por sua vez, reduziram-se, no mesmo período, de 83,4 milhões de euros para 52,6 milhões, devido sobretudo ao plano de redução associado aos empréstimos subordinados.

Considerando as deduções previstas nos normativos em vigor, os fundos próprios de base elegíveis representavam, no termo do exercício findo, 992,4 milhões de euros, contra 1.085,3 milhões em 2011. Contribuiu igualmente para esta redução, a variação ocorrida nas deduções aos fundos próprios totais, que aumentaram de 52,0 milhões em 2011 para 71,3 milhões no final de 2012.

Os requisitos de fundos próprios ascenderam, em 2012, a 727,0 milhões de euros, dos quais 79,4 milhões correspondem ao risco operacional, contra 685,7 milhões em 2011 para os requisitos globais, incluindo 77,2 milhões para risco operacional. Assim, em relação ao ano anterior, os requisitos de fundos próprios no final do exercício de 2012 apresentavam um crescimento de 6,0%.

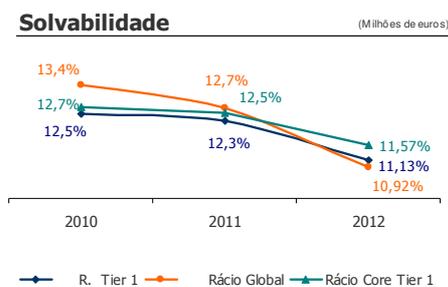
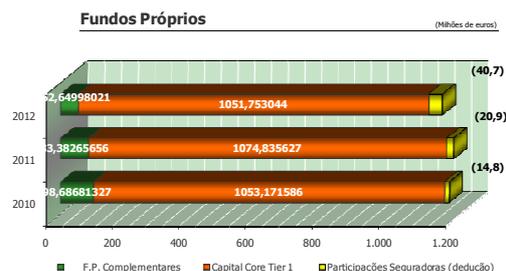
Dado este incremento nos requisitos de fundos próprios, e o decréscimo nos fundos elegíveis, o rácio de solvabilidade do Grupo Crédito Agrícola desceu de 12,7% para 10,9%, sendo no entanto menor a redução no *Core Tier 1*: de 12,5% em 2011 para 11,6% no exercício findo. Este rácio continua a ser um dos mais elevados no conjunto das instituições bancárias preponderantes no sistema financeiro português.

REQUISITOS DE FUNDOS PRÓPRIOS E RÁCIO DE SOLVABILIDADE GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

Valores em milhões de euros, excepto percentagens

Solvabilidade	2010	2011	2012	Δ % 2012/2011
Fundos Próprios elegíveis				
Capital Core Tier 1 (*)	1.053,17	1.074,84	1.051,75	-2,1%
Base (*)	1.038,41	1.053,91	1.011,10	-4,1%
Complementares	98,69	83,38	52,65	-36,9%
Dos quais:				
UPPER TIER 2	7,44	0,08	0,17	115,0%
LOWER TIER 2	106,01	104,23	93,14	-10,6%
Deduções aos Fundos Próprios Totais	28,18	52,01	71,31	37,1%
Total	1.108,92	1.085,28	992,43	-8,6%
Riscos ponderados				
Crédito	7.322,87	7.606,19	8.095,65	6,4%
Operacional	521,51	514,75	529,21	2,8%
Total	7.844,37	8.120,94	8.624,86	6,2%
Requisitos de fundos próprios				
Crédito	585,83	608,50	647,65	6,4%
Operacional	78,23	77,21	79,38	2,8%
Total	664,06	685,71	727,04	6,0%
Rácios de solvabilidade				
Core Tier 1	12,69%	12,54%	11,57%	-0,97 p.p.
Tier 1	12,51%	12,30%	11,13%	-1,17 p.p.
Tier 2	1,19%	0,97%	0,58%	-0,39 p.p.
Global	13,36%	12,66%	10,92%	-1,74 p.p.
Rácio de "Leverage"	12,38	12,68	13,60	

* Incluindo os resultados do exercício



V. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO GRUPO

1. Balanço e Demonstração de Resultados

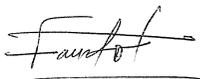
SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	2012		2011		2011 (reexpresso)	PASSIVO E CAPITAL	2012	2011	2011 (reexpresso)
	Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido				
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	433.899.600	-	433.899.600	249.483.562	249.483.562	Recursos de bancos centrais	1.907.789.583	1.600.384.722	1.600.384.722
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.338.159	-	79.338.159	93.419.665	93.419.665	Passivos financeiros detidos para negociação	452.303	485.820	485.820
Activos financeiros detidos para negociação	86.697	-	86.697	1.442.330	1.442.330	Recursos de outras instituições de crédito	240.227.969	184.686.425	184.686.425
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	6.329.461	-	6.329.461	12.895.659	12.895.659	Recursos de clientes e outros empréstimos	10.177.702.320	9.883.886.964	9.883.886.964
Activos financeiros disponíveis para venda	2.156.121.375	(25.841.037)	2.130.280.338	520.378.063	520.378.063	Provisões	7.374.919	7.721.515	7.721.515
Aplicações em instituições de crédito	106.978.861	-	106.978.861	274.970.261	274.970.261	Passivos por impostos correntes	6.389.871	10.301.289	10.301.289
Crédito a clientes	8.365.402.373	(648.514.408)	7.716.887.965	7.988.301.364	7.988.301.364	Passivos por impostos diferidos	646.189	626.951	626.951
Investimentos detidos até à maturidade	2.234.397.871	-	2.234.397.871	2.973.325.949	2.973.325.949	Instrumentos representativos de capital	30.379.140	30.661.100	30.661.100
Propriedades de investimento	-	-	-	72.104	72.104	Outros passivos subordinados	128.835.246	125.005.528	125.005.528
Outros activos tangíveis	460.388.100	(199.948.164)	260.439.936	264.631.391	264.631.391	Outros passivos	149.517.216	128.803.230	128.803.230
Activos intangíveis	14.939.159	(14.553.702)	385.457	552.165	552.165	Total do Passivo	12.649.314.756	11.972.563.544	11.972.563.544
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	89.103.212	(3.404.123)	85.699.089	85.574.259	85.574.259	Capital	904.415.840	867.605.506	867.605.506
Activos por impostos correntes	4.611.115	-	4.611.115	4.219.594	4.219.594	Reservas de reavaliação	12.046.064	(11.794.019)	133.467
Activos por impostos diferidos	128.450.653	-	128.450.653	116.318.722	112.799.930	Outras reservas e resultados transitados	140.045.494	148.508.132	139.111.741
Outros activos	619.485.760	(60.129.331)	559.356.429	444.625.865	444.625.865	Lucro do exercício	41.319.477	53.327.790	47.277.903
Total do Activo	14.699.532.396	(952.390.765)	13.747.141.631	13.030.210.953	13.026.692.161	Total do Capital	1.097.826.875	1.057.647.409	1.054.128.617
						Total do Passivo e do Capital	13.747.141.631	13.030.210.953	13.026.692.161

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



SICAM - SISTEMA INTEGRADO DO CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO

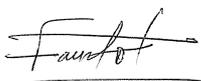
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	2012	2011	2011 (reexpresso)
Juros e rendimentos similares	560.645.110	541.909.369	541.909.369
Juros e encargos similares	(242.360.550)	(198.869.678)	(198.869.678)
Margem financeira	318.284.560	343.039.691	343.039.691
Rendimentos de instrumentos de capital	1.373.539	1.983.117	1.983.117
Rendimentos de serviços e comissões	140.309.892	127.857.658	127.857.658
Encargos com serviços e comissões	(10.809.268)	(11.471.034)	(11.471.034)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	428.484	(171.030)	(171.030)
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	2.501.917	5.043.617	5.043.617
Resultados de reavaliação cambial	1.626.141	1.672.869	1.672.869
Resultados de alienação de outros activos	(801.201)	(12.152.989)	(12.152.989)
Outros resultados de exploração	12.044.720	15.919.813	15.919.813
Produto bancário	464.958.784	471.721.712	471.721.712
Custos com pessoal	(162.681.255)	(161.263.522)	(161.263.522)
Gastos gerais administrativos	(125.743.377)	(127.893.558)	(127.893.558)
Amortizações do exercício	(15.026.258)	(15.810.785)	(15.810.785)
Provisões líquidas de reposições e anulações	73.931	(215.985)	(215.985)
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	(113.304.842)	(111.522.364)	(111.522.364)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	(7.764.459)	39.639	(6.010.248)
Resultado antes de impostos	40.512.524	55.055.137	49.005.250
Impostos correntes	(16.633.669)	(21.472.785)	(21.472.785)
Impostos diferidos	17.440.622	19.745.438	19.745.438
Resultado líquido do exercício	41.319.477	53.327.790	47.277.903

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



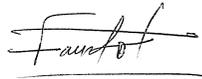
GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	2012			2011		PASSIVO E CAPITAL	Notas	2011		
		Activo Bruto	Provisões, imparidade e amortizações	Activo líquido	Activo líquido	Activo líquido			2012	2011	(reexpresso)
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	6	433.907.221	-	433.907.221	249.487.738	249.487.738	Recursos de bancos centrais	21	1.907.789.583	1.600.384.722	1.600.384.722
Disponibilidades em outras instituições de crédito	7	79.544.798	-	79.544.798	93.456.831	93.456.831	Passivos financeiros detidos para negociação	12	1.309.351	1.716.326	1.716.326
Activos financeiros detidos para negociação	8	18.388.931	-	18.388.931	12.140.020	12.140.020	Recursos de outras instituições de crédito	21	240.227.969	304.731.772	304.731.772
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	9	8.328.617	-	8.328.617	14.689.416	14.689.416	Recursos de clientes e outros empréstimos	22	10.112.824.370	9.821.451.825	9.821.451.825
Activos financeiros disponíveis para venda	10	2.409.160.122	(1.608.195)	2.407.551.927	825.289.212	825.289.212	Provisões	23	7.572.648	6.915.759	6.915.759
Aplicações em instituições de crédito	11	122.720.945	-	122.720.945	304.024.843	304.024.843	Provisões técnicas de contratos de seguros	19	1.137.403.788	1.006.883.614	1.006.883.614
Crédito a clientes	13	8.301.328.987	(641.176.383)	7.660.152.604	7.913.564.217	7.913.564.217	Passivos por impostos correntes	18	9.970.122	13.778.395	13.778.395
Investimentos detidos até à maturidade	14	2.760.551.345	-	2.760.551.345	3.351.291.089	3.351.291.089	Passivos por impostos diferidos	18	2.695.427	1.887.260	1.887.260
Propriedades de Investimento		-	-	-	72.104	72.104	Instrumentos representativos de capital	24	30.379.140	30.661.100	30.661.100
Outros activos tangíveis	15	538.794.287	(256.111.684)	282.682.603	289.723.786	289.723.786	Outros passivos subordinados	25	128.835.246	125.005.528	125.005.528
Activos intangíveis	16	206.113.908	(149.352.730)	56.761.178	55.252.023	55.252.023	Outros passivos	26	439.032.300	280.676.715	280.676.715
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjunt	17	79.372.975	-	79.372.975	69.842.180	69.842.180	Total do Passivo		14.018.039.944	13.194.093.016	13.194.093.016
Activos por impostos correntes	18	6.988.406	-	6.988.406	5.452.370	5.452.370	Capital	28	904.415.840	867.605.506	867.605.506
Activos por impostos diferidos	18	130.375.611	-	130.375.611	119.153.323	115.634.531	Reservas de reavaliação	29	(3.929.230)	(12.634.414)	(17.506.204)
Outros activos	20	1.148.825.693	(83.035.922)	1.065.789.771	937.393.114	937.393.114	Outras reservas e resultados transitados	29	148.665.510	135.704.993	137.057.991
							Lucro do exercício	30	44.708.142	55.023.902	55.023.902
							Interesses minoritários	31	1.216.726	1.039.263	1.039.263
							Total do Capital		1.095.076.988	1.046.739.250	1.043.220.458
Total do Activo		16.244.401.846	(1.131.284.914)	15.113.116.932	14.240.832.266	14.237.313.474	Total do Passivo e do Capital		15.113.116.932	14.240.832.266	14.237.313.474

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



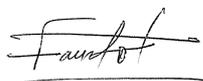
O Anexo faz parte integrante destes balanços.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

RUBRICA	Notas	2012	2011	2011 (reexpresso)
Juros e rendimentos similares	32	609.294.811	579.724.239	579.724.239
Juros e encargos similares	33	(242.712.008)	(199.070.517)	(199.070.517)
Margem financeira		<u>366.582.803</u>	<u>380.653.722</u>	<u>380.653.722</u>
Margem técnica da actividade de seguros	42	(4.386.125)	10.134.559	10.134.559
Rendimentos de instrumentos de capital	34	1.948.455	2.144.136	2.144.136
Rendimentos de serviços e comissões	35	124.365.783	114.712.436	114.712.436
Encargos com serviços e comissões	36	(22.438.373)	(17.440.760)	(17.440.760)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados	37	957.839	277.905	277.905
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda	38	11.817.429	4.967.891	4.967.891
Resultados de reavaliação cambial	39	1.626.127	1.672.877	1.672.877
Resultados de alienação de outros activos	40	(876.789)	(4.317.920)	(4.317.920)
Outros resultados de exploração	41	13.570.860	12.254.988	12.254.988
Produto bancário		<u>493.168.009</u>	<u>505.059.834</u>	<u>505.059.834</u>
Custos com pessoal	43	(190.360.113)	(189.236.505)	(189.236.505)
Gastos gerais administrativos	44	(108.621.711)	(109.361.316)	(109.361.316)
Amortizações do exercício	15 e 16	(31.667.427)	(31.655.922)	(31.655.922)
Provisões líquidas de reposições e anulações	23	103.931	719.770	719.770
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações)	23	(99.040.992)	(107.443.088)	(107.443.088)
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações	23	(18.225.983)	(10.504.321)	(10.504.321)
Diferenças de consolidação negativas	30	-	668.932	668.932
Resultados de participações em associadas e empreendimentos conjuntos (equivalência patrimonial)	30	1.903.698	1.560.603	1.560.603
Resultado antes de impostos e de interesses minoritários		<u>47.259.412</u>	<u>59.807.987</u>	<u>59.807.987</u>
Impostos correntes	18	(19.733.515)	(24.532.613)	(24.532.613)
Impostos diferidos	18	17.287.071	19.841.983	19.841.983
Resultado após impostos e antes de interesses minoritários		<u>44.812.968</u>	<u>55.117.357</u>	<u>55.117.357</u>
Interesses minoritários	30 e 31	(104.826)	(93.455)	(93.455)
Resultado consolidado do exercício		<u>44.708.142</u>	<u>55.023.902</u>	<u>55.023.902</u>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

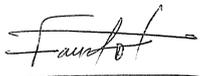
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

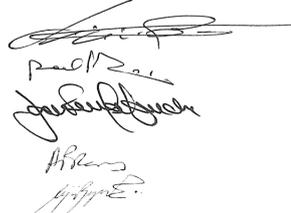
(Montantes expressos em Euros)

	2012	2011
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Fluxos operacionais antes das variações nos activos e passivos		
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	733.660.594	694.436.675
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	(265.150.381)	(216.511.277)
Pagamentos a empregados e fornecedores	(296.760.212)	(294.654.096)
Pagamentos e contribuições para fundos de pensões	(2.221.612)	(3.943.725)
(Pagamentos)/recebimentos do Imposto sobre o rendimento	(27.927.678)	(13.342.368)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à actividade operacional	47.917.429	71.975.568
	189.518.140	237.960.777
(Aumentos) diminuições nos activos operacionais:		
Crédito a clientes	(154.370.621)	(19.805.918)
Activos financeiros detidos para negociação e outros activos avaliados ao justo valor através de resultados	(1.069.727)	11.574.293
Activos financeiros disponíveis para venda	1.594.085.850	(81.663.542)
Aplicações em instituições de crédito	(181.303.898)	191.873.458
Investimentos detidos até à maturidade	(590.739.744)	(113.808.552)
Outros activos	146.813.738	340.833.544
	813.415.598	329.003.283
Aumentos (diminuições) nos passivos operacionais:		
Recursos de outras instituições de crédito e bancos centrais	242.901.058	26.811.191
Recursos de clientes e outros empréstimos	291.372.545	(117.273.791)
Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura	(406.975)	(278.181)
Outros passivos	289.354.619	102.668.624
	823.221.247	11.927.843
Caixa líquida das actividades operacionais	199.323.789	(79.114.663)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Dividendos	(1.948.455)	(2.144.136)
Aquisições de filiais e associadas, líquidas de alienações	9.534.612	61.515.261
Aquisições de activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento, líquidas de alienações	26.740.002	(114.360.332)
Caixa líquida das actividades de investimento	34.326.159	(54.989.207)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Emissão de passivos subordinados, líquida de reembolsos	3.829.718	(11.377.362)
Interesses minoritários	177.463	19.568.054
Aumento (diminuição) de capital	1.502.639	(2.302.591)
Caixa líquida das actividades de financiamento	5.509.820	5.888.101
Aumento (diminuição) líquido de caixa e seus equivalentes	170.507.450	(18.237.355)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	342.944.569	361.181.924
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	513.452.019	342.944.569
A Caixa e seus equivalentes no fim do exercício integra:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	433.907.221	249.487.738
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.544.798	93.456.831
	513.452.019	342.944.569

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA

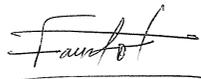
DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Montantes expressos em Euros)

	Capital	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Resultado consolidado do exercício	Sub-total	Interesses minoritários	Total
			Outras reservas	Resultados transitados	Total				
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	823.462.101	(170.987)	293.103.365	(112.310.790)	180.792.575	35.501.401	1.039.585.090	961.898	1.040.546.988
Alteração de política contabilística (IAS 39)	-	(3.117.323)	-	-	-	(1.764.325)	(4.881.648)	-	(4.881.648)
Saldos em 31 de Dezembro de 2010 (reexpresso)	823.462.101	(3.288.310)	293.103.365	(112.310.790)	180.792.575	33.737.076	1.034.703.442	961.898	1.035.665.340
Aplicação do resultado do exercício de 2010:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	46.569.591	(11.068.190)	35.501.401	(33.737.076)	1.764.325	-	1.764.325
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)	-	(2.721.225)
Aumento de capital por incorporação de reservas	46.445.996	-	(46.445.996)	-	(46.445.996)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	3.271.664	-	-	-	-	-	3.271.664	-	3.271.664
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(5.574.255)	-	-	-	-	-	(5.574.255)	-	(5.574.255)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	77.365	77.365
Rendimento integral consolidado do exercício de 2011	-	(12.463.427)	-	-	-	55.023.902	42.560.475	-	42.560.475
Ajustamentos a resultados de exercícios anteriores decorrentes alteração método de consolidação do FII CA Património Crescente	-	-	-	(31.421.762)	(31.421.762)	-	(31.421.762)	-	(31.421.762)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011	867.605.506	(15.751.737)	290.505.735	(154.800.742)	135.704.993	55.023.902	1.042.582.664	1.039.263	1.043.621.927
Alteração de política contabilística (IAS 39)	-	(1.754.467)	-	1.352.998	1.352.998	-	(401.469)	-	(401.469)
Saldos em 31 de Dezembro de 2011 (reexpresso)	867.605.506	(17.506.204)	290.505.735	(153.447.744)	137.057.991	55.023.902	1.042.181.195	1.039.263	1.043.220.458
Aplicação do resultado do exercício de 2011:									
Transferência para reservas e resultados transitados	-	-	50.862.005	4.161.897	55.023.902	(55.023.902)	-	-	-
Distribuição de resultados a sócios	-	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)	-	(7.634.844)
Aumento de capital por incorporação de reservas	35.307.695	-	(35.307.695)	-	(35.307.695)	-	-	-	-
Aumento de capital por entrada de novos sócios	7.634.844	-	-	-	-	-	7.634.844	-	7.634.844
Diminuição de capital por reembolso a sócios	(6.132.205)	-	-	-	-	-	(6.132.205)	-	(6.132.205)
Aumento de interesses minoritários	-	-	-	-	-	-	-	177.463	177.463
Outras Variações em Capital Próprio	-	-	-	(473.844)	(473.844)	-	(473.844)	-	(473.844)
Rendimento integral consolidado do exercício de 2012	-	13.576.974	-	-	-	44.708.142	58.285.116	-	58.285.116
Saldos em 31 de Dezembro de 2012	904.415.840	(3.929.230)	298.425.201	(149.759.691)	148.665.510	44.708.142	1.093.860.262	1.216.726	1.095.076.988

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE



O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO PARA
OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011
(Montantes expressos em Euros)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>	<u>2011</u> <u>(reexpresso)</u>
Resultado consolidado do exercício	44.708.142	55.023.902	55.023.902
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	18.110.493	(15.292.933)	(15.292.933)
Variação da reserva de reavaliação de imobilizado	48.470	(406.518)	(406.518)
Transferência para resultados por alienação	269.026	2.459.219	2.459.219
	<u>18.427.989</u>	<u>(13.240.232)</u>	<u>(13.240.232)</u>
Impacto fiscal:			
Reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda, líquido	(4.851.014)	776.805	776.805
Resultado não reconhecido na demonstração de resultados	<u>13.576.974</u>	<u>(12.463.427)</u>	<u>(12.463.427)</u>
Rendimento integral consolidado	<u>58.285.116</u>	<u>42.560.475</u>	<u>42.560.475</u>

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações.

1. Notas Explicativas Anexas às Contas Consolidadas

1. NOTA INTRODUTÓRIA

Com a constituição, em 1991, do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), constituído pela Caixa Central e pelas Caixas Associadas, estabelece-se um regime de co-responsabilidade entre estas. As Caixas têm liberdade de associação à Caixa Central podendo, prosseguir a sua actividade fora do SICAM, mas submetendo-se a regras mais exigentes, semelhante às aplicadas para as restantes instituições de crédito.

As contas consolidadas apresentadas reflectem a situação patrimonial do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM), conjunto formado pela Caixa Central e Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas, que com as respectivas empresas filiais e associadas formam o Grupo Financeiro do Crédito Agrícola Mútuo (ou Grupo Crédito Agrícola – “GCA”), sendo elaboradas em conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor constantes no Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 e das instruções previstas no Artigo n.º 7º deste diploma.

O Grupo Crédito Agrícola é um Grupo Financeiro de âmbito nacional, integrado por um vasto número de bancos locais (Caixas Agrícolas) e por empresas especializadas, tendo como estruturas centrais a Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, instituição bancária dotada igualmente de competências de supervisão, orientação e acompanhamento das actividades das Caixas Associadas e a Fenacam, instituição de representação cooperativa e prestadora de serviços especializados ao GCA.

No ano de 2012, relativamente à estrutura do grupo, ocorreu a cessação de actividade da empresa detida a 100% pelo GCA – Rural Rent – Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis, S.A., a qual por já se encontrar em processo de encerramento, tinha sua actividade limitada, pelo que não gerou qualquer impacto significativo nas contas do Grupo CA.

Salienta-se também no ano de 2012, a ocorrência de um programa especial de inspecção ao Grupo Crédito Agrícola, em simultâneo com outros sete bancos de maior relevância sistémica, o qual incidiu no “Crédito Imobiliário e Afins”, sob a designação “On-Site Inspections Programme to assess the exposures to construction and commercial real estate sectors”, com referência a 30 de Junho de 2012. É de salientar que as conclusões apuradas não implicaram a necessidade de ajustamentos materialmente relevantes nas contas do Grupo.

A principal alteração relevante à estrutura do grupo, ocorrida no ano de 2011, resulta da alteração, no perímetro de Consolidação de Contas ao método de consolidação do FII CA Património Crescente, que deixou de ser consolidado pelo método integral e passou a entrar no processo de consolidação pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se que esta entidade, para efeitos de consolidação de contas é uma associada.

Na actividade do Grupo Crédito Agrícola no exercício de 2011 o facto mais marcante para o Grupo Crédito Agrícola, prendeu-se com as comemorações do seu primeiro centenário de existência.

No ano de 2011 e decorrente do programa de assistência financeira a Portugal, o Grupo Crédito Agrícola, na qualidade de um dos oito maiores grupos financeiros portugueses, foi alvo de um acompanhamento ao seu plano de financiamento (necessidades de funding), bem como de um programa especial de inspecção, incidindo sobre a carteira de crédito e os rácios de capital, com referência a 30 de Junho de 2011, cujas conclusões não implicaram a necessidade de quaisquer ajustamentos nas contas do Grupo ou do seu rácio de capital.

As alterações ocorridas no âmbito do SICAM decorreram apenas de fusões entre Caixas Agrícolas associadas.

As contas consolidadas integram as contas das 84 Caixas de Crédito Agrícola Mútuo associadas à data de 31 de Dezembro de 2012.

O Grupo Crédito Agrícola detém, directa e indirectamente, participações financeiras em empresas filiais e associadas. São consideradas empresas filiais aquelas em que a percentagem de participação excede 50% do seu capital ou nas empresas onde a Caixa Central exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão. Empresas associadas são aquelas em que a percentagem de participação se situa entre 20% e 50% do seu capital ou em que o SICAM, directa ou indirectamente, exerce uma influência significativa sobre a sua gestão e a sua política financeira.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO, PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação das contas

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, com base nos livros e registos contabilísticos mantidos de acordo com os princípios consagrados nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), nos termos adoptados pela União Europeia, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para a legislação nacional pelo Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, de 21 de Fevereiro e de acordo com as normas específicas de consolidação de contas constantes no artigo n.º. 74.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março e Instrução n.º 71/96 do Banco de Portugal. No que se refere às empresas do GCA que utilizam normativos contabilísticos diferentes, são preparados ajustamentos de conversão para IAS/IFRS.

As alterações decorrentes da adopção das novas normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, não tiveram impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Crédito Agrícola do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Os montantes indicados encontram-se emitidos em euros (excepto quando expressamente indicado), arredondados ao euro mais próximo.

As demonstrações financeiras consolidadas do GCA foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

Novas normas e interpretações já emitidas

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade do Banco, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Caixa Central não adoptou antecipadamente são as seguintes:

a) Já endossadas pela UE:

APLICÁVEIS A 2012 APENAS SE ADOPTADAS ANTECIPADAMENTE E DESDE QUE DEVIDAMENTE DIVULGADA A ADOPÇÃO ANTECIPADA:

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação, de acordo com o endosso, é obrigatória apenas em períodos com início após 30 de Junho de 2012.

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não são susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Se aplicável, a adopção desta alteração à Norma implicará o desdobramento de itens na Demonstração do Rendimento Integral.

IFRS 7 (Emenda) Compensação de activos financeiros e passivos financeiros

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo Garantias colaterais). Estas divulgações providenciam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previsto pela IAS 32 Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar antecipadamente a IAS 32 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central.

IFRS 13 Mensuração do justo valor

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado sempre que o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

Da aplicação desta Norma poderão surgir impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central que ainda não foram quantificados.

IAS 12 Impostos sobre o rendimento

A emenda à IAS 12 clarifica que a determinação de imposto diferido relativo a propriedades de investimento mensuradas ao justo valor, ao abrigo da IAS 40, deverá ser calculada tendo em conta a sua recuperação através da sua alienação no futuro. Esta presunção pode ser no entanto rebatível caso a entidade tenha um plano de negócios que demonstre que a recuperação desse imposto será efectuada através do uso das propriedades de investimento.

Adicionalmente, a emenda refere ainda que os impostos diferidos reconhecidos por activos fixos tangíveis não depreciáveis que sejam mensurados de acordo com o modelo de revalorização devem ser calculados no pressuposto de que a sua recuperação será efectuada através da venda destes activos.

As alterações à IAS 12 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2012, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revista)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revista), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para lucros ou perdas.

- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.
- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma poderão surgir impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central que ainda não foram quantificados.

AS NORMAS E INTERPRETAÇÕES RECENTEMENTE EMITIDAS PELO IASB CUJA APLICAÇÃO, DE ACORDO COM O ENDOSSO, É OBRIGATÓRIA APENAS EM PERÍODOS COM INÍCIO EM OU APÓS 01 DE JANEIRO DE 2014:

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma, de acordo com o endosso, é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central.

IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma poderão surgir impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central que ainda não foram quantificados

IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures

Com as alterações à IFRS 11 e IFRS 12, a IAS 28 foi renomeada e passa a descrever a aplicação do método de equivalência patrimonial também às joint ventures à semelhança do que já acontecia com as associadas.

De acordo com o endosso, as alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A aplicação pode ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 27 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta Norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta Norma poderão surgir impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central que ainda não foram quantificados.

b) Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros)

A primeira fase da IFRS 9 Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

Activos Financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de proveitos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de i) na Demonstração de Rendimento integral ou (ii) Proveitos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de proveitos e perdas).

Passivos Financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros ao pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de rendimento integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas nos lucros e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro fossem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuramento relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9, incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por proveitos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

Da aplicação desta Norma são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Caixa Central que ainda não foram quantificados.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 (Emenda) Apresentação de demonstrações financeiras

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às demonstrações financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de demonstrações financeiras.

Adicionalmente, o balanço de abertura da posição financeira (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias: i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou ii) quando reclassifica itens nas suas demonstrações financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a demonstração da posição financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira demonstração da posição financeira.

IAS 32 Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessitam de ser divulgados quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Guia de aplicação para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12

Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em ou após 1 de Janeiro de 2013 podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.

Em 2 de Maio de 2013, o Conselho de Administração Executivo da Caixa Central aprovou as demonstrações financeiras consolidadas do GCA com referência a 31 de Dezembro de 2012 e autorizou a sua emissão. As demonstrações financeiras serão submetidas à aprovação da Assembleia Geral de Associados a realizar no dia 25 de Maio de 2013.

2.2. Princípios de consolidação e registo de empresas associadas

A consolidação de contas do Grupo Crédito Agrícola é efectuada para dar cumprimento aos requisitos da seguinte legislação:

- Artigo n.º 74º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola (Decreto Lei n.º 24/91, de 11 de Janeiro com as últimas alterações introduzidas pelo Decreto Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho);
- Decreto-Lei n.º 36/92 de 28 de Março; e
- Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal.

a) Empresas filiais ou subsidiárias

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as contas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, C.R.L. (Caixa Central), das Caixas de Crédito Agrícola Associadas e das empresas filiais e associadas controladas directamente e indirectamente pela Caixa Central (Nota 4).

Ao nível das empresas participadas, são consideradas “filiais” aquelas nas quais o GCA exerce um controlo efectivo sobre a sua gestão corrente de modo a obter benefícios económicos das suas actividades. Normalmente, o controlo é evidenciado pela detenção de mais de 50% do capital ou dos direitos de voto.

A consolidação das contas das empresas filiais foi efectuada pelo método de consolidação integral, desde o momento em que a Caixa Central assume o controlo sobre as suas actividades até ao momento em que o controlo cessa. As transacções e os saldos significativos entre as empresas objecto de consolidação foram eliminados. Adicionalmente, quando aplicável, são efectuados ajustamentos de consolidação de forma a assegurar a consistência na aplicação dos princípios contabilísticos do Grupo Crédito Agrícola.

As aquisições de filiais são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição corresponde ao justo valor agregado dos activos entregues e passivos incorridos ou assumidos em contrapartida da obtenção de controlo sobre a entidade adquirida, acrescido de custos incorridos directamente atribuíveis à operação. Na data de aquisição, os activos, passivos e passivos contingentes identificáveis que reúnam os requisitos para reconhecimento previstos na Norma IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais” são registados pelo respectivo justo valor.

Até 1 de Janeiro de 2006, e conforme permitido pelas políticas contabilísticas definidas pelo Banco de Portugal, o *goodwill* era totalmente anulado por contrapartida de reservas no ano de aquisição das participações. De acordo com o permitido pela Norma IFRS 1, o GCA não efectuou qualquer alteração a esse registo, pelo que o *goodwill* gerado em operações ocorridas até 1 de Janeiro de 2006 permanece registado em reservas.

O valor correspondente à participação de terceiros nas empresas filiais é apresentado na rubrica “Interesses minoritários”, do capital próprio.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos do SICAM e das empresas filiais, na proporção da respectiva participação efectiva, após os ajustamentos de consolidação, designadamente a eliminação de dividendos recebidos e de mais e menos-valias geradas em transacções entre empresas incluídas no perímetro de consolidação.

b) Empresas associadas

As empresas associadas são entidades nas quais o GCA exerce influência significativa, mas não detém o controlo. Entende-se existir influência significativa quando se detém uma participação financeira (directa ou indirecta) superior a 20% ou o poder de participar nas decisões sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade mas sem haver controlo nem controlo conjunto sobre a mesma. Os eventuais dividendos recebidos são registados por contrapartida de uma diminuição do valor do investimento financeiro.

As participações financeiras em empresas associadas são registadas pelo método da equivalência patrimonial, desde o momento em que o GCA passa a deter influência significativa até ao momento em que a mesma termina.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao GCA do total do capital próprio e dos lucros e prejuízos reconhecidos pela empresa associada.

c) Goodwill

As aquisições de empresas subsidiárias e associadas ocorridas após 1 de Janeiro de 2006, são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição. O *goodwill* é registado no activo e é sujeito a testes de imparidade de acordo com o IAS 36, não sendo amortizado. Adicionalmente, sempre que se identifique que o justo valor é superior ao custo de aquisição (*goodwill* negativo), o diferencial é reconhecido em resultados.

2.3. Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

a) Especialização dos exercícios

O GCA adopta o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras consolidadas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

b) Operações em moeda estrangeira

Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço indicada pelo Banco de Portugal.

Os proveitos e custos relativos às transacções em moeda estrangeira registam-se no período em que ocorrem, às taxas de câmbio em vigor na data em que foram realizadas.

Adicionalmente, são adoptados os seguintes procedimentos contabilísticos:

- a posição cambial à vista por moeda, que corresponde ao saldo líquido dos activos e passivos numa determinada moeda, é reavaliada diariamente de acordo com os câmbios de "fixing" indicados pelo Banco de Portugal, por contrapartida de resultados;

- a posição cambial a prazo numa moeda, que corresponde ao saldo líquido das operações a prazo a aguardar liquidação, é reavaliada à taxa de câmbio a prazo de mercado ou, na ausência desta, a uma taxa calculada com base nas taxas de juro de mercado para essa moeda e para o prazo residual da operação. A diferença entre os saldos convertidos para Euros às taxas de reavaliação utilizadas e os saldos convertidos às taxas contratadas, corresponde à reavaliação da posição cambial a prazo, sendo registada em resultados.

c) Crédito e outros valores a receber

O crédito a clientes abrange os créditos concedidos a clientes e outras operações de empréstimo tituladas (papel comercial), sendo reconhecidas pelo valor nominal.

Posteriormente, o crédito e outros valores a receber são registados ao custo amortizado, sendo submetidos a análises periódicas de imparidade.

A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objecto de relevação contabilística autónoma nas respectivas contas de resultados. Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais. Sempre que aplicável, as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos activos incluídos nesta categoria devem ser, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo o método da taxa efectiva.

Os juros são reconhecidos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, sendo as comissões e custos associados aos créditos periodificados ao longo da vida das operações, independentemente do momento em que são cobrados ou pagos.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As responsabilidades por garantias prestadas e compromissos irrevogáveis são registadas em rubricas extrapatrimoniais pelo valor em risco, sendo os fluxos de juros, comissões ou outros proveitos registados em resultados ao longo da vida das operações.

Imparidade

Periodicamente, o GCA analisa o crédito a clientes e outros valores a receber para identificar evidências de imparidade. Considera-se que um activo financeiro se encontra em imparidade, se e só se, existir evidência de que a ocorrência de um evento (ou eventos) tenha um impacto mensurável nos fluxos de caixa futuros esperados desse activo ou grupo de activos.

Para efeitos de apuramento de imparidade do crédito concedido, o GCA segmentou a sua carteira da seguinte forma:

- Crédito concedido a empresas;
- Crédito à habitação;
- Crédito ao consumo;
- Crédito concedido através de cartões de crédito;
- Outros créditos a particulares;
- Extrapatrimoniais.

Adicionalmente, foram incluídas as responsabilidades relativas a papel comercial, operações em moeda estrangeira e contratos de locação financeira.

De acordo com o modelo de imparidade em vigor no GCA para a carteira de crédito a clientes, é analisada a existência de perdas por imparidade em termos individuais, através de análise casuística, e em termos colectivos. Quando um grupo de activos financeiros é avaliado em conjunto, os fluxos de caixa futuros desse grupo são estimados tendo por base os fluxos contratuais dos activos desse grupo e os dados históricos relativos a perdas em activos com características de risco de crédito similares.

Sempre que o GCA entende necessário, a informação histórica é actualizada com base nos dados correntes observáveis, para reflectirem os efeitos das condições actuais.

Os critérios de selecção dos clientes alvo de análise individual foram os seguintes:

- Todos os clientes com responsabilidades superiores a 1.000.000 Euros; e
- Clientes com crédito vencido (há mais de 90 dias) superior a 50.000 Euros.

A evidência de imparidade de um activo ou grupo de activos definida pelo GCA está relacionada com a observação de diversos eventos denominados “eventos de perda”, entre os quais se destacam:

- Situações de incumprimento do contrato, nomeadamente atraso no pagamento do capital e/ou juros;
- Dificuldades financeiras significativas do devedor;
- Alteração significativa da situação patrimonial do devedor;
- Ocorrência de alterações adversas, nomeadamente:
 - . das condições e/ou capacidade de pagamento;
 - . das condições económicas do sector no qual o devedor se insere, com impacto na capacidade de cumprimento das suas obrigações.

As perdas por imparidade para os clientes sem incumprimento correspondem ao produto entre a probabilidade de indícios (PI) e o montante correspondente à diferença entre o valor de balanço dos respectivos créditos e o valor actualizado dos cash flows dessas operações. A PI corresponde à probabilidade de uma operação ou cliente entrar numa situação de incumprimento durante um período de emergência. Este período equivale ao tempo que decorre entre a ocorrência de um evento originador de perdas e o momento em que a existência desse evento é percebida pelos Serviços do GCA (*incurred but not reported*). Para todos os segmentos da carteira, o GCA considerou um período de emergência de 6 meses.

Se existir evidência de que o GCA incorreu numa perda por imparidade em crédito e outros valores a receber, o montante da perda é determinado pela diferença entre o valor de balanço desses activos e o valor actual dos seus fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro original do activo ou activos financeiros. O valor de balanço do activo ou dos activos é reduzido pelo saldo da conta de perdas por imparidade. Para créditos com taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada para determinar qualquer perda por imparidade é a taxa de juro corrente, determinada pelo contrato. As perdas por imparidade são registadas por contrapartida de resultados.

Quando num período subsequente se registre uma diminuição do montante das perdas por imparidade atribuídas a um evento, o montante previamente reconhecido é revertido, sendo ajustada a conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

Anulações de capital e juros

Periodicamente, o GCA abate ao activo os créditos considerados incobráveis por utilização da imparidade constituída, após análise específica por parte dos órgãos de estrutura que têm a seu cargo o acompanhamento e recuperação dos créditos e aprovação do Conselho de Administração Executivo do GCA. Eventuais recuperações de créditos abatidos ao activo são reflectidas como uma dedução ao saldo das perdas por imparidade reflectidas na demonstração de resultados, na rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

De acordo com as políticas em vigor no GCA, os juros de créditos vencidos sem garantia real são anulados três meses após a data de vencimento da operação ou da primeira prestação em atraso. Os juros não registados, sobre os créditos acima referidos, apenas são reconhecidos no exercício em que venham a ser cobrados.

Os juros de créditos vencidos que se encontrem garantidos por hipoteca ou com outras garantias reais não são anulados. Não obstante, para os créditos com garantia real e hipotecária com prestações de capital vencidas e não pagas há mais de seis e doze meses, respectivamente, o cálculo e o registo de juros sobre o capital vincendo é interrompido.

As recuperações de juros abatidos no activo são igualmente reflectidos a crédito da rubrica “Imparidade do crédito líquida de reversões e recuperações”.

d) Outros activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros são reconhecidos na data da transacção, isto é, na data em que é assumido o compromisso de compra ou venda. A classificação dos instrumentos financeiros na data de reconhecimento inicial depende das suas características e da intenção de aquisição.

i) Activos financeiros detidos para negociação e ao justo valor através de resultados

Os activos financeiros detidos para negociação incluem títulos de rendimento variável transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, bem como derivados. Os derivados de negociação com valor líquido a receber (justo valor positivo) são incluídos na rubrica de activos financeiros detidos para negociação. Os derivados de negociação com valor líquido a pagar (justo valor negativo), são incluídos na rubrica de passivos financeiros detidos para negociação.

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados incluem os títulos de rendimento fixo transaccionados em mercados activos que a Caixa Central optou por registar e avaliar ao justo valor através de resultados, enquadrando-se no ponto 9 b)i) da IAS 39, de forma a evitar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento.

Os activos e passivos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e reconhecidos em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido

O justo valor dos activos financeiros transaccionados em mercados activos é o seu “bid-price” ou a cotação de fecho à data do balanço. Se um preço de mercado não estiver disponível, o justo valor do instrumento é estimado com base em técnicas de valorização, que incluem modelos de avaliação de preços ou técnicas de “discounted cash-flows”.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos a deter até à maturidade, crédito ou empréstimos e contas a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio “reserva de justo valor” até à sua venda (ou até ao reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidas directamente em resultados do período.

Os juros inerentes aos activos financeiros são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

Os dividendos são registados nas respectivas contas de resultados quando o direito ao seu pagamento é estabelecido.

iii) Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos a deter até à maturidade são investimentos que têm um rendimento fixo, com taxa de juro conhecida no momento da emissão e data de reembolso determinada, sendo do interesse do GCA mantê-los até ao seu reembolso.

Os investimentos financeiros a deter até à maturidade são registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”.

iv) Aplicações em instituições de crédito

Nesta rubrica são registados apenas os valores a receber de outras instituições de crédito.

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo e não incluídos em qualquer uma das restantes categorias de activos financeiros.

No reconhecimento inicial estes activos são valorizados pelo justo valor, deduzido de eventuais comissões incluídas na taxa efectiva, e acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos em balanço ao custo amortizado, deduzidos de perdas por imparidade.

Os juros são reconhecidos com base no método da taxa efectiva, que permite calcular o custo amortizado e repartir os juros ao longo do período das operações. A taxa efectiva é aquela que, sendo utilizada para descontar os fluxos de caixa futuros estimados associados ao instrumento financeiro na data do reconhecimento inicial.

v) Operações de venda com acordo de recompra

Considera-se acordo de recompra, um acordo para transferir um activo financeiro para uma outra parte em troca de dinheiro ou de outra retribuição e uma obrigação concorrente de adquirir o activo financeiro numa data futura por uma quantia igual ao dinheiro, ou a outra retribuição trocada incluindo juros.

Os títulos vendidos com acordo de recompra são mantidos na carteira onde estavam originalmente registados. Os fundos recebidos são registados, na data de liquidação, em conta própria do passivo, sendo periodificados os respectivos juros.

vi) Operações de compra com acordo de revenda

É considerada compra com acordo de revenda o acordo pelo qual uma instituição compra um activo financeiro com o compromisso de revender esse activo a um preço pré determinado e numa determinada data fixada ou em data a fixar.

Os activos financeiros adquiridos com acordo de revenda por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o custo de aquisição registado como empréstimos a outras instituições de crédito. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa efectiva.

vii) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros, essencialmente recursos de instituições de crédito, depósitos de clientes e dívida emitida, são inicialmente valorizados ao justo valor, que corresponde à contraprestação recebida líquida dos custos de transacção e são posteriormente valorizados ao custo amortizado.

Conforme previsto no Decreto-Lei n.º 182/87, de 21 de Abril, foi criado o Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo, cujo funcionamento foi regulamentado pelo Decreto-Lei 345/98, de 9 de Novembro. Este último visou reconverter o Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo, por forma a que o mesmo tivesse por objecto (i) garantir o reembolso de depósitos constituídos na Caixa Central e nas Caixas de Crédito Agrícola Mútuo suas associadas e (ii) promover e realizar acções que visem assegurar a solvabilidade e liquidez das referidas instituições, com vista à defesa do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM).

Em 31 de Dezembro de 2012, o GCA possuía empréstimos subordinados concedidos pelo Fundo de Garantia de Crédito Agrícola Mútuo no montante de 86.433.884 Euros (86.433.844 Euros em 31 de Dezembro de 2011), descritos na Nota 25.

vii) Imparidade em activos financeiros

O GCA efectua análises periódicas de imparidade aos activos financeiros, efectuando para o crédito a clientes e outros valores a receber o referido na Nota 2.3.c).

Quando existe evidência de imparidade num activo ou grupo de activos financeiros, as perdas por imparidade registam-se por contrapartida de resultados.

Para títulos cotados e fundos de investimento, considera-se que existe evidência objectiva de imparidade numa situação de desvalorização continuada ou de valor significativo na cotação dos títulos. Considera-se desvalorização continuada ou de valor significativo, uma depreciação de valor por tempo superior a 12 meses ou de valor superior a 30%, respectivamente. Para títulos não cotados, é considerado evidência objectiva de imparidade a existência de eventos com impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, desde que possa ser estimado com razoabilidade.

Caso num período subsequente se registre uma diminuição no montante das perdas por imparidade atribuída a um evento, o valor previamente reconhecido é revertido através de ajustamento à conta de perdas por imparidade. O montante da reversão é reconhecido directamente na demonstração de resultados.

No caso de activos disponíveis para venda, em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldades financeiras do emitente, a perda acumulada na reserva de reavaliação de justo valor é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, caso se verifique uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade. As perdas por imparidade relativas a títulos de rendimento variável não podem ser revertidas, pelo que eventuais mais valias potenciais originadas após o reconhecimento de perdas por imparidade são reflectidas na reserva de justo valor. Quanto a títulos de rendimento variável para os quais tenha sido registada imparidade, posteriores variações negativas no justo valor são sempre reconhecidas em resultados.

e) Instrumentos financeiros derivados

Os instrumentos financeiros derivados são registados pelo seu justo valor na data da sua contratação. Adicionalmente, são reflectidos em rubricas extrapatrimoniais pelo respectivo valor nominal. Subsequentemente, os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respectivo justo valor. O justo valor é apurado:

- Com base em cotações obtidas em mercados activos (por exemplo, no que respeita a futuros transaccionados em mercados organizados);
- Com base em modelos que incorporam técnicas de valorização aceites no mercado, incluindo cash-flows descontados e modelos de valorização de opções.

Os derivados são registados ao justo valor, sendo os resultados apurados mensalmente reconhecidos em proveitos e custos do exercício, nas rubricas de “Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados”. As reavaliações positivas e negativas são registadas nas rubricas “Activos financeiros detidos para negociação” e “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados”, respectivamente.

f) Outros activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo GCA para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem:

	Anos de <u>vida útil</u>
Imóveis de serviço próprio	50
Despesas em edifícios arrendados	10
Equipamento informático e de escritório	4 a 10
Mobiliário e instalações interiores	6 a 10
Viaturas	4

As despesas de investimento em obras não passíveis de recuperação, realizadas em edifícios que não sejam propriedade do GCA, são amortizadas em prazo compatível com o da sua utilização esperada ou do contrato de arrendamento.

g) Activos intangíveis

Esta rubrica compreende essencialmente as despesas da fase de desenvolvimento de projectos relativos a sistemas de informação implementados e em fase de implementação, bem como o custo de software adquirido, em qualquer dos casos quando o impacto esperado se reflecte para além do exercício em que são realizados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica inclui os montantes de 37.142.122 Euros e 32.440.920 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços (Nota 16).

Os activos intangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são registadas como custos do exercício numa base sistemática ao longo da vida útil estimada dos activos, a qual corresponde a um período de 3 a 6 anos.

h) Activos não correntes detidos para venda

O GCA regista em “Outros activos” os imóveis, equipamentos e outros bens recebidos em dação para pagamento de operações de crédito vencido, sendo registados pelo valor acordado no contrato de dação, o qual corresponde ao menor dos valores da dívida existente ou da avaliação do bem, na data da dação. Os imóveis são objecto de avaliações periódicas que dão lugar ao registo de perdas por imparidade sempre que o valor decorrente dessas avaliações (líquido de custos de venda) seja inferior ao valor por que se encontram contabilizados. Os activos tangíveis são registados nesta rubrica a partir do momento da celebração do contrato promessa de dação ou da arrematação.

O GCA não reconhece mais-valias potenciais nestes activos.

i) Provisões

Esta rubrica do passivo inclui as provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, processos judiciais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do Crédito Agrícola, de acordo com o IAS 37 (Nota 23).

j) Benefícios de empregados

O SICAM subscreveu o Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV) para o Crédito Agrícola (denominado por Acordo Colectivo de Trabalho das Instituições de Crédito Agrícola Mútuo) pelo que os seus empregados ou as suas famílias têm direito a pensões de reforma, invalidez e sobrevivência. No entanto, uma vez que os empregados estão inscritos na Segurança Social, as responsabilidades do SICAM com pensões relativamente aos seus colaboradores consistem no pagamento de complementos face aos níveis previstos no ACTV.

Para cobertura das suas responsabilidades o SICAM dispõe de um Fundo de Pensões do Grupo Crédito Agrícola, o qual se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social. Estes complementos são calculados, por referência ao ACTV, de acordo com (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma, (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo e o número total de anos de serviço à data de reforma.

Este Fundo, cujos benefícios a atribuir pelo Plano de Pensões são os definidos no Acordo Colectivo de Trabalho Vertical do Crédito Agrícola Mútuo, assume, assim, a natureza de um Fundo solidário, estando a sua gestão a cargo da Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A..

De acordo com os estatutos do SICAM, os membros dos seus órgãos sociais não são abrangidos pelos benefícios descritos.

Para o cálculo das pensões do ACTV, o tempo de serviço assumido foi calculado a partir das seguintes datas:

- Para as diuturnidades futuras e respectiva evolução automática na carreira, considerou-se a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades;
- Para o cálculo das percentagens do anexo V na atribuição das pensões, assumiu-se a data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões.

Para a repartição das responsabilidades por serviços passados a cargo do Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, admitiu-se o seguinte:

- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é posterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo dos tempos de serviço passado e total;
- Quando a data de antiguidade para efeito de nível e diuturnidades é anterior à data de admissão reconhecida para o Fundo de Pensões, é esta última a considerada no cálculo do tempo de serviço passado e da data de antiguidade para efeitos de nível e diuturnidades para o tempo de serviço total, uma vez que esta corresponde à da admissão na Banca.

Os métodos de cálculo utilizados foram o do *Projected Unit Credit* para a reforma por velhice e sobrevivência diferida e o dos Prémios Únicos Sucessivos para a reforma por invalidez e sobrevivência imediata.

O cálculo da pensão de sobrevivência aplicou-se somente aos participantes efectivamente casados, admitindo-se como idade do cônjuge a do participante diminuída ou acrescida de três anos, consoante este seja do sexo masculino ou feminino. O cálculo deste benefício encontra-se em função do nível de remuneração do participante, de acordo com o Anexo VI do ACTV.

O SICAM regista anualmente como custo a contribuição para o Fundo de Pensões que é estimada pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida S.A. para cada entidade contribuinte em função do número de trabalhadores inscritos.

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão da Caixa Central prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido.

Os benefícios pós-emprego dos colaboradores incluem ainda os cuidados médicos (SAMS), os quais foram calculados com base nos mesmos pressupostos que as responsabilidades com complementos de pensões.

Os ganhos e perdas actuariais resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos como um activo ou um passivo numa rubrica de desvios actuariais e o seu valor acumulado é imputado a resultados com base no método do corredor.

De acordo com o método do corredor os ganhos e perdas actuariais diferidos acumulados no início do ano que excedam 10% do valor actual das responsabilidades totais ou do valor do fundo, dos dois o maior, reportados igualmente ao início do ano, são imputados a resultados durante o período estimado de serviço remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situem dentro do referido limite, não são reconhecidos em resultados.

k) Prémios de antiguidade

Nos termos do ACTV, o SICAM assumiu o compromisso de atribuir aos colaboradores no activo que completem quinze, vinte e cinco e trinta anos de bom e efectivo serviço, um prémio de antiguidade de valor igual a um, dois ou três meses da sua retribuição mensal efectiva (no ano da atribuição), respectivamente.

O SICAM determina o valor actual dos benefícios com prémios de antiguidade através de cálculos actuariais pelo método *Projected Unit Credit*. Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) têm por base expectativas para o crescimento dos salários e baseiam-se em tábuas de mortalidade utilizadas para o apuramento das responsabilidades com pensões. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de rating elevado e prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

l) Impostos sobre os lucros

As entidades do GCA são tributadas individualmente e estão sujeitas ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (Código do IRC).

As contas das sucursais são integradas nas contas da Caixa Central para efeitos fiscais. A Sucursal Financeira Exterior na Região Autónoma da Madeira beneficiou, ao abrigo do artigo 34º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, de isenção de IRC até 31 de Dezembro de 2011. Apesar de ter cessado a actividade da Sucursal “Off-shore” na Madeira em 31 de Dezembro de 2011, o resultado final apurado, ainda teve efeitos na actividade global da Caixa Central, no final do exercício de 2011.

Até 31 de Dezembro de 2009, a taxa fiscal utilizada no cálculo de impostos diferidos foi de 26,5% para as diferenças temporárias geradas no reconhecimento do imposto sobre lucros do exercício. No exercício de 2010, os impostos diferidos foram actualizados a uma taxa adicional de 2,5%, denominada de Derrama Estadual. Assim, à taxa de 26,5% acresce uma taxa adicional de 2,5%, incidente sobre a parte do lucro tributável superior a 2.000.000 Euros, sujeito e não isento de IRC, que seja apurado por sujeitos passivos residentes em território português e que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza industrial, comercial ou agrícola bem como por não residentes com estabelecimento estável neste território.

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no resultado fiscal do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos ao lucro tributável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os créditos fiscais também são registados como impostos diferidos activos.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças temporárias dedutíveis ou prejuízos fiscais. No entanto, não são registados impostos diferidos nas seguintes situações:

- Diferenças temporárias originadas no reconhecimento inicial de activos e passivos em transacções que não afectem o resultado contabilístico ou o lucro tributável;
- Diferenças tributárias dedutíveis resultantes de lucros não distribuídos por empresas filiais e associadas, na medida em que a Caixa Central tenha a possibilidade de controlar a sua reversão e seja provável que a mesma não venha a ocorrer num futuro previsível.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capital próprio (por exemplo, no caso da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda). Nestes casos, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capital próprio, não afectando o resultado do exercício.

m) Locação financeira

Os activos em regime de locação financeira são registados no balanço como crédito concedido, sendo este reembolsado através das amortizações de capital constantes do plano financeiro dos contratos. Os juros incluídos nas rendas são registados como proveitos financeiros.

n) Seguros

i) Contratos de Seguro

O registo das transacções associadas aos contratos de seguro emitidos e aos contratos de resseguro detidos pelo GCA respeita as disposições do IFRS 4 – “Contratos de seguro”. Esta Norma veio permitir aos emissores de contratos de seguro a manutenção das políticas contabilísticas utilizadas antes da adopção dos IFRS, desde que seja assegurado o cumprimento de determinados requisitos mínimos, estabelecidos pela referida norma, incluindo a realização com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras de um teste de adequabilidade dos passivos associados aos contratos detidos.

Neste sentido, no registo dos contratos de seguro emitidos e dos contratos de resseguro detidos pelo GCA foram aplicados os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para as Empresas de Seguros (PCES), aprovado pela Norma nº 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma nº 20/2007-R, de 31 de Dezembro, do Instituto de Seguros de Portugal (ISP), e as restantes normas regulamentares emitidas por este organismo.

Os principais impactos decorrentes da introdução do IFRS 4 nas demonstrações financeiras das companhias de seguros detidas pelo GCA respeitam à classificação dos contratos emitidos ou adquiridos pelo GCA em contratos de seguro ou contratos de investimento. Os contratos com risco de seguro significativo são classificados como contratos de seguro e registados no âmbito do IFRS 4. Os contratos sem risco de seguro significativo são considerados contratos de investimento e contabilizados de acordo com os requisitos do IAS 39, situação que não se aplicou no GCA.

Adicionalmente, de acordo com o permitido pelo IFRS 4, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de investimento com participação nos resultados, quando essa participação inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo o correspondente aumento de responsabilidades.

As mais-valias potenciais, líquidas de menos-valias, resultantes da reavaliação dos activos afectos a seguros com participação nos resultados, são repartidos entre uma componente de passivo e uma componente de capitais próprios, com base nas condições dos produtos e no historial de participações de resultados atribuídas.

ii) Reconhecimento de proveitos e custos

Os prémios de contratos de seguro não vida, de contratos de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são registados quando emitidos, na rubrica “Prémios, líquidos de resseguro”, da demonstração de resultados.

Os prémios emitidos relativos a contratos de seguro não vida e os custos de aquisição associados são reconhecidos como proveito e custo ao longo dos correspondentes períodos de risco, através da movimentação da provisão para prémios não adquiridos.

As responsabilidades para com os segurados associadas a contratos de seguro de vida e a contratos de investimento com participação discricionária nos resultados são reconhecidas através da provisão matemática de seguros de vida, sendo o custo reflectido no mesmo momento em que são registados os proveitos associados aos prémios emitidos.

As principais políticas contabilísticas e bases de mensuração das provisões técnicas, são as seguintes:

i) Provisão para prémios não adquiridos

Reflecte a parte dos prémios emitidos contabilizados no exercício, respeitantes a riscos ainda não incorridos à data do balanço e a imputar a um ou vários dos exercícios seguintes, com o objectivo de garantir a cobertura dos riscos assumidos e dos encargos dele resultantes durante o período compreendido entre o final do exercício e a data de vencimento de cada um dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, pela aplicação do método prorata temporis aos prémios brutos emitidos.

Ao montante calculado da provisão para prémios não adquiridos é deduzido a parte do custo a diferir das remunerações pela mediação de seguros e de outros custos de aquisição.

ii) Provisão para riscos em curso

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor. Esta provisão é calculada para o seguro directo, com base nos rácios de sinistralidade, de cedência, de despesas e de rendimentos, de acordo com o definido pelo ISP.

iii) Provisão para sinistros

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não participados (“IBNR”) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização. A provisão para sinistros participados e não participados é estimada pelo GCA com base na experiência passada, informação disponível e pela aplicação de métodos estatísticos.

Para o cálculo da provisão para IBNR, nos ramos automóvel, acidentes de trabalho, habitação, comércio e serviços e responsabilidade civil (exploração e geral), foram efectuadas estimativas actuariais, baseadas em triangulações de valores pagos, tendo em conta as características específicas de cada ramo. Para os restantes ramos, aplicou-se uma taxa genérica de 4% ao valor dos custos com sinistros do exercício relativos a sinistros declarados, para provisionar a responsabilidade com sinistros a serem participados após o fecho do exercício. A provisão para custos de gestão de sinistros é calculada utilizando o método do custo médio.

Considerou-se ainda uma provisão matemática no ramo de acidentes de trabalho, relativa às seguintes responsabilidades com sinistros ocorridos até 31 de Dezembro: (i) pensões a pagar já homologadas pelo Tribunal do Trabalho; (ii) pensões a pagar com acordo de conciliação já realizado; (iii) pensões de sinistros já ocorridos mas que se encontram pendentes de acordo final ou sentença. As provisões matemáticas relativas

a sinistros ocorridos, envolvendo pagamento de pensões vitalícias referentes ao ramo de acidentes de trabalho, são calculadas utilizando pressupostos actuariais baseados em métodos actuariais reconhecidos e na legislação laboral vigente.

Adicionalmente, constitui-se uma provisão matemática para fazer face: (i) às responsabilidades com pensões de sinistros já ocorridos relativas a potenciais incapacidades permanentes de sinistrados em tratamento; e (ii) a sinistros já ocorridos e ainda não participados.

As provisões para sinistros não são reconhecidas pelo seu valor actual, com excepção da provisão matemática de acidentes de trabalho, que é calculada com base numa estimativa dos fluxos de caixa futuros, actualizados a uma taxa de desconto de 3,5%.

Qualquer insuficiência ou excesso da provisão para sinistros, se vier a existir, é registada nos resultados correntes, quando determinada.

A provisão para sinistros no ramo vida é determinada pela conjugação de dois métodos. O primeiro, baseia-se numa análise caso a caso, determinando os sinistros ocorridos e ainda por liquidar. O segundo, consiste na aplicação de métodos estatísticos que calculam a provisão dos sinistros ocorridos mas não declarados à data do Balanço e eventuais custos associados (IBNR).

iv) Provisão para desvios de sinistralidade

A provisão para desvios de sinistralidade destina-se a fazer face a sinistralidade excepcionalmente elevada nos ramos de seguros em que, pela sua natureza, se preveja que aquela tenha maiores oscilações. No âmbito dos riscos assumidos pelo CGA, esta provisão é apenas constituída para o risco de fenómenos sísmicos, sendo calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, aos capitais seguros retidos pelo GCA.

v) Provisões técnicas de resseguro cedido

São determinadas aplicando os critérios descritos acima para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão ao resseguro, bem como outras cláusulas constantes nos tratados de resseguro em vigor.

vi) Provisão matemática do ramo vida

A provisão matemática do Ramo Vida corresponde à diferença entre os valores actuais das responsabilidades da Companhia e os valores actuais das responsabilidades dos tomadores de seguro, relativamente às apólices emitidas, sendo calculada com base em métodos actuariais reconhecidos e em conformidade com as notas técnicas aprovadas pelo Instituto de Seguros de Portugal para cada uma das modalidades.

De acordo com estas notas técnicas, a provisão é calculada com base na tábua de mortalidade GKM80 e com as taxas de juro técnicas definidas para cada modalidade.

vii) Provisão para estabilização de carteira do ramo vida

A provisão para estabilização de carteira é constituída relativamente aos contratos de seguro de grupo anuais renováveis, que garantem como cobertura principal o risco de morte, com vista a fazer face ao agravamento do risco inerente à progressão da média etária do grupo seguro, sempre que este tenha sido tarifado com base numa taxa única, a qual, por compromisso contratual, se deva manter por um certo prazo.

viii) Provisão para compromissos de taxa do ramo vida

A cada data de reporte, a Companhia procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. Essa avaliação é efectuada tendo por base a projecção dos cash-flows futuros associados a cada contrato, descontados às taxas determinadas com base na curva euroswap, sendo feita produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Na eventualidade de existir uma deficiência entre os valores das responsabilidades e a projecção de cash-flows futuros descontados, esta é registada em resultados por contrapartida da rubrica provisão para compromissos de taxa.

ix) Provisão para participação nos resultados

Provisão para participação nos resultados a atribuir (shadow accounting)

De acordo com o estabelecido na IFRS 4, os ganhos e perdas não realizados dos activos financeiros afectos a responsabilidades de contratos de seguro e de investimento com participação nos resultados discricionária são atribuídos aos tomadores de seguro, na parte estimada da sua participação, através do reconhecimento de uma responsabilidade, tendo por base a expectativa de que estes irão participar nesses ganhos e perdas não realizados quando se realizarem.

Esta provisão corresponde ao valor líquido dos ajustamentos de justo valor relativos aos investimentos afectos a Seguros de Vida com participação nos resultados, na parte estimada do tomador de seguro ou beneficiário do contrato. A estimativa dos montantes a atribuir aos segurados sob a forma de participação nos resultados em cada modalidade ou conjunto de modalidades deve ser calculada tendo por base um plano adequado, aplicado de forma consistente, que tenha em consideração o plano de participação nos resultados, a maturidade dos compromissos, dos activos afectos e ainda outras variáveis específicas da modalidade ou modalidades em causa.

Ao longo do período de duração dos contratos de cada modalidade ou conjunto de modalidades, o saldo da provisão para participação nos resultados a atribuir que lhe corresponde deve ser integralmente utilizado pela compensação dos ajustamentos negativos do justo valor dos investimentos e pela sua transferência para a provisão para participação nos resultados atribuída.

Provisão para participação nos resultados atribuída

Esta provisão inclui os montantes destinados aos tomadores de seguro ou aos beneficiários dos contratos sob a forma de participação nos resultados que não tenham ainda sido distribuídos, designadamente mediante a inclusão na provisão matemática dos contratos.

x) Contratos de seguro e de investimento com participação discricionária nos resultados

Conforme acima referido, o GCA manteve a generalidade das políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro e aos contratos de investimento com participação nos resultados, nos casos em que a participação nos resultados inclui uma componente de discricionariedade por parte das companhias, continuando a reconhecer como proveito os prémios recebidos e como custo os correspondentes aumentos de responsabilidades.

Considera-se que um contrato de seguro ou de investimento contém participação nos resultados com uma componente discricionária quando as respectivas condições contratuais prevêm a atribuição ao segurado, em complemento da componente garantida do contrato, de benefícios adicionais caracterizados por:

- Ser provável que venham a constituir uma parte significativa dos benefícios totais a atribuir no âmbito do contrato; e
- Cujo montante ou momento da distribuição dependam contratualmente da discricção do emissor; e
- Estejam dependentes da performance de um determinado grupo de contratos, de rendimentos realizados ou não realizados em determinados activos detidos pelo emissor do contrato, ou do resultado da entidade responsável pela emissão do contrato.

As responsabilidades originadas por contratos de seguro e contratos de investimento com participação nos resultados com componente discricionária são incluídas nos testes de adequacidade de passivos realizados pelo GCA.

xi) Derivados embutidos em contratos de seguro

De acordo com o permitido pelo IFRS 4, as opções detidas pelos tomadores dos contratos de seguro de resgatar antecipadamente os contratos em vigor por um montante fixo, ou por um montante fixo acrescido de uma componente de juro, não são destacadas do contrato de acolhimento.

xii) Testes de adequacidade de passivos

De acordo com os requisitos do IFRS 4, o GCA realiza com referência à data das demonstrações financeiras, testes de adequacidade dos passivos relacionados com os contratos de seguro em vigor, considerando estimativas do valor actual dos *cash flows* futuros associados aos contratos, incluindo as despesas a incorrer com a regularização dos sinistros e os *cash flows* associados a opções e garantias implícitas nos contratos de seguro.

Caso o valor actual das responsabilidades estimadas através destes testes seja superior ao valor dos passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras, líquido do valor contabilístico dos custos de aquisição diferidos e dos activos intangíveis relacionados com os referidos contratos, são registadas provisões adicionais por contrapartida da demonstração de resultados do exercício.

A metodologia e os principais pressupostos utilizados na realização dos testes de adequação de passivos são os seguintes:

Ramo vida

O teste da adequação dos passivos é feito através da actualização, à taxa de juro de mercado sem risco dos cash-flows futuros de sinistros, resgates, vencimentos, comissões e despesas de gestão, deduzidos dos cash-flows futuros de prémios.

Estes cash-flows futuros são projectados apólice a apólice, atendendo às bases técnicas prudentes em utilização, as quais são calculadas com base na análise histórica dos seus dados do seguinte modo:

Mortalidade:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se o número de pessoas seguras por idade no início, no fim e as sinistradas no ano. A partir destes dados, calcula-se o número de pessoas expostas ao risco em cada idade, e multiplicando-se este valor pela probabilidade de morte de uma determinada tábua de mortalidade determina-se o número esperado de sinistros, de acordo com essa tábua. Comparando esse valor com o real obtém-se a sinistralidade real do ano em percentagem da tábua. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se então o pressuposto de mortalidade. Esta análise é feita em separado para os produtos de Vida Risco e Capitalização.

Resgates:

Com base em ficheiros extraídos dos seus sistemas informáticos, obtém-se as provisões matemáticas no início e fim do ano e os montantes resgatados, por produto.

A partir destes dados, calcula-se o valor médio de provisões matemáticas de cada produto, e dividindo-se o montante de resgates por esse valor obtém-se a taxa de resgate do ano. Analisando os valores dos últimos cinco anos determina-se o pressuposto de resgate de cada produto.

Despesas:

As despesas repartem-se em despesas de investimento, administrativas e com sinistros. Por forma a obter os custos unitários, divide-se as despesas de investimento pelo valor médio de provisões matemáticas, as administrativas pelo número médio de pessoas seguras e as de sinistros pelo número total de sinistros do ano.

Taxas de Rendimento:

A determinação das taxas de rendimento futuras, a aplicar às provisões matemáticas, é feita com base na taxa de juro de mercado sem risco. Com base nas taxas de rendimento obtidas são projectadas participações nos resultados futuras, as quais são posteriormente incorporadas nas provisões matemáticas, sendo depois projectadas nos vencimentos, sinistros e resgates futuros.

Provisões para Sinistros:

São projectados os cash flows futuros do run-off da empresa nas coberturas de morte e invalidez tendo em vista determinar o seu custo futuro por comparação com o custo actual. Para este efeito usam-se métodos estatísticos. Os cash flows, sendo de curto prazo, são calculados sem desconto de provisões.

Ramos não vida

Os actuários responsáveis avaliam regularmente a adequabilidade das provisões socorrendo-se para isso da análise das responsabilidades das companhias nas vertentes da incerteza, duração contratual, natureza dos sinistros e despesas de regularização de sinistros. Aplicam ainda um conjunto de cenários micro e macroeconómicos para a verificação da adequação dos mesmos.

xiii) Imparidade de saldos devedores relacionados com contratos de seguro e de resseguro

Com referência a cada data de apresentação de demonstrações financeiras o GCA avalia a existência de indícios de imparidade ao nível dos activos originados por contratos de seguro e de resseguro, nomeadamente as contas a receber de segurados, mediadores, resseguradores e ressegurados e as provisões técnicas de resseguro cedido.

Caso sejam identificadas perdas por imparidade, o valor de balanço dos respectivos activos é reduzido por contrapartida da demonstração de resultados do exercício, sendo o custo reflectido na rubrica "Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações".

o) Informação comparativa

Os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do exercício anterior. Em 2011, o Grupo passou a reconhecer as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de reconhecer em "interesses minoritários".

p) Demonstração dos fluxos de caixa

Para efeitos da preparação da Demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes, engloba os valores registados no balanço nas rubricas de caixa, disponibilidades em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito. São excluídos os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de Bancos Centrais.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS E INCERTEZAS ASSOCIADAS À APLICAÇÃO DAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A preparação das demonstrações financeiras requer a elaboração de estimativas e a adopção de pressupostos pela gestão, que podem afectar o valor dos activos e passivos, créditos e custos, assim como de passivos contingentes divulgados.

O uso de estimativas e pressupostos, por parte da gestão, mais significativas são as seguintes:

Justo valor dos instrumentos financeiros

O Justo valor é baseado em cotações de mercado, sempre que disponíveis. No entanto, e na ausência de cotação, os instrumentos financeiros são valorizados com base em bids indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização ou de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente inputs observáveis em mercado com impacto significativo na valorização do instrumento.

Benefícios a empregados

As responsabilidades com complemento de pensões de reforma e sobrevivência são estimadas utilizando pressupostos actuariais e financeiros, nomeadamente no que se refere à mortalidade, crescimento dos salários e das pensões e taxas de juro de longo prazo. Neste sentido, os valores reais podem diferir das estimativas efectuadas.

Activos por impostos diferidos

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável que venham a existir no prazo futuro estabelecido por lei resultados fiscais positivos. Para o efeito são efectuados julgamentos para determinação do montante de impostos diferidos activos que podem ser reconhecidos, baseados no nível de resultados fiscais futuros esperados de acordo com projecções económico-financeiras em condições de incerteza. Caso estas estimativas não se concretizem, existe o risco de ajustamento no valor do activo por impostos diferidos em exercícios futuros.

Avaliação de activos imobiliários

O serviço de avaliações é prestado por peritos independentes, registados na CMVM e com qualificações, reconhecida competência e experiência profissional, adequadas ao desempenho das respectivas funções.

Os procedimentos de avaliação pressupõem a recolha de informação rigorosa, quer de documentação actualizada, quer numa inspecção do imóvel e zona envolvente, quer na análise do mercado, transacções, relação oferta/procura e perspectivas de desenvolvimento. O tratamento da informação permite a adopção de valores base para o cálculo, por aplicação dos métodos e sua comparação.

O valor de realização dos activos está dependente da evolução futura das condições do mercado imobiliário.

Investimentos detidos até à maturidade

A classificação dos títulos registados na rubrica “Investimentos detidos até à maturidade” pressupõe a capacidade do Grupo Crédito Agrícola de os manter até ao seu vencimento.

Imparidade de imóveis de serviço próprio

Os imóveis de serviço próprio encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e de eventuais perdas por imparidade. As avaliações dos imóveis de serviço próprio, utilizadas na realização dos testes de imparidade, foram efectuadas com o pressuposto da continuidade das operações e utilizando o método do custo da reposição depreciado.

Determinação dos passivos por contratos de seguros

A determinação das responsabilidades do Grupo por contratos de seguros é efectuada com base nas metodologias e pressupostos descritos na Nota 2.3. n) acima. Estes passivos reflectem uma estimativa quantificada do impacto de eventos futuros nas contas das companhias de seguros do Grupo, efectuada com base em pressupostos actuariais, histórico de sinistralidade e outros métodos aceites no sector.

Face à natureza da actividade seguradora, a determinação das provisões para sinistros e outros passivos por contratos de seguros reveste-se de um elevado nível de subjectividade, podendo os valores reais a desembolsar no futuro vir a ser significativamente diferentes das estimativas efectuadas.

No entanto, o Grupo considera que os passivos por contratos de seguros reflectidos nas contas consolidadas reflectem de forma adequada a melhor estimativa na data de balanço dos montantes a desembolsar pelo Grupo.

Imparidade em crédito a clientes

O Grupo efectua uma avaliação da sua carteira de crédito, em base periódica, por forma avaliar a existência de evidência de imparidade. Neste contexto, os clientes identificados com crédito em incumprimento e, cujas responsabilidades totais sejam consideradas de montante significativo para o

Grupo, são objecto de análise individual para avaliar as necessidades de registo de perdas por imparidade.

Estas estimativas são baseadas em assumções sobre um conjunto de factores que se podem modificar no futuro e, conseqüentemente alterar os montantes de imparidade. Adicionalmente, é também realizada uma análise colectiva de imparidade às restantes operações de crédito que não foram objecto de análise individual, através da alocação de tais operações em segmentos de crédito, com características e riscos similares, sendo estimadas perdas colectivas de imparidade, cujo cálculo tem por base o comportamento histórico das perdas, para o mesmo tipo de activos. Os créditos analisados individualmente, para os quais não se tenha verificado a existência objectiva de imparidade, são agrupados tendo por base características de risco semelhantes e avaliados colectivamente para efeitos de imparidade.

4. EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2012, as entidades que integram o Grupo Crédito Agrícola são:

	Capitais Próprios	Activo Líquido	Lucro/(Prejuízo) do exercício	Participação directa	Participação efectiva	Método de consolidação
Bancos						
Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	1.170.571.197	11.779.753.586	39.532.267	100,00%	100,00%	Integral
Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	147.905.207	6.576.679.220	1.308.299	100,00%	100,00%	Integral
Gestão de activos e corretagem						
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	3.979.195	4.864.108	225.297	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Imóveis, Unipessoal, Lda.	(13.031.659)	74.772.268	(5.270.300)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Finance - Gestão de Activos (I.F.I.), Sociedade Unipessoal S.A..	241.682	265.707	(78.111)	100,00%	100,00%	Integral
Prestação de Serviços						
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	4.673.859	7.337.715	389.637	99,98%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola Consult - Assessoria Financeira e de Gestão S.A.	217.575	1.301.078	(631.282)	100,00%	100,00%	Integral
Crédito Agrícola Informática-Serviços de Informática S.A.	5.630.689	27.952.370	22.107	99,45%	99,45%	Integral
Capital de risco						
Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	990.029	1.144.206	54.068	66,67%	66,67%	Integral
Fundos de investimento						
FILIA CA Património Crescente	189.533.786	203.527.259	6.565.716	18,16%	37,99%	Eq. Patrimonial
FEIIA CA Imobiliário	468.260.802	475.570.479	(15.594.126)	50,08%	54,36%	Integral
FIIIF CA Arrendamento Habitacional	98.711.614	99.003.836	(130.722)	100,00%	100,00%	Integral
FCR Central Frie	2.696.007	2.704.233	(14.474)	28,57%	28,57%	Eq. Patrimonial
FCR InovCapital Global 2	7.592.794	7.807.646	(2.581315)	26,05%	26,05%	Eq. Patrimonial
FCR Agro capital 1	14.925.761	15.051.314	287.347	27,78%	30,00%	Eq. Patrimonial
Seguros						
Crédito Agrícola Seguros	31.133.859	175.508.680	3.203.243	97,40%	97,40%	Integral
Crédito Agrícola Vida	56.706.158	1.149.801.596	4.150.945	89,92%	99,92%	Integral
Outras						
CA Serviços - Serviços Informáticos e de Gestão - ACE		59.294.174		97,33%	99,98%	Integral
Crédito Agrícola SGPS S.A.	64.989.488	153.956.590	646.078	100,00%	100,00%	Integral
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	1.262.376	1.264.836	8.993	100,00%	100,00%	Integral
Nota: Os valores reportam-se a 31 de Dezembro de 2012 (saldo contabilístico antes de ajustamentos de consolidação)						
⁽¹⁾ Estes valores correspondem à soma algébrica dos balanços das Caixas Agrícolas Associadas						

As sedes das entidades do Grupo são as seguintes:

A Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, CRL, a Crédito Agrícola SGPS S.A. e a Crédito Agrícola Vida, S.A. e a Crédito Agrícola Imóveis, Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda têm sede na Rua Castilho, n.º 233 – 1099-004 Lisboa.

A Crédito Agrícola Seguros, S.A., tem a sua sede na Rua de Campolide 372, 1070-040 Lisboa.

A CA Informática – Serviços de Informática, S.A. e a CA Serviços – Serviços Informáticos e de Gestão - ACE têm sede na Rua Teófilo Braga, Lote 43 Damaia – 2720-526 Amadora.

A Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário, S.A., a Crédito Agrícola Consult S.A., a CCCAM SGPS Unipessoal Lda e a Agrocapital SCR S.A. têm sede na Avenida da Republica, n.º 23 – 1050-185 Lisboa.

A FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo, FCRL, tem sede na Rua Professor Henrique Barros, Edifício Sagres, 7.º Piso - 2685-338 Prior Velho.

A Agrocapital – Sociedade de Capital de Risco S.A. tem sede na Rua Júlio Dinis nº.535 – 4050-325 Porto.

O FIIA CA Património Crescente, o FEIIA CA Imobiliário e o FIIF CA Arrendamento Habitacional são fundos de investimento imobiliário, cuja sociedade gestora é a Square Asset Management – Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário S.A, que tem sede na Rua Tierno Galvan, Torre 3, Piso 7, Sala 706, 1070-274 Lisboa.

O FCR Agrocapital 1 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Agrocapital SCR S.A..

O FCR Central Frie é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a Caixa Central CRL, que tem sede na Rua Castilho, n.º. 233 – 1099-004 Lisboa.

O FCR InovCapital Global 2 é um fundo de capital de risco para investidores qualificados, cuja sociedade gestora é a InovCapital – Sociedade de Capital de Risco SA, que tem sede na Av. Dr. Antunes Guimarães, 103 – 4100-079 Porto.

As alterações ocorridas no perímetro de consolidação em 2012 e 2011 encontram-se descritas na Nota 1.

5. RELATO POR SEGMENTOS

De forma a cumprir o disposto na norma IFRS 8, o Grupo Crédito Agrícola efectuou uma análise às suas linhas de negócio, tendo identificado quatro segmentos materialmente relevantes. A saber:

Banca comercial/de retalho: Inclui todas as actividades relacionadas com a carteira própria, derivados, aplicações e recursos de outras instituições de crédito, operações de tesouraria.

Gestão de fundos investimento e patrimónios: Inclui as operações relacionadas principalmente com a gestão de fundos de investimento imobiliário.

Actividade seguradora: Inclui as operações relacionadas com a comercialização e gestão dos seguros do ramo vida e de ramos reais (não vida).

Serviços de consultoria: Inclui a prestação de serviços de assessoria económico-financeira ou estratégia especializada, a prestação de serviços de natureza contabilística ou de consultoria de direcção e gestão de empresas, a elaboração ou a revisão de estudos económico-financeiros.

Outros: Inclui todas as restantes operações, nomeadamente as relacionadas com a prestação de outros serviços de apoio ao negócio do GCA.

Nos Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a segmentação dos resultados do GCA por linhas de negócios é a seguinte:

	2012						
	Actividade seguradora						
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	Outros	Total
Margem financeira	318.284.560	131.684	47.441.729	3.841.065	(14.819)	(3.101.415)	366.582.803
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(27.884.660)	23.498.535	-	-	(4.386.125)
Rendimentos de instrumentos de capital	1.373.539	-	1.099.986	75.000	-	(600.070)	1.948.455
Resultados de serviços e comissões	129.500.624	(9.438.278)	(9.655.584)	(7.867.384)	-	(611.968)	101.927.410
Outros resultados de exploração e outros	15.800.061	(1.984.919)	(135.603)	3.831.517	1.077.236	8.507.174	27.095.466
Produto bancário	464.958.784	(11.291.513)	10.865.868	23.378.732	1.062.418	4.193.720	493.168.009
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(288.424.632)	(3.652.956)	(5.452.950)	(14.954.791)	(1.575.876)	15.079.381	(298.981.824)
Amortizações do exercício	(15.026.258)	(54.856)	(387.241)	(2.500.013)	(32.540)	(13.666.519)	(31.667.427)
Provisões e imparidade	(120.995.370)	(390.000)	(33.247)	(1.044.130)	(64.479)	5.364.181	(117.163.044)
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	1.903.698	1.903.698
Resultado antes de impostos e de int minoritários	40.512.524	(15.389.325)	4.992.430	4.879.798	(610.477)	12.874.462	47.259.412
Impostos	806.953	(110.225)	(841.484)	(1.676.556)	(20.806)	(604.326)	(2.446.444)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	41.319.477	(15.499.551)	4.150.945	3.203.243	(631.282)	12.270.136	44.812.968
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(104.826)	(104.826)
Resultado líquido do exercício	41.319.477	(15.499.551)	4.150.945	3.203.243	(631.282)	12.165.310	44.708.142

	2011						
	Actividade seguradora						
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Ramo vida	Ramo não vida	Serviços de consultoria	outros	Total
Margem financeira	343.039.691	(21.822)	37.769.448	3.795.395	(12.769)	(3.916.221)	380.653.721
Margem técnica da actividade de seguros	-	-	(12.674.351)	22.808.910	-	-	10.134.559
Rendimentos de instrumentos de capital	1.983.117	-	1.209.435	75.000	-	(1.123.416)	2.144.136
Resultados de serviços e comissões	116.386.624	(3.543.629)	(8.572.258)	(7.019.379)	-	20.318	97.271.676
Outros resultados de exploração e outros	10.312.280	445.838	(6.507.106)	1.446.914	1.078.462	8.079.354	14.855.741
Produto bancário	471.721.712	(3.119.613)	11.225.168	21.106.839	1.065.693	3.060.035	505.059.834
Custos com pessoal e gastos gerais administrativos	(289.157.080)	(3.353.444)	(5.283.117)	(14.080.102)	(1.687.823)	14.963.746	(298.597.821)
Amortizações do exercício	(15.810.785)	(75.629)	(454.633)	(2.161.060)	(32.702)	(13.121.113)	(31.655.922)
Provisões e imparidade	(117.748.597)	-	(49.949)	(389.715)	(6.325)	966.946	(117.227.640)
Diferenças de consolidação negativas	-	-	-	-	-	668.932	668.932
Resultados de participações em associadas	-	-	-	-	-	1.560.603	1.560.603
Resultado antes de impostos e de int minoritários	49.005.250	(6.548.687)	5.437.468	4.475.962	(661.157)	8.099.149	59.807.986
Impostos	(1.727.347)	(84.954)	(1.303.352)	(1.278.898)	(17.400)	(278.679)	(4.690.630)
Resultado após impostos e antes de int minoritários	47.277.903	(6.633.641)	4.134.117	3.197.064	(678.558)	7.820.470	55.117.356
Interesses minoritários	-	-	-	-	-	(93.455)	(93.455)
Resultado líquido do exercício	47.277.903	(6.633.641)	4.134.117	3.197.064	(678.558)	7.727.015	55.023.901

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a segmentação dos principais activos e passivos do GCA por linhas de negócio é a seguinte:

	2012						Total
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	
			Ramo vida	Ramo não vida			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	513.237.759	266.548	3.293.551	5.505.561	7.843	(8.859.243)	513.452.019
Activos financeiros detidos para negociação	86.697	-	17.840.043	-	-	462.191	18.388.931
Activos financeiros disponíveis para venda	2.130.280.338	19.968.922	596.570.938	60.599.232	-	(399.867.503)	2.407.551.927
Aplicações em instituições de crédito	106.978.861	7.793.880	23.187.235	38.173.502	-	(53.412.533)	122.720.945
Crédito a clientes	7.716.887.965	-	14.961.567	-	-	(71.696.928)	7.660.152.604
Investimentos detidos até à maturidade	2.234.397.871	-	487.775.740	38.377.734	-	-	2.760.551.345
Outros	1.045.272.140	550.385.355	3.813.540	25.988.729	1.293.236	3.546.161	1.630.299.161
Activo líquido total	13.747.141.631	578.414.705	1.147.442.614	168.644.759	1.301.078	(529.827.855)	15.113.116.932
Recursos de bancos centrais	(1.907.789.583)	-	-	-	-	-	(1.907.789.583)
Passivos financeiros detidos para negociação	(452.303)	-	(857.048)	-	-	-	(1.309.351)
Recursos de outras instituições de crédito	(240.227.969)	(5.289.238)	-	(945.278)	(665.000)	6.899.515	(240.227.969)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(10.177.702.320)	-	-	-	-	64.877.950	(10.112.824.370)
Outros	(323.142.581)	(216.934.433)	(1.089.879.407)	(136.565.622)	(418.503)	11.051.875	(1.755.888.671)
Passivo total	(12.649.314.756)	(222.223.670)	(1.090.736.455)	(137.510.900)	(1.083.503)	82.829.340	(14.018.039.944)

	2011						Total
	Banca comercial/de retalho	Gestão de fundos investimento e patrimónios	Actividade seguradora		Serviços de consultoria	Outros	
			Ramo vida	Ramo não vida			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais e outras instituições de crédito	342.903.227	72.808	942.061	784.804	9.221	(1.767.551)	342.944.569
Activos financeiros detidos para negociação	1.442.330	-	10.477.769	-	-	219.922	12.140.020
Activos financeiros disponíveis para venda	520.378.063	20.529.593	615.869.192	47.054.695	-	(378.542.330)	825.289.212
Aplicações em instituições de crédito	274.970.261	32.643.562	23.164.186	31.871.095	-	(58.624.261)	304.024.843
Crédito a clientes	7.988.301.364	-	-	-	-	(74.737.147)	7.913.564.217
Investimentos detidos até à maturidade	2.973.325.949	-	334.991.486	42.973.654	-	-	3.351.291.089
Outros	925.370.967	500.973.328	3.463.834	30.979.025	650.535	30.140.626	1.491.578.316
Activo líquido total	13.026.692.161	554.219.291	988.908.529	153.663.273	659.755	(483.310.743)	14.240.832.266
Recursos de bancos centrais	(1.600.384.722)	-	-	-	-	-	(1.600.384.722)
Passivos financeiros detidos para negociação	(485.820)	-	(1.230.506)	-	-	-	(1.716.326)
Recursos de outras instituições de crédito	(184.686.425)	(125.258.433)	-	(1.171.484)	(50.000)	6.434.570	(304.731.772)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(9.883.886.964)	-	-	-	-	62.435.139	(9.821.451.825)
Outros	(303.119.613)	(104.829.349)	(937.016.489)	(127.296.568)	(470.897)	6.924.546	(1.465.808.371)
Passivo total	(11.972.563.544)	(230.087.782)	(938.246.995)	(128.468.053)	(520.897)	75.794.256	(13.194.093.016)

6. CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Caixa	105.760.590	95.863.948
Depósitos à ordem no Banco de Portugal	328.146.631	153.623.790
	-----	-----
	433.907.221	249.487.738
	=====	=====

De acordo com o Regulamento nº 2.818/98, de 1 de Dezembro, emitido pelo Banco Central Europeu, a partir de 1 de Janeiro de 1999 as instituições de crédito estabelecidas nos Estados-Membros participantes estão sujeitas à constituição de reservas mínimas em contas junto dos Bancos Centrais Nacionais participantes. A base de incidência compreende todos os depósitos em bancos centrais e em instituições financeiras e monetárias que se situem fora da zona Euro e todos os depósitos de clientes inferiores a dois anos. A esta base é aplicado um coeficiente de 2% e abatido um montante de 100.000 Euros. As reservas mínimas exigidas são remuneradas à média das taxas das operações principais de refinanciamento do Sistema Europeu de Bancos Centrais.

7. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Disponibilidades em Instituições de Crédito no País:		
Cheques a cobrar	67.707.158	84.746.847
Depósitos à ordem	3.494.359	4.798.266
	-----	-----
	71.201.517	89.545.113
	-----	-----

Disponibilidades em Instituições Crédito no Estrangeiro:

Depósitos à ordem	8.343.114	3.910.234
Cheques a cobrar	-	303
	-----	-----
	8.343.114	3.910.537
	-----	-----
Juros a receber	167	1.181
	-----	-----
	79.544.798	93.456.831
	=====	=====

Os cheques a cobrar em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram compensados na sua grande maioria nos primeiros dias de Janeiro de 2013 e 2012, respectivamente.

8. ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de capital	462.191	1.434.136
Instrumentos de dívida	10.944	-
Instrumentos financeiros derivados com justo valor positivo (Nota 12):		
. Forwards cambiais	75.753	228.116
. Swaps de taxa de juro	17.840.043	10.477.768
	-----	-----
	18.388.931	12.140.020
	=====	=====
Cotados	10.944	-
Não cotados	18.377.987	12.140.020
	-----	-----
	18.388.931	12.140.020
	=====	=====

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

9. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos		
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	8.300.897	14.645.706
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	27.720	43.710
	-----	-----
	8.328.617	14.689.416
	=====	=====
Cotados	8.328.617	14.689.416
Não cotados	-	-
	-----	-----
	8.328.617	14.689.416
	=====	=====

A totalidade dos títulos emitidos por residentes, corresponde a dívida soberana portuguesa.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

10. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	1.557.386.233	164.110.379
Instrumentos de capital	19.132.973	23.888.016
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	742.570.991	583.851.474
Instrumentos de capital	90.069.925	55.022.419
	-----	-----
	2.409.160.122	826.872.288
	-----	-----
Imparidade (Nota 23)	(1.608.195)	(1.583.076)
	-----	-----
	2.407.551.927	825.289.212
	=====	=====
Cotados	2.386.724.244	799.484.618
Não cotados	20.827.683	25.804.594
	-----	-----
	2.407.551.927	825.289.212
	=====	=====

Nos títulos de dívida emitidos por residentes, 1.534.944.520 Euros correspondem a dívida soberana portuguesa. Nos títulos emitidos por não residentes, a parte respeitante a dívida soberana estrangeira corresponde a 314.773.634 Euros, sendo os valores mais relevantes os das dívidas soberanas emitidas por Espanha, Alemanha e Holanda – 100.282.999 Euros, 69.437.244 Euros e 41.201.231 Euros, respectivamente. Não existe, nesta carteira, dívida soberana emitida pela Grécia e Irlanda.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

11. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Aplicações em instituições de crédito no país:		
No Banco de Portugal:		
Depósitos	-	100.000.000
Em outras instituições de crédito:		
Depósitos	87.730.247	129.511.972
Papel comercial a desconto	-	4.000.000
Operações de compra com acordo de revenda	10.057.251	-
Empréstimos	8.600.000	8.300.000
Outras aplicações	15.005.563	10.003.925
	-----	-----
	121.393.061	151.815.897
	-----	-----
Em outras instituições de crédito no estrangeiro:		
Depósitos	-	50.000.000
Outras aplicações	-	1.365.000
	-----	-----
	-	51.365.000
	-----	-----
Juros a receber	1.327.884	843.946
	-----	-----
	122.720.945	304.024.843
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os prazos residuais das aplicações em instituições de crédito apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	43.043.017	288.581.066
Entre três meses e um ano	78.350.044	14.599.831
	-----	-----
	121.393.061	303.180.897
	-----	-----
Juros a receber	1.327.884	843.946
	-----	-----
	122.720.945	304.024.843
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o detalhe desta rubrica por entidade, apresenta-se de seguida:

. Banco Bilbao Vizcaya Argentaria	64.423.223
. Unicre	20.000.000
. Banif - Banco Internacional do Funchal, SA	10.057.251
. Banco Espírito Santo, SA	9.945.000
. Banco Finantia, SA	7.579.202
. Caixa Económica Montepio Geral	3.900.000
. Finanfarma	3.600.000
. Banco Comercial Português, SA	1.816.000
. Caixa Económica de Cabo Verde	66.822
. Outras	5.563

	121.393.061
	=====

12. DERIVADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012			
	Montante nominal	Valor contabilístico		Total
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	
Operações Cambiais a Prazo				
<u>Forwards Cambiais</u>		75.753	(9.079)	66.674
Compras	1.642.645			
Vendas	1.570.685			
<u>Swaps</u>	133.925.000	17.840.043	(1.300.272)	16.539.771
	<u>137.138.330</u>	<u>17.915.796</u>	<u>(1.309.351)</u>	<u>16.606.445</u>

	2011			
	Montante nominal	Valor contabilístico		Total
	Derivados de negociação	Activos detidos para negociação (Nota 8)	Passivos detidos para negociação	
Operações Cambiais a Prazo				
<u>Forwards Cambiais</u>		228.116	(89.327)	138.789
Compras	1.741.437			
Vendas	1.565.536			
<u>Swaps</u>	140.925.000	10.477.768	(1.626.999)	8.850.769
	<u>144.231.973</u>	<u>10.705.884</u>	<u>(1.716.326)</u>	<u>8.989.558</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2012 por prazos residuais apresenta o seguinte detalhe:

	<u><= 3 meses</u>	<u>> 3 meses <= 6 meses</u>	<u>> 6 meses <= 1 ano</u>	<u>> 1 ano <= 5 anos</u>	<u>Total</u>
Operações Cambiais a Prazo					
<u>Forwards Cambiais</u>					
Compras	1.624.942	17.703	-	-	1.642.645
Vendas	1.553.108	17.577	-	-	1.570.685
<u>Sw aps</u>	-	-	70.130.000	63.795.000	133.925.000
	<u>3.178.050</u>	<u>35.280</u>	<u>70.130.000</u>	<u>63.795.000</u>	<u>137.138.330</u>

A distribuição das operações com instrumentos financeiros derivados do GCA em 31 de Dezembro de 2012 por tipo de contraparte apresenta o seguinte detalhe:

	<u>Valor Nacional</u>	<u>Valor Contabilístico</u>
Operações Cambiais a Prazo		
<u>Forwards Cambiais</u>		
<i>Clientes</i>	3.213.330	66.674
<u>Sw aps</u>		
<u>Sw aps de taxa de juro</u>		
<i>Instituições Financeiras</i>	133.925.000	16.539.771
	<u>137.138.330</u>	<u>16.606.445</u>

13. CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Crédito interno</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos com garantia real	3.226.280.669	3.250.253.942
Empréstimos sem garantia real	848.187.649	898.564.154
Empréstimos à habitação regime geral	2.092.985.328	2.124.483.832
Empréstimos à habitação bonificado	244.852.238	267.540.162
Papel comercial	183.887.783	157.883.333
Contratos de locação financeira	148.164.383	173.322.640
Curto prazo:		
Créditos em conta corrente	516.022.672	596.437.463
Outros créditos		
Cartões de crédito	33.796.023	34.400.760
Outros créditos	323.237.040	390.998.107
Descobertos em depósitos à ordem	20.278.305	19.590.520
	-----	-----
	7.637.692.090	7.913.474.913
	-----	-----
<u>Crédito ao exterior</u>		
Médio e longo prazo:		
Empréstimos	5.796.334	12.367.045
Curto prazo		
Descobertos em depósitos à ordem	2.873	241
Outros créditos	26.832.177	1.160.657
	-----	-----

	32.631.384	13.527.943
	-----	-----
Juros a receber	40.199.553	42.019.780
 <u>Comissões associadas ao custo amortizado:</u>		
Receitas com rendimento diferido	(16.998.807)	(16.535.239)
Despesas com encargo diferido	47.644	60.207
	-----	-----
	(16.951.163)	(16.475.032)
	-----	-----
Total crédito não vencido	7.693.571.864	7.952.547.604
	-----	-----
 <u>Crédito e juros vencidos</u>		
Crédito vencido	595.248.781	542.638.373
Juros vencidos	12.508.343	12.096.622
	-----	-----
	607.757.124	554.734.996
	-----	-----
	8.301.328.987	8.507.282.600
	-----	-----
 <u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Para crédito e juros vencidos	(440.365.189)	(376.487.297)
Para créditos de cobrança duvidosa	(200.811.194)	(217.231.086)
	-----	-----
	(641.176.383)	(593.718.383)
	-----	-----
	7.660.152.604	7.913.564.217
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, o crédito concedido a clientes apresentava a seguinte estrutura por sectores de actividade:

Empresas	Não vencido	Vencido	Total
Comércio grosso e retalho; repar. veículos autom. e motociclos	654.045.454	75.449.551	729.495.005
Indústrias transformadoras	607.422.197	63.628.893	671.051.091
Construção	459.746.169	106.364.199	566.110.368
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	360.893.270	19.394.367	380.287.637
Actividades imobiliárias	317.634.824	36.074.100	353.708.924
Actividades financeiras e de seguros	214.063.865	4.842.293	218.906.158
Actividades de saúde humana e apoio social	207.681.077	4.625.667	212.306.745
Administ. Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória	199.084.983	2.207.229	201.292.212
Alojamento, restauração e similares	179.331.436	15.571.353	194.902.789
Transportes e armazenagem	84.403.585	11.152.320	95.555.905
Actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	76.817.083	4.810.026	81.627.109
Outras actividades de serviços	64.781.023	2.922.370	67.703.393
Actividades administrativas e dos serviços de apoio	59.671.969	2.863.870	62.535.838
Actividades artísticas, espectáculos, desportivas e recreativas	36.531.453	2.133.120	38.664.573
Educação	29.605.542	1.533.713	31.139.255
Electricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	24.884.595	156.093	25.040.688
Indústrias extractivas	20.428.501	2.661.787	23.090.289
Captação, tratam. e distrib. água; saneamento, gestão resíduos e despoluição	19.175.837	13.663	19.189.501
Actividades de informação e de comunicação	12.302.288	5.567.747	17.870.035
Activid. famílias empreg. pessoal doméstico e activid. de prod. das famílias	27.413	-	27.413
Outros	37.034.718	5.592.416	42.627.134
	3.665.567.283	367.564.777	4.033.132.060
Particulares			
Habitação	2.398.326.082	50.731.665	2.449.057.747
Outros fins	1.606.430.108	189.460.682	1.795.890.790
	4.004.756.191	240.192.347	4.244.948.537
Juros a receber	40.199.553	-	40.199.553
Comissões associadas ao custo amortizado	(16.951.163)	-	(16.951.163)
Total geral	7.693.571.864	607.757.124	8.301.328.987

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os prazos residuais dos créditos a clientes apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	615.943.738	700.726.810
Entre três meses e um ano	623.526.054	692.504.314
Entre um ano e três anos	1.308.182.831	1.377.542.995
Entre três e cinco anos	4.974.239.222	4.993.851.597

Mais de cinco anos	756.188.752	717.112.137
	-----	-----
	8.278.080.597	8.481.737.853
Juros a receber	40.199.553	42.019.780
Comissões associadas ao custo amortizado	(16.951.163)	(16.475.032)
	-----	-----
	8.301.328.987	8.507.282.600
	=====	=====

O crédito Agrícola não realizou até ao momento qualquer operação de securitização da sua carteira de crédito.

14. INVESTIMENTOS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Titulos detidos até à maturidade:		
Títulos cotados:		
Títulos emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida		
De dívida pública portuguesa	1.401.908.058	1.815.494.685
De outros residentes	721.060.323	1.023.350.590
Títulos emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida		
De emissores públicos estrangeiros	176.465.836	129.724.005
De outros não residentes	424.571.671	320.297.976
	-----	-----
	2.724.005.888	3.288.867.256
	-----	-----

Juros a receber	36.545.457	62.423.833
	-----	-----
	2.760.551.345	3.351.291.089
	=====	=====
Cotados	2.760.551.345	3.351.291.089
Não cotados	-	-
	-----	-----
	2.760.551.345	3.351.291.089
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, os investimentos financeiros a deter até à maturidade encontram-se registados ao custo de aquisição. Os juros inerentes aos activos financeiros e o reconhecimento das diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são calculados de acordo com o método da taxa efectiva e registados em resultados na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Em 31 de Dezembro de 2012, estes títulos apresentam mais valias potenciais no montante de 46.796.082 Euros, face ao seu justo valor, apurado pelo GCA através da utilização do preço máximo de um conjunto de ofertas de compra indicadas por dez entidades externas com quem o GCA efectua transacções. (Em 2011 apresentavam menos valias potenciais no montante de 296.599.147 Euros).

Nos títulos de dívida emitidos por residentes, 1.401.908.058 Euros correspondem a dívida soberana portuguesa. Nos títulos emitidos por não residentes, a parte respeitante a dívida soberana estrangeira corresponde a 176.465.836 Euros, dos quais, 88.924.568 Euros respeitam a dívida soberana espanhola e 31.100.111 Euros respeitam a dívida soberana irlandesa, não existindo nesta carteira, dívida soberana emitida pela Grécia.

A Caixa Central procedeu, já em Janeiro de 2013, à reclassificação da totalidade da carteira de Títulos Detidos até à Maturidade, no valor de 2.051 milhões de euros, para a carteira de Activos Disponíveis para Venda. Desta carteira foram alienados títulos, até Março de 2013, no valor de 826,5 milhões de euros que geraram mais – valias de cerca de 25,7 milhões de euros.

O detalhe dos títulos incluídos nesta rubrica é apresentado no Anexo I.

15. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Outros activos tangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2011				Abates, alienações e outros	31-12-2012
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)		Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	222.009.045	4.638.083	(5.533.826)	(319.489)	(1.894.504)	218.899.309
Obras em imóveis arrendados	9.345.833	400.436	(923.348)	-	(72.301)	8.750.620
Outros imóveis	2.317.021	24.366	(81.098)	-	3	2.260.292
	<u>233.671.899</u>	<u>5.062.885</u>	<u>(6.538.272)</u>	<u>(319.489)</u>	<u>(1.966.802)</u>	<u>229.910.221</u>
Equipamento	44.183.879	8.262.548	(14.088.801)	-	119.746	38.477.372
Património artístico	960.006	15.880	-	-	-	975.886
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	373.871	-	(99.129)	-	(38.018)	236.724
Outros activos em locação financeira	(31.779)	-	(13.150)	-	-	(44.929)
	<u>342.092</u>	<u>-</u>	<u>(112.279)</u>	<u>-</u>	<u>(38.018)</u>	<u>191.795</u>
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	10.035.971	3.577.808	-	-	(911.695)	12.702.084
Outros	529.939	3.170	(106.501)	-	(1.363)	425.245
	<u>10.565.910</u>	<u>3.580.978</u>	<u>(106.501)</u>	<u>-</u>	<u>(913.058)</u>	<u>13.127.329</u>
	<u>289.723.786</u>	<u>16.922.291</u>	<u>(20.845.853)</u>	<u>(319.489)</u>	<u>(2.798.132)</u>	<u>282.682.603</u>

Descrição	31-12-2010				Abates, alienações e outros	31-12-2011
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Imparidade (Nota 23)		Valor líquido
Imóveis:						
De serviço próprio	361.505.595	5.941.080	(5.455.616)	(85.585)	(139.896.429)	222.009.045
Obras em imóveis arrendados	9.526.337	899.066	(980.881)	-	(98.689)	9.345.833
Outros imóveis	1.980.971	-	(80.835)	-	416.885	2.317.021
	<u>373.012.903</u>	<u>6.840.146</u>	<u>(6.517.332)</u>	<u>(85.585)</u>	<u>(139.578.233)</u>	<u>233.671.899</u>
Equipamento	51.320.085	9.184.254	(15.180.818)	-	(1.139.642)	44.183.879
Património artístico	949.166	10.840	-	-	-	960.006
Equipamento em locação financeira:						
Equipamento	482.549	39.662	(143.340)	-	(5.000)	373.871
Outros activos em locação financeira	(7.564)	-	(13.150)	-	(11.065)	(31.779)
	<u>474.985</u>	<u>39.662</u>	<u>(156.490)</u>	<u>-</u>	<u>(16.065)</u>	<u>342.092</u>
Outros activos tangíveis:						
Activos tangíveis em curso	9.035.916	1.238.949	-	-	(238.894)	10.035.971
Outros	386.829	9.468	(102.560)	-	236.202	529.939
	<u>9.422.745</u>	<u>1.248.417</u>	<u>(102.560)</u>	<u>-</u>	<u>(2.692)</u>	<u>10.565.910</u>
	<u>435.179.884</u>	<u>17.323.319</u>	<u>(21.957.200)</u>	<u>(85.585)</u>	<u>(140.736.632)</u>	<u>289.723.786</u>

Durante os exercícios de 2012 e 2011, as mais e menos valias apuradas na alienação de activos tangíveis encontram-se registadas na rubrica “Resultados de alienação de outros activos – Outros activos tangíveis” (Nota 40).

16. ACTIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nas rubricas de “Activos intangíveis” durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Descrição	31-12-2011				31-12-2012
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	42.985.042	2.954.192	(10.807.151)	8.188.523	43.320.607
Outros activos intangíveis	170.860	14.844	(14.423)	2.029	173.309
Activos intangíveis em curso	12.096.121	8.426.921	-	(7.255.780)	13.267.262
	<u>55.252.023</u>	<u>11.395.957</u>	<u>(10.821.574)</u>	<u>934.772</u>	<u>56.761.178</u>

Descrição	31-12-2010				31-12-2011
	Valor líquido	Aquisições	Amortizações	Abates, alienações e outros	Valor líquido
Sistema de tratamento automático de dados (software)	45.316.310	2.758.893	(9.686.845)	4.596.684	42.985.042
Outros activos intangíveis	182.737	-	(11.877)	-	170.860
Activos intangíveis em curso	7.207.326	9.388.503	-	(4.499.708)	12.096.121
	<u>52.706.373</u>	<u>12.147.396</u>	<u>(9.698.722)</u>	<u>96.976</u>	<u>55.252.023</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Sistema de tratamento automático de dados (software)” inclui os montantes de 37.142.122 Euros e 32.440.920 Euros, respectivamente, relativos a custos incorridos com os colaboradores afectos a software desenvolvido internamente na CA Serviços. O valor incorrido relativo ao exercício de 2012 ascendeu a 4.701.202 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Activos intangíveis em curso” diz respeito essencialmente a custos incorridos com os colaboradores afectos a software que se encontra em fase de desenvolvimento interno na CA Serviços.

17. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
FII CA Património Crescente	71.996.573	61.865.429
FCR Agrocapital 1	4.477.729	4.391.525

FCR InovCapital Global 2	1.977.923	2.650.356
FCR Central Frie	770.250	774.384
Rede Nacional de Assistência, SA	150.500	150.500
Rurabela	-	9.986
	-----	-----
	79.372.975	69.842.180
	=====	=====

A Sociedade Rurabela – Consultores e Serviços SA, encerrou a sua actividade comercial durante o primeiro semestre de 2012.

No exercício de 2011, a CA Seguros adquiriu 20% do capital da RNA - Rede Nacional de Assistência, SA, sociedade que tem por objecto social a prestação de serviços de assistência.

Em 31 de Dezembro de 2012, os dados financeiros mais significativos retirados das demonstrações financeiras destas empresas encontram-se resumidos na Nota 4.

18. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os saldos de activos e passivos por impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 eram os seguintes:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	129.107.372	118.279.318
Por prejuízos fiscais reportáveis	1.268.239	874.005
	-----	-----
	130.375.611	119.153.323
Passivos por impostos diferidos		
Por diferenças temporárias	(2.695.427)	(1.887.260)
	-----	-----
	127.680.184	117.266.063
	=====	=====

Activos por impostos correntes

IRC a recuperar	6.988.406	5.452.370
	-----	-----

Passivos por impostos correntes

Imposto sobre o rendimento a pagar	(9.970.122)	(13.778.395)
	-----	-----
	(2.981.716)	(8.326.025)
	=====	=====

O detalhe e o movimento ocorrido nos impostos diferidos durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	2012			
	Saldo	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em	em
	31-12-2011	Resultados	Reservas	31-12-2012
. Activos tangíveis e imparidade	97.266	(82.773)		14.493
. Activos intangíveis	54.693	16.936		71.629
. Provisões não aceites fiscalmente:				
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	51.762.467	(19.994.442)		31.768.025
Provisões para crédito e juros vencidos	44.994.156	32.503.691		77.497.847
Provisões para riscos gerais de crédito	6.348.553	3.499.744		9.848.297
Provisão para aplicações financeiras	130.517	(43.914)		86.603
Provisões para imóveis	372.733	539.615		912.348
Provisões para outras aplicações	925.039	(98.809)		826.230
Provisões para outros riscos e encargos	1.053.725	1.087.093		2.140.818
. Pensões				
Reformas antecipadas	375.245	5.243		380.488
Contribuição efectuada	-	19.745		19.745
Prémio de antiguidade	3.958.831	605.470		4.564.301
Encargos com saúde	204.047	49.961		254.008
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	6.207.631	(717.471)	(6.872.950)	(1.382.790)
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(1.152.441)	567.053		(585.388)
. Valias fiscais	(284.193)	284.193		-
. Prejuízos fiscais reportáveis	874.005	295.289		1.169.294
. Comissões	70.010	(729)		69.281
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(450.626)	450.626		
. Outros	1.724.405	(1.699.450)		24.955
	<u>117.266.063</u>	<u>17.287.071</u>	<u>(6.872.950)</u>	<u>127.680.184</u>

	2011				
	Saldo	Varição	Varição	Varição	Saldo
	em	em	em Resultados	em	em
	31-12-2010	Resultados	Transitados	Reservas	31-12-2011
. Activos tangíveis e imparidade	348.295	(251.029)	-		97.266
. Activos intangíveis	24.925	29.768	-		54.693
. Provisões não aceites fiscalmente:					
Provisões para créditos de cobrança duvidosa	46.261.409	5.501.058	-		51.762.467
Provisões para crédito e juros vencidos	34.957.404	10.036.752	-		44.994.156
Provisões para riscos gerais de crédito	5.184.430	1.164.123	-		6.348.553
Provisão para aplicações financeiras	135.218	(4.701)	-		130.517
Provisões para imóveis	327.016	45.717	-		372.733
Provisões para outras aplicações	284.098	640.941	-		925.039
Provisões para outros riscos e encargos	1.451.797	(398.072)	-		1.053.725
. Pensões					
Reformas antecipadas	269.677	105.568	-		375.245
Contribuição efectuada	-	-	-		-
Prémio de antiguidade	3.764.223	194.608	-		3.958.831
Encargos com saúde	151.279	52.768	-		204.047
. Valorização ao justo valor por reservas de activos financeiros disponíveis para venda	1.807.168	2.907.789	715.869	776.805	6.207.631
. Reavaliação de imobilizado não aceite fiscalmente	(1.681.357)	528.916	-		(1.152.441)
. Valias fiscais	(137.789)	(146.404)	-		(284.193)
. Prejuízos fiscais reportáveis	620.393	253.612	-		874.005
. Comissões	353.486	(283.476)	-		70.010
. Valorização dos activos disponíveis para venda	(43.432)	(407.194)	-		(450.626)
. Outros	1.853.166	(128.761)			1.724.405
	<u>95.931.406</u>	<u>19.841.983</u>	<u>715.869</u>	<u>776.805</u>	<u>117.266.063</u>

O elevado montante dos impostos diferidos activos nos exercícios de 2012 e 2011 resulta maioritariamente de provisões para crédito concedido com garantia hipotecária.

Os gastos com impostos sobre lucros registados em resultados, bem como a carga fiscal, medida pela relação entre a dotação para impostos sobre lucros e o lucro do exercício antes de impostos, podem ser apresentados como se segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Impostos correntes	19.733.515	24.532.613
Impostos diferidos		
Registo e reversão de diferenças temporárias	(17.287.071)	(19.841.983)
	-----	-----
Total de impostos reconhecidos em resultados	2.446.444	4.690.630
Lucro antes de impostos	47.259.412	59.807.987

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto nos exercícios de 2012 e 2011 pode ser demonstrada como segue:

	2012		2011	
	Taxa de imposto	Montante	Taxa de imposto	Montante
Resultado antes de impostos		47.259.412		59.807.987
Imposto apurado com base na taxa de imposto nominal	26,50%	12.523.744	26,50%	15.849.117
Taxa adicional (derrama estadual)	1,17%	553.338	1,13%	655.892
variações patrimoniais negativas não refletidas no resultado líquido decorrentes do reconhecimento da imparidade do FEIIA CA Imobiliário	-7%	(3.518.792)	0%	-
Derrama Municipal	2,16%	1.020.050	1,96%	1.134.888
Tributações autonomas	2,84%	1.341.431	1,48%	857.270
Correcções de impostos relativos a exercicios anteriores	-11,27%	(5.327.603)	-4,25%	(2.457.862)
Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida	0,00%	-	-2,20%	(1.271.319)
Benefícios Fiscais	-1,77%	(837.901)	-3,22%	(1.860.575)
Outros	-7,00%	(3.307.823)	-13,30%	(8.216.780)
Imposto registado na demonstração de resultados	5,18%	2.446.444	8,11%	4.690.630

No exercício de 2011, a rubrica “Operações efectuadas ao abrigo de regimes de taxa reduzida” refere-se a operações tributadas à taxa de 20% prevista no Estatuto Fiscal Cooperativo e a operações tributadas à taxa de 15% correspondente ao regime de incentivos fiscais à interioridade, previsto no Artigo 43º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

Nos exercícios de 2012 e 2011, a rubrica “Correcções de imposto de exercicios anteriores” corresponde a reembolsos recebidos de IRC relativos a acertos de pagamentos de imposto efectuados pelo GCA em exercicios anteriores.

19. PROVISÕES TÉCNICAS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Ramo vida:</u>		
Provisão matemática	966.238.186	874.826.127
Provisão para sinistros	5.185.610	3.410.637
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para participação nos resultados	24.579.674	4.842.687
. Provisão para estabilização da carteira	14.596.656	15.661.590
. Provisão para compromisso de taxa	15.777.748	2.480.988
	-----	-----
	1.026.377.874	901.222.029
	-----	-----
<u>Ramos não vida:</u>		
Provisão para sinistros	91.187.451	84.690.280
Provisão para prémios não adquiridos	16.508.200	17.778.550
Outras provisões técnicas:		
. Provisão para riscos em curso	2.725.811	2.672.502
. Provisão para desvios de sinistralidade	604.452	520.253
	-----	-----
	111.025.914	105.661.585
	-----	-----
	1.137.403.788	1.006.883.614
	=====	=====

O movimento ocorrido nas provisões técnicas durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

<u>Saldo em 31-12-2010</u>	<u>Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 42)</u>	<u>Utilizações / regulariz</u>	<u>Saldo em 31-12-2011</u>	<u>Reforços líquidos de reposições e anulações (Nota 42)</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Regulariz.</u>	<u>Saldo em 31-12-2012</u>
<u>918.705.439</u>	<u>85.745.013</u>	<u>2.433.162</u>	<u>1.006.883.614</u>	<u>111.681.427</u>	<u>-</u>	<u>18.838.747</u>	<u>1.137.403.788</u>

Em 31 de Dezembro 2012 e 2011, a provisão matemática apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Protecção Poupança Investimento	121.405.812	191.662.811
Protecção Poupança Reforma	125.203.927	147.686.394
Protecção Poupança Educação	18.218.890	19.552.070
CA Poupança Activa	249.940.896	239.028.868
CA PPR+6	18.178.494	18.290.162
CA PPR	113.568.814	103.453.211
Protecção Super-Crédito	25.453	15.075
CA Protecção Livre	199.491	204.782
CA Vida Plena	29.220	19.847
CA Super 4,25	76.429.419	75.814.695
CA Primavera	25.796.663	25.601.926
CA Verão Taxa Crescente	24.675.907	24.739.298
CA Verão PPR	10.580.091	10.481.159
CA Futuro Garantido PPR	25.066.665	18.274.058
CA Mulher	9.924	1.771
CA Super 5	37.295.636	-
CA Super 5 – 3,8%	7.857.231	-
CA Super 5 PPR	30.393.561	-
CA Super 5 – PPR (3,8%)	7.291.687	-
CA Sempre +	14.245.596	-
CA Sempre + PPR	11.641.950	-

CA Garantia Máxima	27.268.979	-
CA Garantia Máxima - PPR	20.905.774	-
CA Pessoa-Chave	2.462	-
CA Pessoa-Chave Crédito	5.644	-
	-----	-----
	966.238.186	874.826.127
	=====	=====

20. OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros activos</u>		
Outras disponibilidades	9.819	38.043
Ouro e outros metais preciosos	560.091	574.918
Devedores por operações sobre futuros	900	7.879
Aplicações conta-caução	1.192.121	1.202.204
Outras aplicações	90.131	59.856
Sector Público Administrativo		
IVA a recuperar	72.472	992.464
IMT – reembolsos pedidos	1.183.908	1.057.869
Outros valores a receber	2.053.391	3.115.521
Devedores por capital não realizado	730	1.430
Despesas de crédito em contencioso	3.291.957	2.863.484
Suprimentos	1.176.317	1.176.317
Bonificações a receber	1.596.710	2.789.010
Devedores diversos - adiantamentos	61.433.844	220.987.688
Clientes de locação financeira	2.231.614	1.312.037
Outros devedores diversos	58.070.449	62.946.639

	-----	-----
	132.964.454	299.125.359
	-----	-----
<u>Rendimentos a receber</u>		
Por compromissos irrevogáveis assumidos	141.686	122.089
Por serviços bancários prestados	2.300.345	2.110.133
Outros rendimentos a receber	674.536	1.572.168
	-----	-----
	3.116.567	3.804.390
	-----	-----
<u>Despesas com encargo diferido</u>		
Comissões por prestação de serviços	-	765.540
Rendas e alugueres	384.449	442.245
Seguros	1.157.350	986.943
Outras despesas a diferir	6.617.117	6.914.793
Contribuições para o FGD, FGCAM e SII	15.274	-
	-----	-----
	8.174.190	9.108.521
	-----	-----
	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Valores a regularizar</u>		
Caixas automáticas Multibanco (compensação ATM)	35.482.570	32.102.003
Operações cambiais a liquidar	760.722	262.496
Economato	454.417	2.853.114
Outras operações a regularizar	4.338.755	2.851.621
	-----	-----

	41.036.464	38.069.234
	-----	-----
<u>Activos não correntes detidos para venda</u>		
Imóveis	960.969.732	650.669.289
Equipamento	682.937	669.297
Outros	1.881.349	914.147
	-----	-----
	963.534.018	652.252.733
	-----	-----
	1.148.825.693	1.002.360.237
	-----	-----
<u>Imparidade (Nota 23)</u>		
Outros devedores diversos	(16.419.513)	(14.690.585)
Activos não correntes detidos para venda:		
Imóveis	(66.109.854)	(49.884.684)
Equipamento	(348.444)	(155.168)
Outros	(158.111)	(236.686)
	-----	-----
	(83.035.922)	(64.967.123)
	-----	-----
	1.065.789.771	937.393.114
	=====	=====

O movimento dos activos não correntes detidos para venda durante os exercícios de 2012 e 2011 pode ser apresentado da seguinte forma:

	31-12-2011		Aquisições	Alienações	Imparidade			31-12-2012			
	Valor bruto	Imparidade			Utilização de imparidade	transferencias	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:											
Imóveis	650.669.289	(49.884.684)	406.539.046	(96.238.603)	6.380.059	(6.445.180)	(19.233.513)	3.073.463	960.969.732	(66.109.855)	894.859.877
Equipamento	669.297	(155.168)	1.182.312	(1.168.673)	5.864	-	(262.897)	63.757	682.936	(348.444)	334.492
Outros	914.147	(236.686)	1.602.873	(635.671)	58.132	-	(32.494)	52.938	1.881.349	(158.110)	1.723.239
	652.252.733	(50.276.538)	409.324.231	(98.042.947)	6.444.055	(6.445.180)	(19.528.904)	3.190.158	963.534.017	(66.616.409)	896.917.608

	31-12-2010		Aquisições	Alienações	Imparidade			31-12-2011		
	Valor bruto	Imparidade			Utilização de imparidade	Dotações de imparidade	Reposições de imparidade	Valor bruto	Imparidade	Valor líquido
Activos não correntes detidos para venda:										
Imóveis	536.225.580	(33.939.475)	191.289.830	(76.846.121)	(8.920.478)	(15.250.355)	8.225.624	650.669.289	(49.884.684)	600.784.605
Equipamento	427.950	(173.430)	333.930	(92.583)	1.450	(27.677)	44.489	669.297	(155.168)	514.129
Outros	1.688.579	(135.898)	45.476	(819.908)	(61.017)	(50.640)	10.869	914.147	(236.686)	677.461
	538.342.109	(34.248.803)	191.669.236	(77.758.612)	(8.980.045)	(15.328.672)	8.280.982	652.252.733	(50.276.538)	601.976.195

Estes activos são classificados como activos não correntes detidos para venda sendo registados no seu reconhecimento inicial pelo menor de entre: (i) o seu justo valor deduzido dos custos esperados de venda e (ii) o valor de balanço do crédito concedido objecto de recuperação. Subsequentemente, estes activos são mensurados ao menor de entre (i) o valor de reconhecimento inicial e (ii) o justo valor deduzido dos custos esperados de venda e não são amortizados. As perdas não realizadas com estes activos, assim determinadas, são registadas em resultados.

As avaliações realizadas são conduzidas pela Fenacam ou por outras entidades independentes especializadas neste tipo de serviços. Os relatórios de avaliação são analisados internamente com aferição da adequação dos processos, comparando os valores de venda com os valores reavaliados dos imóveis.

O GCA tem como objectivo a venda imediata dos activos recebidos em dação.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros activos - Suprimentos” diz respeito a suprimentos concedidos à Propaço.

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Devedores diversos - adiantamentos” inclui o montante de 58.805.886 Euros, relativos a adiantamentos efectuados pelo FII CA Imobiliário na compra de imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Outros devedores diversos” inclui os montantes de 11.548.260 Euros e 15.283.021 Euros, respectivamente, relativos a bonificações a receber do IFAP pela CA Seguros.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica “Comissões por prestação de serviços” diz respeito ao montante pago à Cotacambios pela aquisição do negócio de agenciamento da Western Union. O montante pago ascendeu a 4.100.000 Euros e encontrava-se a ser diferido ao longo do período de duração do contrato, que ascende a 5 anos, pelo método da taxa efectiva, tendo terminado o diferimento em 2011.

Temos conhecimento que se encontram em curso acções judiciais contra o Fundo CA Imobiliário no âmbito de alegados direitos reais de habilitação periódica sobre imóveis detidos pelo Fundo, cujo risco de indemnizações reclamadas ascende a 3,9 milhões de euros. Actualmente, não é possível prever o desfecho destas acções, sendo o risco contingente avaliado como possível, nem os eventuais impactos na valorização das unidades de participação do Fundo. No entanto, atendendo à insuficiência e carácter duvidoso das provas apresentadas, o eventual impacto financeiro, a ocorrer, poderá ser muito inferior a este montante.

21. RECURSOS DE BANCOS CENTRAIS E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Estas rubricas têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Recursos de Bancos Centrais</u>		
Recursos do Banco de Portugal		
Depósitos a prazo	1.900.000.000	1.600.000.000
Juros a pagar	7.789.583	384.722
	-----	-----
	1.907.789.583	1.600.384.722
	=====	=====
<u>Recursos de instituições de crédito no país</u>		
Depósitos	78.340.874	19.104.640
Outros recursos	227.334	120.045.347
	-----	-----
	78.568.208	139.149.987
	-----	-----

Recursos de instituições de crédito no estrangeiro

Outras instituições de crédito:		
Depósitos	7.776.632	7.832.011
Operações de venda com acordo de recompra	149.028.496	157.730.205
Outros recursos	3.931.045	-
	-----	-----
	160.736.173	165.562.217
	-----	-----
Juros a pagar	923.588	19.568
	-----	-----
	240.227.969	304.731.772
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Operações de venda com acordo de recompra” diz respeito a operações de reporte de títulos de dívida pública portuguesa efectuadas com contrapartes estrangeiras, tendo em vista a obtenção de liquidez.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, o prazo residual dos recursos de Bancos Centrais e de outras instituições de crédito apresenta a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	1.063.238.038	1.493.908.904
Entre três meses e um ano	82.246.797	110.803.300
Entre um ano e três anos	993.819.546	-
Entre três anos e cinco anos	-	300.000.000
	-----	-----
	2.139.304.381	1.904.712.204
	-----	-----
Juros a pagar	8.713.171	404.290
	-----	-----
	2.148.017.552	1.905.116.494
	=====	=====

A rubrica “Recursos do Banco de Portugal” inclui quatro empréstimos no montante total de 1.900.000.000 Euros, com vencimentos em Janeiro 2013 (950.000.000€), Janeiro 2015 (300.000.000€) e Fevereiro 2015 (650.000.000€).

Os títulos dados em garantia ao Banco de Portugal para cobertura de operações de financiamento junto do Eurosistema, com referência a 31 de Dezembro de 2012 são:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor Final
BBVA 30/05/2014	ES0413211204	356	18.053.467,73
BBVA 25/06/2014	ES0413211329	438	20.723.077,58
BBVA 09/10/2014	ES0413211337	406	18.697.785,96
BRISA 26/09/2013	PTBSSAOM0005	52.834	49.674.112,58
SANTAN 15/04/13	PTCPPROE0027	2.679	135.051.461,47
Portfolio dos Direitos Adicionais de crédito	PTEB9000PTF0036	1	389.445.194,95
OT JUN 14	PTOTE1OE0019	2.142.100.000	20.609.625,64
OT OUT 15	PTOTE3OE0017	78.480.070.100	719.051.977,87
OT OUT 16	PTOTE6OE0006	216.000.000	1.947.488,56
OT JUN 20	PTOTECO0029	3.830.000.000	31.902.449,58
OT OUT 17	PTOTELOE0010	500.000.000	4.408.822,88
OT OUT 14	PTOTE0OE0017	1.500.000.000	13.997.272,58
BT 17/05/13	PTPBT4GE0019	465.000.000	436.854.363,75
BT 18/01/13	PTPBTA GE0023	315.000.000	297.511.278,75
BT 21/06/13	PTPBTJGE0016	75.000.000	70.329.262,50
BT 19/07/13	PTPBTKGE0013	472.250.000	442.058.939,44
BT 22/03/13	PTPBT TGE0014	206.000.000	194.044.135,95
BBVASM 04/13	XS0250172003	496	21.792.714,80
PORT. TELECOM FINANCE 30/4/13	XS0426126180	4.959	4.435.328,36
ISPIM 01/15	XS0478285389	78	3.513.470,16
SANTAN 19/04/13	XS0616562277	100	9.389.195,20
ISPIM 07/15	XS0802960533	70	6.462.395,21
			2.909.953.821,50

Os activos não desreconhecidos que estão associados a operações de venda com acordo de recompra são os seguintes:

Designação	ISIN	Quantidade	Valor recompra
BACR 01/13	XS0459903620	5.000.000	3.880.800,00
BBVA 01/14	XS0408528833	3.750.000	2.994.338,00
BBVASM 01/13	XS0479528753	9.000.000	6.895.350,00
BCP 28/02/13	PTBCP7OM0061	12.000.000	8.741.040,00
BCP 28/03/13	PTBCPUOM0010	10.000.000	7.253.400,00
BESPL 25/2/13	PTBLMWOM0002	25.000.000	18.268.250,00
BTPS 08/13	IT0003472336	10.000.000	7.892.500,00
CSFLD 01/13	XS0472310860	3.000.000	2.319.240,00
DANBNK 06/14	XS0431725901	3.750.000	3.156.038,00
IRISH JAN 14	IE00B3KWYS29	10.000.000	7.730.800,00
ISPIM 01/15	XS0478285389	6.000.000	4.587.660,00
ISPIM 15/03/13	XS0246688435	1.000.000	757.680,00
ISPIM 31/03/13	IT0004585003	7.000.000	5.319.930,00
RABOBK 01/14	XS0408832151	30.000.000	24.532.200,00
SANTAN 19/04/13	XS0616562277	40.000.000	30.800.000,00
SANTANDER 01/13	XS0477243843	7.000.000	5.357.660,00
SOCGEN 2014	XS0446860826	1.000.000	818.510,00
SVSKHB 01/13	XS0478420184	10.000.000	7.723.100,00
			149.028.496,00

22. RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Depósitos:		
À ordem	2.576.157.001	2.469.477.281
A prazo	5.146.102.777	4.570.827.737
De poupança	2.310.978.583	2.718.388.503
Outros recursos de clientes	284.545	596.652
Cheques e ordens a pagar	6.141.217	4.579.878
Outros	50.366	62.346
	-----	-----
	10.039.714.489	9.763.932.397
	-----	-----
Juros a pagar	73.109.881	57.519.428
	-----	-----
	10.112.824.370	9.821.451.825
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 31 de Dezembro de 2011, os prazos residuais dos recursos de clientes e outros empréstimos, apresentavam a seguinte estrutura:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até três meses	5.463.966.578	5.566.146.545
Entre três meses e um ano	4.241.298.539	3.293.704.506
Entre um ano e três anos	321.157.420	889.273.971
Entre três e cinco anos	9.399.871	11.365.585
Mais de cinco anos	3.892.081	3.441.790

	-----	-----
	10.039.714.489	9.763.932.397
	-----	-----
Juros a pagar	73.109.881	57.519.428
	-----	-----
	10.112.824.370	9.821.451.825
	=====	=====

23. PROVISÕES E IMPARIDADE

O movimento ocorrido nas provisões e na imparidade do GCA durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

	Saldos em 31-12-2011	2012			Saldos em 31-12-2012	
		Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências		Regularizações
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	217.231.086	(11.432.306)	(148.733)	(10.277.478)	5.438.625	200.811.194
Crédito e juros vencidos	376.487.297	110.473.298	(49.202.132)	2.563.485	43.241	440.365.189
	<u>593.718.383</u>	<u>99.040.992</u>	<u>(49.350.865)</u>	<u>(7.713.993)</u>	<u>5.481.866</u>	<u>641.176.383</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	6.915.759	(103.931)	(310.482)	(59.454)	1.130.756	7.572.648
	<u>6.915.759</u>	<u>(103.931)</u>	<u>(310.482)</u>	<u>(59.454)</u>	<u>1.130.756</u>	<u>7.572.648</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.583.076	5.167	(2.493)	22.445	-	1.608.195
Imparidade de outros activos:						
Outros activos (Nota 20)	64.967.123	17.901.327	(6.626.110)	7.751.002	(957.420)	83.035.922
Activos tangíveis (Nota 15)	545.422	319.489	-	-	-	864.911
	<u>67.095.621</u>	<u>18.225.983</u>	<u>(6.628.603)</u>	<u>7.773.447</u>	<u>(957.420)</u>	<u>85.509.028</u>
	<u>667.729.763</u>	<u>117.163.044</u>	<u>(56.289.950)</u>	<u>-</u>	<u>5.655.202</u>	<u>734.258.059</u>

	2011					Saldos em 31-12-2011
	Saldos em 31-12-2010	Reforços líquidos de rep. e anulações	Utilizações	Transferências	Regularizações	
Provisões para créditos sobre clientes (Nota 13):						
Créditos de cobrança duvidosa	171.011.194	(438.215)	-	(7.351.539)	54.009.646	217.231.086
Crédito e juros vencidos	321.416.641	107.881.303	(48.550.292)	1.221.941	(5.482.296)	376.487.297
	<u>492.427.835</u>	<u>107.443.088</u>	<u>(48.550.292)</u>	<u>(6.129.598)</u>	<u>48.527.350</u>	<u>593.718.383</u>
Provisões:						
Outros riscos e encargos	8.167.312	(719.770)	(1.755.055)	238.625	984.647	6.915.759
	<u>8.167.312</u>	<u>(719.770)</u>	<u>(1.755.055)</u>	<u>238.625</u>	<u>984.647</u>	<u>6.915.759</u>
Imparidade de outros activos financeiros:						
Activos financeiros disponíveis para venda (Nota 10)	1.700.417	(39.522)	(77.819)	-	-	1.583.076
Imparidade de outros activos:						
Outros activos (Nota 20)	50.988.875	10.458.258	(4.747.220)	5.890.973	2.376.237	64.967.123
Activos tangíveis (Nota 15)	460.218	85.585	(3.256)	-	2.875	545.422
	<u>53.149.510</u>	<u>10.504.321</u>	<u>(4.828.295)</u>	<u>5.890.973</u>	<u>2.379.112</u>	<u>67.095.621</u>
	<u>553.744.657</u>	<u>117.227.639</u>	<u>(55.133.642)</u>	<u>-</u>	<u>51.891.109</u>	<u>667.729.763</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a rubrica “Provisões – outros riscos e encargos” inclui provisões constituídas para fazer face a riscos fiscais, legais e outros riscos específicos decorrentes da actividade do GCA.

24. INSTRUMENTOS REPRESENTATIVOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
C.C.A.M. Costa Azul, CRL	17.928.380	17.928.070
C.C.A.M. Açores, CRL	7.406.150	7.180.885
C.C.A.M. Porto de Mós, CRL	1.411.850	1.455.465
C.C.A.M. Guediana Interior, CRL	1.257.650	1.444.200
C.C.A.M. Nordeste Alentejano, CRL	664.980	782.210
C.C.A.M. Sotavento Algarvio. CRL	398.810	399.300
C.C.A.M. Pernes, CRL	370.615	407.400
C.C.A.M. Tramagal, CRL	316.295	316.295
C.C.A.M. Ribatejo Norte, CRL	191.860	258.070
C.C.A.M. Beira Baixa (Sul), CRL	147.755	156.580
C.C.A.M. Médio Ave, CRL	96.995	117.960
C.C.A.M. Douro, Corgo e Tâmega, CRL	95.430	122.295

C.C.A.M. Oliveira do Hospital, CRL	56.765	56.765
C.C.A.M. Baixo Vouga, CRL	32.435	32.435
C.C.A.M. Elvas e Campo Maior, CRL	2.870	2.870
C.C.A.M. Estremoz, CRL	190	190
C.C.A.M. Mogadouro e Vimioso	100	100
C.C.A.M. Alentejo Central, CRL	10	10
	-----	-----
	30.379.140	30.661.100
	=====	=====

De acordo com o IAS 32, os títulos de capital são instrumentos de capital próprio caso a entidade tenha um direito incondicional de recusar o seu reembolso. A introdução dos IAS/IFRS implicou um ajustamento com referência a 1 de Janeiro de 2006 no montante de 41.447.495 Euros, resultante da classificação dos títulos de capital especial como passivo (Nota 28).

25. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Empréstimos subordinados concedidos pelo FGCAM:</u>		
Não titulados	86.433.884	86.433.884
<u>Títulos de investimento:</u>		
Emitidos	41.889.640	38.171.740
	-----	-----
	128.323.524	124.605.624
	-----	-----
Juros a pagar	511.722	399.904
	-----	-----
	128.835.246	125.005.528
	=====	=====

Tendo em consideração os prazos de vencimento dos passivos subordinados, a duração residual do saldo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 analisa-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Menos de três meses	-	3.500.000
Entre três meses e um ano	10.061.000	5.742.100
Entre um ano e três anos	45.773.424	37.896.124
Entre três e cinco anos	26.489.100	36.456.900
Mais de cinco anos	46.000.000	42.010.500
 Juros a pagar	 511.722	 399.904
	-----	-----
	128.835.246	125.005.528
	=====	=====

O saldo do Fundo de Garantia do Crédito Agrícola Mútuo analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Moeda	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2012	Data de vencimento	2012			Saldo 31.12.2012
						Saldo 31.12.2011	Reembolsos	Emissões	
Empréstimo do FGCAM	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	Euro	16-Jun	0,5000%	16-06-2013	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3220 - Costa Verde	Euro	31-Jan	0,5000%	31-01-2018	11.000.000	-	-	11.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	05-05-2016	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	05-05-2018	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C3400 - Bairrada e Agueira	Euro	-	0,5000%	16-06-2021	6.000.000	-	-	6.000.000
Empréstimo do FGCAM	C4050 - Beira Baixa (Sul)	Euro	15-Mai	0,5000%	15-05-2018	4.000.000	-	-	4.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	1,0000%	31-12-2014	5.000.000	-	-	5.000.000
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	1,0000%	31-12-2014	968.745	-	-	968.745
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.989	-	-	2.493.989
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	23-Dez	0,5000%	31-12-2014	2.493.990	-	-	2.493.990
Empréstimo do FGCAM	C5460 - Entre Tejo e Sado	Euro	29-Out	0,5000%	31-12-2014	10.000.000	-	-	10.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6020 - Álcacer Sal e Montemor-Novos	Euro	30-Nov	0,5000%	30-11-2022	12.000.000	-	-	12.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6240 - Moravis	Euro	15-Dez	0,5000%	15-12-2022	8.000.000	-	-	8.000.000
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	1.995.192	-	-	1.995.192
Empréstimo do FGCAM	C6440 - Alentejo Central	Euro	23-Out	0,5000%	23-10-2015	7.481.968	-	-	7.481.968
						86.433.884	-	-	86.433.884

O saldo dos Títulos Investimento emitidos analisa-se como segue:

Descrição	Entidade detentora dos títulos	Número de Obrigações	Mbede	Valor Nominal Unitário	Data de vencimento dos juros	Taxa de Juro em vigor a 31.12.2012	Data de vencimento	2012				
								Saldo 31.12.2011	Reembolsos	Regularizações	Emissões	Saldo 31.12.2012
Tit. Investimento/2006	CCCAM	10.000	Euro	100	28-Dez	1,6250%	28-12-2013	352.500	238.000	-	2.000	116.500
Tit. Investimento/2007- 1ª Emissão	CCCAM	10.000	Euro	300	27-Set	1,8125%	27-03-2014	279.900	-	-	-	279.900
Tit. Investimento/2007- 2ª Emissão	CCCAM	40.000	Euro	200	10-Out	1,5625%	10-10-2012	84.800	84.800	-	-	-
Tit. Investimento/2008	C1280 - Médio Ave	2.025	Euro	500	30-Jun	1,4260%	31-12-2013	1.012.500	-	-	-	1.012.500
Tit. Investimento/2007	C1290 - Vila Verde e Terras do Bouro	219.260	Euro	5	12-Jun	1,5000%	12-06-2012	1.096.300	1.096.300	-	-	-
Tit. Investimento/2010	C1340 - Vale de Sousa e Baixo Tâmega	2.000.000	Euro	5	30-Jun	5,0000%	31-12-2015	10.000.000	-	-	-	10.000.000
Tit. Investimento/2006	C1420 - Noroeste	5.000	Euro	500	30-Mar	-	30-03-2012	2.500.000	2.500.000	-	-	-
Tit. Investimento/2008	C1420 - Noroeste	3.133	Euro	500	02-Fev	1,1900%	02-02-2014	1.566.500	-	-	-	1.566.500
Tit. Investimento/2011	C1420 - Noroeste	5.883	Euro	500	03-Mar	3,2500%	30-09-2016	2.941.500	-	-	-	2.941.500
Tit. Investimento/2011	C1420 - Noroeste	9.186	Euro	500	02-Abr	4,6060%	02-04-2017	10.500	-	-	4.582.500	4.593.000
Tit. Investimento/2011	C1440 - Área Metropolitana do Porto		Euro		23-Dez	3,7500%	22-12-2016	1.400.100	-	-	-	1.400.100
Tit. Investimento/2010	C2090 - Beira Douro	1.032	Euro	500	15-Jun	2,4243%	15-06-2015	516.000	-	-	-	516.000
Tit. Investimento/2007	C2160 - Vale do Távora	2.146	Euro	500	02-Jul	-	30-06-2012	1.073.000	1.073.000	-	-	-
Tit. Investimento/2008 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	01-Jul	2,1875%	01-07-2013	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Tit. Investimento/2008 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.899	Euro	500	01-Jul	1,7500%	01-07-2013	949.500	-	-	-	949.500
Tit. Investimento/2009	C2160 - Vale do Távora	392	Euro	500	30-Set	1,8750%	30-09-2014	196.000	-	-	-	196.000
Tit. Investimento/2011 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	1.016	Euro	500	01-Jul	3,7500%	30-06-2016	508.000	-	-	-	508.000
Tit. Investimento/2011 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.000	Euro	500	31-Dez	5,5000%	30-12-2016	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	2.347	Euro	500	30-Jun	5,5000%	29-06-2017	-	-	-	1.173.500	1.173.500
Tit. Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2160 - Vale do Távora	3.302	Euro	500	28-Set	5,5000%	29-09-2017	-	-	-	1.651.000	1.651.000
Tit. Investimento/2007	C2190 - Terra Quente	1.721	Euro	500	02-Jan	-	02-07-2012	860.500	860.500	-	-	-
Tit. Investimento/2008	C2190 - Terra Quente	2.965	Euro	500	01-Jan	1,4300%	01-07-2013	1.482.500	-	-	-	1.482.500
Tit. Investimento/2011	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-Mar	3,8750%	30-09-2016	1.500.000	-	-	-	1.500.000
Tit. Investimento/2012 - 1ª Emissão	C2190 - Terra Quente	3.000	Euro	500	30-Mar	4,4370%	30-03-2017	-	-	-	1.500.000	1.500.000
Tit. Investimento/2012 - 2ª Emissão	C2190 - Terra Quente	1.578	Euro	500	01-Fev	4,6710%	01-08-2017	-	-	-	789.000	789.000
Tit. Investimento/2011	C3160 - Vale de Cambra	286.600	Euro	5	01-Abr	4,5000%	01-04-2016	1.433.000	-	-	-	1.433.000
Tit. Investimento/2009	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	16-Abr	2,4375%	16-04-2014	300.000	-	-	-	300.000
Tit. Investimento/2010	C3370 - Serras de Ansião	60.000	Euro	5	31-Mar	3,1875%	29-03-2015	300.000	-	-	-	300.000
Tit. Investimento/2012	C5460 - Entre Tejo e Sado	500.000	Euro	5	31-Mar	5,5000%	30-09-2017	-	-	-	2.500.000	2.500.000
Tit. Investimento/2007	C6040 - Aljustrel e Almodovar	400.000	Euro	500	01-Abr	2,1000%	01-10-2012	2.000.000	2.000.000	-	-	-
Tit. Investimento/2007	C6160 - Elvas e Campo Maior	108.800	Euro	5	02-Jan	2,2770%	02-07-2012	544.000	544.000	-	-	-
Tit. Investimento/2008	C6160 - Elvas e Campo Maior	60.000	Euro	5	30-Jan	2,1000%	30-01-2014	300.000	-	-	-	300.000
Tit. Investimento/2006	C6250 - Guadiana Interior	16.700	Euro	5	02-Nov	-	02-11-2012	83.500	83.500	-	-	-
Tit. Investimento/2010	C6250 - Guadiana Interior	376.228	Euro	5	01-Abr	1,9420%	01-10-2015	1.881.140	-	-	-	1.881.140
								<u>38.171.740</u>	<u>8.480.100</u>	<u>-</u>	<u>12.198.000</u>	<u>41.889.640</u>

26. OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Credores e outros recursos</u>		
Recursos - conta cativa	2.101.510	1.810.524
Recursos - conta caução	7.223.319	6.386.450
Outros recursos	1.148.805	778.523
Sector Público Administrativo		
Retenção de impostos na fonte	10.323.617	8.914.979
Contribuições para a Segurança Social	3.037.414	3.053.229
Imposto sobre o Valor Acrescentado	1.657.369	1.268.159
Outros impostos	3.763.693	3.822.138
Cobranças por conta de terceiros	191.800	186.719
Contribuições para outros sistemas de saúde	615.501	605.689
Passivos financeiros de contratos de seguros	51.281.880	26.018.166
Passivos em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação	213.696.994	100.952.674
Credores diversos		
Credores por fornecimento de bens e serviços	12.438.336	11.368.175
Credores por valores a liquidar	192.338	367.238
Credores - cartões de crédito	110.110	65.349
Adiantamentos por contratos-promessa de compra e venda		

(imóveis)	3.197.101	4.167.517
Bonificações a receber	8.904	8.904
Outros credores	20.770.221	16.019.461
	-----	-----
	331.758.912	185.793.894
	-----	-----
<u>Responsabilidades com pensões e outros benefícios (Nota 45)</u>		
Responsabilidades totais	59.876.378	46.602.071
Valor patrimonial do fundo de pensões	(50.225.036)	(43.511.745)
	-----	-----
Valor a entregar ao fundo de pensões	9.651.342	3.090.326
Desvios actuariais	5.171.864	13.649.988
	-----	-----
	14.823.206	16.740.314
	-----	-----
<u>Encargos a pagar</u>		
Por gastos com pessoal		
Provisão para férias e subsídio de férias	21.977.372	21.959.029
Prémio de antiguidade (Nota 45)	19.533.013	18.110.364
Outros	1.680.721	2.025.311
Por gastos gerais administrativos	16.658	27.674
Outros	2.292.276	2.302.692
	-----	-----
	45.500.040	44.425.070
	-----	-----
<u>Receitas com rendimento diferido</u>		
Comissões sobre garantias prestadas	628.320	615.342
Rendas	234.180	167.126

Outras	425.177	307.217
	-----	-----
	1.287.677	1.089.685
	-----	-----
<u>Valores a regularizar</u>		
Posição cambial	72.006	44.467
Transferências electrónicas	13.895.421	13.765.368
Valores cobrados – sistema de débitos directos (SDD)	5.840.046	4.895.670
Compensação de valores	6.387.023	6.118.450
Outras operações a regularizar	17.467.969	7.803.797
	-----	-----
	45.662.465	32.627.752
	-----	-----
	439.032.300	280.676.715
	-----	-----

O Grupo, em 2011, passou a reconhecer as unidades de participação de fundos de investimento, que estão incluídas no perímetro de consolidação, detidas por entidades externas ao Grupo em "Outros passivos", por ser uma responsabilidade, conforme AG29A e BC68 da IAS32, deixando de reconhecer em interesses minoritários.

Em 31 de Dezembro de 2012, o saldo da rubrica "Credores e outros recursos – Passivos financeiros de contratos de seguros" respeita a contratos da CA Vida, de taxa garantida, sem participação nos resultados discricionária, valorizados ao custo amortizado. A evolução entre 31 de Dezembro de 2011 e 2012 foi a seguinte:

	Montante	Montantes		Variações de	Montante
	gerido			ganhos e	gerido
	em 31.12.2011			perdas	em 31.12.2012
		Entradas	Saídas	(juro técnico)	
Valorizados ao custo amortizado	26.018.166	25.784.247	1.586.618	1.066.084	51.281.880

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Credores e outros recursos – Adiantamentos por contratos-promessa de compra e venda (imóveis)” inclui o montante de 2.816.530 Euros e 2.812.030 Euros, respectivamente, referente a contratos de promessa de venda de algumas fracções de habitação do imóvel da Expo 98, já recebidos pela CA Imóveis.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Valores a regularizar – Transferências electrónicas” refere-se a transferências bancárias a expedir na respectiva data-valor, através do Banco de Portugal.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Valores a regularizar – Valores cobrados - sistema de débitos directos (SDD)” inclui montantes ao abrigo do sistema de débitos directos. Os valores registados nesta rubrica foram cobrados ao cliente da entidade ordenante, tendo sido compensados através do Banco de Portugal nos primeiros dias de Janeiro de 2013 e 2012, respectivamente.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o saldo da rubrica “Outras operações a regularizar”, inclui movimentos às contas Nostro, nomeadamente em moeda estrangeira, que ficam a aguardar a data-valor do movimento. A maior parte corresponde a operações com data valor do início Janeiro de 2013 e 2012, respectivamente, regularizando-se as operações nesse momento.

27. PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS

Os passivos contingentes e compromissos associados à actividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Garantias prestadas e outros passivos eventuais</u>		
Garantias e avales prestados	239.728.873	242.961.371
Activos dados em garantia	4.463.775.438	15.141.688
Créditos documentários abertos	2.332.321	10.280.781
Activos dados em garantia – outros activos	520.000	520.000
Fianças	41.172	17.494

Compromissos perante terceiros

Por linhas de crédito

Compromissos irrevogáveis	681.709.764	706.977.214
Compromissos revogáveis	313.131.495	327.198.796
Por subscrição de títulos	90.250.000	44.320.000
Responsabilidade potencial para com o sistema de indemnização aos investidores	285.715	223.298

Responsabilidades por prestação de serviços

Depósito e guarda de valores	1.093.855.137	764.880.211
Valores administrados pela instituição	1.532.506.691	1.250.549.525
Valores recebidos para cobrança	109.860.240	143.167.710
Outros	1.710.526	83.179
	-----	-----
	8.529.707.672	3.506.321.267
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontram-se registados na rubrica “compromissos irrevogáveis”, o montante de 59.809.450 Euros correspondentes à garantia relativa ao compromisso irrevogável de aquisição de títulos que irão integrar a carteira do Fundo FEI Rendimento Fixo.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a totalidade do saldo da rubrica “Compromissos perante terceiros – Por subscrição de títulos” corresponde a tomada firme de papel comercial.

Apesar de não se encontrar registado nas contas extrapatrimoniais, ao abrigo do regime jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, o Grupo é solidário relativamente ao valor não financiado do fundo de pensões das Caixas Agrícolas que não pertencem ao SICAM (Nota 46).

Em 31 de Dezembro de 2012, a rubrica “Activos dados em garantia” inclui o valor dos títulos incluídos na pool de colateral depositada junto do Banco de Portugal para garantia de operações de financiamento junto do Eurosistema. Esta rubrica inclui ainda títulos dados em garantia para cobertura de operações de reporte (“repos”) contratadas junto de outras instituições financeiras não residentes.

O valor registado na rubrica “Outras responsabilidades por prestação de serviços” em 31 de Dezembro de 2012, corresponde essencialmente a créditos documentários.

28. CAPITAL

O capital estatutário do Grupo Crédito Agrícola, dividido e representado por títulos de capital nominativos, com o valor nominal unitário de 5 Euros é de 904.415.840 Euros em 31 de Dezembro de 2012.

Do montante total de capital subscrito, foi transferido para uma rubrica de passivo “Instrumentos representativos de capital com natureza de passivo”, o montante de 30.379.140 Euros, por aplicação da IAS 32 – Instrumentos Financeiros (Nota 24).

Com a publicação do novo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, em Diário de Republica (Decreto-Lei n.º 142/2009, de 16 de Junho), conforme mencionado na Nota Introdutória, procedeu-se à adequação dos Estatutos das Caixas de Crédito Agrícola ao novo Regime Jurídico que, no limite, deveriam ser alterados até à data da realização da primeira assembleia geral obrigatória que se realize no exercício de 2010, conforme mencionado nas disposições transitórias constantes no Artigo 5º do decreto-lei n.º 142/2009 de 16 de Junho. Dessa forma, no decorrer do ano de 2009 e início de 2010, os Estatutos das CCAM foram alterados e aprovados em Assembleia Geral, de forma a sujeitar a uma decisão da Assembleia Geral a exoneração dos associados, motivo pelo qual se manteve a classificação, nos termos da IAS 32, como capital dos títulos nominativos das Caixas Agrícolas subscritos pelos seus associados, com excepção dos que se enquadram na definição de passivo, de acordo com a IAS 32.

De acordo com os Estatutos das Caixas Agrícolas, as condições de exoneração dos associados são as seguintes:

- Até ao dia trinta e um de Outubro de cada ano, podem os associados que o desejarem apresentar a sua exoneração, ou solicitar a redução da sua participação, por carta dirigida ao Conselho de Administração, de acordo com as condições :
 - Terem decorrido, pelo menos, três anos desde a data da realização dos títulos de capital.
 - O reembolso não implicar a redução do capital social para valor inferior ao capital mínimo previsto nos estatutos, nem implicar o incumprimento ou o agravamento de incumprimento de quaisquer relações ou limites prudenciais fixados por lei ou pelo Banco de Portugal em relação à Caixa Agrícola.
- A exoneração torna-se efectiva após a aprovação pela Assembleia Geral que deliberar sobre o relatório e contas relativos ao ano em que o pedido for apresentado.
- O associado exonerado, bem como o que tenha reduzido a sua participação têm direito ao reembolso dos seus títulos de capital, nos termos do número sete do artigo oitavo dos estatutos, podendo, no entanto, o Conselho de Administração mandar suspender o reembolso conforme previsto no número

oito do mesmo artigo oitavo.

- O reembolso poderá ser realizado em três prestações anuais, salvo se prazo inferior for decidido pelo Conselho de Administração.

No exercício de 2012, verificaram-se aumentos de capital, um no montante de 35.307.695 Euros por incorporação de reservas e outro no montante de 7.634.844 Euros por entrada de novos sócios.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o capital estatutário correspondia aos associados das seguintes Caixas agrícolas:

	2012	2011
CCAM de Pombal, CRL	55.979.705,00	55.980.440,00
CCAM Batalha, CRL	40.057.865,00	31.579.085,00
CCAM Região Bragança e Alto Douro, CRL	31.345.880,00	30.533.405,00
CCAM Costa Azul, CRL	30.130.910,00	30.004.255,00
CCAM do Noroeste, CRL	29.571.670,00	28.665.075,00
CCAM Alto Cávado e Basto, CRL	26.002.170,00	24.972.570,00
CCAM Açores, CRL	22.263.310,00	21.746.995,00
CCAM da Serra da Estrela, CRL	21.579.590,00	18.797.015,00
CCAM C. da Rainha, Óbidos e Peniche, CRL	21.079.115,00	20.871.800,00
CCAM do Sotavento Algarvio, CRL	18.508.950,00	18.266.790,00
CCAM do Vale do Távora e Douro, CRL	18.341.420,00	17.117.710,00
CCAM P. Varzim, V. Conde e Esposende, CRL	17.631.595,00	18.136.940,00
CCAM de São Teotónio, CRL	17.475.470,00	17.540.325,00
CCAM do Douro, Corgo e Tâmega, CRL	17.097.225,00	16.623.980,00
CCAM de Vale de Sousa e Baixo Tâmega, CRL	16.916.845,00	16.011.705,00
CCAM Terras Sousa, Ave, Basto e Tâmega, CRL	16.789.190,00	16.172.260,00
CCAM do Baixo Mondego, CRL	15.601.065,00	15.602.935,00
CCAM Coimbra, CRL	14.041.885,00	13.070.070,00
CCAM Alenquer, CRL	12.980.990,00	12.824.645,00
CCAM do Baixo Vouga, CRL	12.165.675,00	12.114.275,00
CCAM da Zona do Pinhal, CRL	12.026.910,00	11.555.365,00
CCAM de Alcobaça, CRL	11.938.675,00	11.054.550,00
CCAM Beira Douro, CRL	11.783.240,00	11.023.625,00
CCAM S. João da Pesqueira, CRL	11.679.065,00	11.654.365,00
CCAM Vale do Dão e Alto Vouga, CRL	11.566.675,00	10.870.030,00
CCAM S. Bart. Messin. e S. Marcos Serra, CRL	11.565.655,00	8.900.605,00
CCAM do Guadiana Interior, CRL	11.226.725,00	11.154.245,00
CCAM Beja e Mértola, CRL	11.068.000,00	11.060.210,00
CCAM Costa Verde, CRL	11.021.940,00	11.432.440,00
CCAM Salvaterra de Magos, CRL	10.544.350,00	10.569.470,00
CCAM Coruche, CRL	10.462.815,00	10.106.215,00
CCAM Lourinhã, CRL	10.116.285,00	9.915.885,00
CCAM de Terras de Viriato, CRL	10.068.800,00	8.604.250,00
CCAM Albufeira, CRL	9.695.220,00	9.752.295,00
CCAM Loures, Sintra e Litoral, CRL	9.412.980,00	9.433.875,00
CCAM Médio Ave, CRL	9.005.685,00	9.060.460,00
CCAM de Silves, CRL	8.986.645,00	8.760.035,00
CCAM Região do Fundão e Sabugal, CRL	8.943.365,00	8.775.595,00
CCAM da Terra Quente, CRL	8.879.730,00	8.598.665,00
CCAM de Cantanhede e Mira, CRL	8.733.345,00	8.680.605,00
CCAM Ribatejo Norte, CRL	8.366.185,00	8.338.800,00
CCAM Nordeste Alentejano, CRL	7.813.835,00	7.314.425,00
CCAM Ferreira do Alentejo, CRL	7.658.755,00	7.231.820,00
CCAM de Moravís, CRL	7.436.625,00	7.401.570,00
CCAM Oliveira do Bairro, CRL	6.924.695,00	6.513.930,00
CCAM da Bairrada e Agueira, CRL	6.900.765,00	6.871.810,00
CCAM de Lafões, CRL	6.830.885,00	6.264.510,00
CCAM Arruda dos Vinhos, CRL	6.762.880,00	6.688.705,00
CCAM Alentejo Central, CRL	6.743.140,00	6.580.990,00
CCAM Arouca, CRL	6.685.160,00	6.651.945,00

	2012	2011
CCAM Alcácer-Sal e Montemor-Novos, CRL	6.520.285,00	6.502.740,00
CCAM Cadaval, CRL	6.386.935,00	6.370.120,00
CCAM Porto de Mós, CRL	6.291.545,00	6.158.200,00
CCAM Elvas e Campo Maior, CRL	6.166.925,00	6.169.925,00
CCAM Beira Centro, CRL	6.096.240,00	5.784.275,00
CCAM do Ribatejo Sul, CRL	6.047.050,00	5.729.885,00
CCAM Vila Franca de Xira, CRL	5.886.254,00	5.131.895,00
CCAM Sousel, CRL	5.880.350,00	5.602.690,00
CCAM Estremoz, CRL	5.751.875,00	5.505.585,00
CCAM Terras de Miranda do Douro, CRL	5.737.300,00	5.232.815,00
CCAM Vila Verde e Terras do Bouro, CRL	5.603.770,00	4.829.380,00
CCAM Área Metropolitana do Porto, CRL	5.476.040,00	5.651.760,00
CCAM Pernes, CRL	5.429.905,00	5.371.785,00
CCAM Sobral de Monte Agraço, CRL	5.326.420,00	5.251.770,00
CCAM Azambuja, CRL	5.247.040,00	5.043.100,00
CCAM Vagos, CRL	5.155.185,00	5.180.765,00
CCAM Aljustrel e Almodovar, CRL	5.141.340,00	5.020.975,00
CCAM Paredes, CRL	5.128.495,00	4.346.110,00
CCAM Anadia, CRL	5.028.755,00	4.997.195,00
CCAM Oliveira de Azeméis, CRL	4.852.690,00	4.678.455,00
CCAM Cartaxo, CRL	4.728.600,00	3.864.930,00
CCAM do Norte Alentejano, CRL	4.646.445,00	4.471.790,00
CCAM do Algarve, CRL	4.540.081,00	4.533.201,00
CCAM Mogadouro e Vimioso, CRL	4.370.535,00	3.734.025,00
CCAM de Albergaria e Sever, CRL	4.181.320,00	4.175.200,00
CCAM Borba, CRL	3.938.140,00	3.825.325,00
CCAM Vale de Cambra, CRL	3.805.710,00	3.517.620,00
CCAM Entre Tejo e Sado, CRL	3.713.125,00	3.586.015,00
CCAM Oliveira do Hospital, CRL	3.700.195,00	3.721.925,00
CCAM Alcanhões, CRL	3.600.615,00	3.016.400,00
CCAM da Beira Baixa (Sul), CRL	3.556.085,00	3.516.465,00
CCAM Serras de Ansião, CRL	3.535.245,00	3.316.570,00
CCAM Tramagal, CRL	3.531.490,00	3.562.660,00
CCAM Estarreja, CRL	3.004.300,00	2.750.390,00
	<u>904.415.840,00</u>	<u>867.605.506,00</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a estrutura accionista do GCA encontra-se distribuída por milhares de subscritores de títulos de capital nas Caixas Agrícolas, não existindo detentores de capital com participação superior a 0,1%.

29. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as rubricas de reservas e resultados transitados têm a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Reservas de reavaliação:</u>		
Reservas resultantes da valorização ao justo valor, líquido:		
De activos financeiros disponíveis para venda	329.725	(12.960.980)
	-----	-----
De activos não correntes detidos para venda	(11.266.942)	(6.632.951)
Reservas de reavaliação do imobilizado, líquido	7.007.987	6.959.517
	-----	-----
	(3.929.230)	(12.634.414)
	-----	-----
Outras reservas	298.425.201	290.505.735
Resultados transitados	(149.759.691)	(154.800.742)
	-----	-----
	148.665.510	135.704.993
	-----	-----
Lucro do exercício (Nota 30)	44.708.142	55.023.902
	-----	-----
	189.444.422	178.094.481
	=====	=====

Reserva legal

A reserva legal destina-se a cobrir eventuais perdas do exercício. Nos termos do artigo 33º dos estatutos das Caixas a reserva legal é anualmente creditada com 20% dos excedentes anuais líquidos e quaisquer outras prestações das associadas para o mesmo fim, até que o seu montante seja igual ao capital.

Reserva para formação e educação cooperativa

A reserva para formação e educação cooperativa, destina-se a financiar despesas com programas de formação técnica, cultural e cooperativa das associadas, dirigentes e empregados na Caixa Central, é reforçada no máximo com 2,5% dos excedentes anuais líquidos e ainda as importâncias que, a qualquer título, forem obtidas para aquela finalidade.

Reserva para mutualismo

A reserva para mutualismo, destina-se a custear acções de entreajuda e auxílio mútuo de que careçam associadas ou empregados, sendo creditada, no máximo, com 2,5% dos excedentes anuais líquidos.

Reservas de reavaliação

Esta rubrica inclui a reserva de reavaliação resultante da valorização ao justo valor de activos financeiros de activos disponíveis para venda e de reavaliação do imobilizado. Esta reserva não poderá ser distribuída, podendo, no caso da decorrente da reavaliação do imobilizado, ser utilizada para aumentos de capital ou cobertura de prejuízos, à medida do seu uso (amortização) ou alienação dos bens a que respeita.

30. LUCRO CONSOLIDADO

Nos exercícios de 2012 e 2011, a determinação do lucro consolidado pode ser resumida como se segue:

	2012
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	39.532.267
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.308.299
	40.840.566
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	478.910
Resultado líquido do SICAM	41.319.476
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
CCCAM SGPS Unipessoal Lda	(69.118)
FENACAM - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL	389.637
Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.	225.297
Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.	(631.282)
Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.	22.107
Crédito Agrícola Serviços - ACE ⁽²⁾	-
FEIIA CA Imobiliário	(15.594.126)
Crédito Agrícola SGPS S.A.	646.078
CA Imóveis, Unipessoal Lda	(5.270.300)
Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.	54.068
Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.	4.150.945
Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.	3.203.243
FII CA Arrendamento Habitacional	(130.722)
	(13.004.173)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	(115.732)
Anulação da imparidade das Ups no FEIIA CA Imobiliário registadas no ano de 2012	7.759.839
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	1.903.698
Resultado das unidades participação adquiridas no exercício do FEIIA CA Imobiliário	1.330.240
Diferença de consolidação do FII CA Imobiliário	(933.419)
	9.944.626
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis do CA Imóveis adquiridos pelo FII CA Imobiliário	249.264
Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo - anulação de mais valias e correcção às amortizações	306.791
Anulação dos ganhos e perdas resultantes de venda de imóveis detidos pelos FEIIA CA Imobiliário e FII Arrendamento Habitacional	746.380
Anulação das perdas de justo valor sobre participações financeiras no FII CA Arrendamento Habitacional e FII CAPC	(609.181)
Anulação das provisões na CA SGPS sobre Prestações suplementares (empréstimos) concedidos a empresas do GCA	631.282
Anulação de dividendos intra-grupo	(2.301.935)
Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs	124.589
Anulação de facturação e prestação de serviços intra-grupo	(926.300)
Anulação dos prémios de seguros cobrados a empresas do Grupo CA	616.725
Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões	398.221
Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis	(52.560)
Resultados de interesses não controlados de fundos de investimento	7.116.585
Outros ajustamentos de consolidação	253.177
	6.553.038
	44.812.967
Resultados atribuível a interesses não controlados	(104.826)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	44.708.141

	2011
Lucro do exercício das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo ⁽¹⁾	51.690.786
Lucro do exercício da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo	1.035.502
	52.726.288
Impacto no resultado líquido da reconciliação entre saldos comuns no SICAM	601.502
Resultado líquido do SICAM	53.327.790
Resultado líquido das restantes empresas do Grupo:	
<i>CCCAM SGPS Unipessoal Lda</i>	(49.723)
<i>FENACAM - Faederação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mútuo FCRL</i>	442.723
<i>Crédito Agrícola Gest - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Mobiliário S.A.</i>	174.760
<i>Crédito Agrícola Consult - Acessoria Financeira e de Gestão S.A.</i>	(678.558)
<i>Crédito Agrícola Informática - Serviços de Informática S.A.</i>	109.806
<i>Crédito Agrícola Serviços - ACE ⁽²⁾</i>	-
<i>FII CA Imobiliário</i>	(6.341.415)
<i>Crédito Agrícola SGPS S.A.</i>	1.284.610
<i>Rural Rent - Comércio e Aluguer de Veículos Automóveis S.A.</i>	(18.079)
<i>CA Imóveis, Unipessoal Lda</i>	(9.546.879)
<i>Agrocapital - Sociedade de Capital de Risco S.A.</i>	18.995
<i>Crédito Agrícola Vida, Companhia de Seguros S.A.</i>	4.134.117
<i>Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, S.A.</i>	3.197.065
<i>FII CA Arrendamento Habitacional</i>	(466.986)
	(7.739.564)
Anulação do reforço de provisões para imparidade em filiais e associadas registadas nas contas individuais das empresas do Grupo	1.771.423
Resultados da aplicação da equivalência patrimonial a empresas associadas	941.854
Apuramento da 1.ª diferença equivalência patrimonial do FII CA Património Crescente (negativa)	668.932
Anulação da amortização acumulada da diferença consolidação do FII CA Património Crescente	2.889.313
	6.271.522
Ajustamentos de relações intragrupo e anulações de saldos comuns:	
<i>Anulação das mais e menos valias obtidas na venda de imóveis do CA Imóveis adquiridos pelo FII CA Imobiliário</i>	402.851
<i>Ajustamento ao imobilizado vendido intragrupo - anulação de mais valias e correção às amortizações</i>	190.628
<i>Anulação dos ganhos e perdas potenciais dos imóveis detidos pelos FII CA Imobiliário e FII Património Crescente ⁽³⁾</i>	335.620
<i>Anulação das provisões na CA SGPS sobre participações financeiras em empresas do GCA</i>	405.689
<i>Anulação das provisões na CA SGPS sobre Prestações suplementares (empréstimos) concedidos a empresas do GCA</i>	839.414
<i>Anulação de dividendos intra-grupo</i>	(3.592.971)
<i>Anulação das mais valias obtidas na venda de imóveis da Caixa Central adquiridos pelo CA Imóveis</i>	2.260.895
<i>Anulação das comissões de intermediação de seguros pagas às CCAMs</i>	105.668
<i>Anulação de facturação e prestação de serviços intra-grupo</i>	(546.719)
<i>Anulação dos prémios de seguros da Caixa Central e das CCAMs</i>	815.467
<i>Ajustamento no CA Serviços relativo ao estorno dos movimentos do fundo de pensões</i>	(65.236)
<i>Anulação dos juros do contrato de suprimento entre a CA SGPS e a CA Imóveis</i>	264.914
<i>Resultados em fundos de investimento, integrados no perímetro de consolidação</i>	1.982.643
<i>Outros ajustamentos de consolidação</i>	(141.254)
	3.257.609
	55.117.357
Resultados atribuível a interesses minoritários	(93.455)
Lucro consolidado do exercício do Grupo Crédito Agrícola	55.023.902

31. INTERESSES MINORITÁRIOS

O valor das participações de terceiros em empresas do Grupo, em 2012 e 2011, tem a seguinte distribuição por entidade:

	2012		2011	
	Balço	Demonstração dos resultados	Balço	Demonstração dos resultados
Crédito Agrícola Seguros	809.480	(83.284)	655.076	(83.124)
Agrocapital SCR	329.977	(18.021)	311.955	(6.331)
Crédito Agrícola Vida	45.365	(3.321)	40.529	(3.307)
Crédito Agrícola Informática	30.969	(122)	30.847	(604)
Fenacam	935	(78)	856	(89)
	<u>1.216.726</u>	<u>(104.826)</u>	<u>1.039.263</u>	<u>(93.455)</u>

O movimento nos interesses minoritários durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 apresenta-se de seguida:

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2010	961.898
	=====
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	83.124
Agrocapital SCR	6.331
Credito Agrícola Vida	3.307
Outros	693

	93.455
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	(16.090)

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2011	1.039.263
	=====
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses minoritários:	
Crédito Agrícola Seguros	83.284
Agrocapital SCR	18.021
Credito Agrícola Vida	3.321
Outros	200

	104.826
Varição nos capitais próprios (reservas de reavaliação) das seguradoras	72.637

Interesses minoritários em 31 de Dezembro de 2012	1.216.726
	=====

32. JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de disponibilidades em bancos centrais	877.809	2.191.044
Juros de disponibilidades em outras instituições de crédito		
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país	6.006	21.361
Disponibilidades sobre instituições de crédito no estrangeiro	960	1.872
	-----	-----
	6.966	23.233
	-----	-----
Juros de aplicações em instituições de crédito		
Aplicações em instituições de crédito no país	3.344.081	3.057.154
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	4.082	39.516
	-----	-----
	3.348.163	3.096.670
	-----	-----
Juros de crédito a clientes		
Empréstimos	215.876.862	208.495.381
Habitação	56.667.183	61.211.877

Créditos em conta corrente	40.533.973	36.679.821
Descobertos em depósitos à ordem	9.772.732	9.699.774
Outros	52.373.021	54.428.614
	-----	-----
	375.223.771	370.515.467
	-----	-----
Juros de crédito vencido	21.122.766	19.487.043
Juros de outros activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	399.618	470.261
Juros de activos financeiros detidos para venda	22.761.279	22.391.571
Juros de activos financeiros detidos para negociação	8.239.115	6.757.330
Juros de investimentos detidos até à maturidade	106.083.189	127.186.883
Outros juros e rendimentos similares	71.232.135	27.604.737
	-----	-----
	229.838.102	203.897.825
	-----	-----
	-----	-----
	609.294.811	579.724.239
	=====	=====

33. JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Juros de recursos de clientes e outros empréstimos	201.207.750	146.868.776
Juros de recursos de outras instituições de crédito	4.288.200	3.730.085
Juros de recursos de bancos centrais	15.621.458	21.986.528
Juros de passivos financeiros de negociação		

Instrumentos financeiros derivados	362.606	1.450.344
Desconto das operações sobre obrigações no mercado de capitais	279.864	578.474
Juros de passivos subordinados	2.066.073	1.719.812
Fundo de pensões (Nota 46)	-	-
Outros juros e encargos similares	18.886.057	22.736.498
	-----	-----
	242.712.008	199.070.517
	=====	=====

34. RENDIMENTOS DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda:		
Emitidos por residentes	1.222.027	1.358.818
Emitidos por não residentes	726.428	785.318
	-----	-----
	1.948.455	2.144.136
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica refere-se a dividendos recebidos de instrumentos de capital constantes nas carteiras de títulos da CA Vida e da CA Seguros.

35. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

<u>2012</u>	<u>2011</u>
-------------	-------------

Por garantias prestadas

Garantias e avales	4.981.197	4.972.393
Créditos documentários abertos	122.723	250.061
Outras	-	197
	-----	-----
	5.103.920	5.222.651
	-----	-----

Por compromissos assumidos perante terceiros

Compromissos irrevogáveis		
Linhas de crédito irrevogáveis	6.503.964	4.901.704
Outros compromissos irrevogáveis	933.217	963.182
	-----	-----
	7.437.181	5.864.886
	-----	-----

Por serviços prestados

Operações de crédito		
Outras operações de crédito	32.834.348	28.649.535
Anuidades	5.966.688	5.603.492
Transferência de valores	3.885.687	3.726.049
Organismos de investimento colectivo em valores mobiliários		
Comissão de gestão	1.018.249	943.477
Comissão de resgate de unidades de participação	-	264.390
Comissão de emissão de unidades de participação	-	98
Cobrança de valores	852.257	922.818
Depósito e guarda de valores	557.297	786.312
Gestão de cartões	87.484	60.503
Administração de valores	57	304
Outros serviços prestados		
Colocação e comercialização	3.457.748	2.753.321

Outras comissões interbancárias	322.281	306.870
Outros	28.950.028	29.151.317
	-----	-----
	77.932.124	73.168.486
	-----	-----
<u>Por operações realizadas por conta de terceiros</u>		
Sobre títulos		
Em operações de Bolsa	92.024	103.512
Em operações fora de Bolsa	214	10
Outras operações realizadas por conta de terceiros	30.869	70.983
	-----	-----
	123.107	174.505
	-----	-----
Outras comissões recebidas	33.769.451	30.281.908
	-----	-----
	124.365.783	114.712.436
	=====	=====

36. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Por garantias recebidas	268	268
Por serviços bancários prestados por terceiros		
Depósito e guarda de valores	559.496	568.042
Cobrança de valores	25.592	28.223
Administração de valores	67.053	68.674
Outros serviços bancários prestados por terceiros	20.098.512	15.506.290
Por operações realizadas por terceiros	254.833	181.338
Outras comissões pagas	1.432.619	1.087.925
	-----	-----
	22.438.373	17.440.760
	=====	=====

37. RESULTADOS DE ACTIVOS E PASSIVOS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2012		Líquido
	Ganhos	Perdas	
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	53.325	(9.385)	43.940
Derivados de negociação	775.666	(414.188)	361.478
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	623.958	(71.537)	552.421
	<u>1.452.949</u>	<u>(495.110)</u>	<u>957.839</u>

	2011		
	<u>Ganhos</u>	<u>Perdas</u>	<u>Líquido</u>
Activos financeiros detidos para negociação:			
Títulos	121.850	(4.901)	116.949
Derivados de negociação	1.453.031	(783.221)	669.810
Outros activos financ. ao justo valor através de resultados	162.102	(670.956)	(508.854)
	<u>1.736.983</u>	<u>(1.459.078)</u>	<u>277.905</u>

38. RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Títulos		
Emitidos por residentes		
Instrumentos de dívida	14.426.448	9.409.574
Instrumentos de capital	(2.523.799)	(1.190.031)
Emitidos por não residentes		
Instrumentos de dívida	(248.100)	(3.251.652)
Instrumentos de capital	162.880	-
	-----	-----
	11.817.429	4.967.891
	=====	=====

39. RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

No exercício de 2012 e 2011, os resultados relativos a reavaliação cambial correspondem a operações cambiais à vista.

40. RESULTADOS DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ACTIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Resultados em activos não financeiros		
Activos não correntes detidos para venda	(587.858)	(3.332.618)
Outros activos tangíveis	(285.114)	(366.853)
Outros activos não financeiros	(3.817)	(618.449)
	-----	-----
	(876.789)	(4.317.920)

41. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Outros rendimentos de exploração</u>		
Rendas	2.824.122	1.460.107
Reembolso de despesas	2.416.809	2.121.892
Recuperação de créditos, juros e despesas		
Recuperação de créditos incobráveis	13.600.306	15.853.822
Recuperação de juros e despesas de crédito vencido	16.153.292	15.303.538
Rendimentos da prestação de serviços diversos	2.880.853	3.504.915
Ganhos relativos a anos anteriores	1.252.129	1.396.551
Resultados em fundos de investimento, integrados no		
Perímetro de consolidação	1.330.240	1.982.643
Outros	5.963.157	15.019.183
	-----	-----
	46.420.908	56.642.651
	-----	-----
<u>Outros encargos de exploração</u>		
Quotizações e donativos	(1.444.193)	(1.526.033)
Contribuições para FGCAM	(6.061.406)	(8.244.473)
Outros impostos	(4.921.935)	(4.283.516)
Falhas na gestão e execução de procedimentos	(155.607)	(143.666)
Outros encargos e gastos operacionais		
relativos exercícios anteriores	(800.433)	(1.353.160)
Outros encargos e gastos operacionais	(26.583.059)	(28.836.815)
	-----	-----
	(39.966.633)	(44.387.663)
	-----	-----
	-----	-----
	<u>6.454.275</u>	<u>12.254.988</u>
	=====	=====

42. MARGEM TÉCNICA DA ACTIVIDADE DE SEGUROS

Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
<u>Prémios líquidos de resseguro</u>		
Ramo vida		
Prémios brutos emitidos	267.846.468	277.030.338
Prémios de resseguro cedido	(6.563.412)	(7.550.940)
	<u>261.283.056</u>	<u>269.479.398</u>
Ramo não vida		
Prémios brutos emitidos	80.778.075	79.917.445
Prémios de resseguro cedido	(15.366.175)	(13.866.590)
	<u>65.411.900</u>	<u>66.050.855</u>
	<u>326.694.956</u>	<u>335.530.253</u>
<u>Custos com sinistros</u>		
Montantes pagos		
Montantes brutos	225.895.471	246.603.109
Parte dos resseguradores	(6.495.817)	(6.952.428)
	<u>219.399.654</u>	<u>239.650.681</u>
Varição de provisões técnicas, líquidas de resseguro (Nota 19)	(111.681.427)	(85.745.013)
	<u>(4.386.125)</u>	<u>10.134.559</u>

43. CUSTOS COM O PESSOAL

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Salários e vencimentos		
Empregados	136.338.432	134.327.530
Órgãos de Gestão e Fiscalização	14.633.859	14.902.687
Encargos sociais obrigatórios		
Fundo de Pensões (Nota 46):		
Custo do serviço corrente	408.096	832.648
Custo dos juros	2.626.411	2.799.389
Rendimento esperado dos activos de fundo	(1.697.439)	(1.777.094)
Ganhos e perdas actuariais	(1.806.622)	(184.856)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	177.815	460.036
Encargos relativos a remunerações:		
Segurança Social	28.128.135	27.183.163
SAMS	6.244.579	6.211.661
Outros	2.867.913	2.157.549
Outros encargos sociais obrigatórios	1.005.525	628.346
Encargos Sociais Facultativos	55.617	53.403
Outros Custos com Pessoal		
Indemnizações contratuais	388.037	666.348
Outros	989.755	975.695

-----	-----
190.360.113	189.236.505
=====	=====

O número médio de colaboradores do GCA em 2012 e 2011 apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Direcção	169	164
Chefias e gerência	850	878
Quadros Técnicos	752	665
Comerciais	1.677	1.639
Administrativos	637	736
Outros	226	268
	-----	-----
	4.311	4.350
	=====	=====

A política de remunerações em vigor para os órgãos sociais da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo, casa-mãe do GCA encontra-se descrita no capítulo do Relatório e Contas individual da Caixa Central sobre a Estrutura e as práticas de governo societário.

44. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Com fornecimentos:		
Água energia e combustíveis	8.102.661	7.243.025
Material de consumo corrente	1.012.981	1.293.058
Material de higiene e limpeza	318.661	339.177
Publicações	146.706	148.320
Material para assistência e reparação	43.246	46.103
Outros fornecimentos de terceiros	1.092.418	1.322.036
	-----	-----
	10.716.673	10.391.719
	-----	-----
Com serviços:		
Comunicações	14.373.962	14.582.912
Conservação e reparação	7.505.595	7.562.928
Publicidade e edição de publicações	5.955.571	8.085.948
Deslocações, estadas e despesas de representação	4.982.985	4.326.584
Rendas e alugueres	7.688.978	8.011.775
Transportes	2.378.277	2.460.386
Seguros	875.704	653.649
Formação de pessoal	724.530	884.125
Serviços especializados:		
Informática	12.348.836	10.080.178
Avenças e honorários	7.608.176	7.773.991
Judiciais, contencioso e notariado	3.551.593	3.445.484
Segurança e vigilância	1.249.610	1.198.697
Informações	1.355.097	1.372.490

Mão de obra eventual	193.549	151.585
Bancos de dados	169.032	176.575
Outros serviços especializados:		
Serviços multibanco	7.778.305	7.845.334
Avaliadores externos	1.047.350	712.003
Outros serviços de terceiros	18.117.888	19.644.953
	-----	-----
	97.905.038	98.969.597
	-----	-----
	-----	-----
	108.621.711	109.361.316
	=====	=====

A rubrica “Outros serviços especializados – outros serviços de terceiros” inclui o montante de 2.790.259 Euros relativos aos honorários totais facturados pelos Revisores Oficiais de Contas durante o exercício de 2012 (2.689.818 euros em 2011), divulgados para efeitos do cumprimento da alteração introduzida pelo Decreto-Lei nº 185/2009, de 12 de Agosto, ao Artigo 66º-A do Código das Sociedades Comerciais.

45. ENTIDADES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2012, o montante de créditos concedidos a membros dos órgãos sociais relativos às Caixas Agrícolas que integram o GCA ascende a 17.659.063 Euros (14.078.445 Euros em 31 de Dezembro de 2011).

46. PENSÕES DE REFORMA

Para determinação das responsabilidades por serviços passados do Grupo Crédito Agrícola relativas a empregados no activo e aos já reformados foram efectuados estudos actuariais pela Companhia de Seguros Crédito Agrícola Vida, S.A. (entidade do Grupo Crédito Agrícola).

Os pressupostos actuariais e financeiros utilizados no cálculo das responsabilidades a 31 de Dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
<u>Pressupostos demográficos</u>		
Tábua de mortalidade	TV – 88/90	TV – 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Idade de reforma	65	65
Método de avaliação	“Projected Unit Credit”	“Projected Unit Credit”
<u>Pressupostos financeiros:</u>		
Taxa de desconto	4,50%	5,50%
Taxa de rendimento	3,90%	4,27%
Taxa de crescimento dos salários e outros benefícios	2,0%	2,0%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%	1,75%
<u>Taxa de revalorização de salários para a Segurança Social:</u>		
- de acordo com nº2 Artº 27 do Decreto Lei 187/	1,81%	1,81%
- de acordo com nº1 Artº 27 do Decreto Lei 187/	1,75%	1,75%

As responsabilidades com pensões de reforma em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, assim como a respectiva cobertura, apresentam o seguinte detalhe:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Estimativa das responsabilidades por serviços passados:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	40.157.339	29.241.065
. Licenças sem vencimento	1.084.290	948.257
. Pré-reformados	732.496	590.247

. Pensões em pagamento	18.018.221	15.933.475
	-----	-----
Total de responsabilidades (Nota 26)	59.992.356	46.713.044
	=====	=====
Cobertura das responsabilidades:		
. Valor patrimonial do Fundo (Nota 26)	50.225.036	43.511.745
	-----	-----
Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(9.767.320)	(3.201.299)
	=====	=====

O Aviso do Banco de Portugal nº 4/2005 determina a obrigatoriedade de financiamento integral pelos fundos de pensões das responsabilidades por pensões em pagamento e de um nível mínimo de financiamento de 95% das responsabilidades com serviços passados de pessoal no activo. No entanto, estabelece um período transitório entre 5 e 7 anos relativamente à cobertura do aumento de responsabilidades decorrente da adopção do IAS 19. Durante o ano de 2008, o Banco de Portugal emitiu o Aviso nº 7/2008, de 14 de Outubro de 2008, no qual permite diferir os impactos da transição acima identificados, por um período adicional de três anos face ao período estipulado inicialmente. Foi decisão do Crédito Agrícola prolongar o diferimento dos impactos de transição tal como permitido no Aviso acima referido, assim a parte das responsabilidades não financiadas pelos activos do fundo está reconhecida como um passivo (Nota 26).

O Fundo de Pensões do SICAM engloba as Caixas de Crédito Agrícola Mútuo de Leiria, Torres Vedras e Mafra. No entanto, estas não fazem parte do perímetro de consolidação do Grupo Crédito Agrícola. As responsabilidades destas Caixas Agrícolas apuradas nos termos do IAS 19, e a respectiva quota-parte no valor do Fundo em 31 de Dezembro de 2012, decompõem-se como segue:

Total das responsabilidades por serviços passados	3.638.835
Cobertura das responsabilidades:	
. Valor patrimonial do Fundo	3.304.902

Valor financiado em excesso / (insuficiência)	(333.933)
	=====

Em 31 de Dezembro de 2012, os saldos de balanço do GCA não incluem estes montantes.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os saldos em balanço relativos ao fundo de pensões, são os seguintes (Nota 26):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Valor das responsabilidades com pensões	(59.992.356)	(46.713.044)
Valor do Fundo de Pensões	50.225.036	43.511.745
	-----	-----
Diferencial	(9.767.320)	(3.201.299)
Desvios actuariais diferidos	(5.171.861)	(13.649.988)
	-----	-----
	(14.939.181)	(16.851.287)
	=====	=====

De acordo com o IAS 19, o custo do exercício relativo a pensões inclui o encargo com os serviços correntes e o custo dos juros, deduzido do rendimento esperado. Nos exercícios de 2012 e 2011, os custos com pensões têm a seguinte composição (Nota 43):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Custo do serviço corrente	408.096	832.648
Custo dos juros	2.626.411	2.799.389
Rendimento esperado dos activos do Fundo	(1.697.439)	(1.777.094)
Amortização de ganhos e perdas actuariais	(1.806.622)	(184.856)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de		
reformas antecipadas	177.815	460.036
	-----	-----
Acréscimo anual de responsabilidades	(291.739)	2.130.123
	=====	=====

Os ganhos e perdas decorrentes de diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados no que se refere às responsabilidades e ao rendimento esperado dos fundos de pensões, bem como os resultantes de alterações de pressupostos actuariais, são diferidos numa rubrica de activo ou passivo (“corredor”), até ao limite de 10% do valor actual das responsabilidades por serviços passados ou do valor dos fundos de pensões, dos dois o maior, reportados ao final do ano corrente. Caso os ganhos e perdas actuariais excedam o valor do corredor, deverá ser reconhecido em resultados, no mínimo, um montante correspondente ao referido excesso dividido pelo diferencial entre a idade média dos colaboradores no activo e a idade normal de reforma considerada no estudo actuarial.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a decomposição dos desvios é a seguinte:

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2011	(13.649.988)

Correcção aos desvios de 2011	461.071
Desvios gerados em 2012	
. Desvio financeiro	(2.325.703)
. Desvio actuarial	10.360.797

Desvios por amortizar em 31 de Dezembro de 2012	(5.153.823)
	=====

O desvio actuarial gerado em 2012 deriva essencialmente da alteração dos pressupostos usados face ao ano anterior acima do pressuposto estabelecido.

O movimento ocorrido no valor das responsabilidades durante os exercícios de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Custo do serviço corrente	832.648
Contribuições dos empregados	1.292.600
Custo dos juros	2.799.389

Ganhos e perdas actuariais	(7.829.185)
Pensões pagas	(1.022.541)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(328.505)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	460.036

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2011	46.713.044

Custo do serviço corrente	408.096
Contribuições dos empregados	1.345.556
Custo dos juros	2.626.411
Ganhos e perdas actuariais	(10.360.797)
Pensões pagas	(1.261.620)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(377.732)
Acréscimos de responsabilidades resultantes de reformas antecipadas	177.815

Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2012	13.279.313
	=====

O movimento no Fundo de Pensões durante o exercício de 2011 e 2012 foi o seguinte:

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2010	41.606.217

Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	791.442
Contribuições dos empregados	1.292.600
Capitais recebidos de seguro	213.099
Rendimento líquido do Fundo	508.783
Participação de resultados no seguro	1.601.394
Prémios de seguro pagos	(1.150.734)
Pensões pagas	(1.022.551)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(328.505)

Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2011	43.511.745
Contribuições do Grupo Crédito Agrícola	3.055.470
Contribuições dos empregados	1.345.556
Capitais recebidos de seguro	264.006
Rendimento líquido do Fundo	4.023.146
Participação de resultados no seguro	792.290
Prémios de seguro pagos	(1.127.823)
Pensões pagas	(1.261.620)
SAMS pago pelo Fundo de Pensões	(377.732)
Valor patrimonial em 31 de Dezembro de 2012	50.225.036

Em 31 de Dezembro de 2012, os activos que integram o Fundo de Pensões do Crédito Agrícola, são compostos por: Dívida Pública (41,75%), obrigações empresas (34,70%), acções (13,92%), relacionadas com investimentos imobiliários (1,95%) e outros activos de investimento (7,68%).

Adicionalmente, o Grupo Crédito Agrícola assumiu o compromisso de comparticipação do prémio de antiguidade dos colaboradores (Nota 26). Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, as responsabilidades são como seguem:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Prémio de antiguidade:		
. Trabalhadores no activo e ex-trabalhadores	18.981.225	17.519.258
. Licenças sem vencimento	607.967	637.726
Total de responsabilidades com prémio de antiguidade (Nota 26)	19.589.191	18.156.984

O Grupo Crédito Agrícola não optou em 2012 pela eliminação do corredor, sendo sua intenção, proceder apenas à sua eliminação no exercício de 2013. Caso o Crédito Agrícola tivesse optado pela eliminação do corredor, o impacto nos resultados da sua aplicação no exercício de 2012 seria de um aumento nos custos do exercício em cerca de 2.456,9 mil Euros. Em relação aos capitais próprios, o impacto seria positivo, com um aumento dos capitais próprios em cerca de 5.615 mil euros.

Decorrente da existência do corredor no exercício de 2012, apurou-se que a alteração da taxa de desconto para 3,5% ou para 5,5% (verificada por análises de sensibilidade a variações de taxa de desconto) não iria gerar impacto nos resultados de 2012. O impacto ocorreria apenas no Passivo do balanço, com a alteração ao valor das responsabilidades futuras, conforme quadro anexo:

	taxa de desconto utilizada		
	3,5	4,5	5,5
Balanço - Passivo			
Valor actual das Responsabilidades	74.064.615	59.992.353	49.418.478
Valor dos activos do fundo	50.225.038	50.225.038	50.225.038
Impacto no Passivo do balanço	<u>23.839.577</u>	<u>9.767.316</u>	<u>-806.560</u>
Dem. Resultados			
P&L Operating Cost	1.931.462	1.931.462	1.931.462
P&L Finance Cost	233.667	233.667	233.667
Impacto em resultados (P&L)	<u>2.165.129</u>	<u>2.165.129</u>	<u>2.165.129</u>

47. DIVULGAÇÕES RELATIVAS A INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Risco de Mercado

O risco de mercado reflecte perdas eventuais resultantes de uma alteração adversa do valor de mercado de um instrumento financeiro como consequência da variação, nomeadamente, de taxas de juro, taxas de câmbio, preços de acções, preços de mercadorias, *spreads* de crédito ou outras variáveis equivalentes.

As regras de gestão do risco de mercado estabelecidas pela Caixa Central para cada carteira, incluem limites de risco de mercado e ainda limites quanto à exposição a risco de crédito e de liquidez, rentabilidade exigida, tipos de instrumentos autorizados e níveis de perdas máximas admissíveis.

De modo a mitigar os riscos associados a uma avaliação dos riscos incorridos, encontra-se implementada uma política de segregação de funções entre a execução das operações de mercado e o controlo do risco incorrido a cada momento decorrente das mesmas.

Eventuais operações de cobertura podem ser propostas tanto pelos gestores das carteiras como pelos responsáveis pelo controlo do risco, tendo em conta os limites de risco e os instrumentos autorizados.

No caso da CA Vida, a carteira de títulos é gerida na sua totalidade pela CA Gest, estando definido um benchmark de investimento de acordo com o risco que se pretende assumir e a rentabilidade desejada.

A referida carteira é valorizada mensalmente com base em inputs da Entidade Gestora.

No que respeita à gestão do risco de crédito e de mercado da carteira de títulos, a CA Vida efectua os seguintes controlos:

- São feitos contactos permanentes com a Entidade Gestora, no sentido de se avaliar a evolução da carteira;
- Periodicamente, são elaborados relatórios de análise de risco pela Entidade Gestora, sendo efectuada a respectiva análise; e
- São realizadas reuniões com a mesma e sempre que as condições e perspectivas de evolução do mercado o recomendem, redefinindo-se os perfis de risco das carteiras caso seja necessário.

Risco Cambial

O risco cambial surge como consequência de variações nas taxas de câmbio das moedas, sempre que existem “posições abertas” nessas mesmas moedas.

O controlo e a avaliação do risco cambial são efectuados diariamente a nível individual, para cada uma das Sucursais e a nível consolidado. São calculados valores e cumprimento de limites em termos posição aberta total.

No Grupo Crédito Agrícola, a gestão do risco cambial encontra-se centralizada, sendo responsabilidade do Departamento Financeiro sob enquadramento de limites aprovados pelo Conselho de Administração Executivo.

O Grupo Crédito Agrícola apresenta uma reduzida exposição a este tipo de risco. Efectivamente, o perfil definido para o risco cambial é bastante conservador e é consubstanciado na política de cobertura seguida.

Risco de Taxa de Juro

O Grupo Crédito Agrícola incorre em risco de taxa de juro sempre que, no desenvolvimento da sua actividade, contrata operações com fluxos financeiros futuros cujo valor presente é sensível a variações das taxas de juro.

O risco de taxa de juro agregado suportado deriva de diversos factores, nomeadamente:

- diferentes prazos de vencimento ou revisão das taxas dos activos, passivos e elementos extrapatrimoniais (risco de repricing);
- alterações da inclinação da curva de taxas de juro (risco de curva);
- variações assimétricas das diversas curvas de mercado que afectam as distintas massas patrimoniais e extrapatrimoniais (risco de base); e
- existência de opções explícitas ou implícitas em muitos produtos bancários (risco de opção).

A política de gestão do risco de taxa de juro é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

A Caixa Central avalia mensalmente a sua exposição a este tipo de risco com recurso a uma metodologia baseada no agrupamento dos diversos activos e passivos sensíveis em intervalos temporais de acordo com as respectivas datas de revisão de taxa. Para cada intervalo são calculados os cash flows activos e passivos apurando-se o correspondente gap sensível ao risco de taxa de juro. Procede-se então à avaliação do impacto dos gaps mencionados sobre a evolução da margem financeira e sobre o valor económico da entidade em diversos cenários de evolução das taxas de juro.

A relação risco/ rentabilidade encontra-se enquadrada por limites definidos e monitorizados mensalmente pelo ALCO ao nível da exposição da margem financeira e do valor económico a variações adversas das taxas de juro.

Na CA Vida este risco é monitorizado diariamente, sendo observado o diferencial entre o montante de activos e de passivos que irão estar sujeitos a refixação de taxa de juro com base em intervalos temporais pré-definidos.

A Companhia poderá transaccionar instrumentos financeiros derivados, nomeadamente, efectuar a venda de futuros sobre taxas de juro, com o objectivo estrito de realizar a cobertura do risco de variação do património. A utilização de futuros, contempla apenas contratos transaccionáveis em Bolsa ou mercados regulamentados.

A Companhia transacciona também swaps de taxa de juro, over-the-counter, destinados a garantir uma adequada modelização dos fluxos financeiros gerados pelas carteiras fechadas, negociados e contratualizados com instituições financeiras cuja notação de rating seja preferencialmente investment grade, de forma a minimizar o risco de crédito e/ou de contraparte das carteiras.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição ao risco de taxa de juro, excluindo derivados, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de Euros):

	2012					
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	433.907	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	79.545	79.545	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	18.389	-	18.389	-	-	18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	8.329	-	8.329	-	-	8.329
Activos financeiros disponíveis para venda	2.248.617	23.675	2.272.292	133.436	3.432	2.409.160
Aplicações em Instituições de Crédito	121.393	-	121.393	1.328	-	122.721
Crédito a Clientes (saldo bruto)	549.952	7.696.339	8.246.291	23.248	31.790	8.301.329
Investimentos a deter até a maturidade	2.388.231	309.896	2.698.127	62.424	-	2.760.551
	5.334.911	8.543.362	13.878.273	220.436	35.222	14.133.931
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.900.000	-	1.900.000	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	1.309	-	1.309	-	-	1.309
Recursos de outras instituições de Crédito	221.635	9.660	231.295	924	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	7.426.542	2.585.868	10.012.410	73.110	27.304	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	-	128.435	128.435	400	-	128.835
	9.549.486	2.723.963	12.273.449	112.603	35.313	12.421.365
Derivados detidos para negociação	127.925	6.000	133.925	-	-	133.925
Exposição Líquida	(4.342.500)	5.813.399	1.470.899	107.833	(91)	1.578.641

	2011					
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	-	249.488	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	93.457	93.457	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	9.978	-	9.978	-	2.162	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	1.750	12.939	14.689	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	643.184	46.820	690.004	133.436	3.432	826.872
Aplicações em Instituições de Crédito	284.749	18.432	303.181	844	-	304.025
Crédito a Clientes (saldo bruto)	1.176.372	7.281.652	8.458.024	25.545	23.714	8.507.283
Investimentos a deter até a maturidade	3.068.703	220.164	3.288.867	62.424	-	3.351.291
	5.184.736	7.922.952	13.107.688	222.249	29.308	13.359.245
Passivo						
Recursos de bancos centrais	1.600.000	-	1.600.000	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	1.716	-	1.716	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de Crédito	270.626	28.381	299.007	20	5.705	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.684.530	46.332	9.730.862	57.519	33.071	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	-	124.606	124.606	400	-	125.006
	11.556.872	199.319	11.756.191	88.985	38.776	11.883.952
Derivados detidos para negociação	127.925	13.000	140.925	-	-	140.925
Exposição Líquida	(6.500.061)	7.710.633	1.210.572	133.264	(9.468)	1.334.368

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o desenvolvimento dos instrumentos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da sua maturidade ou data de refixação, excluindo derivados, é apresentado no quadro seguinte (valores em milhares de Euros):

	2012									
	Datas de Refixação/Datas de Maturidade									
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	-	-	-	-	-	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	-	-	-	-	-	79.545	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	-	(2.143)	(3.886)	(10.504)	8.392	26.530	18.389	-	-	18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	28	7.363	937	-	8.328	-	-	8.328
Activos financeiros disponíveis para venda	-	862.159	881.117	301.203	173.611	174.163	2.392.253	16.907	-	2.409.160
Aplicações em instituições de crédito	-	48.370	73.023	-	-	-	121.393	1.328	-	122.721
Crédito a clientes (saldo bruto)	39.846	4.583.222	3.067.389	168.433	94.032	293.370	8.246.291	23.248	31.790	8.301.329
Investimentos a deter até a maturidade	-	343.512	749.872	1.134.958	246.307	223.478	2.698.127	62.424	-	2.760.551
	553.298	5.835.120	4.767.543	1.601.453	523.279	717.541	13.998.234	103.907	31.790	14.133.931
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	950.000	-	950.000	-	-	1.900.000	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	-	446	651	212	-	-	1.309	-	-	1.309
Recursos de outras instituições de crédito	2.437	95.434	84.378	49.046	-	-	231.295	924	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	15.714	3.539.415	5.152.550	1.291.692	9.185	3.854	10.012.410	73.110	27.304	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	617	127.819	-	-	-	-	128.435	400	-	128.835
	18.768	4.713.114	5.237.579	2.290.950	9.185	3.854	12.273.450	112.603	35.313	12.421.366
Exposição Líquida	534.530	1.122.006	(470.036)	(689.497)	514.094	713.687	1.724.784	(6.696)	(3.523)	1.712.585

2011										
Datas de Reflexão/Datas de Maturidade										
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Subtotal	Não Sujeito a risco de taxa de juro	Indeterminado	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	-	-	-	-	-	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	-	-	-	-	-	93.457	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	2.710	7.268	9.978	-	2.162	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através	-	-	7.157	21	6.681	830	14.689	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	-	194.840	33.454	120.082	163.460	178.168	690.004	133.436	3.432	826.872
Aplicações em instituições de crédito	-	294.881	8.300	-	-	-	303.181	844	-	304.025
Crédito a clientes (saldo bruto)	41.507	4.855.707	2.966.268	194.860	103.482	296.200	8.458.024	25.545	23.714	8.507.283
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.151.710	450.986	1.248.636	229.584	207.951	3.288.867	62.424	-	3.351.291
	384.452	6.497.138	3.466.165	1.563.599	505.917	690.417	13.107.688	222.249	29.308	13.359.245
Passivos										
Recursos de bancos centrais	-	1.300.000	-	-	300.000	-	1.600.000	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	980	736	-	-	1.716	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de crédito	3.077	174.558	115.872	5.500	-	-	299.007	20	5.705	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	23.132	3.772.555	4.107.510	1.813.200	11.094	3.371	9.730.862	57.519	33.071	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	1.133	123.473	-	-	-	-	124.606	400	-	125.006
	27.342	5.370.586	4.224.362	1.819.436	311.094	3.371	11.756.191	88.985	38.776	11.883.952
Exposição Líquida	357.110	1.126.552	(758.197)	(255.837)	194.823	687.046	1.351.497	133.264	(9.468)	1.475.293

Considerando os valores apurados, os quadros anteriores apresentam uma exposição ao risco de taxa de juro, tanto da margem financeira como do valor económico do capital, pouco relevante. Este risco mede o impacto de uma variação das taxas de juro, positiva ou negativa, sobre os referidos indicadores em função da exposição líquida nos diversos intervalos temporais.

Apresenta-se de seguida a análise de sensibilidade para o risco de taxa de juro a que o GCA se encontra exposto em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, efectuada a partir da simulação, nos activos e passivos sensíveis, de variações de até 200 pontos base nas taxas de referência, (valores em milhares de Euros):

	2012					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	36.407	22.148	11.675	(12.330)	(24.904)	(49.641)
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.562	771	383	(378)	(750)	(1.481)
Activos financeiros de negociação	3.358	1.618	794	(766)	(1.505)	(2.907)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	433	213	105	(103)	(205)	(401)
Activos financeiros disponíveis para venda	63.289	30.755	15.051	(14.582)	(28.857)	(55.746)
Aplicações em instituições de crédito	1.268	628	313	(310)	(617)	(1.224)
Crédito a clientes (saldo bruto)	234.153	111.294	54.301	(51.785)	(101.217)	(193.599)
Investimentos a deter até à maturidade	112.558	55.175	27.188	(26.587)	(52.757)	(102.927)
	<u>453.027</u>	<u>222.601</u>	<u>109.810</u>	<u>(106.842)</u>	<u>(210.812)</u>	<u>(407.927)</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	42.205	20.768	10.302	(10.142)	(20.127)	(39.639)
Recursos de outras instituições de crédito	2.357	1.167	581	(575)	(1.144)	(2.266)
Recursos de clientes e outros empréstimos	115.263	56.991	28.338	(28.029)	(55.754)	(110.315)
Outros passivos subordinados	475	241	122	(123)	(248)	(500)
Passivos financeiros de negociação	(1)	2	4	6	8	10
	<u>160.300</u>	<u>79.168</u>	<u>39.346</u>	<u>(38.862)</u>	<u>(77.264)</u>	<u>(152.709)</u>
<i>Impacto no valor económico</i>	<u>292.727</u>	<u>143.433</u>	<u>70.464</u>	<u>(67.979)</u>	<u>(133.548)</u>	<u>(255.218)</u>
	2011					
	impacto resultante da variação da taxa de juro de referência					
	- 200 bp	- 100bp	- 50 bp	+ 50 bp	+ 100 bp	+ 200 bp
Activo						
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	(259)	(100)	(44)	32	54	73
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.785	881	437	(432)	(858)	(1.693)
Activos financeiros de negociação	3.501	1.669	852	(681)	(1.400)	(2.749)
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	602	307	152	(148)	(294)	(576)
Activos financeiros disponíveis para venda	47.577	25.221	12.278	(11.816)	(23.349)	(44.731)
Aplicações em instituições de crédito	157	78	39	(39)	(77)	(153)
Crédito a clientes (saldo bruto)	212.340	100.768	49.138	(46.823)	(91.489)	(174.904)
Investimentos a deter até à maturidade	75.529	38.691	19.081	(18.667)	(37.020)	(72.317)
	<u>341.232</u>	<u>167.513</u>	<u>81.932</u>	<u>(78.573)</u>	<u>(154.434)</u>	<u>(297.050)</u>
Passivo						
Recursos de bancos centrais	20.952	10.282	5.094	(5.001)	(9.912)	(19.473)
Recursos de outras instituições de crédito	884	438	218	(216)	(431)	(856)
Recursos de clientes e outros empréstimos	120.889	59.720	29.682	(29.334)	(58.325)	(115.306)
Outros passivos subordinados	369	186	93	(94)	(188)	(378)
Passivos financeiros de negociação	4	2	1	(1)	(2)	(4)
	<u>143.097</u>	<u>70.628</u>	<u>35.088</u>	<u>(34.646)</u>	<u>(68.859)</u>	<u>(136.017)</u>
<i>Impacto no valor económico</i>	<u>198.135</u>	<u>96.886</u>	<u>46.844</u>	<u>(43.926)</u>	<u>(85.574)</u>	<u>(161.033)</u>

O Mapa de Análise de Sensibilidade mostra-nos a variação do valor de mercado teórico das diversas rubricas de Activos e Passivos em diversos cenários de variação das taxas de juro de mercado (+50bp, +100bp, +200bp, -50bp, -100bp, -200bp), procedendo para tal à actualização dos cash flows associados a cada operação nos distintos cenários de mercado considerados.

A variação em termos absolutos do Valor Residual (Activos menos Passivos) pode ser interpretada como o Impacto no Valor Económico dos Capitais Próprios do Grupo..

Risco de Liquidez

O risco de liquidez está associado à potencial incapacidade do Grupo Crédito Agrícola financiar o seu activo satisfazendo nas datas contratadas todas as responsabilidades exigíveis.

A política de gestão da liquidez é definida e monitorizada pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO), estando a sua gestão diária cometida ao Departamento Financeiro.

Para avaliar a exposição global a este tipo de risco, no curto, médio e longo prazos, são elaborados relatórios que permitem não só identificar os *mismatch* negativos, como avaliar a cobertura dinâmica dos mesmos. É também realizado um acompanhamento por parte do Grupo e da Caixa Central dos rácios de liquidez de um ponto de vista prudencial, calculados segundo as regras exigidas pelo Banco de Portugal.

Refira-se que em matéria de liquidez, o Grupo Crédito Agrícola prossegue uma política conservadora que se traduz num rácio de transformação em cada uma das suas unidades claramente abaixo da média do rácio de transformação do sistema financeiro nacional.

Os recursos excedentários do Grupo Crédito Agrícola são canalizados para a Caixa Central, onde são centralmente aplicados em activos de boa qualidade creditícia e liquidez, nomeadamente obrigações de dívida pública de países da Zona Euro e aplicações de prazo curto sobre Instituições de Crédito de referência, nacionais ou internacionais.

O Grupo Crédito Agrícola dispõe de uma sólida implantação no mercado de retalho, distribuída de forma equilibrada ao longo do país, que se traduz numa rede de 686 balcões e numa base de funding dispersa, estável e com elevada permanência.

Numa óptica de prevenção e de gestão de contingência de risco de liquidez são especialmente tidos em conta e acompanhados os seguintes aspectos:

- Controle e contenção de eventuais concentrações de recursos comerciais que, tendendo a desenvolver-se, pudessem vir a concorrer para uma maior permeabilidade da carteira diminuindo a sua estabilidade e permanência. São efectuadas regularmente simulações de impactos ao abrigo de hipóteses conservadoras sobre a estabilidade dos recursos de retalho e sem consideração do concurso de fontes de financiamento adicionais.

- Embora sem dependência de tais fontes de financiamento complementares atendendo à posição estrutural de tesouraria do Grupo Crédito Agrícola, manutenção de linhas de financiamento junto de Instituições de Crédito nacionais e internacionais, regularmente testadas;
- Lançamento regular de produtos de passivo que concorram para a manutenção dos padrões de permanência dos recursos projectados.
- Manutenção de uma almofada de activos com liquidez imediata para fazer face a um qualquer aumento inesperado de saídas de caixa.

A tesouraria da CA Vida é acompanhada numa base diária, existindo controlos dos saldos bancários e dada a orientação necessária para que sejam cumpridas as necessidades de liquidez. A gestão prudente do risco de liquidez implica a manutenção de dinheiro ou instrumentos financeiros líquidos suficientes e a possibilidade de fechar posições de mercado. A Gestão monitoriza previsões actualizadas da reserva de liquidez considerando os fluxos de caixa esperados, tendo por base uma análise da maturidade contratual remanescente dos passivos financeiros e das suas obrigações com contratos de seguro e a data esperada dos inflows dos activos financeiros. Especificamente no que respeita às carteiras de investimento, a Entidade Gestora faz a gestão diária da tesouraria, tendo em consideração os fluxos de entrada e saída de dinheiro, e as liquidações das transacções realizadas sobre valores mobiliários. Adicionalmente, faz parte da política de investimentos a aquisição privilegiada de valores mobiliários transaccionados em mercados regulamentados.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 os prazos residuais contratuais dos instrumentos financeiros apresentam a seguinte composição (valores em milhares de Euros):

	2012								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	-	-	-	-	-	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	-	-	-	-	-	-	-	79.545
Activos financeiros detidos para negociação	-	(2.605)	(3.886)	(10.504)	8.392	26.530	-	462	18.389
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	7.391	938	-	-	-	8.329
Activos financeiros disponíveis para venda	-	789.004	872.456	291.398	164.359	291.943	-	-	2.409.160
Aplicações em instituições de crédito	-	43.043	78.350	-	-	-	1.328	-	122.721
Crédito a clientes (saldo bruto)	-	615.944	623.526	1.308.183	4.974.239	756.189	23.248	-	8.301.329
Investimentos a deter até à maturidade	-	263.107	837.259	1.199.491	235.982	188.167	36.545	-	2.760.551
	513.452	1.708.493	2.407.705	2.795.959	5.383.910	1.262.829	61.121	462	14.133.931
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	950.000	950.000	-	-	-	7.790	-	1.907.790
Passivos financeiros detidos para negociação	-	379	(116)	211	-	-	-	835	1.309
Recursos de outras instituições de crédito	9.302	103.936	82.247	43.819	-	-	924	-	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	2.576.157	2.887.810	4.241.298	321.157	9.400	3.892	73.110	-	10.112.824
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	30.379	-	30.379
Outros passivos subordinados	-	-	10.061	45.773	26.489	46.000	512	-	128.835
	2.585.459	3.942.125	5.283.490	410.960	35.889	49.892	112.715	835	12.421.365
Diferencial	(2.072.007)	(2.233.632)	(2.875.785)	2.384.999	5.348.021	1.212.937	(51.594)	(373)	1.712.566

	2011								
	Prazos residuais contratuais								
	À vista	Até 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Juros e comissões diferidas	Indeterminado	Total
Activo									
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	-	-	-	-	-	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	-	-	-	-	-	-	-	93.457
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	5.962	4.743	-	-	-	-	1.435
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7.052	109	6.766	762	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	-	145.465	42.079	162.765	168.062	253.961	51.108	3.432	826.872
Aplicações em instituições de crédito	-	288.581	14.600	-	-	-	844	-	304.025
Crédito a clientes (saldo bruto)	7.592	693.135	692.504	1.377.543	4.993.852	717.112	25.545	-	8.507.283
Investimentos a deter até à maturidade	-	1.056.458	485.635	1.354.006	209.074	183.694	62.424	-	3.351.291
	350.537	2.183.639	1.247.832	2.899.166	5.377.754	1.155.529	139.921	4.867	13.359.245
Passivos									
Recursos de bancos centrais	-	1.300.000	-	-	300.000	-	385	-	1.600.385
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	980	736	-	-	-	-	1.716
Recursos de outras instituições de crédito	3.077	190.832	110.803	-	-	-	20	-	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	22.966	5.543.181	3.293.704	889.274	11.366	3.442	57.519	-	9.821.452
Instrumentos representativos de capital	-	-	-	-	-	-	30.661	-	30.661
Outros passivos subordinados	-	2.500	5.742	37.896	36.457	42.011	400	-	125.006
	26.043	7.036.513	3.411.229	927.906	347.823	45.453	88.985	-	11.883.952
Diferencial	324.494	(4.852.874)	(2.163.397)	1.971.260	5.029.931	1.110.076	50.936	4.867	1.475.293

Considerando a informação acima indicada, poder-se-á concluir pela existência de um risco de liquidez reduzido.

Risco de Crédito

No decurso de 2012 foi reforçado o processo de consolidação das estruturas de suporte à gestão do risco de crédito e, em paralelo, uma maior homogeneização da cultura de risco, transversal a todo o SICAM e em linha com os objectivos estratégicos do GCA, o que foi possível devido ao esforço de investimento

realizado na área tecnológica durante os últimos anos.

O desempenho das actividades e projectos resultantes da Gestão de Risco permaneceu amplamente condicionado pela necessária afectação de recursos, tecnológicos e humanos, ao seguimento dos trabalhos no referente à avaliação das carteiras de crédito relativas aos sectores da construção e promoção imobiliária (que têm sido particularmente afectados pelo actual contexto macroeconómico) no âmbito do Programa Especial de Inspeções (OIP) do sistema financeiro nacional e que envolveu oito maiores grupos bancários nacionais, entre os quais o Grupo Crédito Agrícola, representado pela Caixa Central, o qual foi desenvolvido, na linha do anterior SIP, no contexto do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal, acordado em Maio de 2011 com o Fundo Monetário Internacional, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.

O OIP incidiu, nomeadamente, sobre os seguintes aspectos:

- i. Avaliação da imparidade do crédito à construção e às actividades imobiliárias relativa a activos localizados em Portugal e Espanha, através da verificação por amostragem (incluindo os créditos reestruturados) do reconhecimento apropriado dos níveis de imparidade e da conformidade com as NIC;
- ii. Avaliação das políticas e procedimentos aplicados pelos bancos na reestruturação e renegociação de créditos, com o objectivo de, determinar o grau de implementação da instrução 18/2012 do Banco de Portugal (relativa à identificação dos créditos reestruturados);
- iii. Avaliação das políticas e procedimentos utilizados pelos bancos na gestão e recuperação de activos recebidos por dação em pagamento ou por execução de hipotecas.

As necessidades de reforço das imparidades registadas e o impacto dos resultados sobre o rácio Core Tier 1 foram imateriais, não comprometendo, neste último, o cumprimento do mínimo regulamentar exigido de 10%. Os resultados alcançados no âmbito destes trabalhos permitiram, igualmente, concluir que o GCA utiliza as metodologias adequadas à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados, embora com necessidade de promover algumas melhorias em áreas pontuais, para as quais, desde logo, se iniciou a adopção das adequadas medidas correctivas.

Apesar do condicionamento mencionado, foram implementadas um conjunto de melhorias nos processos de gestão de risco e foi dada continuidade a projectos iniciados em períodos anteriores. Entre estas, merecem destaque as seguintes iniciativas:

1. Projectos que registaram evolução em 2012

1.1 Gestão de grupos económicos e de riscos (GER)

CENTRAL DE BALANÇOS – No decurso de 2012 procedeu-se à adequação da aplicação Central de Balanços aos novos modelos de contas introduzidos pelo Sistema de Normalização Contabilística, conservando-se a sua função de repositório de informação económica e financeira de empresas com envolvimento e/ou potencial envolvimento no Crédito Agrícola. A aplicação manteve o vasto leque de possibilidades na produção de relatórios, para consulta, impressão e/ou exportação, proporcionando diferentes dimensões de análise, designadamente na vertente individual e comparativa das demonstrações financeiras, incluindo indicadores e rácios económico-financeiros, relacionando estes elementos com as médias do sector a partir da informação residente na aplicação e apresentando os dados num formato gráfico. No lançamento da nova versão foi incorporada, desde logo, a informação relativa ao Balanço, Demonstração dos Resultados e Anexo dos clientes empresa, para os exercícios de 2009, 2010 e 2011.

INFRA-ESTRUTURA DE SUPORTE AO RISCO (ISR) – Iniciaram-se os testes de qualidade e de aceitação necessários à entrada em produção desta infra-estrutura no âmbito das funcionalidades de cálculo da imparidade, de cálculo de requisitos de capital e reporte prudencial, prevendo-se a sua conclusão, durante o 1º semestre de 2013.

SOLUÇÃO DE PROPOSTAS E CREDIT SCORING (SPCS) – No sentido de dar cumprimento aos deveres de informação dos contratos de crédito garantidos por hipoteca ou por outro direito sobre coisa imóvel celebrados com consumidores, estabelecidos pelo Decreto-Lei n.º 226/2012, principiaram-se as actividades de adequação do fluxo de trabalho que suporta o processo de análise e concessão do crédito (associado a modelos de scoring), com especial enfoque na respectiva documentação (e.g. proposta, ficha de informação normalizada, minuta contratual).

FERRAMENTA DE GESTÃO DE GARANTIAS – No decurso de 2012 prosseguiu a implementação técnica desta ferramenta, assim como o processo de certificação de qualidade da informação carregada. A presente iniciativa visa sistematizar um novo processo de registo de todas as garantias recebidas, subjacentes às operações de crédito do SICAM, permitindo uma caracterização detalhada, de forma a sustentar a melhoria dos processos de cálculo de provisões e de requisitos de capital e a melhorar a gestão do risco e o acompanhamento dos dossiers de crédito.

PLANOS DE RECUPERAÇÃO – Com o objectivo de identificar as medidas susceptíveis de serem adoptadas para corrigir de forma tempestiva uma eventual situação de desequilíbrio financeiro, ou mesmo para evitar que a enfrente, o Decreto-Lei nº 31-A/2012 e o Aviso 12/2012, do Banco de Portugal, vieram introduzir a obrigação de as instituições de crédito autorizadas a receber depósitos, apresentarem ao Banco de Portugal um plano de recuperação. Neste sentido, iniciaram-se os trabalhos, com particular

foco nos níveis de capital e liquidez, com o objectivo de dar resposta a este novo enquadramento regulamentar.

PROGRAMA ESPECIAL DE INSPECÇÕES (SIP): Início da análise e implementação de um conjunto de oportunidades de melhoria pontuais identificadas no decurso da inspecção, que incidiu sobre os cálculos de perdas por imparidade e requisitos de fundos próprios da carteira de crédito e metodologias utilizadas nos exercícios de testes de esforço, não obstante os resultados alcançados estabelecerem que o GCA utiliza, no essencial, as políticas, procedimentos e controlos adequados à sua dimensão e perfil de risco, na generalidade dos aspectos analisados.

2. Actividades cuja continuidade foi assegurada

PLANO DE FINANCIAMENTO E DE CAPITAL – No quadro do Memorando de Entendimento do Programa de Assistência Económica e Financeira, realiza-se um reporte trimestral relativo ao Plano de Financiamento e de Capital, através do qual o Banco de Portugal e a Troika (CE/BCE/FMI) monitorizam o GCA (e os restantes sete maiores grupos financeiros nacionais), num teor vincadamente prospectivo a partir de dois cenários macroeconómicos (um base e outro adverso) onde são estabelecidos princípios, orientações e restrições, quanto a um conjunto alargado de indicadores. Nos principais aspectos a monitorizar, salientam-se a evolução do rácio de solvabilidade, das posições de liquidez, do processo de desalavancagem (rácio de transformação), das carteiras de recursos, crédito e de títulos e, ainda, da evolução das respectivas imparidades.

TESTES DE ESFORÇO – Atendendo à participação do GCA nos exercícios trimestrais de avaliação da solvabilidade e liquidez em cenário macroeconómico adverso, no contexto das revisões do Plano de Financiamento e Capital no âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira, foi concedida a isenção das obrigações de reporte previstas na Instrução nº 4/2011 sobre testes de esforço. Naturalmente, os exercícios trimestrais mencionados pretendem alcançar uma abordagem prospectiva em condições adversas, pelo que configuram efectivos testes de esforço, nos quais o Banco de Portugal e Troika estabelecem o cenário macroeconómico, magnitudes para um conjunto de variáveis, designadamente factores de risco e um conjunto de normas e restrições, em particular no que se refere à estratégia de negócio e o planeamento de capital.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO – Prosseguiram os trabalhos conducentes à estruturação e melhoria do sistema de controlo interno do SICAM, dando cumprimento aos requisitos regulamentares definidos pelo Aviso 5/2008, do Banco de Portugal, tendo sido elaborado o relatório relativo ao exercício da Função Risco na Caixa Central e o reporte das deficiências detectadas ao nível do SICAM, bem como das medidas em curso com vista à sua mitigação.

MODELO DE RATING PARA EMPRESAS – O SICAM dispõe de um modelo heurístico de rating associado a um processo de work-flow. Com esta metodologia de notação de risco para empresas visa-se uniformizar a análise dos “clientes empresa” e do respectivo risco de crédito, possibilitando ao Grupo continuar a desenvolver e a melhorar a sua capacidade de gestão do risco, com base numa visão mais exacta do perfil de risco da sua carteira.

SOLUÇÃO DE PROPOSTAS E CREDIT SCORING (SPCS) – Conforme disposto no Aviso 5/2007 e na Instrução 11/2007 do Banco de Portugal, de acordo com as melhores práticas ao nível da gestão de risco, as instituições de crédito devem definir metodologias consistentes para avaliar a estabilidade e o desempenho dos seus sistemas de notação de risco e respectivas estimativas dos parâmetros, particularmente se conservam um adequado poder discriminante. Neste sentido iniciou-se o backtesting relativo ao modelo de scoring de cartões de crédito para particulares.

FERRAMENTA DE GESTÃO DE GRUPOS ECONÓMICOS E DE RISCO – A presente ferramenta permite a gestão automatizada dos Grupos Económicos e de Risco. O SICAM dispõe assim, de uma base de dados única, completa e actualizada, de informação centralizada relativa a grupos de clientes relacionados entre si, conferindo maior fiabilidade e uniformidade à informação utilizada em diversos processos como, o cálculo da imparidade, o cálculo dos grandes riscos, a gestão de limites por cliente, o nível de concentração da exposição face a grupos de clientes, etc.

RISCO DE CONCENTRAÇÃO – Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade. Neste sentido, e de acordo com a Instrução 5/2011 do Banco de Portugal, foi elaborado o relatório onde se apresentou e analisou a situação do SICAM, não só no que respeita à carteira de crédito, mas também no que se refere à carteira de recursos e análise de liquidez dos activos e passivos do balanço.

Exposição máxima ao risco de crédito

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a exposição máxima ao risco de crédito por tipo de instrumento financeiro, excluindo os títulos em carteira, pode ser resumida como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Patrimoniais:		
Crédito a clientes	8.301.328.987	8.507.282.600
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.544.798	93.456.831
Aplicações em instituições de crédito	122.720.945	304.024.843

8.503.594.730 8.904.764.274

Extrapatrimoniais:

Garantias prestadas	256.307.167	242.961.371
Compromissos irrevogáveis	772.245.479	706.977.214
	-----	-----
	1.028.552.646	949.938.585
	-----	-----
	9.532.147.376	9.854.702.859
	=====	=====

Qualidade do crédito dos activos financeiros sem incumprimentos ou imparidade

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a qualidade de crédito dos activos financeiros de acordo com o rating de referência interno, pode ser resumida como se segue (valores em milhares de euros):

Activo	2012								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	10.944	-	18.377.987	18.388.931
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	-	-	1.971.436	6.357.181	-	-	8.328.617
Activos financeiros disponíveis para venda	163.404.603	93.528.017	26.393.779	4.111.641	188.928.535	1.821.582.442	-	111.211.105	2.409.160.122
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	17.526.894	41.559.032	10.013.040	83.603.577	2.607.848.802	-	-	2.760.551.345
	163.404.603	111.054.911	67.952.811	14.124.681	274.503.548	4.435.799.369	-	129.589.092	5.196.429.015

Activo	2011								Total
	Aaa	Aa1	Aa2	Aa3	Entre A1 e A3	Baa1 a B3	C	Indeterminado	
Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-	-	-	-	12.140	12.140
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	8.884	-	5.761	44	-	-	14.689
Activos financeiros disponíveis para venda	302.612	14.493	21.068	56.351	134.182	215.167	-	82.999	826.872
Activos financeiros detidos até à maturidade	46.052	6.738	24.311	56.014	167.775	3.048.085	-	2.316	3.351.291
	348.664	21.231	54.263	112.365	307.718	3.263.296	-	97.455	4.204.992

O Grupo Crédito Agrícola utiliza como rating de referência, o rating divulgado pela agência internacional Moody's, ou caso este não exista, o maior dos ratings divulgados pelas agências Fitch e Standard & Poors.

Relativamente ao crédito a clientes, e tal como referido acima, o Grupo não dispõe actualmente de ratings internos ou externos de modo a aferir da qualidade da sua carteira. O GCA implementou recentemente um sistema de scoring para particulares para auxílio à decisão da concessão de crédito e planeia implementar brevemente um sistema de rating para empresas.

Reestruturações

Em 31 de Dezembro de 2012, o valor de balanço de crédito a clientes cujos termos tenham sido renegociados ou considerados em incumprimento ou com imparidade é o seguinte:

Crédito em Risco	Crédito a clientes reestruturado (bruto)	Crédito a clientes em risco (bruto)	Do qual: crédito reestruturado	Crédito a clientes com incumprimento (bruto)	Provisões / imparidades acumuladas pra crédito	Crédito abatido ao activo
Sector privado residentes	593.199.423	886.109.654	22.168.145	649.306.835	640.551.384	504.602.352
Particulares residentes, do qual:	140.460.727	364.195.170	7.688.249	248.017.513	239.409.680	233.349.296
Habitação	23.959.713	103.018.100	111.578	56.337.713	37.623.099	5.019.531
Consumo e outras finalidades	116.501.014	261.177.070	7.576.671	191.679.800	201.786.581	228.329.765
Sociedades não financeiras residentes	452.738.696	521.914.485	14.479.897	401.289.322	401.141.705	271.253.056
Administração pública	132.248	1.376.339	-	-	-	-
Outros residentes	-	-	-	-	-	-
Não residentes	22.393	1.138.037	-	256.444	624.999	192.386
Total	593.354.064	888.624.030	22.168.145	649.563.279	641.176.383	504.794.738

Antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, a antiguidade do incumprimento das operações de crédito vencidas pode ser resumida como segue (Nota 13):

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Até 3 meses	27.339.470	43.057.623
De 3 a 6 meses	30.557.617	35.592.925
De 6 a 12 meses	99.296.221	103.798.845
De 1 a 3 anos	254.882.652	211.054.671

De 3 a 5 anos	109.301.044	92.989.912
Mais de 5 anos	73.871.777	56.144.398
Juros a receber	12.508.343	12.096.622
	-----	-----
	607.757.124	554.734.996
	=====	=====

Riscos específicos da actividade seguradora

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do risco específico de seguros.

Natureza do risco específico de seguros

O risco específico de seguros inclui os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- a) Risco de desenho dos produtos: risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- b) Risco de prémios: relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação).
- c) Risco de subscrição: risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- d) Risco de provisionamento: é o risco de as provisões para sinistros constituídas venham a revelar-se insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.

e) Risco de sinistralidade: é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.

f) Risco de retenção: é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.

Existe ainda o risco catastrófico, o qual resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

Gestão do risco específico de seguros

O risco específico de seguros é gerido pela Companhia através da implementação de processos operacionais, com controlos preventivos e detectivos embebidos, com elevada automatização, utilizando pessoal qualificado e com responsabilidades atribuídas aos directores de topo:

a) Desenho dos produtos (novos e alterações aos existentes) e tarifação, no âmbito do qual são identificados os riscos resultantes das coberturas e capitais seguros, definidos os sistemas de determinação dos prémios, verificada a adequação do programa de resseguro associado aos novos produtos, verificado o cumprimento das normas legais e regulamentos internos, efectuado um programa de testes completo, definido o plano de formação e contratação de serviços em outsourcing associados ao novo produto. As tarifas aplicadas aos riscos são ajustadas em função de factores de tarifação, que permitem avaliar o nível de risco associado a cada contrato de seguro, o que é determinado com base em estudos técnico-actuariais.

b) Distribuição e gestão da carteira de riscos, no âmbito do qual são definidas as políticas de subscrição, os níveis de delegação de poderes na aceitação de riscos, os sistemas de incentivos à venda e à subscrição de novos seguros e os procedimentos de gestão da carteira e de revisão de prémios. As regras de aceitação de riscos são parametrizadas nos sistemas informáticos de suporte, bem como fixados mecanismos de impedimento e alerta sempre que alguma dessas regras seja violada. A aceitação de condições de excepção/interditas compete à Área de Subscrição.

c) Provisionamento, no âmbito do qual são geridas e definidas as provisões técnicas, assegurando a cobertura das obrigações da Companhia perante os segurados e sinistrados, com base em estudos de adequação das provisões regularmente preparados pela Actuária Responsável.

d) Gestão de sinistros, no âmbito do qual são efectuados os pagamentos de indemnizações a sinistrados, assegurando: (i) o tratamento e gestão dos sinistros de forma atempada; (ii) a rápida

prestação de assistência aos sinistrados; (iii) o cumprimento rigoroso das leis, normas regulamentares e regulamentos internos; (iv) a minimização do custo médio dos sinistros, sem comprometer o tratamento justo de todos os reclamantes e sinistrados.

e) Gestão do resseguro, no âmbito do qual é efectuada a especificação, implementação, monitorização, reporte e controlo dos tratados e outras condições acordadas com as resseguradoras; a política de resseguro desempenha um papel central na mitigação dos riscos específicos de seguros, permitindo uma maior estabilização de resultados e dos níveis de solvência, a utilização mais eficiente dos capitais disponíveis e aumentar a capacidade de aceitação de riscos da Companhia.

A gestão do risco específico de seguros é ainda suportada pela realização de estudos diversos pelo Gabinete Técnico e pela Actuária Responsável, que analisam a adequação das tarifas, identificam os tipos de risco e segmentos mais rentáveis, e determinam os valores adequados para as provisões técnicas.

Justo valor de activos e passivos financeiros

A comparação entre o justo valor e o valor de balanço dos principais activos e passivos, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, é apresentado no quadro seguinte (montantes em milhares de Euros):

	2012				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	433.907	433.907	-	-	433.907
Disponibilidades em outras instituições de crédito	79.545	79.545	-	-	79.545
Aplicações em Instituições de Crédito	122.721	125.232	2.511	-	122.721
Crédito a Clientes (saldo líquido)	7.417.492	7.385.897	(31.595)	242.661	7.660.153
Investimentos a deter até a maturidade	2.760.551	2.807.347	46.796	-	2.760.551
	10.814.216	10.831.928	17.712	242.661	11.056.877
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.907.790	1.907.790	-	-	1.907.790
Recursos de OICs	232.219	235.356	3.137	8.009	240.228
Recursos de clientes e outros empréstimos	10.068.292	10.102.212	33.920	44.532	10.112.824
Outros passivos subordinados	128.835	129.345	510	-	128.835
	12.337.136	12.374.703	37.567	52.541	12.389.677

	2011				
	Saldos Analisados			Saldos não analisados	Valor de balanço Total
	Valor de balanço	Justo valor	Diferença	Valor de balanço	
Activo					
Caixa e disponibilidades em Bancos Centrais	249.488	249.488	-	-	249.488
Disponibilidades em outras instituições de crédito	93.457	93.457	-	-	93.457
Aplicações em Instituições de Crédito	304.025	304.398	373	-	304.025
Crédito a Clientes (saldo líquido)	7.702.810	7.194.287	(508.523)	210.754	7.913.564
Investimentos a deter até a maturidade	3.351.291	3.054.692	(296.599)	-	3.351.291
	11.701.071	10.896.322	(804.749)	210.754	11.911.825
Passivo					
Recursos de bancos centrais	1.600.385	1.600.385	-	-	1.600.385
Recursos de OICs	304.732	307.557	2.825	-	304.732
Recursos de clientes e outros empréstimos	9.821.452	9.810.633	(10.819)	-	9.821.452
Outros passivos subordinados	125.006	125.130	124	-	125.006
	11.851.575	11.843.705	(7.870)	-	11.851.575

As principais considerações sobre o justo valor dos activos e passivos financeiros são as seguintes:

- Relativamente aos saldos à vista, considerou-se que o valor de balanço corresponde ao justo valor;
- Relativamente aos investimentos a deter até à maturidade, utilizou-se o bid de mercado máximo de uma pool de 10 contribuidores;
- O justo valor dos restantes instrumentos foi determinado pelo Grupo Crédito Agrícola com base em modelos de fluxos de caixa descontados, tendo em consideração as condições contratuais das operações e utilizando taxas de juro apropriadas face ao tipo de instrumento, incluindo:
 - a) Taxas de juro de mercado para “Aplicações em Instituições de Crédito” e “Outros Passivos Subordinados”;
 - b) Taxa de juro praticadas nas operações concedidas pela Caixa Central para tipos de créditos comparáveis;
 - c) Taxas de juro de referência para emissão de produtos para colocação no retalho.

Foram utilizadas curvas específicas para as rubricas de “Crédito a Clientes”, “Aplicações em outras instituições de crédito” e “Recursos de outras instituições de crédito” que tiveram por base a aplicação sobre a curva Euribor/SWAP a 31 de Dezembro de 2012 dos spreads médios das operações efectuadas nos últimos 3 meses até 31 de Dezembro de 2012. As taxas aplicadas foram as seguintes:

	Euribor - Euribor / Swap	Spread Crédito Particulares	Spread Crédito Negócio	Spread Crédito Habitação	Spread Recursos Clientes	Spread Recursos OICs
1 day (overnight)	0,13%					
1 month(s)	0,11%					
2 month(s)	0,15%					
3 month(s)	0,19%					
4 month(s)	0,23%					
5 month(s)	0,28%					
6 month(s)	0,32%					
9 month(s)	0,43%					
12 month(s)	0,54%					
2 year(s)	0,40%	7,72%	4,82%	0,97%	1,30%	2,63%
3 year(s)	0,50%					
4 year(s)	0,64%					
5 year(s)	0,81%					
8 year(s)	1,34%					
10 year(s)	1,61%					
15 year(s)	2,06%					
20 year(s)	2,21%					
30 year(s)	2,28%					

Como previsto na norma IFRS7 e para efeitos de apresentação, os instrumentos financeiros registados em balanço ao justo valor são classificados com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – Cotações em mercado activo

Neste nível englobam-se os instrumentos financeiros valorizados com base em preços de mercados activos (*bids* executáveis) divulgados através de plataformas de negociação.

Nível 2 – Técnicas de valorização baseadas em dados de mercado

Neste nível são considerados os instrumentos financeiros valorizados com recurso a modelos internos que utilizam dados observáveis no mercado, nomeadamente curvas de taxas de juro ou taxas de câmbio.

Nível 3 – Técnicas de valorização utilizando inputs não baseados em dados observáveis em mercado

Englobam-se neste nível os instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização internas considerando essencialmente inputs não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento ou valorizados com base em *bids* indicativos calculados por terceiros através de modelos de valorização.

Em 31 de Dezembro de 2012, a forma de apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros reflectidos nas demonstrações financeiras, pode ser resumida como se segue:

	valorizados ao custo histórico ⁽¹⁾	Cotações em mercado activo ⁽²⁾	Técnicas de Valorização		Total
			Dados de mercado ⁽³⁾	Modelos ⁽⁴⁾	
Activos financeiros detidos para negociação	-	473.135	17.915.796	-	18.388.931
Outros activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	8.328.617	-	-	8.328.617
Activos financeiros disponíveis para venda	-	2.405.543.720	-	2.008.207	2.407.551.927
	-	2.414.345.472	17.915.796	2.008.207	2.434.269.475
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-	1.309.351	-	1.309.351
	-	-	1.309.351	-	1.309.351

(1) Títulos não cotados para os quais não é possível determinar de forma fiável o justo valor.

(2) Para além dos instrumentos financeiros cotados em Bolsas de Valores, esta categoria inclui os títulos valorizados com base em preços de mercados activos divulgados através de plataformas de negociação.

(3) Valorização baseada em taxas de mercado (curvas de swap).

(4) Correspondem a títulos valorizados através de Bids indicativos informados pelo emissor (Nível 3). A totalidade do valor corresponde aos títulos de dívida subordinada “Banco Finantia Internacional”.

No exercício de 2012, não houve reclassificações entre níveis nem entre categorias de activos financeiros.

No que concerne à dívida soberana, saliente-se que, no final do exercício de 2012, a quase totalidade é respeitante a dívida pública portuguesa. A totalidade da dívida soberana desagrega-se por carteira e por país, conforme quadro explicativo:

	AFDN		OAFJVAR		AFDV		IDM	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
Portugal	10.974	10.944	28.000	27.720	1.543.219.119	1.534.944.520	1.458.727.218	1.412.442.896
Áustria	0	0	0	0	10.575.000	11.855.267	3.000.000	3.224.756
Bélgica	0	0	0	0	7.385.000	8.597.049	10.250.000	10.337.765
Espanha	0	0	0	0	100.750.000	100.282.999	91.795.000	89.633.902
França	0	0	0	0	48.300.000	52.761.019	9.900.000	10.283.975
Irlanda	0	0	0	0	0	0	34.980.000	32.169.251
Itália	0	0	0	0	11.250.000	11.724.045	34.980.000	33.192.091
Alemanha	0	0	0	0	64.210.000	69.437.244	0	0
Holanda	0	0	0	0	37.740.000	41.201.231	0	0
Canadá	0	0	0	0	2.500.000	3.058.231	0	0
Finlândia	0	0	0	0	11.250.000	12.898.850	0	0
Luxemburgo	0	0	0	0	1.000.000	1.036.707	0	0
Polónia	0	0	0	0	1.750.000	1.920.992	0	0
Totais	10.974	10.944	28.000	27.720	1.839.929.119	1.849.718.154	1.643.632.218	1.591.284.636

48. FUNDOS PRÓPRIOS CONSOLIDADOS

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos fundos próprios do Grupo Crédito Agrícola apresenta-se de seguida:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Fundos próprios de base	1.011.095.766	1.053.906.222
Fundos próprios complementares	52.649.980	83.382.657
Deduções	(71.313.347)	(52.005.681)
	-----	-----
Fundos próprios totais	992.432.399	1.085.283.198
	=====	=====
Riscos ponderados totais	9.087.939.516	8.571.359.575
	=====	=====
Rácio Core Tier 1	11,6%	12,5%
Rácio TIER I	11,1%	12,3%
Rácio TIER II	0,6%	1,0%
Rácio de solvabilidade	10,9%	12,7%

O rácio Tier 1 de 11,13% em Dezembro, reflecte a posição confortável do Grupo Crédito Agrícola que ao longo dos anos tem registado rácios Tier 1 acima do requisito mínimo de 8%, recomendado pelo Banco de Portugal desde finais de 2008 (carta circular nº 83/08/DSBDR do Banco de Portugal).

Com o Programa de Assistência Económica e Financeira, acordado no segundo trimestre de 2011 com o FMI, o BCE e a Comissão Europeia, as exigências ao nível da solvabilidade têm vindo a ser cada vez maiores, passando a ser dada uma maior ênfase ao rácio solvabilidade Core Tier 1, que corresponde à divisão do capital de maior qualidade e mais valorizado nos mercados como indicador da solidez financeira de uma instituição bancária, pelo total de activos ponderados pelo risco.

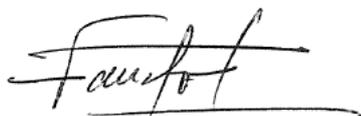
O Crédito Agrícola igualmente tem evidenciado ao longo do tempo um rácio de solvabilidade Core Tier 1 confortável, acima dos níveis mínimos de 9% para Dezembro de 2011 e de 10% para Dezembro de 2012 (Aviso nº 3/2011 Banco de Portugal), sendo o rácio de 11,57% obtido em Dezembro 2012 (contra 12,54% em Dezembro de 2011), reflexo da estabilidade e robustez dos capitais próprios do Grupo essencialmente mantidos à custa da incorporação dos resultados líquidos positivos.

Igualmente acima do nível mínimo de 8% definido pelo Banco de Portugal (Aviso nº 5/2007), está o rácio de Solvabilidade Global de 10,9% registado em Dezembro, o qual se encontra próximo dos 10,1% obtidos com as regras mais restritas de Basileia III (definição da European Banking Authority).

49. EVENTOS SUBSEQUENTES

À data da aprovação das presentes Demonstrações Financeiras pelo Conselho de Administração Executivo da Caixa Central, não se verificava nenhum evento subsequente a 31 de Dezembro de 2012, data de referência das referidas Demonstrações Financeiras, que exigissem ajustamentos ou modificações dos valores dos activos e dos passivos, nos termos da IAS 10 - Acontecimentos após a data do balanço.

O Responsável pela Contabilidade



O Conselho de Administração Executivo



GRUPO CRÉDITO AGRÍCOLA
DETALHE DOS TÍTULOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012
ANEXO I

Natureza e espécie	Entidade detentora dos títulos	Categoria do activo Instrução	Código do título	Tipo de emitente	País do emitente	Cotado/N/cotado	Cotação	Quantidade	Valor nominal	Critério valorimétrico	Valor de balanço	Correcções de valor	Valias (+/-)
<u>ACTIVOS FINANCEIROS DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO</u>													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
Portugal BT 2013-02-22	CCAM BATALHA	AFDN	PTPBTSGE0015	OUT	PRT	S	99,86%	10.974	1,00	JV	10.944	-	-
											10.944	-	-
Instrumentos de capital													
FIM Raiz Tesouraria	AGROCAPITAL SCR	AFDN	--	OUT	PRT	N	7,25	28.332	-	JV	226.660	-	-
FIM CA Monetário	AGROCAPITAL SCR	AFDN	--	OUT	PRT	N	5,42	43.352	-	JV	235.531	-	-
											462.191	-	-
Instrumentos financeiros derivados													
Forwards cambiais	CCCAM	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	75.753	-	-
Swaps de taxa de juro	CAVIDA	AFDN	--	-	-	-	-	-	-	-	17.840.043	-	-
											17.915.796	-	-
Total								82.658			18.388.931	-	-
<u>OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS</u>													
Instrumentos de dívida													
De dívida pública													
OT Junho 2009-2014 (OTE00E)	CA GEST	OAFJVAR	PTOTE00E0017	OUT	PRT	S	100,09%	28.000	1,00	JV	27.720	-	-
											27.720	-	-
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
ISPIM 01/15	CCCAM	OAFJVAR	XS0478285389	IC	ITA	S	102,28%	6.000.000	1,00	JV	6.329.461	-	-
UCGIM 2.625% 31/10/15	CAVIDA	OAFJVAR	IT0004638737	OUT	ITA	S	103,39%	1.000.000	1,00	JV	1.033.859	-	-
UCGIM 4.25% 29/07/16	CAVIDA	OAFJVAR	IT0004511959	OUT	ITA	S	110,30%	850.000	1,00	JV	937.577	-	-
											8.300.897	-	-
Total								7.878.000			8.328.617	-	-

ACTIVOS FINANCIEROS DISPONÍVEIS PARA VENDA												
Instrumentos de dívida												
De dívida pública												
SGLT 15/03/2013	CCCAM	AFDV	ESOL01303152	OUT	ESP	S	99,76%	30.000.000	1,00	JV	29.928.000	(2.834)
SGLT 17/05/2013	CCCAM	AFDV	ESOL01305173	OUT	ESP	S	99,41%	70.000.000	1,00	JV	69.587.000	(21.361)
BT 18/01/13	CCCAM	AFDV	PTPBAGE0023	OUT	PRT	S	99,96%	333.000.000	1,00	JV	332.866.800	210.994
BT 22/02/13	CCCAM	AFDV	PTPBTSGE0015	OUT	PRT	S	99,86%	179.664.500	1,00	JV	179.409.376	153.021
BT 22/03/13	CCCAM	AFDV	PTPBTTGE0014	OUT	PRT	S	99,69%	218.370.700	1,00	JV	217.689.383	616.243
BT 19/04/13	CCCAM	AFDV	PTPBWTGE0019	OUT	PRT	S	99,53%	79.980.000	1,00	JV	79.600.095	53.593
BT 17/05/13	CCCAM	AFDV	PTPB4GE0019	OUT	PRT	S	99,50%	465.000.000	1,00	JV	462.651.751	1.426.120
BT 21/06/13	CCCAM	AFDV	PTPB7JGE0016	OUT	PRT	S	99,32%	30.000.000	1,00	JV	29.796.000	212.328
BT 19/07/13	CCCAM	AFDV	PTPBTKGE0013	OUT	PRT	S	99,21%	197.250.000	1,00	JV	195.691.725	1.501.323
CONSOLIDADO 43	CCCAM	AFDV	PTCON3OE0006	OUT	PRT	S	30,00%	10	1,00	JV	3	(2)
CONSOLIDADO 42	CCCAM	AFDV	PTCON2OE0007	OUT	PRT	S	27,10%	-	1,00	JV	-	-
CONSOLIDADO 41	CCCAM	AFDV	PTCON1OE0008	OUT	PRT	S	25,00%	-	1,00	JV	-	-
CONSOLIDADO CENTENÁRIOS 40	CCCAM	AFDV	PTCON4OE0005	OUT	PRT	S	30,00%	-	1,00	JV	-	-
OT 4,8% 15JUN20	CCAM BRAGANÇA	AFDV	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	88,84%	20.000.000	1,00	JV	18.151.616	(1.499.553)
Portugal 2019-06-14	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	90,81%	134.250	1,00	JV	124.484	(18.423)
Portugal 2020-06-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	88,84%	105.344	1,00	JV	96.008	(13.357)
Portugal 2021-04-16	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	81,50%	179.246	1,00	JV	150.866	(27.792)
Portugal 2023-10-25	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	84,78%	77.977	1,00	JV	66.777	(12.662)
Portugal 2017-10-16	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	96,57%	273.000	1,00	JV	262.459	(4.185)
Portugal 2020-06-15	CCAM BATALHA	AFDV	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	88,84%	3.500.000	1,00	JV	3.176.284	(268.310)
BT 22/Fevereiro/2013	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTPBTSGE0015	OUT	PRT	S	99,86%	2.866.753	1,00	JV	2.862.166	8.063
OT 14/Junho/2019	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	90,81%	603.956	1,00	JV	560.021	(34.470)
OT 15/Abril/2021	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	81,50%	943.429	1,00	JV	794.060	(47.696)
OT 15/Junho/2020	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	88,84%	2.024.056	1,00	JV	1.844.664	(125.808)
OT 25/Outubro/2023	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	84,78%	452.518	1,00	JV	452.518	(43.120)
OT 15/Junho/2018	CCAM PORTO DE MÓS	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	92,75%	332.000	1,00	JV	316.349	72.546
BT 22/02/13	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTPBTSGE0015	OUT	PRT	S	99,86%	1.703.387	1,00	JV	1.700.662	4.845
OT Junho 2018	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	92,75%	162.000	1,00	JV	154.363	35.399
OT Junho 2019	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	90,81%	468.908	1,00	JV	434.797	(27.616)
OT Junho 2020	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTOTEEOE0029	OUT	PRT	S	88,84%	420.153	1,00	JV	382.915	(26.944)
OT Abril 2021	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	81,50%	666.706	1,00	JV	561.149	(34.761)
OT Outubro 2023	CCAM SOBRAL M. AGRAS	AFDV	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	84,78%	290.226	1,00	JV	248.540	(25.651)
Obrigações Tesouro 16/06/2014	CA SEGUROS	AFDV	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	100,99%	4.750.000	1,00	JV	4.898.689	11.147

DBR 3% 04/07/20	CA SEGUROS	AFDV	DE0001135408	OUT	DEU	S	116,96%	6.000.000	1,00	JV	7.017.340	-	534.171
DBR 3.25% 04/01/20	CA SEGUROS	AFDV	DE0001135390	OUT	DEU	S	120,19%	5.000.000	1,00	JV	6.009.418	-	433.901
FRTR 4.25% 25/10/18	CA SEGUROS	AFDV	FR0010670737	OUT	FRA	S	119,30%	7.230.000	1,00	JV	8.625.157	-	736.994
NETHER 4% 15/07/18	CA SEGUROS	AFDV	NL0006227316	OUT	NLD	S	119,86%	4.550.000	1,00	JV	5.453.676	-	649.966
BGB 3.25% 28/09/16	CA VIDA	AFDV	BE0000307166	OUT	BEL	S	111,07%	805.000	1,00	JV	894.137	-	6.482
BGB 4% 28/03/17	CA VIDA	AFDV	BE0000309188	OUT	BEL	S	117,07%	6.580.000	1,00	JV	7.702.912	-	120.389
BTNS 0.75% 25/09/14	CA VIDA	AFDV	FR0120634490	OUT	FRA	S	101,41%	5.500.000	1,00	JV	5.577.350	-	1.494
BTNS 1% 25/07/15	CA VIDA	AFDV	FR0120746609	OUT	FRA	S	102,13%	1.430.000	1,00	JV	1.460.435	-	-
BTNS 2% 12/07/15	CA VIDA	AFDV	FR0118462128	OUT	FRA	S	105,60%	8.000.000	1,00	JV	8.447.676	-	7.545
BTNS 2.25% 25/02/16	CA VIDA	AFDV	FR0119105809	OUT	FRA	S	108,16%	2.500.000	1,00	JV	2.704.122	-	12.142
BTNS 2.50% 12/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0116114978	OUT	FRA	S	104,94%	8.500.000	1,00	JV	8.919.633	-	10.193
BTNS 2.50% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	FR0117836652	OUT	FRA	S	107,31%	2.500.000	1,00	JV	2.682.809	-	4.024
BTNS 3% 12/07/14	CA VIDA	AFDV	FR0116843535	OUT	FRA	S	105,90%	2.000.000	1,00	JV	2.118.038	-	44.608
BTNS 4.50% 12/07/13	CA VIDA	AFDV	FR0114683842	OUT	FRA	S	104,44%	1.000.000	1,00	JV	1.044.409	-	9.703
BTPS 2.5% 01/03/15	CA VIDA	AFDV	IT0004805070	OUT	ITA	S	101,60%	4.250.000	1,00	JV	4.317.941	-	1.827
BTPS 3.75% 01/08/16	CA VIDA	AFDV	IT0004019581	OUT	ITA	S	105,33%	5.000.000	1,00	JV	5.266.596	-	2.640
BTPS 4.75% 01/06/17	CA VIDA	AFDV	IT0004820426	OUT	ITA	S	106,98%	2.000.000	1,00	JV	2.139.508	-	11.232
CANADA 3.50% 13/01/20	CA VIDA	AFDV	XS0477543721	OUT	CAN	S	122,33%	2.500.000	1,00	JV	3.058.231	-	24.412
DBR 1.50% 04/09/22	CA VIDA	AFDV	DE0001135499	OUT	DEU	S	102,17%	8.710.000	1,00	JV	8.898.749	-	6.559
DBR 2.25% 04/09/21	CA VIDA	AFDV	DE0001135457	OUT	DEU	S	110,14%	1.750.000	1,00	JV	1.927.477	-	12.795
DBR 2.25% 04/09/20	CA VIDA	AFDV	DE0001135416	OUT	DEU	S	110,68%	10.565.000	1,00	JV	11.693.190	-	20.784
DBR 3.25% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0001135283	OUT	DEU	S	109,76%	2.100.000	1,00	JV	2.305.058	-	68.977
DBR 3.25% 04/01/20	CA VIDA	AFDV	DE0001135390	OUT	DEU	S	120,19%	1.950.000	1,00	JV	2.343.673	-	119.960
DBR 3.50% 04/07/19	CA VIDA	AFDV	DE0001135382	OUT	DEU	S	119,83%	500.000	1,00	JV	599.168	-	-
DBR 3.75% 04/01/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135317	OUT	DEU	S	118,08%	85.000	1,00	JV	100.372	-	10.338
DBR 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0001135259	OUT	DEU	S	108,46%	2.350.000	1,00	JV	2.548.870	-	(1.153)
DBR 4.25% 04/07/17	CA VIDA	AFDV	DE0001135333	OUT	DEU	S	120,10%	600.000	1,00	JV	720.603	-	107.868
FINL 4% 04/07/25	CA VIDA	AFDV	FI4000006176	OUT	FIN	S	126,75%	1.500.000	1,00	JV	1.901.273	-	-
FRTR 3.25% 25/04/16	CA VIDA	AFDV	FR0010288357	OUT	FRA	S	112,00%	1.500.000	1,00	JV	1.679.969	-	9.966
FRTR 3.75% 25/04/17	CA VIDA	AFDV	FR0010415331	OUT	FRA	S	116,25%	3.250.000	1,00	JV	3.778.085	-	10.415
FRTR 3.75% 25/10/19	CA VIDA	AFDV	FR0010776161	OUT	FRA	S	117,04%	4.890.000	1,00	JV	5.723.336	-	62.818

LGB 3.75% 04/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0398117746	OUT	LUX	S	103,67%	1.000.000	1,00	JV	1.036.707	4.938
NETHER 0.75% 15/04/15	CA VIDA	AFDV	NL0010055703	OUT	NLD	S	102,27%	13.300.000	1,00	JV	13.601.965	12.815
NETHER 1.25% 15/01/18	CA VIDA	AFDV	NL0010200606	OUT	NLD	S	104,04%	3.400.000	1,00	JV	3.537.394	3.225
NETHER 2.75% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	NL0009213651	OUT	NLD	S	108,11%	7.340.000	1,00	JV	7.935.627	56.479
NETHER 3.25% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	NL0000102242	OUT	NLD	S	109,53%	3.400.000	1,00	JV	3.724.146	71.969
NETHER 3.50% 15/07/20	CA VIDA	AFDV	NL0009348242	OUT	NLD	S	118,74%	1.250.000	1,00	JV	1.484.252	-
NETHER 4% 15/07/19	CA VIDA	AFDV	NL0009086115	OUT	NLD	S	121,43%	4.500.000	1,00	JV	5.464.171	133.212
OBL 0.50% 07/04/17	CA VIDA	AFDV	DE0001141638	OUT	DEU	S	101,62%	5.000.000	1,00	JV	5.080.825	5.237
OBL 0.50% 13/10/17	CA VIDA	AFDV	DE0001141646	OUT	DEU	S	101,13%	5.350.000	1,00	JV	5.410.525	5.087
OBL 0.75% 24/02/17	CA VIDA	AFDV	DE0001141620	OUT	DEU	S	103,09%	8.500.000	1,00	JV	8.762.260	38.581
OBL 2.25% 11/04/14	CA VIDA	AFDV	DE0001141547	OUT	DEU	S	104,52%	3.750.000	1,00	JV	3.919.446	12.406
OBL 2.5% 10/10/14	CA VIDA	AFDV	DE0001141554	OUT	DEU	S	105,01%	2.000.000	1,00	JV	2.100.270	18.004
POLAND 3.75% 19/01/23	CA VIDA	AFDV	XS0794399674	OUT	POL	S	109,77%	1.750.000	1,00	JV	1.920.992	6.460
RAGB 1.95% 18/06/19	CA VIDA	AFDV	AT0000A0VRF9	OUT	AUT	S	106,56%	2.000.000	1,00	JV	2.131.207	89.726
RAGB 3.5% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	AT0000386198	OUT	AUT	S	110,16%	2.150.000	1,00	JV	2.368.507	56.577
RAGB 3.9% 15/07/20	CA VIDA	AFDV	AT0000386115	OUT	AUT	S	120,31%	2.000.000	1,00	JV	2.406.189	10.237
RAGB 4% 15/09/16	CA VIDA	AFDV	AT0000A011T9	OUT	AUT	S	114,61%	2.425.000	1,00	JV	2.779.209	48.679
RAGB 4.3% 15/07/14	CA VIDA	AFDV	AT0000386073	OUT	AUT	S	108,51%	2.000.000	1,00	JV	2.170.155	712
RFGB 1.75% 15/04/16	CA VIDA	AFDV	FI4000018049	OUT	FIN	S	106,60%	3.500.000	1,00	JV	3.731.118	11.251
RFGB 3.125% 15/09/14	CA VIDA	AFDV	FI0001006462	OUT	FIN	S	106,19%	500.000	1,00	JV	530.933	25.839
RFGB 3.875% 15/09/17	CA VIDA	AFDV	FI0001006066	OUT	FIN	S	117,14%	5.750.000	1,00	JV	6.735.526	43.558
SPGB 4.25% 31/10/16	CA VIDA	AFDV	ES00000123J2	OUT	ESP	S	102,40%	750.000	1,00	JV	767.999	1.912
											1.849.718.154	5.769.032

De outros emissores públicos													
BERGER 3.125% 14/09/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0EY723	OUT	DEU	S	108,43%	3.500.000	1,00	JV	3.794.988	-	18.464
EEC 3.125% 27/01/15	CA VIDA	AFDV	EU000A1AKD47	OUT	SUPRANAT.	S	109,18%	1.650.000	1,00	JV	1.801.487	-	16.799
EEC 3.25% 07/11/14	CA VIDA	AFDV	EU000A0T74M4	OUT	SUPRANAT.	S	106,31%	250.000	1,00	JV	265.779	-	-
EIB 2.5% 16/09/19	CA VIDA	AFDV	XS0541909213	OUT	SUPRANAT.	S	109,53%	750.000	1,00	JV	821.497	-	3.786
EIB 2.625% 15/03/18	CA VIDA	AFDV	XS0518184667	OUT	SUPRANAT.	S	111,85%	500.000	1,00	JV	559.225	-	4.193
EIB 4.25% 15/04/19	CA VIDA	AFDV	XS0412826579	OUT	SUPRANAT.	S	122,40%	1.000.000	1,00	JV	1.223.990	-	9.831
ICO 3.25% 10/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0485309313	OUT	ESP	S	103,05%	1.500.000	1,00	JV	1.545.747	-	120
ICO Float 15/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0503709411	OUT	ESP	S	98,44%	250.000	1,00	JV	246.098	-	-
KFW 3.50% 04/07/15	CA VIDA	AFDV	DE0002760956	OUT	DEU	S	110,22%	1.900.000	1,00	JV	2.094.097	-	1.942
KFW 4.25% 04/07/14	CA VIDA	AFDV	DE0002760931	OUT	DEU	S	108,32%	400.000	1,00	JV	433.282	-	-
RATPF 2.875% 09/09/22	CA VIDA	AFDV	XS0540501359	OUT	FRA	S	107,96%	750.000	1,00	JV	809.684	-	3.198
											13.595.874	-	58.333
De outros emissores													
Dívida não subordinada													
BCP 28/MAR/2013	CCCAM	AFDV	PTBCPUOM0010	IC	PRT	S	99,00%	11.000.000	1,00	JV	10.891.816	-	(13.128)
BPIL 15/01/15	CCCAM	AFDV	PTBBSJOE0000	IC	PRT	S	98,27%	2.600.000	1,00	JV	2.636.262	-	(29.991)
SANTAN 15/04/13	CCCAM	AFDV	PTCPPROE0027	IC	PRT	S	100,06%	700.000	1,00	JV	713.524	-	3.607
BBVA 09/10/2014	CCCAM	AFDV	ES0413211337	IC	ESP	S	100,30%	20.300.000	1,00	JV	20.500.038	-	(74.342)
BBVA 25/06/2014	CCCAM	AFDV	ES0413211329	IC	ESP	S	101,26%	31.900.000	1,00	JV	32.946.360	-	(91.387)
BBVA 30/05/2014	CCCAM	AFDV	ES0413211204	IC	ESP	S	102,62%	17.800.000	1,00	JV	18.739.664	-	(16.584)
ISPIM 01/15	CCCAM	AFDV	XS0478285389	IC	ITA	S	102,28%	3.900.000	1,00	JV	4.114.150	-	37.605
ISPIM 07/15	CCCAM	AFDV	XS0802960533	IC	ITA	S	105,64%	26.100.000	1,00	JV	28.181.822	-	107.905
AALLN 3,5% 28/03/22	CA SEGUROS	AFDV	XS0764637194	OUT	GBR	S	108,84%	500.000	1,00	JV	544.225	-	32.402
ABIBB 1,25% 24/03/17	CA SEGUROS	AFDV	BE6243181672	OUT	BEL	S	101,69%	150.000	1,00	JV	152.530	-	2.481
ADPFP 2,35% 11/06/19	CA SEGUROS	AFDV	FR0011266519	OUT	FRA	S	106,64%	500.000	1,00	JV	533.222	-	28.866
AEMSPA 4,50% 02/11/16	CA SEGUROS	AFDV	XS0463509959	OUT	ITA	S	105,81%	500.000	1,00	JV	529.064	-	18.317
CEIFP 3,875% 23/09/16	CA SEGUROS	AFDV	FR0010804492	OUT	FRA	S	105,81%	500.000	1,00	JV	535.318	-	39.728
AXA SA 2,25% 19/04/17	CA SEGUROS	AFDV	FR0011232404	OUT	FRA	S	104,47%	500.000	1,00	JV	535.976	-	28.937
BHP 2,125% 29/11/18	CA SEGUROS	AFDV	XS0787785715	OUT	AUST	S	109,84%	500.000	1,00	JV	522.356	-	26.411
BOUY 3,641% 29/10/19	CA SEGUROS	AFDV	FR0010957662	OUT	FRA	S	109,16%	400.000	1,00	JV	439.362	-	29.704
CARLB 2,625% 03/07/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0800572454	OUT	DNK	S	105,60%	500.000	1,00	JV	527.989	-	24.468
CAFP 3,625% 06/05/13	CA SEGUROS	AFDV	FR0010257873	OUT	FRA	S	102,50%	285.000	1,00	JV	294.768	-	2.557
CAT 1,375% 18/05/15	CA SEGUROS	AFDV	XS0782692510	OUT	IRL	S	107,06%	500.000	1,00	JV	512.519	-	9.168
CESDRA 4,125% 23/07/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0807706006	OUT	CZE	S	110,20%	500.000	1,00	JV	551.019	-	43.376
DPW 1,875% 27/06/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0795872901	OUT	NLD	S	104,43%	500.000	1,00	JV	522.149	-	19.894
DT 4,375% 02/06/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0431772572	OUT	NLD	S	107,79%	500.000	1,00	JV	538.960	-	4.422
EDF 2,75% 10/03/23	CA SEGUROS	AFDV	FR0011318658	OUT	FRA	S	101,48%	500.000	1,00	JV	513.307	-	13.582
ENIM 4,25% 03/02/20	CA SEGUROS	AFDV	XS0741137029	OUT	LUX	S	102,66%	250.000	1,00	JV	294.270	-	35.789

EON 5,125% 07/05/13	CA SEGUROS	AFDV	XS0361244402	OUT	NLD	S	101,57%	500.000	1,00	JV	524.709	1.393
FRTEL 3% 15/06/22	CA SEGUROS	AFDV	XS0794245018	OUT	FRA	S	106,05%	500.000	1,00	JV	530.249	26.388
FRTUM 2,25 06/09/22	CA SEGUROS	AFDV	XS0825855751	OUT	FIN	S	99,96%	200.000	1,00	JV	199.926	432
GE 4,25% 06/02/2014	CA SEGUROS	AFDV	XS0285388632	OIF	IRL	S	107,76%	500.000	1,00	JV	538.805	11.018
GSZFP 1,50% 01/02/16	CA SEGUROS	AFDV	FR0011261890	OUT	FRA	S	102,83%	500.000	1,00	JV	514.127	11.479
HOLNVX 2,625% 07/09/20	CA SEGUROS	AFDV	XS0825829590	OUT	CHE	S	102,63%	500.000	1,00	JV	513.131	10.922
HUWHY 2,50% 06/06/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0790010747	OUT	HKG	S	106,66%	500.000	1,00	JV	533.308	27.937
IBESM 3,5% 13/10/16	CA SEGUROS	AFDV	XS0548801207	OUT	ESP	S	105,69%	750.000	1,00	JV	792.698	69.739
IBM 1,375% 11/19/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0856023147	OUT	USA	S	99,52%	500.000	1,00	JV	497.585	(923)
JPM 4,375% 30/01/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0284840542	OUT	USA	S	108,12%	200.000	1,00	JV	216.241	2.102
MLFP 2,75% 20/06/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0794392588	OUT	LUX	S	106,78%	200.000	1,00	JV	213.552	10.985
MRKGR 3,375% 24/03/15	CA SEGUROS	AFDV	XS0497185511	OUT	DEU	S	108,43%	500.000	1,00	JV	542.164	7.474
NBHS 4% 11/07/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0728763938	OUT	SWE	S	116,34%	250.000	1,00	JV	290.842	37.509
PETBRA 3,25% 01/04/19	CA SEGUROS	AFDV	XS0835886598	OUT	BRA	S	104,59%	500.000	1,00	JV	522.936	21.549
RBS 4.875% 20/01/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0480133338	OUT	GBR	S	117,85%	500.000	1,00	JV	589.230	57.041
RIOLN 2% 5/11/20	CA SEGUROS	AFDV	XS0863129135	OUT	GBR	S	101,90%	100.000	1,00	JV	101.895	2.624
ROSW 2% 25/06/18	CA SEGUROS	AFDV	XS0760139773	OUT	NLD	S	106,24%	500.000	1,00	JV	531.215	27.152
SANFP 3,125% 10/10/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0456451938	OUT	FRA	S	105,50%	500.000	1,00	JV	527.483	4.703
SGOFP 3,625% 15/06/21	CA SEGUROS	AFDV	XS0791007734	OUT	FRA	S	105,89%	500.000	1,00	JV	529.457	21.161
SLB 4,5% 25/03/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0418799630	OUT	NLD	S	108,30%	500.000	1,00	JV	541.509	3.133
SWEDA 3,375% 09/02/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0740788699	OUT	SWE	S	111,92%	500.000	1,00	JV	559.606	46.306
TELEFO 4,674% 07/02/14	CA SEGUROS	AFDV	XS0284891297	OUT	ESP	S	107,52%	500.000	1,00	JV	537.617	20.061
TELNO 1,75% 15/01/18	CA SEGUROS	AFDV	XS0798788716	OUT	NOR	S	103,78%	500.000	1,00	JV	518.882	18.297
TITIM 4,625% 15/06/15	CA SEGUROS	AFDV	XS0794393040	OUT	ITA	S	109,41%	250.000	1,00	JV	273.513	18.463
ULFP 1,625% 6/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0850006593	OUT	FRA	S	101,35%	500.000	1,00	JV	506.755	7.759
VALEBZ 3,75% 10/01/23	CA SEGUROS	AFDV	XS0802953165	OUT	BRA	S	106,92%	500.000	1,00	JV	534.605	28.325
VKFP 4,25% 14/02/17	CA SEGUROS	AFDV	FR0011149947	OUT	FRA	S	110,54%	200.000	1,00	JV	229.090	21.916
VINCI 3,375% 30/03/20	CA SEGUROS	AFDV	FR0011225127	OUT	FRA	S	107,13%	400.000	1,00	JV	442.177	33.941
VIVFP 3,875% 30/11/15	CA SEGUROS	AFDV	FR0011157726	OUT	FRA	S	106,62%	750.000	1,00	JV	803.465	52.912
WSTP 3,875% 20/03/17	CA SEGUROS	AFDV	XS0494870701	OUT	NZL	S	114,33%	500.000	1,00	JV	571.658	59.538
BESPL 3.375% 17/02/15	CA VIDA	AFDV	PTBLMVOE0011	IC	PRT	S	101,86%	500.000	1,00	JV	509.323	-
BESPL 5.875% 09/11/15	CA VIDA	AFDV	PTBESWOM0013	IC	PRT	S	103,75%	100.000	1,00	JV	103.752	-
BRCORO 4.5% 05/12/16	CA VIDA	AFDV	PTBRIHOM0001	OUT	PRT	S	101,83%	5.330.000	1,00	JV	5.427.692	93.276
AALLN 2.75% 07/06/19	CA VIDA	AFDV	XS0789283792	OUT	GBR	S	104,63%	250.000	1,00	JV	261.568	-
AALLN 4.375% 02/12/16	CA VIDA	AFDV	XS0470632646	OUT	GBR	S	111,44%	100.000	1,00	JV	111.439	-
AALLN 5.875% 17/04/15	CA VIDA	AFDV	XS0358158052	OUT	GBR	S	114,99%	1.000.000	1,00	JV	1.149.858	3.454
AARB 2.375% 03/02/14	CA VIDA	AFDV	DE000AAR0090	IC	DEU	S	104,46%	1.400.000	1,00	JV	1.462.452	4.461
ABBEY 2.50% 18/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0496065672	IC	GBR	S	102,43%	750.000	1,00	JV	768.251	194
ABBEY 3.125% 30/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0520785394	IC	GBR	S	105,34%	500.000	1,00	JV	526.700	1.589

ABESM 5.75% 09/03/18	CA VIDA	AFDV	XS0602534637	OUT	NLD	S	116,45%	500.000	1,00	JV	582.253	2.441
ABIBB 1.25% 24/03/17	CA VIDA	AFDV	BE6243181672	OUT	NLD	S	101,69%	350.000	1,00	JV	355.903	-
ACACB 2.625% 28/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0010998872	IC	FRA	S	104,84%	1.750.000	1,00	JV	1.834.759	7.039
ACAFP Float 12/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0493818834	IC	FRA	S	100,10%	250.000	1,00	JV	250.248	-
ADPPF 2.375% 11/06/19	CA VIDA	AFDV	FR0011266519	OUT	FRA	S	106,64%	200.000	1,00	JV	213.289	11.142
AEMSPA 4.5% 28/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0859920406	OUT	ITA	S	104,49%	1.900.000	1,00	JV	1.985.237	11.053
AEMSPA 4.50% 02/11/16	CA VIDA	AFDV	XS0463509959	OUT	ITA	S	105,81%	2.150.000	1,00	JV	2.274.974	2.507
ALOPF 2.875% 05/10/15	CA VIDA	AFDV	FR0010948232	OUT	FRA	S	105,15%	800.000	1,00	JV	841.161	2.990
ALOPF 4% 23/09/14	CA VIDA	AFDV	FR0010801761	OUT	FRA	S	106,29%	500.000	1,00	JV	531.449	(5)
ALVGR 5% 06/03/13	CA VIDA	AFDV	DE000A0TR7K7	S	NLD	S	104,97%	1.100.000	1,00	JV	1.154.673	423
ANZ 3.75% 10/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0493543986	IC	GBR	S	114,38%	1.000.000	1,00	JV	1.143.834	7.076
ARRFP 5% 12/01/17	CA VIDA	AFDV	FR0010989111	OUT	FRA	S	117,11%	400.000	1,00	JV	468.447	25.117
AXASA 3.625% 04/04/16	CA VIDA	AFDV	FR0011027150	S	FRA	S	112,16%	1.000.000	1,00	JV	1.121.604	-
AXASA 4.50% 23/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0434882014	S	FRA	S	111,71%	250.000	1,00	JV	279.269	13.996
AYT Cédulas Cajas Global 4.25% 29/07/14	CA VIDA	AFDV	ES0312298237	OIF	ESP	S	100,07%	1.300.000	1,00	JV	1.300.864	(1.543)
AYTCED 3.50% 14/03/16	CA VIDA	AFDV	ES0312298013	OIF	ESP	S	96,81%	600.000	1,00	JV	580.858	-
Astrazeneca 5.125% 15/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0321640301	OUT	GBR	S	114,37%	1.350.000	1,00	JV	1.544.008	9.371
BAC 4.45% 31/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0284283081	IC	USA	S	107,63%	200.000	1,00	JV	215.266	6.227
BACA Float 11/03/13	CA VIDA	AFDV	AT000B048533	IC	AUT	S	100,02%	250.000	1,00	JV	250.041	-
BACOP 3.125% 22/01/15	CA VIDA	AFDV	ES0313377030	IC	ESP	S	101,76%	250.000	1,00	JV	254.412	-
BACR 3.625% 13/04/16	CA VIDA	AFDV	XS0616754007	IC	GBR	S	112,77%	1.000.000	1,00	JV	1.127.700	-
BACR 4.125% 15/03/16	CA VIDA	AFDV	XS0605207983	IC	GBR	S	113,17%	775.000	1,00	JV	877.075	(0)
BACR Float 28/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0459903620	IC	GBR	S	100,06%	350.000	1,00	JV	350.829	165
BASGR 2% 05/12/22	CA VIDA	AFDV	DE000A1R0XG3	OUT	DEU	S	100,12%	3.800.000	1,00	JV	3.804.596	4.448
BAYNGR 4.625% 26/09/14	CA VIDA	AFDV	XS0420117383	OUT	NLD	S	108,27%	750.000	1,00	JV	812.056	2.459
BBVASM 3% 22/08/13	CA VIDA	AFDV	XS0746025336	IC	ESP	S	101,63%	1.100.000	1,00	JV	1.117.951	1.135
BBVASM 3.25% 23/04/15	CA VIDA	AFDV	XS0503253345	IC	ESP	S	102,35%	500.000	1,00	JV	511.749	-
BBVASM 3.25% 24/01/16	CA VIDA	AFDV	ES0413211113	IC	ESP	S	104,59%	1.000.000	1,00	JV	1.045.858	-
BBVASM 3.50% 05/12/17	CA VIDA	AFDV	ES0413211782	IC	ESP	S	100,71%	7.100.000	1,00	JV	7.150.545	8.405
BBVASM 3.875% 06/08/15	CA VIDA	AFDV	XS0531068897	IC	ESP	S	102,99%	1.500.000	1,00	JV	1.544.808	-
BBVASM 4.125% 13/01/14	CA VIDA	AFDV	ES0413211410	IC	ESP	S	105,77%	350.000	1,00	JV	370.198	1.020
BBVASM 4.25% 15/07/14	CA VIDA	AFDV	ES0413211055	IC	ESP	S	104,70%	700.000	1,00	JV	732.882	-
BBVASM 4.375% 21/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0829721967	IC	ESP	S	103,79%	3.800.000	1,00	JV	3.943.853	1.698
BBVASM Float 22/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0479528753	IC	ESP	S	99,94%	750.000	1,00	JV	750.744	0
BELGBB 3.875% 07/02/18	CA VIDA	AFDV	BE6215434620	OUT	BEL	S	116,85%	500.000	1,00	JV	584.271	-
BFCM Float 20/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0250886388	IC	FRA	S	100,09%	600.000	1,00	JV	600.563	120
BG Energy Cap 3.375% 15/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0439816090	OUT	GBR	S	101,15%	200.000	1,00	JV	202.294	(61)
BGGRP 3% 16/11/18	CA VIDA	AFDV	XS0706245163	OUT	GBR	S	109,11%	1.000.000	1,00	JV	1.091.081	21.809
BGGRP 3.625% 16/07/19	CA VIDA	AFDV	XS0526811384	OUT	GBR	S	114,36%	1.000.000	1,00	JV	1.143.554	5.333
BHP 4.375% 26/02/14	CA VIDA	AFDV	XS0288320798	OUT	GBR	S	108,25%	500.000	1,00	JV	541.228	1.429

BKIASM 3.625% 05/10/16	CA VIDA	AFDV	ES0414950776	IC	ESP	S	94,98%	2.000.000	1,00	JV	1.899.679	(3.398)
BKTSM 3.75% 23/09/13	CA VIDA	AFDV	ES0413679095	IC	ESP	S	101,93%	750.000	1,00	JV	764.440	2.600
BKTSM Float 15/01/13	CA VIDA	AFDV	ES0313679484	IC	ESP	S	100,20%	150.000	1,00	JV	150.307	-
BMW 2.875% 18/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0478929457	OUT	DEU	S	102,78%	250.000	1,00	JV	256.953	-
BNFP 1.125% 27/11/17	CA VIDA	AFDV	FR0011361948	OUT	FRA	S	100,68%	2.300.000	1,00	JV	2.315.568	2.240
BNG 2.625% 01/09/20	CA VIDA	AFDV	XS0537711144	IC	NLD	S	108,88%	500.000	1,00	JV	544.387	3.582
BNP 2.875% 13/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0525490198	IC	FRA	S	106,24%	500.000	1,00	JV	531.214	2.088
BNP 2.875% 27/11/17	CA VIDA	AFDV	XS0798334875	IC	FRA	S	107,30%	750.000	1,00	JV	804.733	18.141
BOGAEI 3.625% 04/12/17	CA VIDA	AFDV	XS0858803066	OUT	IRL	S	105,39%	500.000	1,00	JV	526.950	25.800
BOUY 3.641% 29/10/19	CA VIDA	AFDV	FR0010957662	OUT	FRA	S	109,16%	250.000	1,00	JV	274.601	1.883
BPCEGP Float 29/10/13	CA VIDA	AFDV	FR0010956748	IC	FRA	S	100,72%	250.000	1,00	JV	251.810	-
BPLN 2.177% 16/02/16	CA VIDA	AFDV	XS0747743937	OUT	GBR	S	106,02%	500.000	1,00	JV	530.102	-
BPLN 3.472% 01/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0633014427	OUT	GBR	S	110,74%	750.000	1,00	JV	830.585	-
BRCORO 6.875% 02/04/18	CA VIDA	AFDV	PTBSSGOE0009	OUT	PRT	S	107,43%	300.000	1,00	JV	322.287	-
BRITEL 5.25% 22/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0332154524	OUT	GBR	S	105,21%	1.000.000	1,00	JV	1.052.098	364
Banco Popular Español 3.50% 13/09/13	CA VIDA	AFDV	ES0413790108	IC	ESP	S	101,48%	250.000	1,00	JV	253.699	-
CABKSM 4% 16/02/17	CA VIDA	AFDV	ES0440609040	IC	ESP	S	104,63%	300.000	1,00	JV	313.903	(16)
CADEPO 3.5% 23/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0516548384	OIF	CAN	S	114,07%	500.000	1,00	JV	570.335	5.177
CAFP 5.25% 24/10/18	CA VIDA	AFDV	XS0694766279	OUT	FRA	S	118,52%	500.000	1,00	JV	592.577	44.163
CAIXAB 3.75% 5/11/13	CA VIDA	AFDV	ES0314970163	IC	ESP	S	101,57%	1.000.000	1,00	JV	1.015.656	812
CAIXAC 3% 29/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0314840184	IC	ESP	S	98,84%	1.000.000	1,00	JV	988.350	(1.111)
CAJAMM 5.75% 29/06/16	CA VIDA	AFDV	ES0414950560	IC	ESP	S	103,78%	1.200.000	1,00	JV	1.245.302	-
CARLB 2.625% 03/07/19	CA VIDA	AFDV	XS0800572454	OUT	DNK	S	105,60%	500.000	1,00	JV	527.990	-
CARLB 2.625% 15/11/22	CA VIDA	AFDV	XS0854746343	OUT	DNK	S	100,66%	500.000	1,00	JV	503.285	323
CAT 2.75% 06/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0633342604	OUT	IRL	S	104,72%	500.000	1,00	JV	523.578	-
CAVAL 3% 27/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0314977358	OUT	ESP	S	99,05%	1.100.000	1,00	JV	1.089.522	(1.141)
CBA 4.25% 10/11/06	CA VIDA	AFDV	XS0465601754	IC	AUS	S	113,25%	500.000	1,00	JV	566.227	5.235
CBAAU 4.25% 06/04/18	CA VIDA	AFDV	XS0613920502	IC	AUS	S	118,09%	1.000.000	1,00	JV	1.180.918	-
CBAAU Float 17/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0828754332	IC	AUS	S	100,25%	50.000	1,00	JV	50.124	-
CCCI 3.75% 10/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0599959953	IF	FRA	S	104,90%	1.000.000	1,00	JV	1.048.984	-
CCCI Float 18/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0494840977	IF	FRA	S	99,92%	500.000	1,00	JV	499.606	(270)
CEIFP 4.625% 05/10/17	CA VIDA	AFDV	FR0011125442	OUT	FRA	S	110,66%	750.000	1,00	JV	829.958	-
CESDRA 4.125% 23/07/19	CA VIDA	AFDV	XS0807706006	OUT	CZE	S	110,20%	250.000	1,00	JV	275.510	-
CEZCO 3.625% 27/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0630397213	OUT	CZE	S	111,35%	700.000	1,00	JV	779.478	-
CS 2.875% 24/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0544720641	IC	CHE	S	106,13%	1.250.000	1,00	JV	1.326.583	4.514
Centrica 7.125% 09/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402535131	OUT	GBR	S	106,54%	750.000	1,00	JV	799.035	5.153
Citigroup Inc. 3.95% 10/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0270148793	OIF	USA	S	103,36%	500.000	1,00	JV	516.781	818
Credit Suisse Float 07/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0472310860	IC	CHE	S	100,01%	200.000	1,00	JV	200.399	-
Credit Suisse London 6.125% 05/08/13	CA VIDA	AFDV	XS0381268068	IC	GBR	S	105,83%	800.000	1,00	JV	846.651	2.815
DAIGR 2% 05/05/17	CA VIDA	AFDV	DE000A1MA9V5	OUT	DEU	S	105,15%	500.000	1,00	JV	525.753	-

DAIGR 2.125% 27/06/18	CA VIDA	AFDV	DE000A1PGQY7	OUT	DEU	S	104,81%	250.000	1,00	JV	262.036	10.331
DAIGR 3% 19/07/13	CA VIDA	AFDV	DE000A1C9VP6	OUT	DEU	S	96,18%	500.000	1,00	JV	480.907	(1.048)
DAIGR 4.625% 02/09/14	CA VIDA	AFDV	DE000A1A55G9	OUT	DEU	S	108,08%	500.000	1,00	JV	540.381	1.486
DAIGR 7.875% 16/01/14	CA VIDA	AFDV	DE000A0T55E6	OIF	NLD	S	115,02%	250.000	1,00	JV	287.558	-
DANBNK Float 13/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0756438452	IC	DNK	S	100,78%	750.000	1,00	JV	755.879	3.914
DBB 3.625% 16/10/17	CA VIDA	AFDV	XS0457145430	IC	NLD	S	113,26%	100.000	1,00	JV	113.260	-
DBB 4.25% 08/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0171904583	IC	NLD	S	111,66%	1.100.000	1,00	JV	1.228.303	16.915
DLNA 4.25% 17/11/17	CA VIDA	AFDV	XS0559434351	S	NLD	S	108,58%	500.000	1,00	JV	542.922	20.653
DNBNOR 2.375% 31/08/17	CA VIDA	AFDV	XS0537686288	IC	NOR	S	107,92%	1.000.000	1,00	JV	1.079.203	4.565
DNBNOR 3.875% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0522030310	IC	NOR	S	116,41%	750.000	1,00	JV	873.050	23.207
DPW 4.875% 30/01/14	CA VIDA	AFDV	DE0008016502	OUT	NLD	S	109,09%	1.000.000	1,00	JV	1.090.857	1.899
DSM 5.75% 17/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0417825444	OUT	NLD	S	110,73%	500.000	1,00	JV	553.672	2.551
DT 4.50% 25/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0272605519	OUT	DEU	S	104,09%	100.000	1,00	JV	104.085	-
DT 5.75% 14/04/15	CA VIDA	AFDV	DE000A0TT2M2	OUT	DEU	S	114,95%	500.000	1,00	JV	574.747	(94)
EADS Finance BV 4.625% 12/08/16	CA VIDA	AFDV	XS0445463887	OIF	NLD	S	114,82%	500.000	1,00	JV	574.077	5.048
EDF 2.75% 10/03/23	CA VIDA	AFDV	FR0011318658	OUT	FRA	S	101,48%	500.000	1,00	JV	513.307	1.043
EDF 4.625% 06/11/13	CA VIDA	AFDV	XS0179486526	OUT	FRA	S	104,23%	200.000	1,00	JV	208.459	5.892
EDF 5.125% 23/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0409744744	OUT	FRA	S	113,78%	500.000	1,00	JV	568.880	2.345
EDF 5.625% 23/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0400736475	OUT	FRA	S	105,62%	100.000	1,00	JV	105.624	-
EDNIM 3.25% 17/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0495756537	OUT	ITA	S	106,66%	1.000.000	1,00	JV	1.066.642	2.541
ELEPOR 4.75% 26/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0435879605	OUT	NLD	S	104,53%	1.000.000	1,00	JV	1.045.323	30.240
ELEPOR 5.50% 18/02/14	CA VIDA	AFDV	XS0413462721	OUT	NLD	S	107,93%	1.000.000	1,00	JV	1.079.327	1.432
ELEPOR 5.75% 21/09/17	CA VIDA	AFDV	XS0831842645	OUT	NLD	S	108,85%	1.831.000	1,00	JV	1.992.986	62.919
ENBW 4.125% 07/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0438843871	OUT	DEU	S	110,30%	750.000	1,00	JV	827.262	2.919
ENEL 4% 14/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0452187759	OUT	LUX	S	106,72%	1.000.000	1,00	JV	1.067.155	2.066
ENELIM 4.625% 24/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0695403765	OUT	LUX	S	108,89%	1.000.000	1,00	JV	1.088.852	16.461
ENELIM 4.875% 11/03/20	CA VIDA	AFDV	XS0827692269	OUT	LUX	S	109,71%	250.000	1,00	JV	274.277	-
ENELIM 5.75% 24/10/18	CA VIDA	AFDV	XS0695401801	OUT	LUX	S	114,75%	250.000	1,00	JV	286.880	-
ENFP 3.625% 16/01/23	CA VIDA	AFDV	FR0011332196	OUT	FRA	S	106,96%	400.000	1,00	JV	427.831	-
ENFP 4.5% 24/05/13	CA VIDA	AFDV	FR0010326967	OUT	FRA	S	104,24%	250.000	1,00	JV	260.595	-
ENGSM 4.25% 05/10/17	CA VIDA	AFDV	XS0843938514	OUT	ESP	S	105,54%	1.000.000	1,00	JV	1.055.426	17.071
ENGSM 4.25% 05/10/17	CA VIDA	AFDV	XS0834643727	OUT	ESP	S	106,25%	800.000	1,00	JV	849.965	5.704
ENI 4.625% 30/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0167456267	OUT	ITA	S	104,42%	400.000	1,00	JV	417.677	2.024
ENIIM 3.5% 29/01/18	CA VIDA	AFDV	XS0563739696	OUT	ITA	S	112,60%	750.000	1,00	JV	844.509	30.181
ENIIM 3.75% 27/06/19	CA VIDA	AFDV	XS0798555537	OUT	ITA	S	113,38%	1.000.000	1,00	JV	1.133.785	-
ENIIM 4% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0521000975	OUT	ITA	S	114,42%	500.000	1,00	JV	572.107	5.114
EOANGR 4.875% 28/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0410299357	OIF	NLD	S	109,14%	500.000	1,00	JV	545.697	1.160

ERSTBK 2.75% 09/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0493198948	IC	AUT	S	107,49%	1.000.000	1,00	JV	1.074.882	3.383
ERSTBK 4.25% 12/04/16	CA VIDA	AFDV	XS0616431689	IC	AUT	S	112,63%	500.000	1,00	JV	563.170	-
ESBIRE 6.25% 11/09/17	CA VIDA	AFDV	XS0827573766	OUT	IRL	S	116,89%	500.000	1,00	JV	584.474	-
EURHYP 2.25% 25/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0496654079	IC	LUX	S	102,11%	1.000.000	1,00	JV	1.021.123	231
FBNETH 4% 03/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0483673132	IC	NLD	S	110,01%	500.000	1,00	JV	550.067	2.637
FORTIS 4.625% 09/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196047723	IC	NLD	S	108,19%	300.000	1,00	JV	324.576	-
FRTEL 3.875% 14/01/21	CA VIDA	AFDV	XS0563306314	OUT	FRA	S	115,86%	1.500.000	1,00	JV	1.737.950	9.989
FRTEL 5% 22/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0409370219	OUT	FRA	S	109,34%	1.000.000	1,00	JV	1.093.353	1.766
FRTUM 4.625% 20/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0418730601	OUT	FIN	S	108,45%	600.000	1,00	JV	650.728	1.291
GASSM 3.375% 27/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0479542150	OUT	ESP	S	106,66%	3.200.000	1,00	JV	3.413.192	27.096
GASSM 5.25% 09/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0436905821	OUT	ESP	S	108,12%	500.000	1,00	JV	540.578	1.529
GAZDF 4.75% 19/02/13	CA VIDA	AFDV	FR0000472326	OUT	FRA	S	104,68%	900.000	1,00	JV	942.103	35
GE 2% 27/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0750684929	OUT	IRL	S	104,24%	350.000	1,00	JV	364.856	-
GE 2.875% 18/06/19	CA VIDA	AFDV	XS0794230507	OUT	IRL	S	108,57%	250.000	1,00	JV	271.417	18.104
GE 2.875% 28/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0553035840	OUT	IRL	S	104,24%	1.750.000	1,00	JV	1.824.270	9.271
GE 3.75% 04/04/16	CA VIDA	AFDV	XS0612837657	OUT	IRL	S	111,45%	2.500.000	1,00	JV	2.786.363	28.036
GE 4.25% 01/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0491042353	OUT	IRL	S	115,64%	250.000	1,00	JV	289.100	-
GE 4.875% 06/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0350465422	OUT	IRL	S	104,81%	650.000	1,00	JV	681.266	171
GE Float 28/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0197508764	OUT	IRL	S	99,94%	500.000	1,00	JV	499.696	209
GPSS 3.375% 18/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0222473877	OUT	DEU	S	111,76%	2.000.000	1,00	JV	2.235.212	10.391
GS 4% 02/02/15	CA VIDA	AFDV	XS0211034540	IC	USA	S	109,09%	450.000	1,00	JV	490.906	9.922
GS Float 30/01/17	CA VIDA	AFDV	XS0284728465	IC	USA	S	95,16%	1.000.000	1,00	JV	951.561	(5.115)
GSK 3.875% 06/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0438140526	OUT	GBR	S	110,17%	500.000	1,00	JV	550.862	2.950
GSK 5.625% 13/12/17	CA VIDA	AFDV	XS0335134705	OUT	GBR	S	122,86%	2.300.000	1,00	JV	2.825.798	88.788
GSZFP 1.50% 01/02/16	CA VIDA	AFDV	FR0011261890	OUT	FRA	S	102,83%	250.000	1,00	JV	257.064	-
GSZFP 2.75% 18/10/17	CA VIDA	AFDV	FR0010952739	OUT	FRA	S	107,86%	1.200.000	1,00	JV	1.294.261	20.096
GSZFP 6.25% 24/01/14	CA VIDA	AFDV	FR0010678151	OUT	FRA	S	111,98%	500.000	1,00	JV	559.876	2.564
HAA 3.125% 24/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0440690161	IC	AUT	S	96,13%	1.000.000	1,00	JV	961.294	(37.554)
HSBC 3.875% 16/03/16	CA VIDA	AFDV	XS0605521185	SGPS	GBR	S	112,11%	1.000.000	1,00	JV	1.121.114	-
HSBC 4% 15/01/2021	CA VIDA	AFDV	XS0526606537	IC	GBR	S	120,79%	1.500.000	1,00	JV	1.811.872	52.876
HSBC Float 28/10/13	CA VIDA	AFDV	XS0272672113	OIF	USA	S	100,05%	100.000	1,00	JV	100.046	-
HUWHY 2.50% 06/06/17	CA VIDA	AFDV	XS0790010747	OUT	HKG	S	106,66%	500.000	1,00	JV	533.308	-
HYPO ALPE-ADRIA 3.75% 17/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0247263048	IC	AUT	S	105,29%	1.000.000	1,00	JV	1.052.924	235
HYPO ALPE-ADRIA 4.375% 24/01/17	CA VIDA	AFDV	XS0281875483	IC	AUT	S	110,44%	2.000.000	1,00	JV	2.208.881	7.133
HYPO TIROL BANK 3.625% 01/03/16	CA VIDA	AFDV	XS0245578553	IC	AUT	S	111,05%	1.500.000	1,00	JV	1.665.676	4.843
Henkel 4.625% 19/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0418268198	OUT	DEU	S	108,66%	500.000	1,00	JV	543.302	(24)

IBERDROLA 5.125% 09/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0362224254	OUT	ESP	S	104,84%	200.000	1,00	JV	209.682	-
IBESM 3.5% 13/10/16	CA VIDA	AFDV	XS0548801207	OUT	ESP	S	105,69%	1.300.000	1,00	JV	1.374.011	2.046
IBESM 4.125% 23/03/20	CA VIDA	AFDV	XS0494868630	OUT	ESP	S	111,34%	100.000	1,00	JV	111.343	-
IBESM 4.50% 21/09/17	CA VIDA	AFDV	XS0829209195	OUT	NLD	S	110,44%	400.000	1,00	JV	441.762	7.367
IBM 1.375% 19/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0856023147	OUT	USA	S	99,52%	2.600.000	1,00	JV	2.587.442	(277)
INTNED 2% 28/08/20	CA VIDA	AFDV	XS0820867223	IC	NLD	S	103,95%	1.500.000	1,00	JV	1.559.316	1.409
INTNED 2.25% 31/08/15	CA VIDA	AFDV	XS0537421736	IC	NLD	S	105,46%	500.000	1,00	JV	527.306	1.942
INTNED 3.375% 03/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0415072098	IC	NLD	S	106,50%	1.300.000	1,00	JV	1.384.447	4.702
INTNED 3.375% 03/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0491432901	IC	NLD	S	108,02%	750.000	1,00	JV	810.157	3.140
INTNED Float 28/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0609572663	IC	NLD	S	100,11%	750.000	1,00	JV	750.819	47
INTPET 2.375% 30/05/18	CA VIDA	AFDV	XS0860583912	OIF	CYM	S	103,01%	400.000	1,00	JV	412.057	787
INTPET 4.875% 14/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0605558856	OIF	CYM	S	114,44%	2.730.000	1,00	JV	3.124.311	-
INTPET 5.875% 14/03/21	CA VIDA	AFDV	XS0605559821	OIF	CYM	S	126,67%	250.000	1,00	JV	316.665	-
ISPIM 3.375% 19/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0478285389	IC	ITA	S	102,28%	500.000	1,00	JV	528.305	-
ISPIM 3.625% 03/12/22	CA VIDA	AFDV	IT0004872328	IC	ITA	S	103,27%	1.400.000	1,00	JV	1.445.766	10.202
ISPIM 4% 08/08/13	CA VIDA	AFDV	XS0742590739	IC	ITA	S	103,13%	500.000	1,00	JV	515.635	-
ISPIM 4.375% 16/08/16	CA VIDA	AFDV	IT0004690126	IC	ITA	S	110,55%	1.375.000	1,00	JV	1.520.105	30.060
JNJ 4.75% 06/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0329522246	OUT	USA	S	123,78%	400.000	1,00	JV	495.123	92.137
JPM 4.375% 30/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0284840542	IC	USA	S	108,12%	650.000	1,00	JV	702.782	1.141
JPM Float 26/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0269056056	IC	USA	S	100,09%	500.000	1,00	JV	500.460	193
KAFIN 2.25% 24/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0494852717	OIF	AUT	S	104,18%	2.000.000	1,00	JV	2.083.690	7.201
KPN 4% 22/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0222766973	OUT	NLD	S	108,52%	1.250.000	1,00	JV	1.356.451	1.817
KPN 4.5% 04/10/21	CA VIDA	AFDV	XS0677389347	OUT	NLD	S	110,11%	250.000	1,00	JV	275.278	-
KPN 6.25% 16/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0387992661	OUT	NLD	S	105,70%	800.000	1,00	JV	845.626	3.031
LLOYDS 3.375% 17/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0482808465	IC	GBR	S	109,04%	1.000.000	1,00	JV	1.090.355	(41)
LLOYDS 3.75% 07/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0539845171	IC	GBR	S	108,43%	1.000.000	1,00	JV	1.084.298	-
LLOYDS Float 18/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0579627984	IC	GBR	S	100,42%	400.000	1,00	JV	401.671	134
LLOYDS Float 25/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0498391894	IC	GBR	S	100,28%	150.000	1,00	JV	150.422	-
LR 4.375% 21/03/18	CA VIDA	AFDV	FR0011022623	OUT	FRA	S	118,44%	200.000	1,00	JV	236.872	-
LTOIM 3.50% 05/03/20	CA VIDA	AFDV	XS0860855930	OUT	ITA	S	103,26%	500.000	1,00	JV	516.280	910
LUCSHI 6.625% 23/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0399674216	OUT	NLD	S	112,53%	1.000.000	1,00	JV	1.125.318	7.309
LXSGR 4.125% 23/05/18	CA VIDA	AFDV	XS0629645531	OUT	DEU	S	116,07%	250.000	1,00	JV	290.186	-
Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0435070288	IC	GBR	S	120,74%	1.925.000	1,00	JV	2.324.191	3.614
MAN SE 5,375% 20/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0429607640	OUT	DEU	S	105,19%	500.000	1,00	JV	525.955	509
MANGR 2.125% 13/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0756457833	OUT	DEU	S	105,89%	250.000	1,00	JV	264.717	-
MCFP 3.375% 07/04/15	CA VIDA	AFDV	FR0011033281	OUT	FRA	S	108,57%	400.000	1,00	JV	434.297	-
MCFP 4% 06/04/18	CA VIDA	AFDV	FR0011033232	OUT	FRA	S	117,61%	100.000	1,00	JV	117.608	-
MLFP 2.75% 20/06/19	CA VIDA	AFDV	XS0794392588	OUT	LUX	S	106,78%	200.000	1,00	JV	213.552	10.672
MONTE 4.50% 07/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0754795739	IC	ITA	S	103,68%	1.050.000	1,00	JV	1.088.626	563
MRKGR 3.375% 24/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0497185511	OUT	DEU	S	108,43%	500.000	1,00	JV	542.164	2.421
MS 4.50% 23/02/16	CA VIDA	AFDV	XS0594515966	IC	LUX	S	111,46%	835.000	1,00	JV	930.694	-

MTNA 9.375% 03/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0431928414	OUT	NLD	S	126,96%	150.000	1,00	JV	190.433	-
NAB 1.875% 13/01/23	CA VIDA	AFDV	XS0864360358	IC	AUS	S	99,33%	1.750.000	1,00	JV	1.738.356	134
NAB 2.75% 08/08/22	CA VIDA	AFDV	XS0813400305	IC	AUS	S	105,80%	500.000	1,00	JV	528.995	-
NAB 4% 13/07/20	CA VIDA	AFDV	XS0525146907	IC	AUS	S	117,22%	1.000.000	1,00	JV	1.172.189	6.459
NBHSS 2.5% 02/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0632992607	IC	FIN	S	104,59%	250.000	1,00	JV	261.465	-
NBHSS 3.75% 24/02/17	CA VIDA	AFDV	XS0489825223	IC	SWE	S	114,03%	750.000	1,00	JV	855.260	4.552
NBHSS 4% 29/06/20	CA VIDA	AFDV	XS0520755488	IC	SWE	S	117,30%	750.000	1,00	JV	879.722	45.931
NESNVX 1,75% 12/09/22	CA VIDA	AFDV	XS0826531120	OUT	LUX	S	99,71%	750.000	1,00	JV	747.789	-
NGGLN 3.25% 03/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0633148621	OUT	GBR	S	107,56%	1.000.000	1,00	JV	1.075.640	-
National Grid Gas 5.125% 14/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0363740985	OUT	GBR	S	102,03%	1.500.000	1,00	JV	1.530.473	(1.983)
Novartis 4.25% 15/06/16	CA VIDA	AFDV	XS0432810116	OUT	CHE	S	114,67%	1.000.000	1,00	JV	1.146.698	-
PETBRA 4.25% 02/10/23	CA VIDA	AFDV	XS0835890350	OUT	CYM	S	106,36%	1.750.000	1,00	JV	1.861.269	4.335
PEUGOT 4% 24/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0640796032	OIF	FRA	S	104,64%	500.000	1,00	JV	523.189	-
PEUGOT 4,875% 25/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0798333802	OIF	FRA	S	106,45%	500.000	1,00	JV	532.255	-
PFE 4.55% 15/05/17	CA VIDA	AFDV	XS0301010145	OUT	USA	S	118,51%	1.750.000	1,00	JV	2.073.935	3.364
PG 4.125% 07/12/20	CA VIDA	AFDV	XS0237323943	OUT	USA	S	118,22%	1.000.000	1,00	JV	1.182.205	-
PG 4.5% 12/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0300112108	OUT	USA	S	108,58%	2.000.000	1,00	JV	2.171.559	2.673
POHBK 3.125% 12/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0576922271	IC	FIN	S	109,81%	1.000.000	1,00	JV	1.098.051	20.421
POPSM 3.625% 16/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0755611729	IC	ESP	S	100,79%	500.000	1,00	JV	503.973	(671)
POPSM 4% 18/10/16	CA VIDA	AFDV	ES0413790017	IC	ESP	S	101,10%	300.000	1,00	JV	303.315	-
POPSM 4.125% 30/03/17	CA VIDA	AFDV	ES0413790173	IC	ESP	S	103,20%	1.750.000	1,00	JV	1.805.938	1.043
PORTEL 4.375% 24/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0215828913	OUT	NLD	S	105,04%	1.900.000	1,00	JV	1.995.743	32.437
PORTEL 5.875% 17/04/18	CA VIDA	AFDV	XS0843939918	OUT	NLD	S	105,11%	400.000	1,00	JV	420.429	-
PORTEL 6% 30/04/13	CA VIDA	AFDV	XS0426126180	OUT	NLD	S	100,98%	4.355.000	1,00	JV	4.589.422	320
RABOBK 4.125% 14/01/20	CA VIDA	AFDV	XS0478074924	IC	NLD	S	119,09%	2.500.000	1,00	JV	2.977.162	12.596
RABOBK Float 14/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0577548695	IC	NLD	S	100,12%	250.000	1,00	JV	250.306	42
RBIIV 3.625% 27/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0584381544	IC	AUT	S	106,40%	1.000.000	1,00	JV	1.063.985	630
RBOSCH 4.375% 19/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0254720633	OUT	DEU	S	115,07%	2.000.000	1,00	JV	2.301.338	5.454
RBS 5.75% 21/05/14	CA VIDA	AFDV	XS0430052869	IC	GBR	S	110,07%	700.000	1,00	JV	770.461	11.840
RDSALN 4.625% 22/05/17	CA VIDA	AFDV	XS0301945860	OUT	NLD	S	119,31%	1.750.000	1,00	JV	2.088.001	72.083
REDELE 3.50% 07/10/16	CA VIDA	AFDV	XS0545097742	OUT	ESP	S	105,23%	1.250.000	1,00	JV	1.315.433	3.724
RENAUL 2.125% 24/11/14	CA VIDA	AFDV	XS0856173546	OIF	FRA	S	101,64%	400.000	1,00	JV	406.572	-
RENAUL 4% 02/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0708763452	OIF	FRA	S	102,88%	500.000	1,00	JV	514.384	995
RENAUL 4% 25/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0551845265	OIF	FRA	S	110,07%	1.330.000	1,00	JV	1.463.940	2.653
RENAUL 5.625% 05/10/15	CA VIDA	AFDV	XS0683639933	OIF	FRA	S	111,58%	1.000.000	1,00	JV	1.115.772	25.872
RENEPL 7.875% 10/12/13	CA VIDA	AFDV	PTRELAOM0000	OUT	PRT	S	104,20%	1.750.000	1,00	JV	1.837.057	-
REPSM 4.625% 08/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0202649934	OUT	NLD	S	106,25%	500.000	1,00	JV	531.270	1.491

REPSM 4.875% 19/02/19	CA VIDA	AFDV	XS0733696495	OUT	NLD	S	114,70%	200.000	1,00	JV	229.396	-
RIOLN 2.875% 11/12/24	CA VIDA	AFDV	XS0863127279	OUT	GBR	S	102,53%	800.000	1,00	JV	820.227	4.921
ROSW 2% 25/06/18	CA VIDA	AFDV	XS0760139773	OUT	NLD	S	106,24%	750.000	1,00	JV	796.823	13.343
RTE 4.125% 27/09/16	CA VIDA	AFDV	FR0010369587	OUT	FRA	S	112,83%	1.000.000	1,00	JV	1.128.269	-
RWE 4.625% 23/07/14	CA VIDA	AFDV	XS0196302425	OUT	NLD	S	108,24%	1.300.000	1,00	JV	1.407.117	9.019
RWE 5.75% 20/11/13	CA VIDA	AFDV	XS0399648301	OUT	NLD	S	105,25%	1.000.000	1,00	JV	1.052.516	5.345
SABLN 4.50% 20/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0440312725	OUT	GBR	S	111,81%	750.000	1,00	JV	838.585	4.562
SABSM 3.625% 16/02/15	CA VIDA	AFDV	ES0413860281	IC	ESP	S	103,73%	1.250.000	1,00	JV	1.296.680	1.624
SABSM 4.25% 24/01/17	CA VIDA	AFDV	ES0413860067	IC	ESP	S	104,27%	2.000.000	1,00	JV	2.085.358	3.079
SANFP 3.125% 10/10/14	CA VIDA	AFDV	XS0456451938	OUT	FRA	S	105,50%	250.000	1,00	JV	263.742	984
SANFP 3.5% 17/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0428037666	OUT	FRA	S	103,39%	400.000	1,00	JV	413.576	166
SANFP 4.125% 10/10/19	CA VIDA	AFDV	XS0456451771	OUT	FRA	S	119,05%	500.000	1,00	JV	595.234	-
SANTAN 2.875% 20/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0541340021	IC	ESP	S	101,56%	1.250.000	1,00	JV	1.269.491	638
SANTAN 3.381 01/12/15	CA VIDA	AFDV	XS0713861127	IC	ESP	S	101,20%	1.100.000	1,00	JV	1.113.213	-
SANTAN 3.75% 28/02/13	CA VIDA	AFDV	XS0593970014	IC	ESP	S	103,54%	800.000	1,00	JV	828.334	600
SANTAN 4% 27/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0759014375	IC	ESP	S	106,17%	1.500.000	1,00	JV	1.592.557	15.257
SANTAN 4.125% 04/10/17	CA VIDA	AFDV	XS0544546780	IC	ESP	S	105,17%	200.000	1,00	JV	210.350	7.608
SANTAN 4.25% 07/04/14	CA VIDA	AFDV	XS0611215103	IC	ESP	S	105,17%	300.000	1,00	JV	315.517	-
SANTAN 4.375% 04/09/14	CA VIDA	AFDV	XS0821078861	IC	ESP	S	103,88%	2.000.000	1,00	JV	2.077.567	610
SANTAN Float 18/01/13	CA VIDA	AFDV	XS0477243843	IC	ESP	S	99,98%	200.000	1,00	JV	200.266	-
SEB 2.50% 01/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0538031211	IC	SWE	S	105,26%	1.000.000	1,00	JV	1.052.596	7.125
SEB 3% 20/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0580613106	IC	SWE	S	110,44%	1.000.000	1,00	JV	1.104.363	22.189
SGOFP 3.625% 15/06/21	CA VIDA	AFDV	XS0791007734	OUT	FRA	S	105,89%	250.000	1,00	JV	264.728	9.823
SGOFP 3.50% 30/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0683565476	OUT	FRA	S	106,93%	500.000	1,00	JV	534.634	-
SHBASS 3.375% 17/07/17	CA VIDA	AFDV	XS0732016596	IC	SWE	S	111,66%	500.000	1,00	JV	558.302	-
SLB 2.75% 01/12/15	CA VIDA	AFDV	XS0562884733	OUT	USA	S	106,45%	200.000	1,00	JV	212.907	1.071
SPABOL 2.5% 23/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0519708613	IC	NOR	S	106,45%	1.000.000	1,00	JV	1.064.451	4.239
SPNTAB 3% 21/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0581062675	IC	SWE	S	110,37%	1.500.000	1,00	JV	1.655.581	25.438
SRGIM 3.875% 19/03/18	CA VIDA	AFDV	XS0829183614	OUT	ITA	S	108,48%	500.000	1,00	JV	542.377	1.267
SRGIM 4.375% 11/07/16	CA VIDA	AFDV	XS0803479442	OUT	ITA	S	110,72%	150.000	1,00	JV	166.085	-
STATK 2.50% 28/11/22	CA VIDA	AFDV	XS0858366684	OUT	NOR	S	101,33%	1.400.000	1,00	JV	1.418.688	3.429
SUFP 3.50% 22/01/19	CA VIDA	AFDV	FR0011119460	OUT	FRA	S	114,82%	200.000	1,00	JV	229.644	-
SWEDA 3.125% 04/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0491438429	IC	SWE	S	103,09%	1.000.000	1,00	JV	1.030.932	314
Schneider Electric 4.5% 17/01/14	CA VIDA	AFDV	XS0260896542	OUT	FRA	S	108,41%	1.000.000	1,00	JV	1.084.113	5.788
T 1.875% 04/12/20	CA VIDA	AFDV	XS0861594652	OUT	USA	S	100,81%	500.000	1,00	JV	504.064	377
TELEFO 3.406% 24/03/15	CA VIDA	AFDV	XS0494547168	OUT	ESP	S	106,18%	500.000	1,00	JV	530.879	1.424

TELEFO 4.375% 02/02/16	CA VIDA	AFDV	XS0241946630	OUT	ESP	S	110,56%	675.000	1,00	JV	746.256	-
TELEFO 4.693% 11/11/19	CA VIDA	AFDV	XS0462999573	OUT	ESP	S	109,90%	100.000	1,00	JV	109.898	-
TELEFO 5.125% 14/02/2013	CA VIDA	AFDV	XS0162867880	OUT	NLD	S	105,00%	1.000.000	1,00	JV	1.050.019	706
TELNO 1.75% 15/01/18	CA VIDA	AFDV	XS0798788716	OUT	NOR	S	103,78%	500.000	1,00	JV	518.882	-
THAMES 3.25% 09/11/16	CA VIDA	AFDV	XS0557312922	OUT	GBR	S	108,85%	500.000	1,00	JV	544.250	3.446
TITIM 4% 21/01/20	CA VIDA	AFDV	XS0868458653	OUT	ITA	S	101,69%	1.500.000	1,00	JV	1.525.418	1.138
TITIM 4.5% 20/09/17	CA VIDA	AFDV	XS0831389985	OUT	ITA	S	108,26%	200.000	1,00	JV	216.512	6.122
TITIM 4.625% 15/06/15	CA VIDA	AFDV	XS0794393040	OUT	ITA	S	109,41%	250.000	1,00	JV	273.513	17.818
TITIM 5.125% 25/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0583059448	OUT	ITA	S	113,52%	1.600.000	1,00	JV	1.816.287	24.946
TITIM 5.375% 29/01/19	CA VIDA	AFDV	XS0184373925	OUT	ITA	S	115,03%	1.000.000	1,00	JV	1.150.278	4.232
TKA 5% 22/07/13	CA VIDA	AFDV	XS0172844283	OUT	AUT	S	104,58%	1.200.000	1,00	JV	1.254.959	3.140
TLIASS 4.25% 18/02/20	CA VIDA	AFDV	XS0592627003	OUT	SWE	S	121,24%	1.250.000	1,00	JV	1.515.508	-
TLIASS 4.75% 07/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0289507997	OUT	SWE	S	119,64%	500.000	1,00	JV	598.206	4.117
TLIASS 5.125% 13/03/14	CA VIDA	AFDV	XS0416482106	OUT	SWE	S	109,62%	500.000	1,00	JV	548.115	(24)
TLIASS Float 07/03/13	CA VIDA	AFDV	XS0289507484	OUT	SWE	S	100,09%	250.000	1,00	JV	250.218	752
Telefonica 5,58% 12/06/13	CA VIDA	AFDV	XS0368055959	OUT	ESP	S	104,98%	500.000	1,00	JV	524.897	340
Total Capital 4.75% 10/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402228471	OUT	FRA	S	104,41%	350.000	1,00	JV	365.447	(47)
UBS 3.50% 15/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0526073290	IC	CHE	S	108,32%	1.000.000	1,00	JV	1.083.221	2.822
UBS 6.25% 03/09/13	CA VIDA	AFDV	XS0385798276	IC	CHE	S	105,91%	1.000.000	1,00	JV	1.059.128	4.060
UCGIM 3.375% 11/01/18	CA VIDA	AFDV	XS0863482336	IC	ITA	S	101,32%	2.000.000	1,00	JV	2.026.404	34.059
UCGIM 4% 31/01/18	CA VIDA	AFDV	IT0004846793	IC	ITA	S	109,64%	250.000	1,00	JV	274.092	-
UCGIM 4.375% 10/02/14	CA VIDA	AFDV	XS0185030698	IC	ITA	S	107,00%	750.000	1,00	JV	802.529	-
UCGIM 4.375% 11/09/15	CA VIDA	AFDV	XS0827818203	IC	ITA	S	106,76%	700.000	1,00	JV	747.305	-
UCGIM 4.875% 07/03/17	CA VIDA	AFDV	XS0754588787	IC	ITA	S	111,38%	200.000	1,00	JV	222.770	-
ULVR 4.875% 21/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0364979632	OUT	NLD	S	100,22%	500.000	1,00	JV	501.096	(22.711)
UNICAJ 3.125% 06/10/14	CA VIDA	AFDV	ES0464872060	IC	ESP	S	98,63%	500.000	1,00	JV	493.139	(649)
VALEBZ 3.75% 10/01/23	CA VIDA	AFDV	XS0802953165	OUT	BRA	S	106,92%	1.250.000	1,00	JV	1.336.512	15.886
VATFAL 5.75% 05/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0401892038	OUT	SWE	S	105,26%	800.000	1,00	JV	842.067	3.546
VINCI 4% 24/09/18	CA VIDA	AFDV	FR0011119775	OUT	FRA	S	113,62%	300.000	1,00	JV	340.854	-
VIVFP 3.875% 30/11/15	CA VIDA	AFDV	FR0011157726	OUT	FRA	S	106,62%	250.000	1,00	JV	267.822	17.438
VIVFP 4% 31/03/17	CA VIDA	AFDV	FR0010878751	OUT	FRA	S	112,13%	400.000	1,00	JV	448.516	1.940
VIVFP 4.25% 01/12/16	CA VIDA	AFDV	FR0010830042	OUT	FRA	S	110,27%	500.000	1,00	JV	551.341	-
VOD 6.25% 15/01/16	CA VIDA	AFDV	XS0408285913	OUT	GBR	S	122,39%	500.000	1,00	JV	611.930	4.166
VW 2.125% 19/01/15	CA VIDA	AFDV	XS0731679907	OIF	NLD	S	104,79%	750.000	1,00	JV	785.899	-
VW 2.375 28/06/13	CA VIDA	AFDV	XS0520522201	OIF	DEU	S	102,15%	800.000	1,00	JV	817.174	2.840
VW 2.75% 13/07/15	CA VIDA	AFDV	XS0576107519	OIF	DEU	S	106,08%	1.000.000	1,00	JV	1.060.759	14.774
Vodafone Float 06/06/14	CA VIDA	AFDV	XS0304458564	OUT	GBR	S	100,29%	300.000	1,00	JV	300.864	2.263
Vodafone Group 6.875% 04/12/13	CA VIDA	AFDV	XS0402707367	OUT	GBR	S	106,38%	800.000	1,00	JV	851.043	4.982
WB 6% 23/05/13	CA VIDA	AFDV	XS0365663961	IC	USA	S	105,75%	1.500.000	1,00	JV	1.586.295	128

WFC 4.125% 03/11/16	CA VIDA	AFDV	XS0273766732	IC	USA	S	112,94%	650.000	1,00	JV	734.096	-	4.977
WURTH 3.75% 25/05/18	CA VIDA	AFDV	XS0625977987	OIF	NLD	S	114,30%	200.000	1,00	JV	228.607	-	-
Westpac Banking 4.25% 22/09/16	CA VIDA	AFDV	XS0453410978	IC	AUS	S	113,37%	850.000	1,00	JV	963.654	-	7.573
XTALN 1.50% 19/05/16	CA VIDA	AFDV	XS0857214968	OUT	ARE	S	100,01%	1.600.000	1,00	JV	1.600.219	-	90
XTALN 2.375% 19/11/18	CA VIDA	AFDV	XS0857215346	OUT	ARE	S	100,78%	900.000	1,00	JV	907.036	-	248
ZURNVX 3.375% 27/06/22	CA VIDA	AFDV	XS0798504030	S	IRL	S	110,00%	500.000	1,00	JV	550.002	-	-
											434.634.989	-	2.617.839
Dívida subordinada													
BFT CAY.2015	CCCAM	AFDV	XS0218220191	IC	CYM	S	100,00%	2.000.000	1,00	JV	2.008.207	-	-
											2.008.207	-	-
Instrumentos de capital													
BFN 87 - Tit.Par.	CCCAM	AFDV	PTBFNDPE0001	OUT	PRT	S	100,00%	1.547	1,00	JV	1.547	-	-
BFN 87 - Tit.Part. 2ª Em	CCCAM	AFDV	PTBFNEPE0000	OUT	PRT	S	100,00%	0	1,00	JV	-	-	-
FLORESTA AT (B)	CCCAM	AFDV	PTFLTBIM0004	OUT	PRT	N	58,9838	18.000	-	JV	1.061.708	-	161.708
RAIZ CONSERVADOR	CCCAM	AFDV	PTYCFGLM0008	OUT	PRT	N	5,6583	199.996	-	JV	1.131.637	-	94.398
RAIZ EUROPA	CCCAM	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	3,5457	505.416	-	JV	1.792.054	-	(235.119)
RAIZ GLOBAL	CCCAM	AFDV	PTYCFELM0000	OUT	PRT	N	4,9282	339.329	-	JV	1.672.281	-	112.318
UNICAMPUS	CCCAM	AFDV	PTYE1GIM0001	OUT	PRT	N	1007,47	500	-	JV	503.735	-	3.735
ADRAVE	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	4,99	CH	499	-	-
AGROGARANTE	CCCAM	AFDV	PTAGM0AM0007	OIF	PRT	N	-	149.550	1,00	CH	149.550	-	-
GARVAL	CCCAM	AFDV	PTGGM0AM0004	OUT	PRT	N	-	69.000	1,00	CH	69.000	-	-
LISGARANTE	CCCAM	AFDV	PTLGR0AM0003	OUT	PRT	N	-	100.000	1,00	CH	100.000	-	-
MATADOURO REG.ALGARVE	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	19.992	4,99	CH	998	(998)	-
NORGARANTE	CCCAM	AFDV	PTNGM0AM0000	OUT	PRT	N	-	86.860	1,00	CH	86.860	-	-
MATAD.BEIRA LITORAL, SA (PEC-LUSA)	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	687	4,99	CH	3.428	-	-
SIBS	CCCAM	AFDV	PTSIB0AM0008	OUT	PRT	N	-	25.680	5,00	CH	1.171.864	-	-
UNICRE	CCCAM	AFDV	PTUNE0AM0016	OUT	PRT	N	-	7.207	5,00	CH	460.223	-	-
UNITÉNIS	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	150,00	CH	3.990	-	-
FCR AICEP Capital Global - FIEP	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	500	1.000,00	CH	500.000	-	-
PROPAÇO	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	-	CH	194	(194)	-
SWIFT	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	30	-	CH	129.428	-	-
VISA EUROPE LIMITED	CCCAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	10,00	CH	10	-	-
Dolmen	CCAM V. SOUSA TÂMÉGA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	4,99	CH	499	-	-
Cooperativa de Melgaço	CCAM NOROESTE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	499	5,00	CH	2.494	(2.494)	-
Epralima	CCAM NOROESTE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	49,87	CH	249	-	-
Spidouro	CCAM BRAGANÇA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
Cooperativa Agrícola de Valpaços	CCAM BRAGANÇA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	2,49	CH	13	(13)	-

ASDOURO	CCAM S. JOÃO PESQUEIRA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	--	CH	22.446	(22.446)	-
Spidouro	CCAM VALE TÁVORA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.500	4,99	CH	7.482	(7.482)	-
ABAP	CCAM CANTANHEDE MIR	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5.000,00	CH	5.000	-	-
AIBAP	CCAM CANTANHEDE MIR	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5.000,00	CH	5.000	-	-
Credicentro	CCAM COIMBRA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	48	2,49	CH	120	(120)	-
Regivouga	CCAM ESTARREJA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	100	4,99	CH	499	(499)	-
Credicentro	CCAM POMBAL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	433,95	CH	434	(434)	-
Sicogest	CCAM POMBAL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	4.500,00	CH	4.500	(4.500)	-
Sicogest	CCAM SERRAS ANSIÃO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	2.000,00	CH	2.000	-	-
Coop. Agro-Pecuária Beira Central CRL	CCAM OLIVEIRA HOSPITA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5	2,49	CH	12	-	-
Crediagrícola	CCAM BAIRRADA	AFDV	-	OIF	PRT	N	-	38.266	5,00	CH	191.331	(191.331)	-
Escola Profissional da Mealhada	CCAM BAIRRADA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	176.100,00	CH	176.100	-	-
Cerfundão, Lda.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	50.000,00	CH	50.000	-	-
Parkurbis, S.A.	CCAM REGIÃO FUNDÃO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5.000	5,00	CH	25.000	(25.000)	-
Ovigrú	CCAM BEIRA BAIXA (SUL)	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	149.185	5,00	CH	745.925	(745.925)	-
FERECC	CCAM ALCANHÕES	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ALENQUER	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM ARRUDA VINHOS	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM AZAMBUJA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10	5,00	CH	50	-	-
FERECC	CCAM CALDAS RAINHA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	21	5,00	CH	105	-	-
FERECC	CCAM LOURES, SINTRA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM CARTAXO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	6	2,49	CH	15	-	-
Uniões Regionais	CCAM CORUCHE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	2	2,49	CH	5	-	-
DAI, S.A.	CCAM CORUCHE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	47.140	24,94	CH	1.272.811	-	-
FERECC	CCAM SOBRAL M. AGRAC	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	5,00	CH	5	-	-
FERECC	CCAM V. F. XIRA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	360	2,49	CH	897	(897)	-
Crediagrícola	CCAM V. F. XIRA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.000	2,49	CH	2.495	(2.495)	-
ADIRN	CCAM RIBATEJO NORTE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10	4,99	CH	50	-	-
FERECC	CCAM RIBATEJO SUL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	50	4,99	CH	249	-	-
Agroraiana	CCAM ELVAS E C. MAIOR	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	8.000	4,98	CH	19.928	(19.928)	-
Mobitral	CCAM F. ALENTEJO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	60	25,00	CH	1.500	(1.500)	-
Cooperativa Agrícola da Vidigueira	CCAM GUAD. INTERIOR	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1	49,88	CH	50	-	-
Matadouro do Litoral Alentejano	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	160.000	5,00	CH	800.000	(198.184)	-
Unicama	CCAM S. TEOTÓNIO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	4	2,49	CH	10	-	-
CARMIM	CCAM ALENTEJO CENTRAL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	20	5,00	CH	100	-	-
Centro Tecnológico de Citricultura	CCAM SILVES	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	25	500,00	CH	12.500	(12.500)	-
AGETAV - Agência de Desenvolvimento de Tavira, S.A.	CCAM SOT. ALGARVIO	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	1.000	4,99	CH	4.988	-	-
Globalgarve	CCAM ALGARVE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	250	10,00	CH	2.500	(2.500)	-

Matadouro Regional do Algarve	CCAM ALGARVE	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	7.000	5,00	CH	35.000	(35.000)	-
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	CCAM AÇORES	AFDV	-	OIF	PRT	N	-	10.000	5,00	CH	1.281.911	-	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM DOURO, C. TAMEGA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	5.000	5,00	CH	25.000	(25.000)	-
Matadouro Regional do Barroso e Alto Tâmega, S.A.	CCAM DOURO, C. TAMEGA	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	45.000	5,00	CH	225.000	(225.000)	-
Cortiçol	CCAM ALJUSTREL	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	120	5,00	CH	600	-	-
Títulos CONFAGRI	FENACAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	2.800	5,00	CH	14.000	-	-
Acções SUCRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	12.254	25,00	CH	329.742	(61.309)	-
Acções MAP, S.A.	FENACAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	65.051	5,00	CH	201.924	-	-
Acções ADRAL, S.A.	FENACAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	400	4,99	CH	1.996	-	-
Acções HORTOBELI, S.A.	FENACAM	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	600	24,94	CH	14.964	(14.964)	-
Floresta Atlântica-Soc.Gestora Fundos Inv.Imob.SA	CA SGPS	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10.125	5,00	CH	50.625	-	-
Corretaje e Informação Monetária Y De Divisas, SA	CA SGPS	AFDV	-	OIF	ESP	N	-	29.040	6,01	CH	3.432.818	-	-
CA Monetário	CA SGPS	AFDV	-	OUT	PRT	N	5,433	77.112	-	JV	418.948	-	3.948
Fundo Florestal - Floresta Atlântica	CA SEGUROS	AFDV	-	OUT	PRT	N	-	10.000	-	CH	589.838	-	89.838
CA SAÚDE VALORIZAÇÃO	CA VIDA	AFDV	PTYCFOHE0004	OIF	PRT	N	494,069	2.978	-	JV	1.471.336	-	(1.066)
RAIZ EUROPA (UP)	CA VIDA	AFDV	PTYCFFLM0009	OUT	PRT	N	3,5457	603.507	-	JV	2.139.853	-	(11.224)
Aberdeen Global-Select Emerg Mkts Bond Fund	CA VIDA	AFDV	LU0376989207	OIF	LUX	S	131,86	36.711	106,68	JV	4.840.759	-	37.072
Allianz Global Equity-IT	CA VIDA	AFDV	LU0156497637	OIF	LUX	S	8,9	256.772	-	JV	2.285.271	-	1.255
Allianz RCM Europe Equity Growth-IT	CA VIDA	AFDV	LU0236881128	OIF	LUX	S	1711,51	1.723	-	JV	2.948.644	-	25.100
BNY Mellon Global Funds-Emerg Mkts Debt LC-C	CA VIDA	AFDV	IE00B11YFJ18	OIF	IRL	S	1,3187	2.420.870	-	JV	3.192.401	-	7.156
BlackRock - Emerging Markets FD - €D2	CA VIDA	AFDV	LU0252967376	OIF	LUX	S	24,38	80.919	16,72	JV	1.972.807	-	18.684
DWS Alpha Opportunity-FC	CA VIDA	AFDV	LU0298696856	OIF	LUX	S	99,63	13.123	-	JV	1.307.444	-	(5.263)
DWS Inv Em Mrkts Top Dividend Plus-FC	CA VIDA	AFDV	LU0329760267	OIF	LUX	S	104,36	16.640	-	JV	1.736.524	-	3.826
DWS Invest Emerging Markets Corporates-FCH	CA VIDA	AFDV	LU0507270097	OIF	LUX	S	122,47	27.389	-	JV	3.354.299	-	38.601
DWS Invest Euro Equities-FC	CA VIDA	AFDV	LU0145635479	OIF	LUX	S	129,14	17.387	-	JV	2.245.357	-	(4.826)
DWS Invest Global ValueFC	CA VIDA	AFDV	LU0273144575	OIF	LUX	S	107,45	14.804	-	JV	1.590.690	-	7.491
Dexia Bonds-Emerging Markets-IH CAP	CA VIDA	AFDV	LU0594539982	OIF	LUX	S	1257,56	3.949	-	JV	4.966.329	-	8.481
Dexia Equities L - Emerging Markets -I	CA VIDA	AFDV	LU0133355080	OIF	LUX	S	646,2	3.104	-	JV	2.005.482	-	7.034
Dexia Long Short Risk Arbitrage	CA VIDA	AFDV	FR0000991747	OIF	FRA	S	39408,6	45	-	JV	1.757.504	-	(10.564)
Fidelity Funds - Euro Blue Chip	CA VIDA	AFDV	LU0088814487	OIF	LUX	S	16,09	56.541	-	JV	909.745	-	-
Fidelity Funds - World Fund - Y ACC Eur	CA VIDA	AFDV	LU0318941662	OIF	LUX	S	8,996	183.623	-	JV	1.651.874	-	11.970
Fidelity Funds-Emerging Markets Debt Fund-A Eur AH	CA VIDA	AFDV	LU0337572712	OIF	LUX	S	12,9	259.210	-	JV	3.343.813	-	38.641
Fidelity Funds-European Dynamic Growth Fund-Y ACC	CA VIDA	AFDV	LU0318940003	OIF	LUX	S	10,8	161.383	-	JV	1.742.938	-	19.921
Groupama FP Flex Allocat-I	CA VIDA	AFDV	FR0010646299	OIF	FRA	S	12347,9	149	-	JV	1.839.373	-	5.146
JPMorgan Funds-Emerg Mkts Debt Fund	CA VIDA	AFDV	LU0217389997	OIF	LUX	S	13,88	241.007	10,00	JV	3.345.176	-	33.725
Pictet - Absolu Return Global Diversified -I	CA VIDA	AFDV	LU0247079386	OIF	LUX	S	125,05	18.893	-	JV	2.362.632	-	13.966
Pictet - Europe Index-PC	CA VIDA	AFDV	LU0130731390	OIF	LUX	S	120,91	7.438	-	JV	899.271	-	-
Pictet - Global Megatrend Selection-I	CA VIDA	AFDV	LU0386875149	OIF	LUX	S	124,41	18.344	-	JV	2.282.196	-	2.680
Pictet-Emerging Local Currency Debt-HI Eur	CA VIDA	AFDV	LU0340553600	OIF	LUX	S	138,16	24.113	-	JV	3.331.444	-	23.942
Pictet-Emerging Markets-HI Eur	CA VIDA	AFDV	LU0407233666	OIF	LUX	S	379,81	5.319	-	JV	2.020.164	-	(3.388)
Pioneer Funds - Global Select - H Eur A	CA VIDA	AFDV	LU0271652900	OIF	LUX	S	867,41	1.843	-	JV	1.598.680	-	8.061
Pioneer Funds-Commodity Alpha-AH\$A	CA VIDA	AFDV	LU0313643370	OIF	LUX	S	38,59	41.701	-	JV	1.609.258	-	(22.429)

Schroder ISF - Emerging Markets-CA Eur	CA VIDA	AFDV	LU0248177411	OIF	LUX	S	11,22	183.662	--	JV	2.060.683	13.541
Schroder ISF - Global Equity Yield-C Eur A	CA VIDA	AFDV	LU0248167701	OIF	LUX	S	98,69	17.822	--	JV	1.758.821	19.830
Vontobel Fund-Em Mrkts Equity-HI	CA VIDA	AFDV	LU0368556220	IC	LUX	S	122,28	14.671	--	JV	1.793.921	7.019
EASYETF EURO STOXX 50-B	CA VIDA	AFDV	FR0010129072	OIF	FRA	S	34,335	7.740	--	JV	265.753	-
Lyxor ETF Euro Stoxx 50	CA VIDA	AFDV	FR0007054358	OIF	FRA	S	26,275	140.000	--	JV	3.678.500	5.998
Cimpor-Cimentos de Port. SGPS	CA VIDA	AFDV	PTCPROM00003	OIF	PRT	S	3,46	37.100	1,00	JV	128.366	(2.752)
AXASA	CA VIDA	AFDV	FR0000120628	S	FRA	S	13,35	22.580	2,29	JV	301.443	622
Aegon NV	CA VIDA	AFDV	NL0000303709	S	NLD	S	4,80301	71.380	0,12	JV	342.839	685
Ageas	CA VIDA	AFDV	BE0974264930	S	BEL	S	22,215	10.389	--	JV	230.792	3.769
Ahold (Koninklijke) NV	CA VIDA	AFDV	NL0006033250	OUT	NLD	S	10,135	10.770	--	JV	109.154	982
Akzo Nobel NV.	CA VIDA	AFDV	NL0000009132	OUT	NLD	S	49,745	3.940	2,00	JV	195.995	1.295
Alcatel SA	CA VIDA	AFDV	FR0000130007	OUT	FRA	S	1,003	43.070	2,00	JV	43.199	(1.359)
Allianz AG Holding	CA VIDA	AFDV	DE0008404005	S	DEU	S	104,8	6.520	2,56	JV	683.296	7.887
Arcelor Mittal	CA VIDA	AFDV	LU0323134006	OUT	NLD	S	12,935	32.150	1,00	JV	415.860	(5.222)
Basf AG NPV	CA VIDA	AFDV	DE000BASF111	OUT	DEU	S	71,15	7.380	--	JV	525.087	11.183
Bayer, AG	CA VIDA	AFDV	DE000BAY0017	OUT	DEU	S	71,89	8.410	2,56	JV	604.595	9.126
Bouygues, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120503	OUT	FRA	S	22,4	12.340	1,00	JV	276.416	(1.729)
CNP Assurances	CA VIDA	AFDV	FR0000120222	S	FRA	S	11,605	18.434	1,00	JV	213.926	(2.561)
Carrefour, SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120172	OUT	FRA	S	19,345	5.760	2,50	JV	111.427	(1.529)
Compagnie de ST.Gobain	CA VIDA	AFDV	FR0000125007	OUT	FRA	S	32,22	7.730	4,00	JV	249.061	347
DaimlerChrysler AG - Reg.	CA VIDA	AFDV	DE0007100000	OUT	DEU	S	41,32	13.740	2,87	JV	567.737	3.996
Danone SA	CA VIDA	AFDV	FR0000120644	OUT	FRA	S	49,905	6.920	0,25	JV	345.343	4.399
Deutsche Post AG.	CA VIDA	AFDV	DE0005552004	OUT	DEU	S	16,6	11.830	1,00	JV	196.378	3.648
E. ON AG	CA VIDA	AFDV	DE000ENAG999	OUT	DEU	S	14,09	32.910	--	JV	463.702	5.163
ENI Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003132476	OUT	ITA	S	18,34	33.300	1,00	JV	610.722	4.969
Electricite de France	CA VIDA	AFDV	FR0010242511	OUT	FRA	S	13,98	21.710	0,50	JV	303.506	5.936
Enel Spa.	CA VIDA	AFDV	IT0003128367	OUT	ITA	S	3,138	69.860	--	JV	219.221	1.250
Faurecia	CA VIDA	AFDV	FR0000121147	OUT	FRA	S	11,72	11.440	7,00	JV	134.077	(3.541)

GdfSuez	CAVIDA	AFDV	FR0010208488	OUT	FRA	S	15,575	34.420	1,00	JV	536.091	0	
ING Groep N.V.-CVA	CAVIDA	AFDV	NL0000303600	S	NLD	S	7,061	67.280	0,24	JV	475.064	13.400	
Iberdrola SA.	CAVIDA	AFDV	ES0144580Y14	OUT	ESP	S	4,195	28.757	0,75	JV	120.636	(2.325)	
Intesa Sanpaolo	CAVIDA	AFDV	IT0000072618	IC	ITA	S	1,3	241.436	0,52	JV	313.867	4.497	
KPN NV	CAVIDA	AFDV	NL0000009082	OUT	NLD	S	3,716	12.040	0,24	JV	44.741	(0)	
Michelin	CAVIDA	AFDV	FR0000121261	OUT	FRA	S	71,59	3.050	2,00	JV	218.350	657	
Nokia Oyj ser.A	CAVIDA	AFDV	FI0009000681	OUT	FIN	S	2,926	94.470	--	JV	276.419	13.606	
Philips Electronics NV	CAVIDA	AFDV	NL0000009538	OUT	NLD	S	19,895	20.910	0,20	JV	416.004	1.584	
Renault SA	CAVIDA	AFDV	FR0000131906	OUT	FRA	S	40,685	7.770	3,81	JV	316.122	6.219	
Royal Dutch Shell PLC	CAVIDA	AFDV	GB00B03MLX29	OUT	NLD	S	25,975	14.770	--	JV	383.651	5.086	
SAP AG.	CAVIDA	AFDV	DE0007164600	OUT	DEU	S	60,69	7.180	1,00	JV	435.754	10.448	
Sanofi-Aventis	CAVIDA	AFDV	FR0000120578	OUT	FRA	S	71,39	8.450	2,00	JV	603.246	12.330	
Schneider Electric SA.	CAVIDA	AFDV	FR0000121972	OUT	FRA	S	54,83	5.620	4,00	JV	308.145	7.839	
Siemens AG- Reg.	CAVIDA	AFDV	DE0007236101	OUT	DEU	S	82,2	9.360	3,00	JV	769.392	7.561	
St. Microelectronics NV	CAVIDA	AFDV	NL0000226223	OUT	CHE	S	5,368	30.680	0,80	JV	164.690	(521)	
Telecom Italia Spa.	CAVIDA	AFDV	IT0003497168	OUT	ITA	S	0,683	354.830	0,55	JV	242.349	5.676	
Telefónica (España) SA	CAVIDA	AFDV	ES0178430E18	OUT	ESP	S	10,19	47.080	1,00	JV	479.745	(11.721)	
Total SA	CAVIDA	AFDV	FR0000120271	OUT	FRA	S	39,01	18.380	2,50	JV	717.004	(1.051)	
UniCredito Italiano Spa.	CAVIDA	AFDV	IT0004781412	IC	ITA	S	3,706	107.249	0,50	JV	397.465	1.610	
Vallourec	CAVIDA	AFDV	FR0000120354	OUT	FRA	S	39,49	5.440	2,00	JV	214.826	(319)	
Veolia Environnement SA.	CAVIDA	AFDV	FR0000124141	OUT	FRA	S	9,155	21.220	5,00	JV	194.269	3.075	
Vinci SA.	CAVIDA	AFDV	FR0000125486	OUT	FRA	S	35,96	11.000	2,50	JV	395.560	226	
Vivendi Universal SA	CAVIDA	AFDV	FR0000127771	OUT	FRA	S	16,95	25.700	5,50	JV	435.615	(4.263)	
											109.202.898	(1.608.195)	
												658.409	
Valor na reserva de reavaliação de obrigações nas entidades seguradoras reclassificados para a carteira de Investimentos detidos até à maturidade												(5.258.714)	
Total							2.272.458.297				2.409.160.122	(1.608.195)	3.844.898

ATIVOS FINANCEIROS DETIDOS ATÉ À MATURIDADE

Instrumentos de dívida

De dívida pública

OT OUT 15	CCCAM	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	784.800.701	1,00	CA	753.217.944	-	-
OT OUT 16	CCCAM	IDM	PTOTE6OE0006	OUT	PRT	S	98,38%	2.500.000	1,00	CA	2.348.262	-	-
OT OUT 17	CCCAM	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	96,57%	5.000.000	1,00	CA	5.056.942	-	-
OT OUT 14	CCCAM	IDM	PTOTE0OE0017	OUT	PRT	S	100,09%	15.000.000	1,00	CA	15.159.809	-	-
OT JUN 20	CCCAM	IDM	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	88,84%	38.300.000	1,00	CA	35.557.282	-	-
OT JUN 14	CCCAM	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	100,99%	21.421.000	1,00	CA	21.641.610	-	-
BT 22/03/13	CCCAM	IDM	PTPBTTGE0014	OUT	PRT	S	99,69%	45.000.000	1,00	CA	44.697.873	-	-
BT 21/06/13	CCCAM	IDM	PTPBTTGE0016	OUT	PRT	S	99,32%	45.000.000	1,00	CA	44.333.808	-	-
BT 19/07/13	CCCAM	IDM	PTPBTKGE0013	OUT	PRT	S	99,21%	275.000.000	1,00	CA	269.829.145	-	-
BTPS 08/13	CCCAM	IDM	IT0003472336	OUT	ITA	S	101,40%	10.000.000	1,00	CA	10.177.551	-	-
IRISH JAN 14	CCCAM	IDM	IE00B3KWYS29	OUT	IRL	S	102,02%	10.000.000	1,00	CA	10.378.324	-	-
SGLT 21/06/2013	CCCAM	IDM	ES0L01306213	OUT	ESP	S	99,21%	50.000.000	1,00	CA	49.039.977	-	-
OT Junho 2014	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	100,99%	46.000.000	1,00	CA	47.542.511	-	-
OT Outubro 2015	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	27.500.000	1,00	CA	26.432.268	-	-
OT Junho 2018	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	92,75%	2.500.000	1,00	CA	2.579.841	-	-
OT Junho 2020	CCAM V. SOUSA TÂMEGA	IDM	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	88,84%	5.000.000	1,00	CA	5.091.258	-	-
Obrigações do Tesouro (Set 2013 - 5,45%)	CCAM NOROESTE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	101,81%	10.000.000	1,00	CA	9.536.715	-	-
OT Jun(4,375%)14	CCAM DOURO, C. TÂMEGA	IDM	PTOTE1OE0019	OUT	PRT	S	100,99%	3.000.000	1,00	CA	3.079.653	-	-
OT Out(3,35%)15	CCAM DOURO, C. TÂMEGA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	2.500.000	1,00	CA	2.383.374	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM POMBAL	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	2.500.000	1,00	CA	2.403.754	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	900.000	1,00	CA	877.914	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM VALE CAMBRA	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	101,81%	400.000	1,00	CA	412.567	-	-
OTG-SET 98/13 5,45%	CCAM COSTA VERDE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	101,81%	1.000.000	1,00	CA	1.017.234	-	-
OTG-SET 98/13 5,45%	CCAM COSTA VERDE	IDM	PTOTEGOE0009	OUT	PRT	S	101,81%	1.000.000	1,00	CA	1.020.182	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM BAIXO VOUGA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	9.000.000	1,00	CA	8.731.886	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM REGIÃO FUNDÃO	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	3.000.000	1,00	CA	2.778.480	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM ZONA PINHAL	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	96,57%	1.000.000	1,00	CA	1.003.106	-	-
Obrigações do Tesouro	CCAM ZONA PINHAL	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	2.000.000	1,00	CA	1.999.209	-	-
OT 4,80% Jun 2020	CCAM LOURINHÃ	IDM	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	88,84%	5.500.000	1,00	CA	5.466.848	-	-
OT Jul 2010082400035	CCAM BEJA MÉRTOLA	IDM	PTOTECO0029	OUT	PRT	S	88,84%	5.000.000	1,00	CA	5.023.991	-	-
OT OUT.(3,35%) 15 - PTOTE3OE0017	CCAM ALGARVE	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	7.000.000	1,00	CA	6.958.484	-	-
Obrigações Tesouro 16/10/2017	CA SEGUROS	IDM	PTOTELOE0010	OUT	PRT	S	96,57%	2.377.000	1,00	CA	2.217.317	-	-
Obrigações Tesouro 15/06/2018	CA SEGUROS	IDM	PTOTENO0018	OUT	PRT	S	92,75%	7.400.000	1,00	CA	6.936.339	-	-
Obrigações Tesouro 15/04/2021	CA SEGUROS	IDM	PTOTEYOE0007	OUT	PRT	S	81,50%	5.200.000	1,00	CA	4.436.422	-	-
Obrigações Tesouro 15/10/2015	CA SEGUROS	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	10.000.000	1,00	CA	9.481.174	-	-
Obrigações Tesouro 14/06/2019	CA SEGUROS	IDM	PTOTEMOE0027	OUT	PRT	S	90,81%	8.500.000	1,00	CA	7.923.877	-	-
Obrigações Tesouro 25/10/2023	CA SEGUROS	IDM	PTOTEAOE0021	OUT	PRT	S	84,78%	8.500.000	1,00	CA	7.382.606	-	-

OT 3.35% 15/10/15**	CAVIDA	IDM	PTOTE3OE0017	OUT	PRT	S	98,15%	20.635.000	1,00	CA	19.585.535	-
OT 3.6% 15/10/14**	CAVIDA	IDM	PTOTE0OE0017	OUT	PRT	S	100,09%	13.600.000	1,00	CA	13.304.638	-
OT 4.20% 15/10/16**	CAVIDA	IDM	PTOTE6OE00006	OUT	PRT	S	98,38%	2.630.000	1,00	CA	2.499.091	-
OT 4.45% 15/06/18**	CAVIDA	IDM	PTOTENOE0018	OUT	PRT	S	92,75%	9.145.000	1,00	CA	8.497.693	-
OT 5.45% 23/09/13**	CAVIDA	IDM	PTOTEGOE00009	OUT	PRT	S	101,81%	3.918.517	1,00	CA	3.996.254	-
BGB 2.75% 28/03/16**	CAVIDA	IDM	BE0000319286	OUT	BEL	S	109,82%	5.500.000	1,00	CA	5.520.856	-
BGB 3.75% 28/09/20**	CAVIDA	IDM	BE0000318270	OUT	BEL	S	116,65%	2.500.000	1,00	CA	2.488.707	-
BGB 4.% 28/03/13**	CAVIDA	IDM	BE0000310194	OUT	BEL	S	103,95%	2.250.000	1,00	CA	2.328.202	-
BTPS 2% 01/06/13**	CAVIDA	IDM	IT0004612179	OUT	ITA	S	100,57%	5.000.000	1,00	CA	4.987.228	-
BTPS 3% 15/06/15**	CAVIDA	IDM	IT0004615917	OUT	ITA	S	101,78%	6.250.000	1,00	CA	6.154.589	-
BTPS 3.75% 15/04/16**	CAVIDA	IDM	IT0004712748	OUT	ITA	S	104,55%	1.500.000	1,00	CA	1.453.711	-
BTPS 4.50% 01/02/18**	CAVIDA	IDM	IT0004273493	OUT	ITA	S	107,42%	975.000	1,00	CA	989.138	-
BTPS 5.25% 01/08/17**	CAVIDA	IDM	IT0003242747	OUT	ITA	S	111,06%	2.575.000	1,00	CA	2.679.335	-
BTPSR 0 01/08/18**	CAVIDA	IDM	IT0004848583	OUT	ITA	S	79,64%	5.075.000	1,00	CA	3.924.725	-
BTPSS 0 01/08/18**	CAVIDA	IDM	IT0004848716	OUT	ITA	S	81,90%	3.605.000	1,00	CA	2.825.814	-
FRTR 2.5% 25/10/20**	CAVIDA	IDM	FR0010949651	OUT	FRA	S	107,71%	1.500.000	1,00	CA	1.493.113	-
FRTR 4% 25/10/14**	CAVIDA	IDM	FR0010112052	OUT	FRA	S	107,87%	8.400.000	1,00	CA	8.790.862	-
IRISH 4% 15/01/14**	CAVIDA	IDM	IE00B3KWYS29	OUT	IRL	S	102,02%	8.000.000	1,00	CA	8.047.868	-
IRISH 4.50% 18/04/20**	CAVIDA	IDM	IE0034074488	OUT	IRL	S	103,97%	9.600.000	1,00	CA	7.701.715	-
IRISH 4.50% 18/10/18**	CAVIDA	IDM	IE00B28HXX02	OUT	IRL	S	105,40%	4.380.000	1,00	CA	3.670.625	-
IRISH 5% 18/10/20**	CAVIDA	IDM	IE00B6026194	OUT	IRL	S	104,59%	3.000.000	1,00	CA	2.370.719	-
RAGB 4.3% 15/09/17**	CAVIDA	IDM	AT0000A06P24	OUT	AUT	S	118,57%	3.000.000	1,00	CA	3.224.756	-
SPGB 3% 30/04/15**	CAVIDA	IDM	ES00000122F2	OUT	ESP	S	101,93%	9.000.000	1,00	CA	9.037.112	-
SPGB 3.15% 31/01/16**	CAVIDA	IDM	ES00000120G4	OUT	ESP	S	102,21%	7.000.000	1,00	CA	6.916.161	-
SPGB 3.3% 31/10/14**	CAVIDA	IDM	ES00000121P3	OUT	ESP	S	101,46%	6.100.000	1,00	CA	6.047.220	-
SPGB 4.1% 30/07/18**	CAVIDA	IDM	ES00000121A5	OUT	ESP	S	100,77%	6.045.000	1,00	CA	5.904.450	-
SPGB 4.2% 30/07/13**	CAVIDA	IDM	ES0000012866	OUT	ESP	S	103,18%	1.000.000	1,00	CA	1.020.219	-
SPGB 4.3% 31/10/19**	CAVIDA	IDM	ES0000012106	OUT	ESP	S	98,91%	500.000	1,00	CA	474.761	-
SPGB 4.4% 31/01/15**	CAVIDA	IDM	ES0000012916	OUT	ESP	S	107,20%	1.850.000	1,00	CA	1.930.075	-
SPGB 4.85% 31/10/20**	CAVIDA	IDM	ES00000122T3	OUT	ESP	S	100,04%	2.500.000	1,00	CA	2.427.290	-
SPGB 5.5% 30/07/17**	CAVIDA	IDM	ES0000012783	OUT	ESP	S	108,46%	2.925.000	1,00	CA	2.958.620	-
SPGB Float 17/03/15**	CAVIDA	IDM	ES00000122G0	OUT	ESP	S	94,04%	1.500.000	1,00	CA	1.435.454	-
SPGBS 0 31/01/19**	CAVIDA	IDM	ES0000011934	OUT	ESP	S	75,98%	3.375.000	1,00	CA	2.442.563	-
											1.591.284.636	-

BCPPL 4.75% 29/10/14**	CAVIDA	IDM	PTBCU31E0002	IC	PRT	S	101,81%	2.000.000	1,00	CA	1.913.735
BCPPL 4.75% 22/06/17**	CAVIDA	IDM	PTBCUB1E0005	IC	PRT	S	101,51%	6.900.000	1,00	CA	5.723.261
BCPPL 5.625% 23/04/14**	CAVIDA	IDM	PTBLCLQM0010	IC	PRT	S	100,38%	750.000	1,00	CA	732.033
BRCORO 4.5% 05/12/16**	CAVIDA	IDM	PTBRHOM0001	OUT	PRT	S	101,83%	15.220.000	1,00	CA	12.131.592
CXGD 3.625% 21/07/14**	CAVIDA	IDM	PTCGGFOM0015	IC	PRT	S	101,73%	3.000.000	1,00	CA	2.970.812
CXGD 3.875% 06/12/16**	CAVIDA	IDM	PTCGF11E0000	IC	PRT	S	99,56%	2.200.000	1,00	CA	1.880.673
CXGD 4.25% 27/01/20**	CAVIDA	IDM	PTCG2YOE0001	IC	PRT	S	97,40%	5.000.000	1,00	CA	4.346.835
PARPUB 3.50% 08/07/13**	CAVIDA	IDM	PTPETQM0006	OUT	PRT	S	99,00%	1.700.000	1,00	CA	1.707.307
SANTAN 2.625% 15/04/13**	CAVIDA	IDM	PTCPRROE0027	IC	PRT	S	100,06%	750.000	1,00	CA	758.915
ABESM 4.625% 14/10/16**	CAVIDA	IDM	ES0211845237	OUT	ESP	S	107,15%	2.350.000	1,00	CA	2.352.998
ABESM 5.75% 09/03/18**	CAVIDA	IDM	XS0602534637	OUT	NLD	S	116,45%	2.600.000	1,00	CA	2.775.610
AEMSPA 4.50% 02/11/16**	CAVIDA	IDM	XS0463509959	OUT	ITA	S	105,81%	5.595.000	1,00	CA	5.507.771
AIB 4% 19/03/15**	CAVIDA	IDM	XS0496222877	IC	IRL	S	103,57%	1.000.000	1,00	CA	910.639
ATLIM 3.375% 18/09/17**	CAVIDA	IDM	XS0542522692	OUT	ITA	S	104,84%	1.500.000	1,00	CA	1.456.853
AYTCED 3.50% 14/03/16**	CAVIDA	IDM	ES0312298013	OIF	ESP	S	96,81%	700.000	1,00	CA	659.757
AYTCED 4.75% 04/12/18**	CAVIDA	IDM	ES0370148019	OIF	ESP	S	93,36%	1.500.000	1,00	CA	1.363.435
BAA 4.375% 25/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0736300293	OUT	GBR	S	115,81%	1.350.000	1,00	CA	1.409.056
BAC 4% 23/03/15**	CAVIDA	IDM	XS0215823369	IC	USA	S	109,47%	1.500.000	1,00	CA	1.546.434
BAC 4.625% 07/08/17**	CAVIDA	IDM	XS0530879658	IC	USA	S	114,77%	2.050.000	1,00	CA	2.086.029
BAC 4.625% 18/02/14**	CAVIDA	IDM	XS0186317417	IC	USA	S	107,95%	600.000	1,00	CA	626.924
BAC 4.75% 03/04/17**	CAVIDA	IDM	XS0495891821	IC	USA	S	116,27%	3.700.000	1,00	CA	3.807.534
BACR 4% 20/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0479945353	IC	GBR	S	115,11%	400.000	1,00	CA	408.429
BACR 4.125% 15/03/16**	CAVIDA	IDM	XS0605207983	IC	GBR	S	113,17%	1.031.000	1,00	CA	1.068.331
BBVASM 3.25% 24/01/16**	CAVIDA	IDM	ES0413211113	IC	ESP	S	104,59%	800.000	1,00	CA	792.804
BBVASM 3.625% 18/01/17**	CAVIDA	IDM	ES0413211345	IC	ESP	S	105,89%	2.100.000	1,00	CA	2.075.538
BBVASM 4.875% 15/04/16**	CAVIDA	IDM	XS0615986428	IC	ESP	S	108,20%	3.000.000	1,00	CA	3.145.695
BBVASM 4.875% 23/01/14**	CAVIDA	IDM	XS0408528833	IC	ESP	S	102,63%	1.000.000	1,00	CA	1.050.907
BCPPL 3.75% 08/10/16**	CAVIDA	IDM	PTBCSSOE0011	IC	PRT	S	97,62%	9.900.000	1,00	CA	8.381.769
BESPL 5.625% 05/06/14**	CAVIDA	IDM	PTBLMGOM0002	IC	PRT	S	100,80%	5.850.000	1,00	CA	5.683.882
BILBIZ 4.4% 01/03/16**	CAVIDA	IDM	ES0314100076	IC	ESP	S	101,87%	1.000.000	1,00	CA	1.036.792
BKIASM 3.625% 05/10/16**	CAVIDA	IDM	ES0414950776	IC	ESP	S	94,98%	500.000	1,00	CA	461.950
BKIR 4% 28/01/15**	CAVIDA	IDM	XS0482810958	IC	IRL	S	104,01%	1.250.000	1,00	CA	1.157.746
BKTSM 4.125% 22/03/17**	CAVIDA	IDM	ES0413679178	IC	ESP	S	105,11%	500.000	1,00	CA	515.566
BMW 8.875% 19/09/13**	CAVIDA	IDM	XS0400017199	OIF	NLD	S	108,51%	1.000.000	1,00	CA	1.072.049
BNP 3.75% 25/11/20**	CAVIDA	IDM	XS0562852375	IC	FRA	S	112,92%	1.000.000	1,00	CA	981.548
BRCORO 4.797% 26/09/13**	CAVIDA	IDM	PTBSSAOM0005	OUT	PRT	S	101,51%	3.800.000	1,00	CA	3.883.316
BRCORO 6.875% 02/04/18**	CAVIDA	IDM	PTBSSGOE0009	OUT	PRT	S	107,43%	500.000	1,00	CA	506.673
CABKSM 4% 16/02/17**	CAVIDA	IDM	ES0440609040	IC	ESP	S	104,63%	1.000.000	1,00	CA	1.031.637
CAFP 4.375% 02/11/16**	CAVIDA	IDM	FR0010394478	OUT	FRA	S	111,23%	500.000	1,00	CA	503.771

CAIXAB 3.50% 31/03/16**	CAVIDA	IDM	ES0414970535	IC	ESP	S	102,96%	1.550.000	1,00	CA	1.513.309
CAIXAB 4.625% 04/06/19**	CAVIDA	IDM	ES0414970402	IC	ESP	S	104,63%	3.400.000	1,00	CA	3.326.847
CAJAMM 5% 28/06/19**	CAVIDA	IDM	ES0414950693	IC	ESP	S	96,13%	2.550.000	1,00	CA	2.468.358
CAJAMM 5.75% 29/06/16**	CAVIDA	IDM	ES0414950560	IC	ESP	S	103,78%	3.700.000	1,00	CA	3.813.350
CEIFP 3.5% 22/03/21**	CAVIDA	IDM	FR0010941690	OUT	FRA	S	104,79%	750.000	1,00	CA	725.012
CEIFP 3.875% 23/09/16**	CAVIDA	IDM	FR0010804492	OUT	FRA	S	105,81%	800.000	1,00	CA	778.116
CEIFP 4.625% 05/10/17**	CAVIDA	IDM	FR0011125442	OUT	FRA	S	110,66%	3.000.000	1,00	CA	2.957.011
COFP 3.994% 09/03/20**	CAVIDA	IDM	FR0011215508	OUT	FRA	S	112,53%	300.000	1,00	CA	309.978
CXGD 4.375% 13/05/13**	CAVIDA	IDM	PTCG16OM0004	IC	PRT	S	99,93%	2.000.000	1,00	CA	2.031.662
CXGD 5.125% 19/02/14**	CAVIDA	IDM	PTCG1L0M0007	IC	PRT	S	101,16%	1.050.000	1,00	CA	1.065.936
Carrefour SA 6.625% 02/12/13**	CAVIDA	IDM	XS0401494900	OUT	FRA	S	105,95%	1.000.000	1,00	CA	1.044.873
Citigroup Inc 4.375% 30/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0284710257	OIF	USA	S	116,34%	400.000	1,00	CA	403.755
Citigroup Inc. 6.4% 27/03/13**	CAVIDA	IDM	XS0354858564	OIF	USA	S	106,25%	1.000.000	1,00	CA	1.056.307
DEXGRP 2.625% 21/01/14**	CAVIDA	IDM	XS0480266484	OIF	FRA	S	104,56%	1.900.000	1,00	CA	1.955.059
DEXMA 2.75% 20/07/15**	CAVIDA	IDM	FR0010888420	OIF	FRA	S	105,74%	1.500.000	1,00	CA	1.508.525
DIAG 5.5% 01/07/13**	CAVIDA	IDM	XS0356009810	OUT	NLD	S	105,27%	2.100.000	1,00	CA	2.193.296
DLNA 4.25% 17/11/17**	CAVIDA	IDM	XS0559434351	S	NLD	S	108,58%	2.000.000	1,00	CA	1.982.813
E.ON 5.125% 07/05/13**	CAVIDA	IDM	XS0361244402	OIF	NLD	S	101,57%	2.750.000	1,00	CA	2.872.152
ELEPOR 3.25% 16/03/15**	CAVIDA	IDM	XS0495010133	OUT	NLD	S	103,01%	2.850.000	1,00	CA	2.808.223
ELEPOR 4.625% 13/06/16**	CAVIDA	IDM	XS0256997007	OUT	NLD	S	105,43%	1.300.000	1,00	CA	1.166.714
ELEPOR 4.75% 26/09/16**	CAVIDA	IDM	XS0435879605	OUT	NLD	S	104,53%	10.075.000	1,00	CA	9.140.154
ELEPOR 5.75% 21/09/17**	CAVIDA	IDM	XS0831842645	OUT	NLD	S	108,85%	1.000.000	1,00	CA	1.016.332
ELEPOR 5.875% 01/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0586598350	OUT	NLD	S	111,67%	6.730.000	1,00	CA	6.620.649
ENEL 4% 14/09/16**	CAVIDA	IDM	XS0452187759	OUT	LUX	S	106,72%	2.700.000	1,00	CA	2.696.075
ENELIM 4.875% 20/02/18**	CAVIDA	IDM	IT0004794142	OUT	ITA	S	110,70%	3.640.000	1,00	CA	3.838.785
ENELIM 5.25% 20/06/17**	CAVIDA	IDM	XS0306644344	OUT	ITA	S	113,21%	2.000.000	1,00	CA	2.080.711
ENIIM 5.875% 20/01/14**	CAVIDA	IDM	XS0400780887	OUT	ITA	S	110,94%	2.000.000	1,00	CA	2.181.136
FRFP 5.75% 19/01/17**	CAVIDA	IDM	FR0011182112	OUT	FRA	S	118,71%	2.000.000	1,00	CA	2.143.009
GASSM 4.125% 26/01/18**	CAVIDA	IDM	XS0479541699	OUT	ESP	S	110,07%	2.750.000	1,00	CA	2.707.801
GASSM 4.375% 02/11/16**	CAVIDA	IDM	XS0458748851	OUT	ESP	S	108,06%	6.400.000	1,00	CA	6.288.254
GASSM 5% 13/02/18**	CAVIDA	IDM	XS0741942576	OUT	ESP	S	114,76%	5.900.000	1,00	CA	6.037.591
GASSM 6.375% 09/07/19**	CAVIDA	IDM	XS0436928872	OUT	ESP	S	119,70%	1.600.000	1,00	CA	1.708.989
GLEINT 4.125% 03/04/18**	CAVIDA	IDM	XS0767815599	OUT	LUX	S	111,60%	500.000	1,00	CA	513.784
GLEINT 5.25% 22/03/17**	CAVIDA	IDM	XS0495973470	OUT	LUX	S	116,61%	1.500.000	1,00	CA	1.611.569
GS 4.375% 16/03/17**	CAVIDA	IDM	XS0494996043	IC	USA	S	113,10%	3.000.000	1,00	CA	3.047.127
GS 4.5% 09/05/16**	CAVIDA	IDM	XS0625359384	IC	USA	S	111,59%	1.000.000	1,00	CA	1.028.095
GS 4.5% 30/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0284727814	IC	USA	S	114,13%	850.000	1,00	CA	894.576
GS 5.125% 23/10/19**	CAVIDA	IDM	XS0459410782	IC	USA	S	116,95%	2.800.000	1,00	CA	2.834.494
HERA 4.125% 16/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0243960290	OUT	ITA	S	109,53%	1.000.000	1,00	CA	1.047.264

IBESM 3.5% 13/10/16**	CAVIDA	IDM	XS0548801207	OUT	ESP	S	105,69%	3.700.000	1,00	CA	3.607.734
IBESM 4.25% 11/10/18**	CAVIDA	IDM	XS0767977811	OUT	NLD	S	109,38%	2.700.000	1,00	CA	2.622.115
IBESM 4.50% 21/09/17**	CAVIDA	IDM	XS0829209195	OUT	NLD	S	110,44%	1.500.000	1,00	CA	1.513.678
INTNED 4.25% 13/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0731153291	IC	NLD	S	116,29%	500.000	1,00	CA	519.669
INTPET 4.875% 14/05/16**	CAVIDA	IDM	XS0605558856	OIF	CYM	S	114,44%	530.000	1,00	CA	554.579
IPBS 3.125% 22/04/13**	CAVIDA	IDM	XS0504108118	OIF	IRL	S	102,70%	1.000.000	1,00	CA	1.003.779
ISPIM 3.75% 23/11/16**	CAVIDA	IDM	XS0467864160	IC	ITA	S	103,87%	1.000.000	1,00	CA	989.690
ISPIM 4.375% 16/08/16**	CAVIDA	IDM	IT0004690126	IC	ITA	S	110,55%	4.300.000	1,00	CA	4.313.833
ISPIM 4.75% 15/06/17**	CAVIDA	IDM	XS0304508921	IC	ITA	S	110,34%	5.550.000	1,00	CA	5.566.500
JPM 3.875% 23/09/20**	CAVIDA	IDM	XS0543758246	IC	USA	S	115,19%	1.750.000	1,00	CA	1.697.198
LLOYDS 4.625% 02/02/17**	CAVIDA	IDM	XS0740795041	IC	GBR	S	117,03%	3.775.000	1,00	CA	3.954.068
LLOYDS 5.375% 03/09/19**	CAVIDA	IDM	XS0449361350	IC	GBR	S	123,33%	2.500.000	1,00	CA	2.529.858
LUXIM 3.625% 19/03/19**	CAVIDA	IDM	XS0758640279	OUT	ITA	S	113,14%	300.000	1,00	CA	307.257
Lloyds TSB Bank 6.375% 17/06/16**	CAVIDA	IDM	XS0435070288	IC	GBR	S	120,74%	3.970.000	1,00	CA	4.249.577
MS 4% 17/11/15**	CAVIDA	IDM	XS0235620142	IC	LUX	S	106,68%	1.000.000	1,00	CA	993.057
MS 4.375% 12/10/16**	CAVIDA	IDM	XS0270800815	IC	LUX	S	109,28%	400.000	1,00	CA	368.270
MS 4.50% 23/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0594515966	IC	LUX	S	111,46%	3.517.000	1,00	CA	3.533.592
MS 5% 02/05/19**	CAVIDA	IDM	XS0298899534	IC	LUX	S	115,08%	1.950.000	1,00	CA	1.995.408
MTNA 4.625% 17/11/17**	CAVIDA	IDM	XS0559641146	OUT	NLD	S	108,63%	2.850.000	1,00	CA	2.875.180
MTNA 9.375% 03/06/16**	CAVIDA	IDM	XS0431928414	OUT	NLD	S	126,96%	2.570.000	1,00	CA	2.921.129
Nokia 6.75% 04/02/19**	CAVIDA	IDM	XS0411735482	OUT	FIN	S	111,28%	1.550.000	1,00	CA	1.870.647
PEUGOT 4.25% 25/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0594299066	OIF	FRA	S	106,93%	1.570.000	1,00	CA	1.566.256
POPSM 4.125% 30/03/17**	CAVIDA	IDM	ES0413790173	IC	ESP	S	103,20%	3.900.000	1,00	CA	3.787.480
PORTEL 4.375% 24/03/17**	CAVIDA	IDM	XS0215828913	OUT	NLD	S	105,04%	11.275.000	1,00	CA	9.729.079
PORTEL 5% 04/11/19**	CAVIDA	IDM	XS0462994343	OUT	NLD	S	101,39%	3.300.000	1,00	CA	3.056.293
PORTEL 5.625% 08/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0587805457	OUT	NLD	S	110,79%	6.880.000	1,00	CA	6.714.828
RBS 4.875% 20/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0480133338	IC	GBR	S	117,85%	2.635.000	1,00	CA	2.740.397
RBS 5.375% 30/09/19**	CAVIDA	IDM	XS0454984765	IC	GBR	S	120,93%	3.400.000	1,00	CA	3.373.787
RENAUL 4% 16/03/16**	CAVIDA	IDM	XS0602211202	OIF	FRA	S	109,85%	4.500.000	1,00	CA	4.545.985
RENAUL 4% 25/01/16**	CAVIDA	IDM	XS0551845265	OIF	FRA	S	110,07%	1.160.000	1,00	CA	1.177.173
RENAUL 4.25% 27/04/17**	CAVIDA	IDM	XS0775870982	OIF	FRA	S	111,20%	1.425.000	1,00	CA	1.472.887
RENAUL 4.625% 18/09/17**	CAVIDA	IDM	FR0011321447	OIF	FRA	S	105,74%	400.000	1,00	CA	405.196
RENEPL 7.875% 10/12/13**	CAVIDA	IDM	PTRELAOM0000	OUT	PRT	S	104,20%	4.500.000	1,00	CA	4.513.948
Royal Bank of Scotland 5.25% 15/05/13**	CAVIDA	IDM	XS0363669408	IC	GBR	S	104,75%	800.000	1,00	CA	831.286
SAN PAOLO Float 15/03/13**	CAVIDA	IDM	XS0246688435	IC	ITA	S	99,87%	2.000.000	1,00	CA	1.995.375
SANTAN 4% 27/03/17**	CAVIDA	IDM	XS0759014375	IC	ESP	S	106,17%	3.500.000	1,00	CA	3.449.364
SANTAN 4.125% 09/01/17**	CAVIDA	IDM	ES0413900145	IC	ESP	S	108,87%	800.000	1,00	CA	815.934
SANTAN 4.25% 07/04/14**	CAVIDA	IDM	XS0611215103	IC	ESP	S	105,17%	2.100.000	1,00	CA	2.156.204

TELEFO 4.375% 02/02/16**	CAVIDA	IDM	XS0241946630	OUT	ESP	S	110,56%	2.560.000	1,00	CA	2.644.726	-
TELEFO 4.693% 11/11/19**	CAVIDA	IDM	XS0462999573	OUT	ESP	S	109,90%	1.950.000	1,00	CA	1.930.653	-
TELEFO 4.75% 07/02/17**	CAVIDA	IDM	XS0585904443	OUT	ESP	S	112,82%	4.300.000	1,00	CA	4.464.774	-
TELEFO 4.797% 21/02/18**	CAVIDA	IDM	XS0746276335	OUT	ESP	S	113,60%	3.800.000	1,00	CA	3.852.047	-
TELEFO 5.811 05/09/17**	CAVIDA	IDM	XS0828012863	OUT	ESP	S	115,32%	300.000	1,00	CA	305.437	-
TERNA 4.9% 28/10/24**	CAVIDA	IDM	XS0203712939	OUT	ITA	S	114,41%	500.000	1,00	CA	524.634	-
TITIM 4.5% 20/09/17**	CAVIDA	IDM	XS0831389985	OUT	ITA	S	108,26%	500.000	1,00	CA	505.192	-
TITIM 4.75% 25/05/18**	CAVIDA	IDM	XS0630463965	OUT	ITA	S	110,69%	1.850.000	1,00	CA	1.882.221	-
TITIM 5.125% 25/01/16**	CAVIDA	IDM	XS0583059448	OUT	ITA	S	113,52%	2.900.000	1,00	CA	2.983.127	-
TITIM 5.375% 29/01/19**	CAVIDA	IDM	XS0184373925	OUT	ITA	S	115,03%	1.700.000	1,00	CA	1.790.526	-
TITIM 6.75% 21/03/13**	CAVIDA	IDM	XS0418509146	OUT	ITA	S	106,50%	750.000	1,00	CA	795.773	-
TITIM 7% 20/01/17**	CAVIDA	IDM	XS0693940511	OUT	ITA	S	122,92%	4.100.000	1,00	CA	4.459.079	-
Telefonica 5.431% 03/02/14**	CAVIDA	IDM	XS0410258833	OUT	ESP	S	109,05%	850.000	1,00	CA	910.981	-
UBIIM 3.375% 15/09/17**	CAVIDA	IDM	IT0004619109	IC	ITA	S	103,44%	1.000.000	1,00	CA	970.435	-
UBIIM 3.875% 28/02/13**	CAVIDA	IDM	XS0596888395	IC	ITA	S	103,66%	1.000.000	1,00	CA	1.032.431	-
UCGIM 4.875% 07/03/17**	CAVIDA	IDM	XS0754588787	IC	ITA	S	111,38%	2.200.000	1,00	CA	2.230.928	-
VIVFP 4.125% 18/01/17**	CAVIDA	IDM	FR0011182559	OUT	FRA	S	111,73%	300.000	1,00	CA	304.318	-
WFC 4.125% 03/11/16**	CAVIDA	IDM	XS0273766732	IC	USA	S	112,94%	1.025.000	1,00	CA	1.037.340	-
											1.121.878.716	-
Total								2.807.188.218			2.760.551.345	-

3. Certificação Legal de Contas



Ernst & Young
Audit & Associados - SROC, S.A.
Avenida da República, 90-6º
1600-206 Lisboa
Portugal
Tel: +351 217 912 000
Fax: +351 217 957 586
www.ey.com

Certificação Legal das Contas Consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Caixa Central de Crédito Agrícola Mútuo ("Caixa Central"), Caixas de Crédito Agrícola Mútuo Associadas e Subsidiárias ("Grupo Crédito Agrícola"), as quais compreendem o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 15.113.116.932 Euros e um total de capital próprio de 1.093.860.262 Euros, incluindo um resultado líquido de 44.708.142 Euros), a Demonstração dos Resultados Consolidados por naturezas, a Demonstração do Rendimento Integral Consolidado, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio Consolidado e a Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados do exercício findo naquela data, e o Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração Executivo da Caixa Central a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas englobadas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Sociedade Anónima - Capital Social 1.105.000 euros - Inscrição n.º 178 na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Inscrição N.º 9011 na CMVM
Contribuinte 505 988 283 - C. R. Comercial de Lisboa sob o mesmo número - A member firm of Ernst & Young Global Limited

- a verificação de as demonstrações financeiras das entidades englobadas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio de continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão consolidado com as demonstrações financeiras consolidadas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Crédito Agrícola, em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adoptadas na União Europeia.



Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão consolidado é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Lisboa, 9 de Maio de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:

Ana Salcedas

Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

4. Parecer do Conselho Consultivo

4. PARECER DO CONSELHO CONSULTIVO

O Conselho Consultivo da Caixa Central vem nos termos da alínea g) do artigo 37º dos Estatutos da Caixa Central, emitir o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidado do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) para o exercício de 2012. Tendo por base o documento que irá ser analisado discutido e votado em Assembleia Geral Ordinária do SICAM, a levar a efeito no próximo dia 25 de Maio, os membros do Conselho Consultivo emitem o presente parecer.

O referido documento traduz de forma adequada e verdadeira o desempenho do Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM) durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

Relativamente aos factos mais relevantes da actividade do Crédito Agrícola em 2012, registamos as três principais áreas de intervenção, a saber; Desenvolvimento Institucional, Organizacional e Tecnológico; Imagem, Notoriedade e Promoção do Negócio; e Enquadramento Regulamentar e Risco.

Registamos que o financiamento obtido junto do Euro-sistema, bem como junto de contrapartes internacionais privadas, está inteiramente ligado a aplicações líquidas e de reduzido risco, não sendo utilizado para o suporte da actividade comercial corrente do SICAM. Esta actividade tem sido financiada inteiramente pelos recursos de clientes, de acordo com a política tradicional do Crédito Agrícola. Este financiamento junto do Euro-sistema e a sua aplicação, contribuíram para minimizar a evolução negativa da margem financeira.

Saliente-se que os anos de 2010 e 2011 foram reexpressos para efeitos de comparabilidade (com impacto nas provisões do exercício), por força da alteração de política contabilística, conforme explicitado no Anexo individual da Caixa Central.

Registamos ainda a continuidade do Programa Especial de Inspeções, que incluiu o Crédito Agrícola, juntamente com as principais instituições bancárias nacionais e as conclusões bastante favoráveis, que continuam a ser proferidas em relação ao Grupo Crédito Agrícola.

A actividade do Grupo Crédito Agrícola desenvolveu-se durante o exercício de 2012, num cenário de grande turbulência no mercado bancário, condicionado não só pela crise conjuntural e estrutural que assola a Europa e Portugal em particular, mas também pela crise das dívidas soberanas, com particular destaque para a dívida portuguesa.

Nesta conjuntura claramente desfavorável, o SICAM conseguiu mesmo assim, obter um resultado positivo apreciável, que se traduziu num lucro líquido de cerca de 41,3 milhões de euros, registando o lucro líquido Consolidado do Grupo o valor de 44,7 milhões de euros. Pese embora a descida da margem financeira, no valor de 7,2% em relação ao ano anterior atingindo a expressão a 31 de Dezembro de 318,3 milhões de euros, foi mesmo assim possível apresentar o resultado acima referido.

A margem complementar expandiu 14% em relação ao exercício anterior, atenuando a variação negativa da margem financeira (-7,2%), registando o Produto Bancário, uma redução de apenas 1,4%, quando comparado com o exercício de 2011. Registe-se o comportamento positivo das comissões líquidas, que num cenário de forte recessão económica, apresentam um crescimento de 11,3%, tendência que se vem consolidando ao longo dos últimos anos.

Merece especial atenção a evolução semestral da margem financeira ao longo de todo o ano de 2012, registando durante o segundo semestre a redução mais significativa, passando de uma redução de 0,9% no primeiro semestre para uma redução de 13,6% durante o segundo semestre, culminando com uma redução total de 7,2%, quando comparada com o exercício findo em Dezembro de 2011.

O reforço da margem complementar no contexto do agravamento das condições de exploração da actividade creditícia, torna-se cada vez mais importante, como forma de criar sustentabilidade para o Produto Bancário e atenuar gradualmente a dependência dos resultados de exploração, da expressão da margem financeira.

Durante o ano de 2012 e ao contrário do que aconteceu no ano anterior, assistiu-se a algum abrandamento da pressão da banca comercial exercida sobre os recursos. Estiveram na origem deste comportamento, por um lado as condições de recapitalização oferecidas à banca comercial no âmbito do programa de assistência

financeira e por outro a intervenção da entidade de supervisão através da penalização em fundos próprios de uma percentagem do produto das remunerações excessivas dos depósitos. No entanto, as necessidades de desalavancagem da banca comercial, continuarão ainda a criar alguma pressão sobre os depósitos, que só poderá ser defendida através de uma gestão integrada dos recursos, numa relação cada vez mais próxima entre a Caixa Central e as Caixas Associadas, como forma de conferir alguma proteção à liquidez do grupo Crédito Agrícola.

O crédito vencido no SICAM a mais de 90 dias, fruto da situação recessiva da economia portuguesa e consequentemente das dificuldades crescentes sentidas pelas empresas e pelas famílias, apresenta um crescimento de 13,7% no fecho do exercício, quando comparado com o encerramento do exercício de 2011, crescendo de 499,6 milhões de euros em final de 2011 para 567,9 milhões de euros no termo de 2012.

Em resultado deste agravamento, o rácio de crédito vencido a mais de 90 dias apresenta a 31 de Dezembro de 2012 o valor de 6,8%, contra os 5,8% registados no final de 2011.

Merece referência a evolução favorável do crédito vencido a menos de 90 dias, que registou uma redução de 27,8% quando comparado como exercício anterior. Este indicador revela uma nítida melhoria na monitorização do crédito por parte das caixas associadas, já que dos 15,3 milhões de euros de redução, 14,5 milhões de euros são da responsabilidade das Caixas.

Face à evolução do crédito vencido, o rácio da respectiva cobertura por provisões diminuiu em relação ao final de 2011 de 119,8% para 115,3% em 2012, nível que no entanto se apresenta confortável e excede amplamente o que se verificava há alguns anos atrás (em 2007, antes do início da crise financeira, este rácio era de 108,9%, e no início da década, em 2002, era de 73,6%).

Registe-se que o acréscimo do crédito vencido, fruto das dificuldades da actual conjuntura, se tem mostrado, no decurso da actual crise, menos acentuado no SICAM do que no conjunto do sistema financeiro, no qual o aumento do crédito vencido desde 2008 foi de 186%, contra 70% no SICAM.

Handwritten notes in blue ink:
Top: A series of scribbles and symbols, including what looks like '1/2' and 'S'.
Middle: 'AP' with a checkmark.
Bottom: A large arrow pointing downwards and to the right, with 'AP' written below it.

As provisões do exercício que totalizam 121 milhões de euros em 2012, excederam o valor de 2011 em 2,8% ou seja 3,2 milhões de euros e resultam fundamentalmente do registo de imparidades de outros activos. Já o aumento do crédito vencido, foi em certa medida coberto pela utilização de provisões extraordinárias acumuladas e constituídas em exercícios anteriores. Registe-se ainda a cobertura de crédito com garantias reais na ordem dos 76,6% em 2012, valor idêntico a 2011 que registou 76,3%.

Neste cenário de forte recessão económica, que se prevê se mantenha nos próximos anos, torna-se premente e urgente a definição de políticas integradas e de ferramentas informáticas vocacionadas para o combate ao crédito vencido, permanentemente actualizadas, como forma de apoiar as Caixas Agrícolas nos processos de monitorização e recuperação de crédito.

Em termos da rentabilidade consolidada do SICAM, e no sentido de evoluirmos decisivamente para uma cada vez maior sustentabilidade das condições de exploração do Grupo Crédito Agrícola, é fundamental orientarmos os nossos esforços para uma cada vez mais racional organização, com especial atenção para a necessidade de contrair e racionalizar os custos de estrutura.

Estes custos de estrutura registaram uma redução de 0,5% em relação ao ano de 2011, contribuindo para este indicador a redução dos custos de funcionamento em 0,3%, o aumento dos custos de pessoal em 0,9%, a redução dos custos gerais administrativos em 1,7% e das amortizações do exercício em 5%, em comparação com o exercício anterior.

Esta ligeira redução dos custos de estrutura, combinada com uma maior redução do valor do produto bancário, não permitiu corrigir positivamente o rácio de eficiência do SICAM (custos de estrutura/produto bancário), o qual registou um aumento de 1%, evoluindo de 64,6% em 2011 para 65,3% em 2012.

Espera-se que no próximo exercício e fruto do processo de "Reestruturação da Caixa Central" seja possível inverter a situação do crescimento sucessivo dos custos de funcionamento e se assista a uma melhoria do rácio de eficiência, em forte medida explicado pela redução dos custos de funcionamento.

Handwritten notes in blue ink, including the letters "AP" and some illegible scribbles.

expressão no trabalho, dedicação, profissionalismo e organização que aportaram e aportarão para o desenvolvimento de tão importante projecto.

É o que nos oferece transmitir à Assembleia Geral sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo Crédito Agrícola, sobre a situação conjuntural da economia e do nosso Grupo, bem como solicitar, após análise e discussão, a competente aprovação por parte das Caixas Associadas.

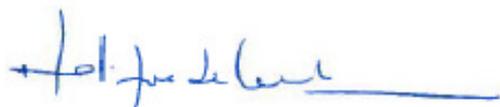
Lisboa, 09 de Maio de 2013

O Conselho Consultivo



Caixa de Crédito Agrícola de Albufeira (Presidente)

João Manuel Correia da Saúde



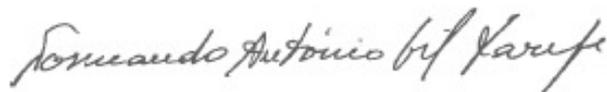
Caixa de Crédito Agrícola de Alenquer

Hélio José de Lemos Rosa



Caixa de Crédito Agrícola de Beja e Mértola

Francisco José Salgueiro Correia



Caixa de Crédito Agrícola de Estremoz, Monforte e Arronches

Normando António Gil Xarepe



Caixa de Crédito Agrícola de Lourinhã

António Augusto Nascimento Mateus



Caixa de Crédito Agrícola de Paredes

António Francisco Coelho Pinheiro



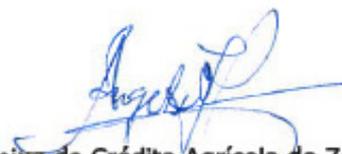
Caixa de Crédito Agrícola de Silves

José Manuel Guerreiro Esteveira Gonçalves



Caixa de Crédito Agrícola de Vale do Távora e Douro

Francisco Eduardo Neves Rebelo



Caixa de Crédito Agrícola de Zona do Pinhal

Ângelo de Jesus Antunes



Caixa de Crédito Agrícola de Região de Bragança e Alto Douro, por inerência, nos termos do nº 2 do artigo 35º dos Estatutos da Caixa Central.

Adriano Augusto Diegues